



RELATÓRIO E CONTAS

2020

Fotografia de capa



EMPREENDIMENTO ONE LIVING

Empreendimento de matriz residencial desenvolvido pela Teixeira Duarte, localizado em Cascais, destinado ao segmento alto do mercado residencial, e que se encontra quase totalmente comercializado.

RELATÓRIO E CONTAS **2020**

Índice

006	Identificação da Sociedade
007	Introdução
009	Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2020
010	I. O Grupo Teixeira Duarte em 2020
011	I.1 Perfil
020	I.2 Destaques
032	I.3 Principais Indicadores
038	II. Análise aos Setores de Atividade
040	II.1 Construção
054	II.2 Concessões e Serviços
062	II.3 Imobiliária
066	II.4 Hotelaria
070	II.5 Distribuição
074	II.6 Automóvel
077	III. Informação Não Financeira
133	IV. Perspetivas de Evolução Futura
134	V. Proposta de Aplicação de Resultados
135	VI. Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração
139	Relatório sobre o Governo da Sociedade 2020
183	Demonstrações Financeiras Individuais 2020
213	Demonstrações Financeiras Consolidadas 2020
285	Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 202

Identificação da Sociedade

Teixeira Duarte, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 – 2740-265 Porto Salvo Capital Social: € 210.000.000 Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509 234 526

INTRODUÇÃO

O Relatório Consolidado de Gestão

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020.

O presente Relatório analisará de forma consolidada a atividade desenvolvida pelas participadas da TD,SA e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.°-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de configurar uma perspetiva de conjunto.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008, já na sua versão alterada pelo Regulamento n.º 7/2018).

Reporte de Informação Não Financeira

Em cumprimento da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho), é incluído um capítulo autónomo no âmbito do Relatório de Gestão, para prestar reporte de "Informação Não Financeira", este ano elaborado em conformidade com as normas "GRI: opção essencial", bem como tendo em consideração o Modelo de Relatório de Informação Não Financeira emitido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Relatório do Governo da Sociedade

Apresenta-se também neste conjunto o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em 2020 (elaborado em conformidade com o artigo 245.°-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013), tomando por base o Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) de 2018 na sua versão atualizada em 2020.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

Complementarmente a esta declaração, designadamente ao descrito na última frase, cumpre referir que, tanto o Conselho de Administração da TD,SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte estão a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia COVID-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

Por último, refira-se a este propósito que pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos desta situação, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão e duração, o Conselho de Administração assume como necessário ter em atenção a maior incerteza que a conjugação de todos os riscos acarreta.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2020

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2020



I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE EM 2020

UM GRUPO PORTUGUÊS CENTENÁRIO FUNDADO NUMA CASA DE ENGENHARIA

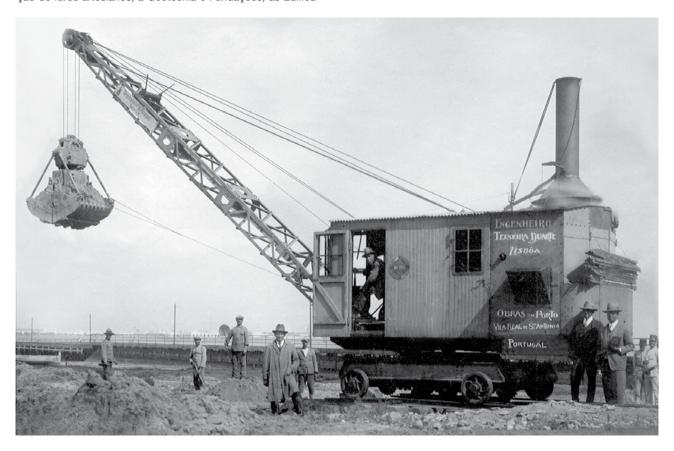
Teixeira Duarte é a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa Casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há décadas, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos ao longo de cem anos de atividade.

Reportando o seu início à atuação do seu fundador, Engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte, em 1921, a Teixeira Duarte foi alargando a sua atividade desde a captação de águas e realização de furos artesianos, à Geotecnia e Fundações, às Edifica-

ções e, mais tarde, às Infraestruturas e a todas as demais áreas da Construção, incluindo, umas décadas depois, os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Hoje, após 100 anos, este Grupo Económico português, integra mais de 175 entidades que atuam em 22 países com o empenho e dedicação de 9.600 colaboradores.

Um trajeto assente em Engenho, Verdade e Compromisso, que nos orgulha, que nos ensina e que nos inspira a continuar a "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor"!



I.1 PERFIL

9.600 COLABORADORES

MAIS DE 175 ENTIDADES

SETORES DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO

DESDE 1921

HOTELARIA

DESDE 1992

CONCESSÕES E SERVIÇOS DESDE 1984

DISTRIBUIÇÃO

DESDE 1996

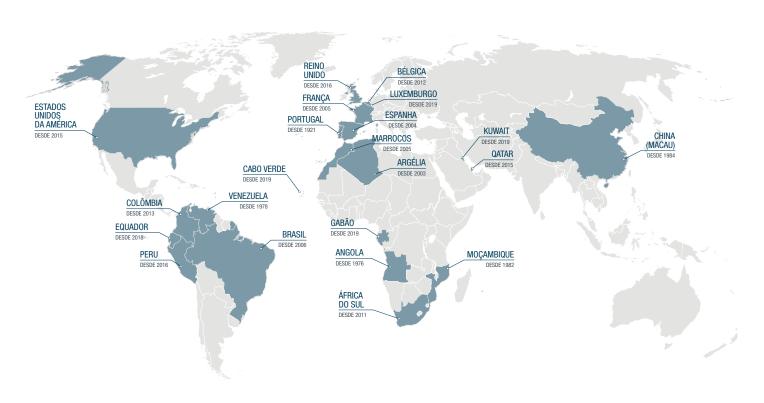
IMOBILIÁRIA

DESDE 1973

AUTOMÓVEL

DESDE 1991

22 PAÍSES 4 CONTINENTES





Empreitada de Estrutura de Betão Armado acima do Piso 0, Instalações Especiais, Acabamentos e Arranjos Exteriores do Edifício Hospital CUF Tejo LISBOA - PORTUGAL

ACIONISTAS

A Teixeira Duarte é a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, em que a maioria da posição acionista é da família Teixeira Duarte, diretamente e através de sociedades familiares, cujo capital social em 31 de dezembro de 2020 estava distribuído por 4.446 acionistas da seguinte forma:



Distribuição das ações que representam o capital social da TD, SA no final do exercício de 2020, distribuídas por um total de 4.446 acionistas.

MODELO SOCIETÁRIO

A Teixeira Duarte, S.A. segue o modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), atualmente com cinco membros e dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

A Teixeira Duarte, S.A. aprovou em Assembleia Geral e em cumprimento do previsto na alínea r) do n.º 1 do Artigo 245.º-A do Código de Valores Mobiliários, a sua "Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e fiscalização".

Neste enquadramento, os órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." e respetivos membros são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente

José Luciano Vaz Marcos

Vice-Presidente

José Mário Ferreira de Almeida

Secretário

José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Conselho de Administração:

Presidente

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Conselho Fiscal:

Presidente

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões

João Salvador dos Santos Matias

Suplente

Rui Pedro Ferreira de Almeida

Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A." representada por Dr. António Gonçalves Monteiro

Secretário da Sociedade:

Efetivo

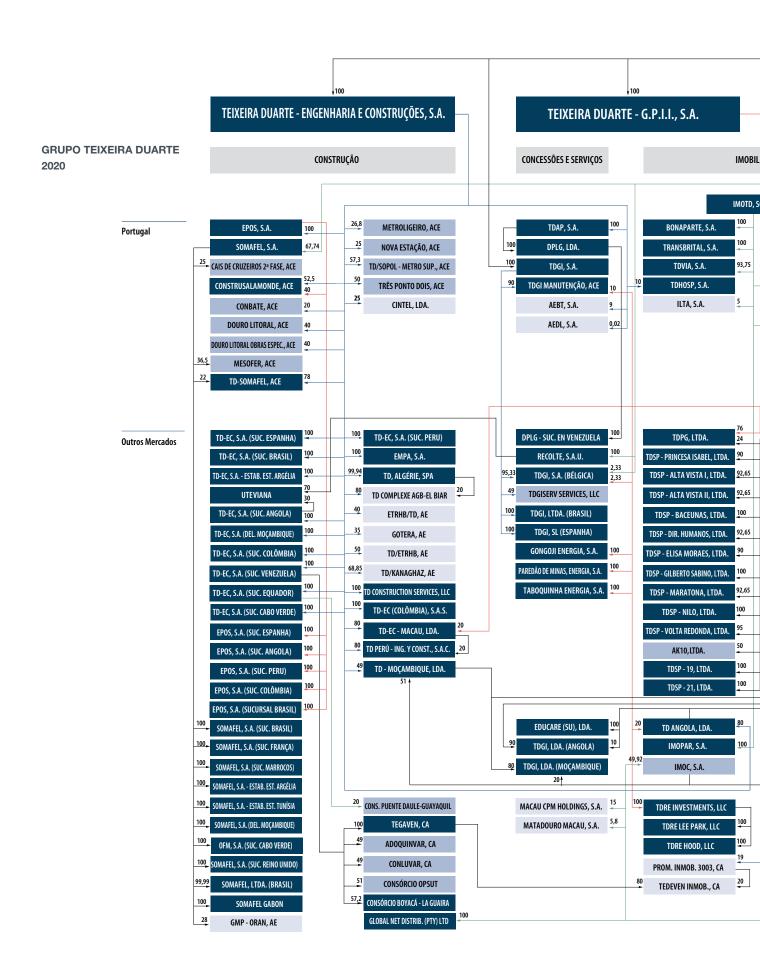
José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Suplente

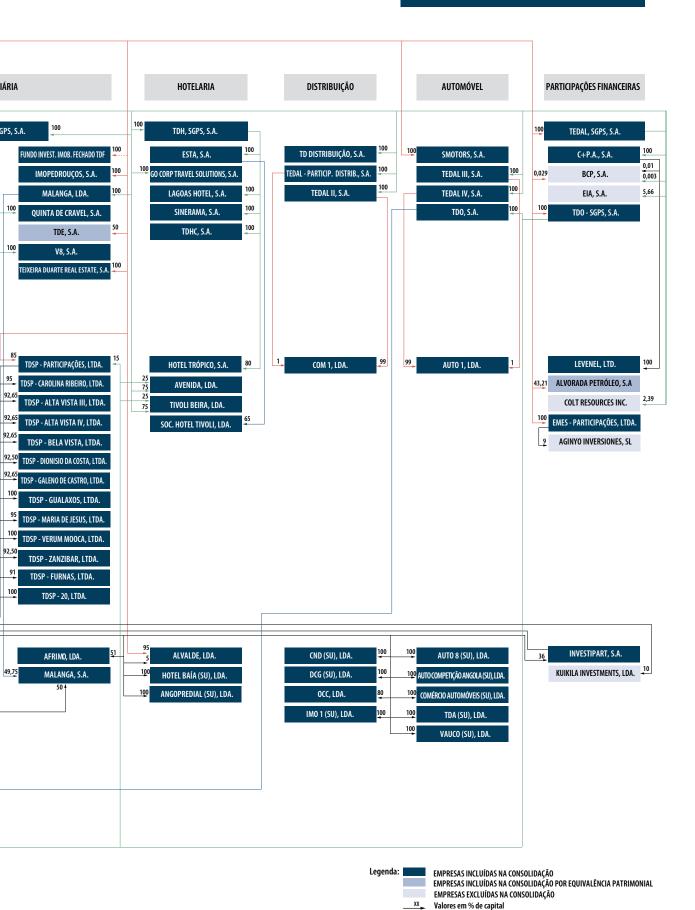
Filipe Manuel Cavaco Bismarck

Representante para as Relações com o Mercado:

José Pedro Poiares Cobra Ferreira



TEIXEIRA DUARTE, S.A.



MODELO ORGANIZACIONAL

Para além dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." destacam-se os Conselhos de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", a primeira no setor da Construção e a segunda para os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Seguem-se os órgãos de gestão das demais entidades integradas no perímetro de consolidação da "Teixeira Duarte, S.A." e a estrutura organizativa da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." que, sendo a sociedade de origem do Grupo, desenvolve a sua atividade em diferentes Áreas de Negócio do Setor da Construção, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo essa participada também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, de Gestão do Equipamento e da Logística das Propostas e de um Laboratório de Materiais.

Também integradas na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." existem outras duas Estruturas que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo na vertente dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e dos Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas aos Setores de Atividade do Grupo, existe um conjunto de estruturas com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas, que constituem a denominada Área Corporativa.

Assim, destacados nas diversas entidades que constituem o Grupo Teixeira Duarte, existem vários colaboradores qualificados como pertencentes à Alta Direção que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas, os quais se apresentam identificados no organograma que se segue:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE

ÁREA CORPORATIVA

Auditoria Interna

Mário Faria

Contabilidade

Alexandre de Jesus Sérgio Castro

Finanças

Sérgio Pereira

Jurídicos

Maria António Ambrósio

Recursos Humanos

Isabel Amador

Societário e Corporativo

José Pedro Cobra Ferreira

Sustentabilidade

Erica Torres Silva

Tecnologias de Informação

Rui Pedroso Rui Miranda

SETORES DE ATIVIDADE

Construção

Geotecnia e Reabilitação

Obras Marítimas

Hélder Matos João Pedro Lopes António Diniz Pinto Guedes

Projetos

Laura Esteves

Edificações

Carlos Timóteo Fernando Martins Luís Mendonça Luís Santos Carlos Guedes Luís Carreira Pedro Nunes Pedro Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte Pedro Costa Sérgio Pereira Paulo Serradas

Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte Diogo Rebelo Luís Vicente Sérgio Pereira Rogério Fonseca

Infraestruturas

Rosa Saraiva Gustavo Lebreiro Amílcar Teresinho

Metalomecânica

Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Dias de Carvalho Carlos Russo

Obras Ferroviárias

Rui Costa

Cofragens e Pré-Esforço

Caetano Machado

Aprovisionamentos

Rosa Almeida

Gestão de Equipamento

Rodrigo Ouro

Sistemas de Gestão Inovação

Ivo Rosa Rita Moura

Logística das Propostas

Mário Baptista

Concessões e Serviços

Facilities Management

Rodolfo Valentim Mariana Coimbra

Educação

Diogo Rebelo

Imobiliária

Alfredo Silva Guilherme Silva

Hotelaria

Luís Vicente Cláudia Bazílio

Distribuição

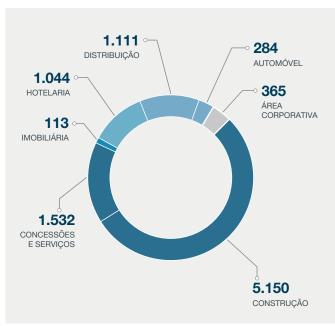
Diogo Rebelo João Cordeiro

Automóvel

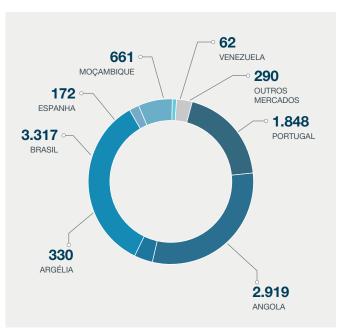
Pedro Medo

COLABORADORES

Os colaboradores corporizam o Grupo Teixeira Duarte e o seu maior ativo. Em 31 de dezembro de 2020 os 9.599 colaboradores distribuíam-se pelos seguintes setores e mercados:



Distribuição de Colaboradores por Setor de Atividade



Distribuição de Colaboradores por Mercado

MISSÃO E VALORES

A conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem sido norteada ao longo de cerca de cem anos de história por uma ética que é motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do mesmo. O núcleo central dessa ética assenta na sua missão e valores, que de seguida se enunciam:

A MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Define o que move os seus Colaboradores no dia-a-dia, e constitui o objetivo partilhado por todos independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

"Fazer", porque se pretende sempre fazer acontecer.

"Contribuindo", porque devemos ter a noção que ninguém faz nada sozinho.

Para a "Construção", da qual somos parte.

De "um mundo melhor", que é o objetivo que todos partilhamos dentro e fora da Teixeira Duarte.

OS VALORES

Os Valores são o modo como se deve agir para alcançar esse objetivo e caracterizam o envolvimento da Empresa com todas as partes relacionadas. São eles:

ENGENHO

Valor baseado na origem e desígnio da Teixeira Duarte: "Uma casa de Engenharia", onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas "da casa".

VERDADE

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades da Empresa.

COMPROMISSO

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da "Palavra dada" e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a Empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A "Teixeira Duarte, S.A." tem em vigor um "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", que foi adotado pelas entidades integradas no Grupo e que é de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores.

Neste documento consagram-se e desenvolvem-se os valores e a missão da Teixeira Duarte, definindo ética e conduta, determinando o âmbito de aplicação do documento e estabelecendo, com o aludido carácter obrigatório (I) as Regras Gerais de Conduta tendentes ao cumprimento da lei, ao respeito pela pessoa humana e pela comunidade, ao respeito pelo ambiente e ao cumprimento das regras internas; (II) as regras de conduta aplicáveis na relação entre colaboradores e a empresa; e (III) as regras de conduta entre colaboradores e terceiros, designadamente as autoridades públicas, os clientes e fornecedores e a concorrência, neste último capítulo se incluindo temas como a independência e colaboração com as autoridades públicas, medidas preventivas ao branqueamento de capitais, de financiamento de terrorismo, de conflitos de interesse e de corrupção.

Para além do próprio sistema de monitorização do cumprimento do mencionado Código, existe um sistema de *compliance* no âmbito do Grupo com vista a salvaguardar o cumprimento dos normativos aplicáveis ao desenvolvimento da atividade das empresas do Grupo Teixeira Duarte, incluindo o aludido Código de Ética.

I.2 DESTAQUES

Entendeu-se adequado destacar no início do Relatório de Gestão os mais significativos factos relacionados com o exercício de 2020:

CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS NOS DIFERENTES SETO-RES E MERCADOS



Em todos os mercados a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os setores e as áreas de atuação, os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*,

O Conselho de Administração supervisionou desde o início esta situação e promoveu diligências, designadamente junto dos órgãos de gestão das demais entidades do Grupo para que estas assumissem uma atuação em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que a Teixeira Duarte opera, bem como as múltiplas medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que os mesmos têm em todos os seus stakeholders.

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

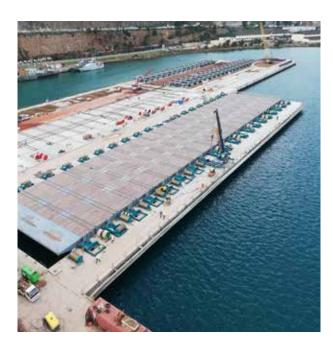
A Teixeira Duarte teve um desempenho que se considera, na conjuntura, globalmente positivo e reflexo das diferentes exposições a mercados e setores em que as empresas do Grupo operam, tendo a imobiliária tido um desempenho muito positivo em Portugal e no Brasil, fruto das fases de desenvolvimento em que estavam os projetos em curso, enquanto a Hotelaria conseguiu uma boa performance em Angola, acrescendo a estas realidades a melhoria dos resultados financeiros.

REFORÇO DAS FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS PARA PLATA-FORMA, JUNTO AO TERREIRO DO PAÇO, EM LISBOA



Em 2020, realça-se a execução de uma obra emblemática, para a Associação de Turismo de Lisboa (ATL), que consistiu no "Reforço das Fundações e Estruturas para a Plataforma (Segurança antissísmica)", junto ao Terreiro do Paço, em Lisboa, no valor de 3,8 milhões de euros. A empreitada visou o reforço das fundações e Estruturas para execução de plataforma e muro poente, na proximidade da Estação fluvial Sul e Sueste do rio Tejo, estruturas enterradas do Metropolitano de Lisboa e Estação de Metropolitano e Torreão nascente no Terreiro do Paço. Os trabalhos contemplaram a execução de estacas verticais em betão armado de diâmetro 1.200 mm, precedidas da implementação de plano de instrumentação e observação das estruturas envolventes.

BASE NAVAL DE MERS-EL-KEBIR, NA ARGÉLIA



Em 2020 prosseguiram os trabalhos de uma importante obra marítima de prazo plurianual na base Naval de Mers-EL-Kebir, com o valor total da empreitada de 136 milhões de euros, que envolveu com grande significado também outras áreas de atuação da Empresa no setor da construção, como a Geotecnia e Fundações, a Metalomecânica, o Centro de Cofragens e Pré-Esforço e as Obras Ferroviárias.

A empreitada em regime de conceção/construção visa dotar a Base Naval de uma infraestrutura moderna dedicada à manutenção e reparação de embarcações até 9.000 toneladas e compreenderá as áreas para implantação do elevador e do transfere de navios (cerca de 135 m de extensão), 4 vias de estacionamento e um caminho de rolamento para operação de 2 gruas de 40 toneladas de capacidade.

HOSPITAL CUF TEJO, PORTUGAL



A conclusão da empreitada de execução de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa, para a "IMOHEALTH - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.", entidade do Grupo José de Mello, que com um valor final de contrato de 68,5 Milhões de euros, eleva o empreendimento a um dos maiores e mais complexos projetos na área das edificações construído em Portugal nos últimos anos.

A entrega da obra em novembro, permitiu viabilizar a entrada em serviço de um novo hospital para reforço do Sistema Nacional de Saúde, numa conjuntura muito necessitada, entrando em serviço uma nova unidade de saúde de última geração com 10 salas de bloco, 213 camas de internamento, 14 camas de UCIP, 65 gabinetes de exames e 800 lugares de estacionamento, correspondentes a uma área bruta de construção de 75.000 m².

UNIDADE DE EXECUÇÃO DA ENTRADA NASCENTE DE CASCAIS



Na continuidade do contrato assinado em 2019 para as Obras de Urbanização, Demolições, Escavação, Contenção Periférica, Fundações e Estrutura dos Lotes 1, 2, 3 e 4 da Entrada Nascente de Cascais, para a GRAND BAY RESIDENCES - SICAFI, S. A. e a AUCHAN RETAIL PORTUGAL, S. A., foram celebrados, em julho e outubro de 2020, o primeiro e segundo aditamentos ao contrato, no valor de 11,3 milhões de euros, correspondentes à adaptação do hipermercado atual e acabamentos e às instalações especiais dos Lotes 2 e 4 do Projeto Comercial.

Com a empreitada a incidir na área correspondente ao novo hipermercado e respetivo estacionamento enterrado, a intervenção abrange um total de 32.600 m², subdivididos em 18.900 m² para estacionamento e áreas técnicas e 13.700 m² para o hipermercado, escritórios e *food-court*.

O Projeto, integrado na Unidade de Execução da Entrada Nascente de Cascais, visa requalificar esta zona dando-lhe a qualidade e dignidade exigida à entrada principal de uma das mais importantes cidade turísticas do país.

COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA PAPUDA, NO BRASIL



A participada "EMPA – Serviços de Engenharia, SA." concluiu em maio de 2020 a ampliação do Complexo Penitenciário da Papuda, na região administrativa de São Sebastião, no Distrito Federal, às margens da rodovia que liga a capital federal, Brasília, ao município mineiro de Unaí.

Esta empreitada, realizada pelo valor global de 84 milhões de reais para a "Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal", criou uma estrutura que permite alojar um total de 3.200 reclusos, possibilitando a redução da superlotação do sistema prisional da capital brasileira.

O contrato teve por objeto a execução do remanescente da Obra de Construção de quatro Centros de Detenção Provisória, destacando-se a construção de dois Módulos de Receção e Revista, dois Módulos de Administração, dois Módulos de Saúde, dezasseis Módulos de Alojamento e cinco Guaritas.

CATEDRAL DE BRASÍLIA



A continuação da execução da Fase 2 do Edifício da Catedral de Brasília, para a "Igreja Universal do Reino de Deus", referente aos trabalhos de fundações, estrutura, coberturas, alvenarias, revestimento e instalações enterradas, com conclusão prevista para Outubro de 2021, sendo de realçar a utilização de pré-lajes pré-fabricadas ao nível dos pisos, que vieram conferir à empreitada elevados ritmos de construção, pese embora a dificuldade inerente à configuração circular do edifício. O valor total deste contrato ascende a 237 milhões de reais.

CENTRO COMERCIAL POPULAR "FEIRA DA MADRUGADA"



Em setembro de 2020 iniciou-se para o "Circuito de Compras São Paulo S.A.", no bairro do Brás, em São Paulo, a empreitada de construção da "Fase 4 da Feira da Madrugada", referente à execução dos acabamentos, fachadas e instalações técnicas do Centro Comercial Popular "Feira da Madrugada", pelo valor total de 225 milhões de reais.

Após a conclusão das obras, prevista para novembro de 2021, o edifício contará com três pisos destinados a comércio e alimentação, com capacidade para 4.000 boxes,1.000 lojas e um food-court com mais de 1.200 lugares, assim como uma área de estacionamento com 315 lugares para autocarros e mais de 2.200 lugares para veículos. A Feira da Madrugada será o maior Centro Comercial Popular da América Latina.

ACESSO AO MERCADO DO BOLHÃO, PORTO, PORTUGAL



Continuaram em 2020 os trabalhos do Túnel de acesso ao mercado do Bolhão, para o GOPorto (Gestão e Obras da Câmara Municipal do Porto E.M.), num projeto de cerca de 5 milhões de euros e prazo de execução de 19 meses, esta empreitada, que se localiza em ambiente urbano denso, no coração da cidade do Porto, inclui a construção de um túnel que liga a Rua Ateneu Comercial do Porto à Rua Alexandre Braga, com uma extensão aproximada de 120 metros, a reabilitação parcial de três edifícios na Rua Formosa e a construção de três novos edifícios, dois pisos acima da laje do túnel, na Rua do Ateneu Comercial do Porto, e na Rua de António Pedro, em substituição dos existentes, cuja demolição foi realizada no âmbito desta empreitada.

BARRAGEM ITABIRUÇU, NO MUNICÍPIO DE ITABIRA MINAS GERAIS



Já para a VALE do Rio Doce, S.A., deu-se continuidade à execução de obras civis para alteamento do maciço da barragem Itabiruçu até elevação 850 m, no município de Itabira/MG. Os trabalhos de alteamento representam uma elevada complexidade em termos de engenharia uma vez que abordam aspetos geotécnicos, hidráulicos e estruturais relativos às obras já realizadas nos primeiros alteamentos, exigindo a sua compatibilização com o novo projeto de execução e revisão das condições de fundação e filtros. Esta empreitada, apresenta um paramento principal de altura final na ordem dos 42 m e um eixo com uma extensão 1.100 m. Está previsto a obra ser concluída ainda em 2021, com um valor atualmente estimado correspondente a 26,3 milhões de euros.

PONTE DAULE-GUAYAQUIL, NO EQUADOR



O consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. concluiu, em concretização do contrato celebrado com "los Gobiernos Autónomos Descentralizados Municipales de Guayaquil y Daule" a empreitada de "Construcción del Puente Daule-Guayaquil, incluye accesos y pasos elevados en Av. Leon Febres Cordero y en Av. Narcisa de Jesus Martillo Morán". A ponte sobre o Rio Daule tem a extensão de 540 metros, constituída por 9 vãos de 60 metros e 26,6 metros de largura, em estrutura mista, sendo o tabuleiro metálico e as pré-lajes em concreto armado pré-tensionado, que integram quatro vias, calçada de pedestres e uma ciclovia.

O sucesso desta obra reforça e amplia a atuação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no mercado Latino Americano onde prossegue prospeção comercial com expectativas de aumento de atividade nas várias áreas de atuação da Teixeira Duarte.

CONSOLIDAÇÃO DA ATIVIDADE MINEIRA NO BRASIL



A sua participada a 100% EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. prosseguiu com sucesso a realização do contrato de cinco anos de uma importante obra mineira na Mina de Cuiabá, em Belo Horizonte, para a "Anglo Gold Ashanti, Córrego do Sítio – Mineração, S/A, terceiro maior produtor de ouro do mundo, que tem manifestado satisfação no trabalho, o que, juntamente com o reconhecimento pelo mercado, antevê a possível celebração de novos contratos nesta área no Brasil e em outros mercados da América Latina.

LINHA DA BEIRA ALTA, NO TROÇO ENTRE GUARDA E CER-DEIRA



A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colaborou também na conclusão da empreitada de intervenção na Linha da Beira Alta, no troço entre Guarda e Cerdeira, para as Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA). Com prazo de execução de 13 meses, este projeto diz respeito à Fase 1 do subtroço 3.1 do Projeto de Execução da Modernização da Linha Ferroviária da Beira Alta, numa extensão de cerca de 14 Km, que suporta tráfego misto de diferentes características e material circulante convencional (passageiros e mercadorias). Realizou-se uma intervenção do tipo RIV (renovação integral da via), de forma a melhorar as condições de exploração ferroviária e reduzir os custos de manutenção da infraestrutura.

RENOVAÇÃO DE CONTRATOS NA ÁREA DO *FACILITIES MA-NAGEMENT*



De salientar que 2020 foi em diversos mercados, um ano de renovação de contratos, tendo a TDGI continuado a ser uma aposta dos seus clientes, destacando-se os contratos com o Millennium BCP e TAP em Portugal, o Sidra Medical & Research Center no Qatar, os Hospitais Moriah e Edmundo Vasconcelos no Brasil são exemplos desta confiança renovada dos clientes.

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM PORTUGAL DE GRANDE DIMENSÃO E SUCESSO COMERCIAL



Destaque para os empreendimentos de matriz residencial Fábrica 1921, em Lisboa e One Living, em Cascais, projetos de grande visibilidade e de impacto positivo no tecido urbano envolvente, que se encontram quase totalmente comercializados.

CRESCENTE DINAMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL, NO SETOR DA DISTRIBUIÇÃO EM ANGOLA



Destaque para a crescente dinamização da produção local, onde se assiste a um intenso desenvolvimento dos sectores da agricultura e indústria, tornando cada vez menor a dependência de produtos importados e criando as condições para os operadores de retalho trabalharam uma ampla gama de mercadorias de fabrico nacional.

AÇÕES COMERCIAIS E DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES NO SETOR AUTOMÓVEL EM ANGOLA



Realce para a intensificação da atividade comercial junto do segmento corporativo, reforçando a fidelização de clientes através de um serviço próximo e de uma Assistência Técnica de reconhecida qualidade e para a regularização de grande parte dos processos de pagamento ao exterior.

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL



Na conjuntura que se viveu em 2020, a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho de Administração assumiram o objetivo de definir procedimentos para a realização da Assembleia Geral Anual que equilibrassem a eficiência na garantia dos efetivos direitos dos Senhores acionistas e o cumprimento das medidas de saúde pública em vigor, tendo-se realizado tal reunião de acionistas no dia 22 de junho, ao abrigo da possibilidade excecionalmente conferida neste ano pelo Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

Pretendeu-se que a Assembleia Geral se realizasse presencialmente (para melhor garantir o exercício dos direitos dos Senhores acionistas), implementando um conjunto de medidas adequadas para o dia da reunião, bem como outras que permitiram o exercício do direito de voto por correspondência e a possibilidade de os Senhores Acionistas acompanharem remotamente os trabalhos da Assembleia Geral, através de um acesso vídeo e áudio disponibilizado na internet.

Foi a primeira Assembleia Geral da Sociedade presidida pelo Dr. José Luciano Vaz Marcos, que contou com a Vice-Presidência do Dr. José Mário Ferreira de Almeida, ambos eleitos no ano passado para exercerem tais cargos durante o mandato que termina em 2022.

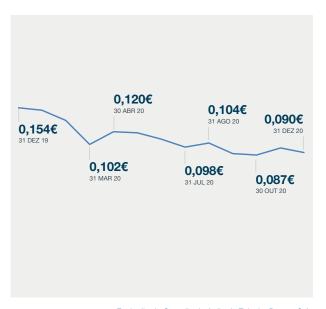
Estiveram também presentes os titulares dos demais cargos sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração e órgãos de fiscalização, relativamente aos quais foi aprovada, por unanimidade, uma deliberação de confiança, bem como um voto de louvor pela forma como, no exercício findo, desempenharam as suas funções.

Conforme divulgado por comunicado publicado no próprio dia da reunião, nesta Assembleia Geral foram aprovados, também por unanimidade:

- O Relatório Consolidado de Gestão, que integra um capítulo referente à informação não financeira, e as Contas, no seu âmbito individual como consolidado, relativo ao exercício de 2019, bem como o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2019, todos eles compreendendo os respetivos anexos, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;
- A proposta de aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido dos resultados líquidos apurados no exercício de 2019, no montante de 7.878.767,21€ (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos) fossem retidos para reforço das outras reservas;
- A aquisição e alienação de ações próprias nos termos da proposta apresentada.

Foi ainda aprovada, com 99,92% dos votos a favor, a declaração emitida pela Comissão de Remunerações sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA AÇÃO



Evolução da Cotação da Ação da Teixeira Duarte, S.A. entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020

Durante o ano de 2020, as ações sofreram uma desvalorização de 41.55% baixando de 0,154€ em 31 de dezembro de 2019, para 0,0904€ em 31 de dezembro de 2020. No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 114.114.602 ações, com um volume de negócios no montante de 13.836.243€, sendo que em 2019 haviam sido transacionadas 169.397.259 ações, com um volume de negócios no montante de 22.424.301€.

No gráfico verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a cotação era de 0,0904€ e, na data de hoje, dia 13 de abril de 2021, é de 0,0916 €.

PROGRAMA TODOS DAMOS



Criado em 2015, no âmbito da política de Responsabilidade Social do Grupo Teixeira Duarte, o Programa TODOS DAMOS é um projeto preparado para as empresas deste Grupo que lhes permite reforçar as doações que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas nos países em que o Grupo opera, concentrando neste Programa os quantitativos de apoios financeiros concedidos pelo Grupo ao longo do ano.

A Teixeira Duarte disponibiliza uma quantia anual para este efeito, sendo os colaboradores que escolhem as instituições que querem apoiar. As empresas doam o dobro do valor doado pelos mesmos, triplicando, assim, o valor do donativo recebido pelas instituições.

Embora este tema seja depois mais desenvolvido no capítulo do "Relato de Informação não Financeira", realça-se aqui o facto de na edição de 2020 se ter alcançado um aumento do número de candidaturas e de instituições apoiadas, tendo o valor global dos apoios concedidos − entre colaboradores e empresas − atingido 77.885,00€, distribuídos por entidades que atuam em diferentes países.

DIA DA EMPRESA



A Teixeira Duarte comemorou dia 15 de outubro o seu Dia da Empresa, data que simbolicamente coincide com a do nascimento do seu Fundador, Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte.

Por essa ocasião, costuma realizar-se um jantar em que Administração e membros da Alta Direção da Empresa recebem os Senhores Acionistas que estiveram presentes na Assembleia Geral da "Teixeira Duarte, S.A." desse mesmo ano, todos prestando conjuntamente homenagem aos colegas que completam 30 anos ao serviço da Teixeira Duarte.

Desta vez e por razões da conjuntura de pandemia COVID-19, foi impossível realizar as celebrações nos termos dos anos anteriores, mas todos os 36 colegas foram sendo homenageados, tendo-se divulgado nesse dia os seus nomes e respetivos trajetos ao longo das três décadas de trabalho no universo Teixeira Duarte, em várias empresas e geografias, tendo-se publicamente congratulado cada um pelos sucessos alcançados nas diferentes áreas e países em que colaboraram e agradecido também a escolha que foram fazendo ao longo dos anos em quererem ficar com a Teixeira Duarte.

A missa que se celebrou na manhã desse dia 15 de outubro, na Igreja de São Joaquim e Santa Ana, na Praça São João Paulo II, em Porto Salvo, foi celebrada também por ação de graças pela vida da Teixeira Duarte e também por intenção de Ricardo Esquível Teixeira Duarte e seus colaboradores, nomeadamente os que morreram no último ano.

I.3. PRINCIPAIS INDICADORES

RENDIMENTOS OPERACIONAIS 723 M€

VOLUME DE NEGÓCIOS 608 M€

EBITDA
Margem de 17%

100 M€

RESULTADO LÍQUIDO 4 M€

DÍVIDA LÍQUIDA Rácio Dívida Líquida / EBITDA de 6,9x

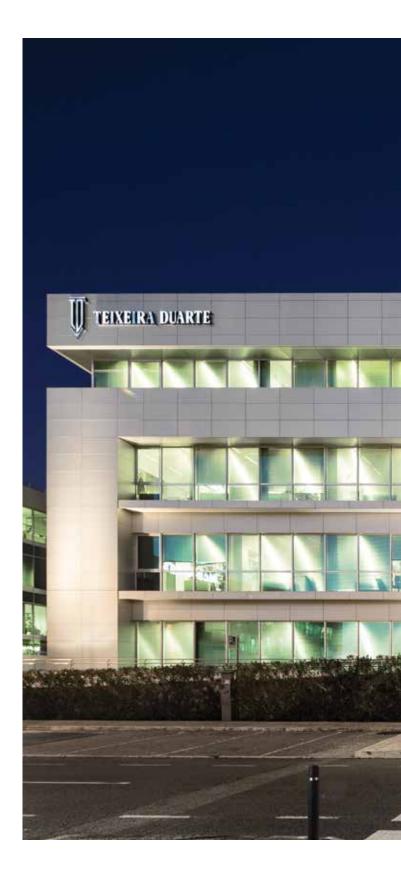
AUTONOMIA FINANCEIRA 15 %

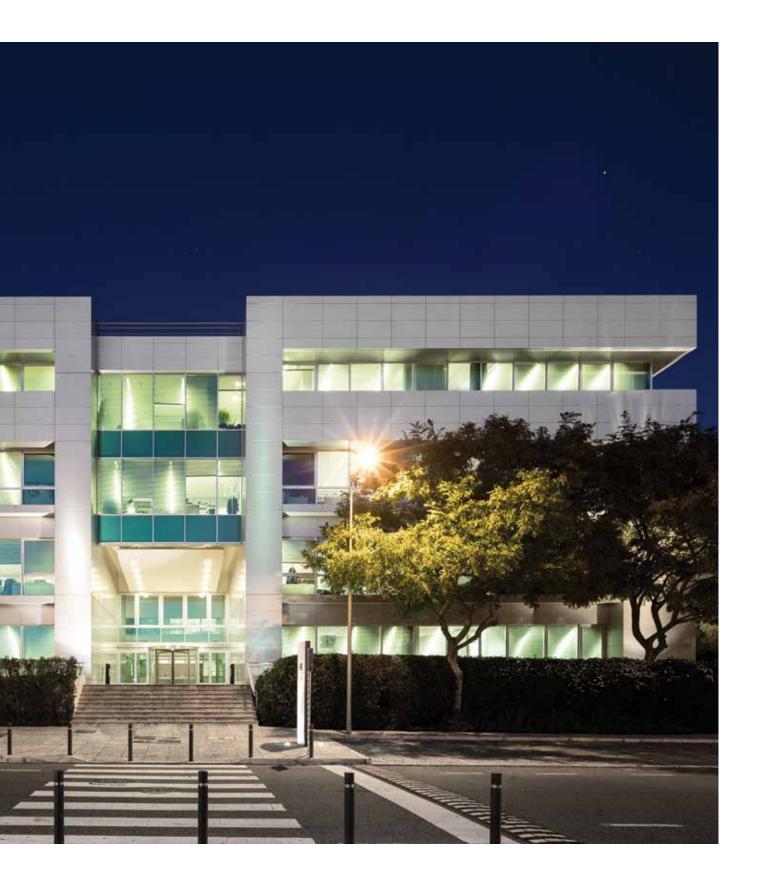
CARTEIRA DE ENCOMENDAS
Para o setor da Construção

1.348 M€

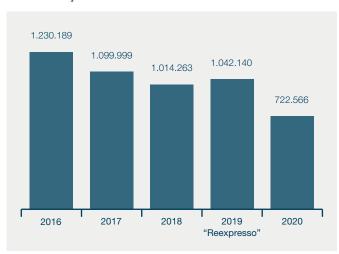
		2019	
	2020	"Reexpresso"	Var. %
Rendimentos operacionais	722.566	1.042.140	(30,7%)
Gastos operacionais	(622.072)	(852.105)	(27,0%)
EBITDA	100.494	190.035	(47,1%)
Amortizações e depreciações	(46.312)	(57.713)	(19,8%)
Provisões e perdas por imparidade	(1.758)	(1.872)	(6,1%)
EBIT	52.424	130.450	(59,8%)
Resultados financeiros	(39.240)	(86.488)	(54,6%)
Resultados antes de impostos	13.184	43.962	(70,0%)
Imposto sobre o rendimento	(10.233)	(27.292)	(62,5%)
Resultado líquido consolidado	2.951	16.670	(82,3%)
Atribuível a:			
Detentores de capital	3.558	14.414	(75,3%)
Interesses não controlados	(607)	2.256	-

(Valores em milhares de euros)

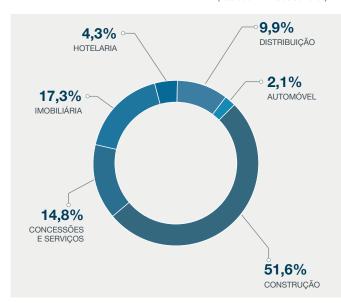




APRECIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



Evolução dos Rendimentos Operacionais (valores em milhares de Euros)

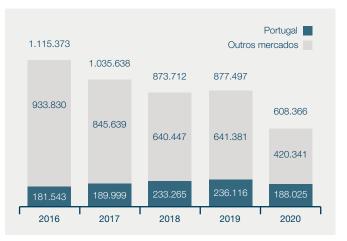


Rendimentos Operacionais por Setor de Atividade

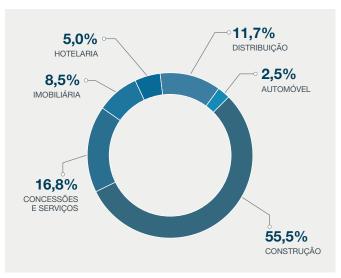
Os Rendimentos Operacionais diminuíram 30,7% face a 2019 atingindo o montante 722.566 milhares de euros em 2020, o que corresponde a uma redução de 319.574 milhares de euros.

Este decréscimo resulta essencialmente da retração da economia afetada pela situação de pandemia COVID-19, nomeadamente em Angola e Brasil. Se bem que a desvalorização do Kwanza Angolano e do Real Brasileiro seja acompanhada pela inflação naqueles países com efeitos nos Rendimentos Operacionais, se expurgarmos as desvalorizações cambiais, os rendimentos operacionais do Grupo teriam apenas diminuído 165.947 milhares de euros face aos 319.574 milhares de euros registados.

Portugal registou um decréscimo de 15,2% e os mercados externos, diminuíram, na sua globalidade, 37,2% face ao período homólogo, passando Portugal a representar 36,4% do total dos rendimentos operacionais do Grupo em 2020.



Evolução do Volume de Negócios (valores em milhares de Euros)



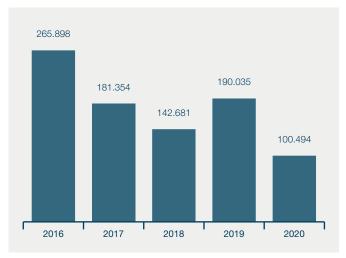
Volume de Negócios por Setor de Atividade

O **Volume de Negócios** atingiu 608.366 milhares de euros, o que reflete uma diminuição de 30,7% face a 2019, ou seja, menos 269.131 milhares de euros.

Portugal e os mercados externos registaram diminuições do Volume de Negócios de 20,4% e 34,5%, respetivamente. Os mercados externos que mais contribuíram para esta última variação foram o Angolano com 41% e o Brasileiro com 27,6%.

Neste contexto, os mercados externos que representavam 73,1% do Volume de Negócios do Grupo em 2019 passaram a representar 69,1% em 2020.

Refira-se, ainda, que o Volume de Negócios foi globalmente afetado em todos os setores pela atual conjuntura económica e pela desvalorização cambial, destacando-se o bom desempenho do setor da Imobiliária.



Evolução do EBITDA (valores em milhares de Euros)

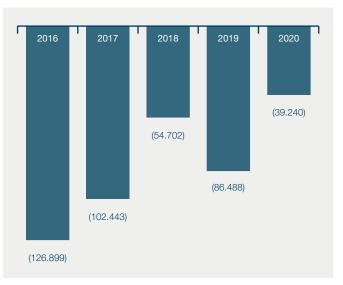
EBITDA por Atividade	2020	2019	Var. %
Construção	30.607	91.705	(66,6%)
Concessões e Serviços	11.849	7.321	61,8%
Imobiliária	41.303	56.356	(26,7%)
Hotelaria	12.618	15.492	(18,6%)
Distribuição	5.866	12.432	(52,8%)
Automóvel	1.256	10.375	(87,9%)
Não afetos a segmentos	(3.043)	(3.636)	16,3%
Eliminações	38	(10)	S.S.
	100.494	190.035	(47,1%)

(Valores em milhares de euros)

O EBITDA registou uma diminuição de 47,1 % face ao ano anterior, atingindo o montante de 100.494 milhares de euros.

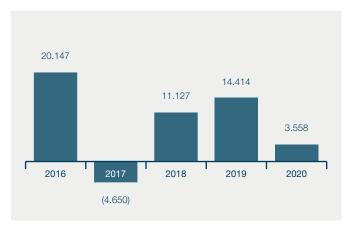
A redução deste indicador, no montante de 89.541 milhares de euros, é justificada essencialmente pela variação das diferenças de câmbio operacionais de 37.248 milhares de euros (18.130 milhares de euros em 2020, enquanto em 2019 foram de 55.378 milhares de euros), pela alienação de 50% da participada "TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A." com ganhos de 22.196 milhares de euros em 2019 e ainda pela redução da atividade na generalidade dos mercados onde o Grupo opera, impactado pela pandemia COVID-19 e desvalorizações cambiais.

A Margem EBITDA/Volume de Negócios registou uma diminuição face ao ano anterior, passando de 21,7% para 16,5% em 2020.



Evolução dos Resultados Financeiros (valores em milhares de Euros)

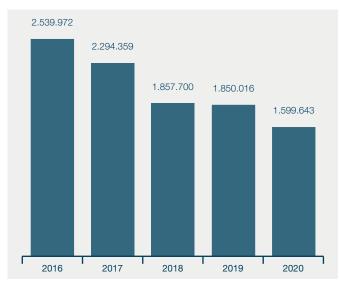
Os Resultados Financeiros foram negativos em 39.240 milhares de euros que comparam com os negativos de 86.488 milhares de euros em 2019. Esta melhoria deveu-se essencialmente à redução das responsabilidades em divisas operada pelas entidades do Grupo em Angola.



Evolução do Resultado Líquido (valores em milhares de Euros)

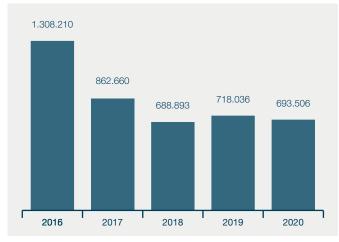
Os Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital foram positivos em 3.558 milhares de euros, refletindo uma diminuição de 75,3% face ao período homólogo.

O Total do Ativo diminuiu 13,5% em relação a 31 de dezembro de 2019, tendo-se fixado em 1.599.643 milhares de euros, impactado negativamente por 316.720 milhares de euros de efeito cambial no ano, essencialmente em resultado da desvalorização do Kwanza Angolano e do Real Brasileiro, bem como pela revalorização dos ativos fixos tangíveis de 74.657 milhares de euros, o que justifica grande parte da redução de 250.373 milhares de euros.



Evolução do Ativo Líquido (valores em milhares de Euros)

A **Dívida Financeira Líquida** fixou-se no montante de 693.506 milhares de euros no final de 2020, o que se traduz numa redução de 24.530 milhares de euros face ao ano passado.



Evolução da Dívida Financeira Líquida

(*) – Inclui a rubrica de caixa e equivalentes de caixa no montante de 116.215 milhares de euros. (**) – Inclui o montante de responsabilidades com locações de 35.330 milhares de

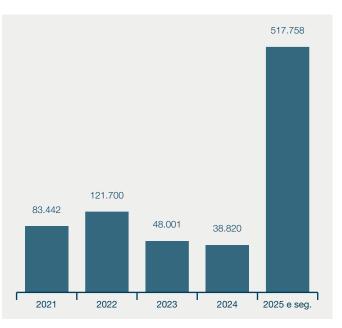
(***) – Não inclui a dívida financeira líquida dos ativos detidos para venda.

Importa referir que a **Divida Financeira Líquida** foi penalizada pelas desvalorizações cambiais de 12.202 milhares de euros (as disponibilidades foram penalizadas em 20.502 milhares de euros e os financiamentos em 8.300 milhares de euros), destacando-se que, sem esse efeito, a redução da divida financeira líquida teria sido de 36.732 milhares de euros.

O Financiamento Bancário Bruto diminuiu 37.512 milhares de euros face ao final de 2019, dos quais 8.300 milhares de euros resultam, como referido, da desvalorização cambial.

O Grupo aderiu, relativamente à totalidade das operações de crédito em curso, à moratória legal de capital e juros ao abrigo do regime de proteção legal dos créditos no âmbito da pandemia COVID-19.

A Maturidade da Dívida Financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:



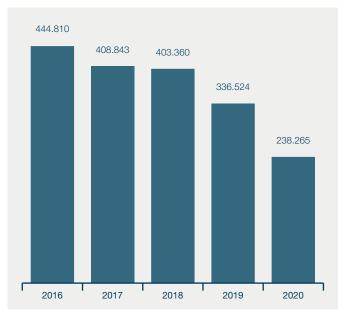
Maturidade da Dívida Financeira (valores em milhares de Euros)

O rácio **Dívida Financeira Líquida / EBITDA** fixou-se em 6,9x no final de 2020.

O Capital Próprio registou uma redução de 29,2% face a 31 de dezembro de 2019 fixando-se em 238.265 milhares de euros.

A redução do Capital Próprio no montante de 98.259 milhares de euros, é influenciada positivamente pelo Resultado Líquido de 2.951 milhares de euros e pela revalorização dos ativos fixos tangíveis de 55.814 milhares de euros e, negativamente, pelos efeitos da conversão cambial decorrentes da desvalorização

das divisas dos países onde o Grupo opera, no montante de 175.987 milhares de euros.



Evolução dos Capitais Próprios (valores em milhares de Euros)

A Autonomia Financeira fixou-se em 14,9% em 31 de dezembro de 2020, uma diminuição de 3.3 p.p. face ao final de 2019.

II. ANÁLISE AOS SETORES DE ATIVIDADE

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte nos diversos setores, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2020, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.





II.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é a atividade de referência e génese das empresas do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atuam nas áreas da Geotecnia e Fundações, da Reabilitação, das Obras Marítimas, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias. Estas áreas operacionais contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço e de um conjunto de Estruturas de Apoio nas vertentes da Gestão de Equipamento, dos Sistemas de Gestão e Tecnologia, dos Aprovisionamentos e da Logística das Propostas, bem como de um Polo Operacional e de um Laboratório de Materiais, instalados no Montijo, numa área superior a 100.000 m² e que constituem uma enorme valia adicional para a atividade e para os serviços prestados aos clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira Casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos.

Em 2020, as empresas do Grupo Teixeira Duarte que atuam neste setor da Construção operaram nos mercados de Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Equador, Espanha, Gabão, Koweit, Moçambique e Perú e mantiveram ação comercial nos mercados de França, Marrocos, e Reino Unido.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores e parceiros.

Desde o início desta realidade, que a Teixeira Duarte implementou, em todas as obras que tiveram condições para prosseguir,



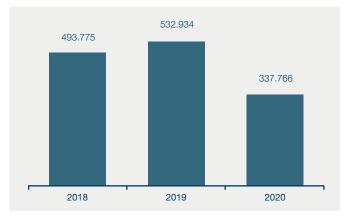


Gobiernos Autónomos Descentralizados Municipales de Guayaquil y Daule - Construção da Ponte Daule-Guayaquil, incluindo Acessos e Passagens Superiores GUAYAQUIL - EQUADOR

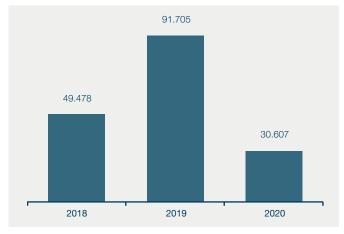
um vasto conjunto de medidas que variaram conforme os mercados e os clientes, tais como, aumentar balneários e refeitórios, medições de temperatura, equipamentos de proteção, logísticas para evitar contactos com zonas de possível contaminação, procedimentos regulares de higienização dos locais, regras de utilização e lotação de espaços e de entradas e saídas dos locais, em muitos casos em articulação específica com as próprias autoridades de saúde e demais entidades das obras (dono de obra, fiscalização e autoridades).

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios da Construção (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA da Construção (Valores em milhares de Euros)

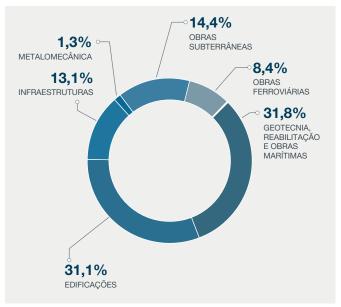
O Volume de Negócios da Construção diminuiu, na sua globalidade, 36,6% face ao período homólogo de 2019.

Portugal registou uma diminuição de 21,5% face a 2019, devido essencialmente à difícil conjuntura económica resultante do efeito paralisador da pandemia COVID-19.

Os mercados externos foram também afetados por este evento e pela desvalorização cambial nesses mercados, que se traduziu numa retração de 43,4% face ao ano passado. A este propósito, destacamos as reduções verificadas em Angola de 76,3%, na Argélia de 33,8%, no Brasil de 42,1% e em Moçambique de 52,7%.

A atividade desenvolvida nos mercados externos passou assim a representar 61,7% do Volume de Negócios da Construção, em vez dos 69,1% que representava em 2019.

Relativamente às diferentes áreas de negócio em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operaram em 2020, refira-se que os contributos, em termos consolidados, de cada uma foram os seguintes:



Peso das Áreas de Atuação no Vol. de Negócios da Construção

O EBITDA na Construção registou um decréscimo de 66,6% face ao ano passado, tendo atingido 30.607 milhares de euros em 2020.

A redução o EBITDA foi fortemente influenciada pela variação negativa de 42.318 milhares de euros das diferenças de câmbio operacionais, bem como pela forte redução da atividade em Angola, Argélia e Brasil, em parte afetados pela pandemia COVID-19.



Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. - Empreitada de Reparação e Reforço do Molhe Norte do Porto de Viana do Castelo VIANA DO CASTELO - PORTUGAL

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais alcançados pelas empresas do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 450.233 milhares de euros, uma diminuição de 34,7% face a 2019.

GEOTECNIA E FUNDAÇÕES, REABILITAÇÃO E OBRAS MARÍTIMAS

Na vertente da Geotecnia e Fundações concebem-se e executam-se soluções técnicas de engenharia de fundações, estudos geológicos, prospeção mineira, paredes moldadas, estacas, micro estacas, pregagens, ancoragens, consolidações, injeções, jet-grouting, betão projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na área da Reabilitação realizam-se trabalhos especializados nos domínios da reabilitação de estruturas e conservação de monumentos e património arquitetónico edificado, bem como inspeções e diagnóstico de estruturas.

No âmbito das Obras Marítimas executam-se diversos tipos de

obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico; de construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Na vertente dos **Projetos** desenvolvem-se e executam-se Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos nesta tecnologia e criação de procedimentos internos.

No global, a atividade desenvolvida nestas áreas da Geotecnia e Reabilitação e na área das Obras Marítimas, registou em 2020 um incremento do Volume de Negócios face a 2019.

Com efeito, o Volume de Negócios aumentou em Portugal, Angola, Argélia, Cabo Verde e reduziu no Brasil, em Moçambique e

na Colômbia, sendo que, no global, alcançaram-se 109 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 12,5% relativamente ao período homólogo.

Em Portugal o volume de negócios cresceu 19% relativamente a 2019, tendo atingido o valor de 18 milhões de euros, contribuindo em 16,4% para o Volume de Negócios Global desta área de atuação.

Em 2020, realça-se a execução de uma obra emblemática, para a Associação de Turismo de Lisboa (ATL), que consistiu no "Reforço das Fundações e Estruturas para a Plataforma (Segurança antissísmica)", junto ao Terreiro do Paço em Lisboa, no valor de 3,8M€. A empreitada visou o reforço das fundações e Estruturas para execução de plataforma e muro poente, na proximidade da Estação fluvial Sul e Sueste do rio Tejo, estruturas enterradas do Metropolitanos de Lisboa e Estação de Metropolitano e Torreão nascente no Terreiro do Paço. Os trabalhos contemplaram a execução de estacas verticais em betão armado de diâmetro 1.200 mm, precedidas da implementação de plano de instrumentação e observação das estruturas envolventes.

Em Angola a carteira de obras conquistadas permitiu uma atividade contínua ao longo de todo o ano, registando-se um aumento de 12,5% no Volume de Negócios, tendo-se atingido o valor de 4 milhões de euros.

Destaque para a empreitada de "Fundações e Betão Armado dos Silos e Fabrica de Moagem", a realizada para "INDUVE – Industrias Alimentares" e a empreitada dos "Fundações e Betão Armado dos Silos e Fabrica de Moagem", a realizar para "HIGITEC". De salientar também a importante obra multidisciplinar de "Fundações Especiais e Aterros da Refinaria de Luanda" para o Cliente CCESCC- China Chemical Engineering Second Construction Corporation e a continuidade de outras importantes empreitadas, nomeadamente, a Furação e injeção para impermeabilização e furação para drenagem do "Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca", para a "Odebrecht Engenharia e Construções" e as Fundações indiretas para as "Linhas de Transmissão de Laúca", para a "Omatapalo - Engenharia & Construção, S.A.", troço Catete-Laúca.

Na Argélia, confirmaram-se as expectativas dos anos anteriores, ou seja 2020 foi um ano em que a atividade sofreu um incremento significativo relativamente ao período do ano anterior, tendo o Volume de Negócios aumentado 81% relativamente ao do ano anterior – 63,9 milhões de euros, contribuindo em 59% para o Volume de Negócios alcançado nesta área de atuação.

Tal crescimento resultou da execução de trabalhos no âmbito de uma importante obra marítima de prazo plurianual adjudicada a empresas do Grupo Teixeira Duarte: "l'Étude, la réalisation

des aires de travail e de transfert, les infrastructures maritimes et génie-civil, les fournitures et l'installation d'un complexe élévateur à bateaux d'une capacité de levage égale ou supérieure à 9000 tonnes et la formation de techniciens", para o E.C.R.N. "l'Établissement de Construction et de Réparation Navales" (integrado no Ministério da Defesa Nacional da Argélia), sediado na base Naval de Mers-EL-Kebir.

A intervenção compreende as áreas para implantação do elevador e de transferência de navios (cerca de 135 m de extensão), 4 vias de estacionamento e um caminho de rolamento para operação de 2 gruas de 40 toneladas de capacidade e proporciona a realização de trabalhos a executar por equipas das diferentes valias do Grupo Teixeira Duarte neste setor da Construção.

No Brasil, o volume de negócios atingiu os 11,3 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 54% relativamente ao ano anterior. Esta redução deve-se essencialmente à conclusão da empreitada dos "Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz", em Florianópolis, para a SIE – Secretaria de Infraestruturas do Governo de Santa Catarina, no final do primeiro trimestre do ano e também à retração do mercado face á atual conjuntura.

Dando continuidade à presença no Estado de Santa Catarina, foi assinado contrato no montante de 3,2 milhões de euros relativo "Serviços de contenção de 25 pontos da rodovia da SC 390 na Serra do Rio do Rastro", para a Secretaria de Infraestruturas do Governo.

A empreitada consiste na realização de diferentes trabalhos de contenção com destaque para aplicação de redes metálicas, barreiras dinâmicas e pregagens, entre outros, ao longo de 35km desta estrada, ponto de atração turística pela sua paisagem e inúmeras quedas de água, estando prevista terminar no decorrer do segundo semestre de 2021.

Para a mineradora VALE – importante Cliente da Teixeira Duarte – foram assinados dois contratos: um para "Obras Civis e Montagem Eletromecânica para Recuperação das Estruturas em Concreto Armado da Ponte de Acesso, Pier e Instalações do Terminal da Ilha Guaiba", em Mangaratiba, no Rio de Janeiro, pelo valor correspondente a 9,2 milhões de euros e, no Estado de Minas Gerais, a "Substituição da Ponte de Cuietê, da EFVM", em Conselheiro Pena, pelo valor de 3,6 milhões de euros.

Concluíram-se os trabalhos de "Fundações em Estacas de Grande Diâmetro na Alça de Acesso à Ponte Rio-Niterói", para a "Itinera Construções", no Rio de Janeiro e foram iniciados os trabalhos no âmbito do contrato de "Fundação Profunda em Estacas de Grande Diâmetro", na Linha 1 do Tramo III do Metro de Salvador, no Estado da Bahia, para a "Camargo Correa Infraestruturas".



Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique - Construção das Instalações Portuárias no Porto de Nacala MOCAMBIQUE

Em Cabo Verde a situação de pandemia de COVID-19 exerceu impacto significativo no decorrer da obra marítima em curso no porto da Ilha de Maio, originando diversos períodos de suspensão dos trabalhos e outros constrangimentos, que condicionaram o normal desenvolvimento da empreitada. Ainda assim o volume de negócios atingido foi de 1,4 milhões de euros.

Na Colômbia, apesar de um longo período de restrição dos trabalhos fruto da situação de pandemia COVID-19, o volume de negócios atingiu o valor de 3,2 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 14% relativamente ao ano anterior.

A continuidade de empreitadas que vinham de 2019 permitiram que se mantivesse uma atividade contínua e uma taxa de ocupação do equipamento bastante satisfatória ao longo de todo o ano.

Em Moçambique, atingiu-se um volume de negócios de 7,2 milhões de euros, representando uma redução 50% relativamente ao período do ano transato, resultante da interrupção, entre os meses de março e novembro de 2020 por força da situação de pandemia COVID-19, dos trabalhos de "Construction of Port Facilities for Nacala Port Development Project Phase I & II",

em Nacala, concretizados no âmbito da subempreitada para o consórcio japonês "Penta Ocean/Toa", Construção do Porto de Nacala, Fases I e II, para o Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique.

EDIFICAÇÕES

Na área das Edificações, tem-se mantido uma atuação importante na construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações. Em 2020, o Grupo atuou nesta área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e no Koweit.

No global, em 2020 assistimos a uma forte redução do volume de faturação face ao registado em 2019, acontecendo o mesmo relativamente aos principais indicadores económicos, nomeadamente ao EBITDA e EBIT. Portugal foi o único mercado que manteve um nível de atividade semelhante a 2019, mesmo assim com um decréscimo de rendimentos de 10%, assumindo-se como o principal mercado na área das Edificações com um contributo de cerca de dois terços do total do volume de faturação. Nos restantes mercados, com exceção da Argélia

onde se concluiu a única obra que estava em curso, registaram-se desempenhos muito inferiores ao previsto, decorrentes em grande medida dos condicionalismos que a situação de pandemia COVID-19 provocou na atividade da construção.

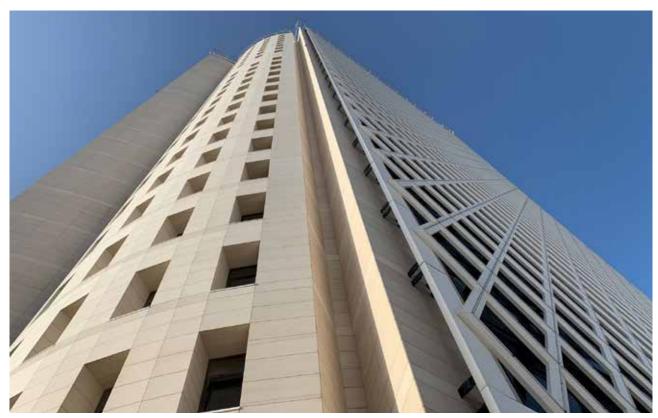
Em Portugal o nível de atividade da construção ficou aquém do previsto, registando-se em 2020 um valor de rendimentos inferior ao obtido no ano anterior, interrompendo-se a tendência, iniciada em 2017, de crescimento do volume de trabalho. Ao longo do ano a situação de pandemia COVID-19 condicionou o desenvolvimento de alguns trabalhos, atrasou adjudicações e adiou o lançamento de concursos. No entanto, tendo em conta a carteira atual e as previsões de crescimento da economia, para 2021 perspetiva-se um forte crescimento da atividade face a 2020, suportado essencialmente no mercado imobiliário privado de construção habitacional nova e construção de escritórios. É igualmente esperado um eventual crescimento da atividade na vertente das obras públicas, resultante da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência desenhado para os próximos anos.

Neste mercado, para além das relevantes empreitadas realizadas para a imobiliária do Grupo Teixeira Duarte – empreendimentos de habitação e comércio "One Living", em Cascais e a 1ª fase da "Fábrica 1921", em Benfica, Lisboa – destacam-se

as obras já anteriormente descritas da CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa, para a IMOHEALTH - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda., entidade do Grupo José de Mello e os Lotes 1, 2, 3 e 4 da Entrada Nascente de Cascais, para a GRAND BAY RESIDENCES - SICAFI, S. A. e a AUCHAN RETAIL PORTUGAL, S. A.

O ano de 2020 fica igualmente marcado pela conclusão do empreendimento Angelina Vidal, em Lisboa, para a OCM Capital Partners, no valor de 9,5 milhões de euros, caracterizado por um complexo habitacional em pleno bairro da Graça com um total de 46 apartamentos de tipologias T1 a T4, a que se junta, para o mesmo Cliente, a continuação dos empreendimentos Berlim I e II, em Lisboa, com um total de 155 apartamentos e um valor de adjudicação de 24 milhões de euros, assim como o início da empreitada Villa Unika, em Cascais, no valor de 14 milhões de euros, também de cariz residencial, com 16 apartamentos.

Ainda em 2020 deu-se continuidade ao empreendimento High Lapa, em Lisboa, para o promotor imobiliário Reformosa, no valor de 15,3 milhões de euros, a que se juntou, para o mesmo cliente, o início dos trabalhos de Estrutura do empreendimento Legacy, em Cascais, no valor de 2,9 milhões de euros que materializam a primeira fase do que virá a ser um complexo habitacional com 28 apartamentos e um hotel de cinco estrelas com



Gulf Bank Algeria - Construção da Nova Sede Social Gulf Bank Algeria EL BIAR, ARGEL - ARGÉLIA

59 quartos, tendo sido assinado, já no decorrer do ano 2021, o contrato de empreitada da segunda fase correspondente aos trabalhos de acabamentos, instalações especiais e arranjos exteriores, pelo valor de 21,5 milhões de euros.

Também na área residencial prosseguiram os trabalhos relativos ao empreendimento Amoreiras Garden, contratualizado em 2019 com a EMGI por 11,4 milhões de euros e que conta com um total de 55 apartamentos.

Em áreas de atuação distintas, regista-se ainda em 2020 a conclusão da empreitada do Edifício Industrial de Penafiel para a ATEPELI – Ateliers de Ponte de Lima Unipessoal, Lda, no valor de 8 milhões de euros, assim como a conclusão da empreitada do Hospital CUF Sintra, para a Simplygreen – Investimentos Imobiliários do Grupo José de Mello, no valor de 19,3 milhões de euros.

No Brasil, em 2020, registou-se um forte decréscimo da atividade face a 2019. A situação pandêmica COVID-19 veio agravar a já difícil situação económica do Brasil, limitando ainda mais a iniciativa de investidores públicos e privados, com consequências imediatas na angariação de novas obras por parte da Teixeira Duarte ao longo de 2020, que devido à sua escassez não permitiram manter o nível de atividade alcançado em 2019.

No decurso do ano, para além das obras já destacadas relativas ao Complexo Penitenciário da Papuda, na região administrativa de São Sebastião, no Distrito Federal para a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, a Catedral de Brasília para a Igreja Universal do Reino de Deus e a Feira da Madrugada para o Circuito de Compras São Paulo S.A., há ainda a registar o início da fase de pré-construção do Templo em Salvador para os Mórmans, que se prevê venha a atingir um valor de aproximadamente 180 milhões de reais.

Para 2021, perspetiva-se um ligeiro crescimento da atividade decorrente fundamentalmente da conclusão da empreitada da "Feira da Madrugada" e da empreitada de construção da Fase 2 da "Catedral de Brasília", que poderá ainda vir a ser aumentada em resultado do expectável crescimento do investimento privado decorrente dos estímulos à economia promovidos pelo Governo Central.

Em Angola, as restrições impostas pela situação de saúde pública condicionaram fortemente a execução das obras que estavam em curso, tendo inclusivamente motivado o adiamento do início da empreitada de Reabilitação da 2.ª fase do Hospital Municipal do Soyo. Por outro lado, em 2020, registou-se pelo quinto ano consecutivo uma contração do PIB, uma depreciação acentuada da moeda nacional, um aumento significativo da inflação e uma grande redução nas reservas monetárias inter-

nacionais líquidas. Naturalmente que esta conjuntura adversa tem tido impactos severos na atividade da construção, onde os investimentos públicos e privados atingiram mínimos históricos.

Contudo, para 2021 e atendendo às obras em carteira, perspetiva-se um aumento moderado do volume de faturação na área das Edificações, continuando, no entanto, a registar-se um nível de atividade muito aquém do alcançado no passado recente e do potencial deste mercado e da capacidade e histórico da Teixeira Duarte no mesmo.

Na Argélia, o volume de negócios enquadrou-se dentro do valor previsto para 2020, tendo-se concluído a empreitada do AGB (*Gulf Bank Algeria*), não se perspetivando a realização de novas empreitadas de Edificações neste mercado.

No Koweit, a Teixeira Duarte tem em curso a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Umm Al Hayman, para a WTE Wassertechnik GmbH – Koweit Branch, no valor correspondente a cerca de 166 milhões de Euros, sendo que em 2020 a execução da mesma teve fortes condicionantes, designadamente pelas medidas tomadas pelas autoridades em reação à situação de pandemia COVID-19, o que se traduziu num nível de atividade muito inferior ao previsto.

Para 2021, admite-se que durante o segundo trimestre haverá uma redução das restrições impostas pela pandemia, o que permitirá um aumento significativo dos níveis de produção nesta empreitada e consequente faturação.

Em Moçambique o nível de atividade manteve-se em linha com o já registado no ano anterior, fortemente condicionada pela difícil conjuntura económica e financeira que se vem registando no país nos últimos anos, agravada em 2020 pela situação de pandemia COVID-19.

Face a este cenário, a que se junta a forte instabilidade que se vive no norte do país resultado do conflito armado que se vem perpetuando, a perspetiva para o próximo ano, em particular no que se refere à iniciativa privada, é o da manutenção de baixos níveis de investimento a que se associam, para a área da construção, baixos níveis de atividade.

INFRAESTRUTURAS

Na área das Infraestruturas, as empresas do Grupo Teixeira Duarte reúnem um vasto e diversificado conjunto de obras executadas, nomeadamente, estradas e autoestradas, pontes e viadutos, barragens, túneis, ferrovias, gares ferroviárias e interfaces, obras portuárias, construção ambiental e ainda infraestruturas de água e gás natural.

A atividade desenvolvida nesta área, tem acompanhado as va-

riações cíclicas dos principais mercados em que as empresas do Grupo operam.

O Grupo atuou, em 2020, nesta área em Portugal, Argélia, Brasil, Equador e na Venezuela, tendo também prosseguido a atividade técnica e comercial em alguns países da América Latina, de África e da Europa, o que permite antever, a curto ou médio prazo, a atribuição de alguns contratos nestas geografias.

O Volume de Negócios alcançado pelo Grupo nesta área de atuação diminuiu 65% face ao ano anterior, fixando-se em 44,4 milhões de euros, tendo sido fortemente influenciado pela suspensão de algumas obras, fruto da Pandemia COVID-19, bem como pelo facto de alguns projetos terem chegado ao seu termo. Este valor foi sustentado pela redução ligeira da atividade em Portugal e no Brasil, tendo sido fortemente penalizado pela forte abrandamento da atividade na Argélia, que, para além do efeito COVID-19 tem sofrido condicionalismos de ordem financeira e de desvalorizações cambiais.

Em Portugal, a atividade registou um decréscimo face ao período anterior, de 15,9% do volume de negócios nesta área de atuação, atingindo-se um valor de 12,2 milhões de euros, destacando-se:

- a conclusão da intervenção na Linha da Beira Alta, no troço entre Guarda e Cerdeira, para as Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA). Com prazo de execução de 13 meses, este projeto diz respeito à Fase 1 do subtroço 3.1 do Projeto de Execução da Modernização da Linha Ferroviária da Beira Alta, numa extensão de cerca de 14 km, que suporta tráfego misto de diferentes características e material circulante convencional (passageiros e mercadorias). Realizou-se uma intervenção do tipo RIV (renovação integral da via), de forma a melhorar as condições de exploração ferroviária e reduzir os custos de manutenção da infraestrutura, através das seguintes intervenções: Renovação da superestrutura da Plena Via, passando o existente carril 54E1 e travessa de betão bi-bloco para carril 60E1 com travessas de betão monobloco polivalentes; Tratamentos/estabilização de taludes de escavação e aterro; Tratamentos de plataforma; Melhoria e reabilitação do sistema de drenagem; Adaptação do sistema de catenária, face às alterações introduzidas; Implementação de novo sistema de Retorno de Tração; Adaptação das existentes infraestruturas de sinalização e telecomunicações às necessidades decorrentes da modernização do troço;
- a conclusão de diversos trabalhos para a "SOMINCOR Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", na mina situada nessa localidade, no concelho de Castro Verde;

- a conclusão da Requalificação do ramal ferroviário do Porto de Sines para a APS (Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A). Com prazo de execução de 9 meses, esta intervenção insere-se na ampliação da capacidade do feixe de receção / expedição dotando o referido ramal com uma maior capacidade e desempenho, permitindo a operação de composições com 750 metros de comprimento. As principais atividades executadas foram o Reajustamento do lado Poente do feixe de receção/ expedição, com especial foco para a Linha I que passou a ter um comprimento compatível com composições de 750 m de comprimento; a criação de uma 4ª Linha no atual feixe de receção/ expedição, paralela à Linha III, com capacidade para composições com o mesmo comprimento; a criação da Infraestrutura necessária para a possibilidade de, no futuro, ser construída uma 5ª linha; a criação de uma nova Linha de acesso, que partindo da atual possibilitará a ligação à nova zona de carga/ descarga do Terminal existente; a criação de uma ligação entre o topo nascente do feixe de receção e a nova Linha de acesso; a criação de um novo topo de reversão para substituição do atual; a criação de um novo topo de resguardo para parqueamento do material circulante; e ainda, a inserção de uma TJD que permite as ligações entre o (Feixe de Resguardo/ Receção) e as futuras linhas de acesso e linha de reversão, bem como, à linha de Resguardo. A título de curiosidade, foram executados 9.000 m de drenagens, fornecidos cerca de 2.200 m de nova via em carril 54E e regularizados cerca de 12.000 m carril existente;
- a continuação os trabalhos do Túnel de acesso ao mercado do Bolhão, para o GOPorto (Gestão e Obras da Câmara Municipal do Porto E.M.), num projeto de cerca de 5 milhões de euros e prazo de execução de 19 meses, esta empreitada, que se localiza em ambiente urbano denso, no coração da cidade do Porto, inclui a construção de um túnel que liga a Rua Ateneu Comercial do Porto à Rua Alexandre Braga, com uma extensão aproximada de 120 metros, a reabilitação parcial de três edifícios na Rua Formosa e a construção de três novos edifícios, dois pisos acima da laje do túnel, na Rua do Ateneu Comercial do Porto, e na Rua de António Pedro, em substituição dos existentes, cuja demolição foi realizada no âmbito desta empreitada.

Já para empresa imobiliária do Grupo, tiveram início as obras de infraestruturas da urbanização da operação de loteamento do empreendimento de "Vila Rio", na Póvoa Santa Iria.

Na Argélia, para além da suspensão da totalidade das obras durante um largo período de tempo após o fecho das Fronteiras Argelinas, decretado em 19 de março de 2020, e que até à data perdura, a conjuntura política e económica tem condicionado o desenvolvimento da atividade e teve como consequência um

decréscimo significativo do volume de negócios, atingindo-se o valor de 1,4 milhões de euros.

O Brasil foi fortemente afetado pela situação de pandemia CO-VID-19, que agravou a conjuntura política e económica mais adversa, ao que se associou ainda a desvalorização do real e o respetivo impacto nos valores da atividade correspondentes em euros. Não obstante, foi possível contratar com dois novos clientes, aumentar e incrementar alguns dos contratos com clientes e assegurar níveis de produção bastante positivos. O volume de negócios reduziu 37% em relação ao ano anterior, tendo-se fixado em 32,6 milhões de euros.

No decorrer do exercício de 2020, concluiu-se a Empreitada para a Execução das Obras de Infraestrutura para o Projeto SA-LOBO III, localizado na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, no Município de Marabá/PA, para a SALOBO METAIS S.A., participada do Grupo VALE S.A., bem como a Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Adequação na Rodovia BR-440/MG, em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

Ao longo do ano foi dada continuidade ao contrato de Elaboração dos Projetos e Execução das obras de duplicação da Rodovia BR-101/BA com uma extensão de 84 Km, no Estado da Bahia, para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Este projeto tem previsão de ser encerrado

no primeiro semestre de 2021 e destaca-se por ser o primeiro projeto rodoviário de dimensão executado em pavimento rígido.

Para a mesma entidade, prosseguiram também os trabalhos de Elaboração de Projetos e Execução de Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA – Lotes 06, com uma extensão de 40 Km, no Estado da Bahia. Trata-se de um projeto de duplicação de uma das mais importantes rodovias do Brasil, num Estado muito carenciado de infraestruturas e onde a economia tem crescido a um ritmo mais acelerado que o das rodovias. Este projeto teve um avanço expressivo em 2020, que permitiu a abertura ao tráfego dos primeiros 9Km.

Já para a VALE do Rio Doce, S.A., deu-se continuidade à execução de obras civis para alteamento do maciço da barragem Itabiruçu até elevação 850m, no município de Itabira/MG. Os trabalhos de alteamento representam uma elevada complexidade em termos de engenharia uma vez que abordam aspetos geotécnicos, hidráulicos e estruturais relativos às obras já realizadas nos primeiros alteamentos, exigindo a sua compatibilização com o novo projeto de execução e revisão das condições de fundação e filtros. Esta Empreitada, apresenta um paramento principal de altura final na ordem dos 42,00m e um eixo com uma extensão 1.100,00m. Está previsto a obra ser concluída ainda em 2021, com um valor atualmente estimado correspondente a 26,3 milhões de euros.



Prosperdynasty - Unipessoal, Lda. - Construção e Reabilitação do Edifício High Lapa LISBOA - PORTUGAL

Continuaram também os serviços de perfuração e desmonte em rocha com explosivos, escavação, carga, transporte, descarga de minério e estéril, conservação dos caminhos de circulação dos equipamentos, espalhamento e deposição do material transportado, para a Atlantic Nickel, S.A., junto à cidade de Ipiaú, no município de Itagibá/BA.

No decorrer do exercício iniciou-se a Execução dos Serviços de Alteamento da Barragem Santa Rita no Complexo Minero-Industrial da Atlantic Nickel Mineração Ltda., localizada no município de Itagibá/BA. Trata-se de uma obra a ser executada através de um Consórcio em que a EMPA, empresa 100% participada pela Teixeira Duarte, detém uma participação de 33%, localizada junto à cidade de Ipiaú, Estado da Bahia, no Brasil. O valor da obra é de 14,8 milhões de euros, estando previsto o seu término no primeiro semestre de 2021.

Para a VALE, S.A. começou a empreitada total para a execução das obras civis para adequação da turbidez do Córrego de Conceição, no Município de Itabira/MG, com fornecimento de materiais, consistindo os trabalhos na implantação de canal para direcionar o fluxo do dreno de fundo da barragem Conceição até o interface ferroviário da mina. O valor da obra é de 2,6 milhões de euros, estando prevista a sua conclusão no primeiro semestre de 2021.

Arrancou também este ano o contrato de Prestação dos Serviços de Engenharia e Construção Civil em regime de Empreitada Total, para as Obras Iniciais Necessárias para a Futura Implantação do Porto Sul, para a BAMIN – Bahia Mineração, S.A.. Trata-se da construção da interseção e da via do acesso industrial ao futuro Porto Sul, junto à cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia, no Brasil, incluindo a Ponte Sobre o Rio Almada, o Viaduto Sobre a BA-648 e a execução de uma via de acesso com 12Km de extensão. O valor da obra é de 22,3 milhões de euros, estando previsto o seu término em março de 2022.

Para a RODONORTE - Concessionária de Vias Integradas, S.A. - Grupo CCR, assinou-se o contrato de Prestação de Serviços por Empreitada da Obra de Implantação das Intersecções das Prioridades 05A e 05B Localizada na BR-373, Km173 e Km180 na Avenida Souza Naves e 160 localizada na BR-376, km 499, na Região da Cidade de Ponta Grossa/PR, sob Concessão da referida RODONORTE, Abrangendo o Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Mão-de-Obra. Trata-se da construção de três interseções rodoviárias nas Rodovias BR-373 e BR-376, sob concessão da RODONORTE, localizadas na região de Ponta Grossa, Estado do Paraná, no Brasil., incluindo trabalhos de natureza multidisciplinar, como terraplenagens, pavimentação, Obras de Arte Especiais, muros de contenção, trabalhos de estabilização de taludes, fundações especiais e desvio de interferências de natureza vária. O valor da obra é de 14 milhões de euros, estando previsto o seu término em novembro de 2022.

Para 2021 mantêm-se as perspetivas de retoma da economia e o crescimento moderado da atividade.

No Equador, conclui-se a empreitada para a execução da Ponte Daule-Guayaquil, sobre o Rio Daule, com a extensão de 540 metros, constituída por 9 vãos de 60 metros e 26,6 metros de largura, em estrutura mista, sendo o tabuleiro metálico e as pré-lajes em concreto armado pré-tensionado, que integram quatro vias, calçada de pedestres e uma ciclovia.

O sucesso desta obra reforça e amplia a atuação do Grupo no mercado Latino Americano onde prossegue prospeção comercial com expectativas de aumento de atividade nas várias áreas de atuação da Teixeira Duarte.

A obra incluiu também dois viadutos, um sobre a Avenida León Febres Cordero (Daule), "La Joya", com 108 metros de vão total, e outro sobre a Avenida Narcisa de Jesús (Guayaquil), "Cierro Colorado", com 270 metros de vão total, ambos em estrutura mista de concreto armado com pré-lajes em pré-tensão. Os trabalhos ainda contemplaram viadutos de acesso rodoviário, drenagens, movimentos de terras, muros de suporte, sinalização, acabamentos, iluminação e barreira acústica.

Na Venezuela, estando paradas as obras contratadas, a atividade do Grupo está circunscrita, desde 2017, à operação do Puerto de La Guaira – desenvolvida neste Relatório no âmbito das Concessões e Serviços – cuja contratação ocorreu na sequência da realização, pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", da empreitada de modernização e ampliação do Porto de La Guaira, nos anos 2012 a 2014.

O Grupo mantém boas perspetivas de contratação de novas empreitadas em alguns destes países da América Latina, designadamente no Perú.

METALOMECÂNICA

Na área da Metalomecânica, o Grupo Teixeira Duarte concentra a especialidade de construção metálica, conciliada com o domínio de tecnologias no campo da mecânica e da óleo-hidráulica. O elevado *know-how* neste campo, habilita o Grupo para o estudo, desenvolvimento e implementação de soluções para a execução de trabalhos de elevada complexidade e precisão, inerentes à execução, movimentação e montagem de estruturas de grande porte.

Esta valência tem sida utilizada pelo Grupo ao longo dos anos, seja diretamente para clientes externos, seja de forma integrada e complementar com as demais áreas de atuação, em diversos projetos de construção, nomeadamente na reabilitação e construção e pontes metálicas e viadutos e mistos, edifícios, bem como em construções industriais e equipamentos hidromecânicos.

Em 2020 a Teixeira Duarte executou trabalhos de Metalome-



BAMIN – Estruturas metálicas para a Ponte Sobre o Rio Almada ILHÉUS - BRASIL

cânica em Portugal, Argélia e no Brasil, tendo, em termos globais, alcançado 52,4 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 62% relativamente ao ano de 2019, resultante essencialmente da empreitada em curso na Argélia.

Em Portugal, onde se registou um decréscimo de atividade, manteve-se a produção de estruturas metálicas no Polo Operacional Teixeira Duarte, destinadas a diversas obras em curso em Portugal e na Argélia. Salientando-se também o fabrico de estruturas metálicas nesta unidade de produção para clientes estrangeiros, como a VINCI – Mónaco e a empresa canadiana de equipamentos mineiros TNT.

Em 2020 iniciou-se, para a EDP uma intervenção na barragem da Bouçã, enquanto para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", se deu continuidade à colaboração na área de reparação de equipamento mineiro.

Na área da investigação e desenvolvimento, deu-se continuidade ao projeto de desenvolvimento de um abrigo antissísmico "SHELTER", no âmbito do Programa Portugal 2020, um consórcio da Teixeira Duarte com o IST.

Na Argélia manteve-se a colaboração com as outras áreas de atuação, com especial relevo para a empreitada "Structures

Génie Civil et Maritime pou Installation d'un Complexe élévateur a Bateaux", na sequencia do contrato estabelecido com "L'Etabilssement de Construction et de Réparation Navales (E.C.R.N.), empreendimento de grande dimensão e de elevada complexidade técnica.

No âmbito da empreitada "AGA- Controle et suivi des travaux de réalisations dês installations et équipements d'exploitation de l'autoroute Est-Ouest-Lot Ouest", deu-se continuidade à montagem de estruturas metálicas denominadas Auvents destinadas às coberturas das portagens e restantes edifícios de apoio.

No Brasil concluiu-se a empreitada "Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em Florianopólis – Santa Catarina", para o "DEINFRA-SC", obra de grande complexidade na qual a participação da Metalomecânica foi de elevada dimensão e relevância, e deu-se início à participação em outros projetos, nomeadamente o fornecimento e montagem da cobertura metálica da Catedral de Brasília, para a IURD, e os trabalhos de estruturas metálicas para a construção da ponte sobre o Rio Almada, para a BAMIN – Bahia Mineração, S.A..



Consórcio Constructor M2 Lima – Excavación, Revestimiento Primario y Revestimiento secundario de los túneles Natin, de Acesso Al Patio Taller Santa Anita
LIMA - PERU

OBRAS SUBTERRÂNEAS

Nas Obras Subterrâneas, o Grupo Teixeira Duarte é detentor de 100% do capital de uma empresa especialista, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, desde 1986, atua na área da engenharia civil e na área mineira.

Em 2020, o volume de negócios diminuiu 12%, em comparação com o período homólogo, para 48 milhões de euros, dos quais 40% foram obtidos no mercado interno.

Em Portugal, registou-se uma forte diminuição da atividade devido à rescisão do contrato na mina de Armamar para a Iberian Resopurces e à suspensão, pela situação de pandemia COVID-19, dos trabalhos na mina de Neves Corvo para a "SO-MINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", mantendo contudo a EPOS a aposta na manutenção e angariação de clientes privados com uma forte concentração na área mineira.

O volume de negócios no mercado externo aumentou em comparação com o ano de 2019, permitindo atenuar a diminuição da atividade em Portugal, passando o mercado externo a representar mais de 61% do total da atividade contra 46% no ano de 2019.

O aumento no mercado externo deveu-se à consolidação da atividade no Brasil – concretizada na execução de um contrato, por um período de cinco anos, de uma importante obra mineira na Mina de Cuiabá, em Belo Horizonte, para a "Anglo Gold Ashanti, Córrego do Sítio – Mineração, S/A, terceiro maior produtor de ouro do mundo – e à execução do Túnel de La Paz, obra rodoviária, em Bucaramanga, na Colômbia, para o consórcio FERROCOL / SANTANDER.

Ainda no âmbito do mercado externo, destaca-se a continuidade da atividade em Espanha, na mina de Águas Teñidas, para a "MATSA – Minas de Aguas Teñidas, S.A." e, no Perú, a empreitada no metro de Lima, para o "Consorcio Constructor M2 Lima", de "Excavación, Revestimiento Primario Y Revestimiento Secundario de Los Túneles Ramales Natim, de Acesso Al Patio Taller Santa Anita".

Numa análise global, a geografia de Portugal representou 36% do volume de negócios, o Brasil assume o papel de segunda geografia mais importante na atividade da EPOS em termos de volume, com uma contribuição de 35% do total, seguido da Colômbia com 12% do total em terceiro lugar.

Prevemos para o volume de negócios para 2021, valores da

mesma ordem de grandeza dos gerados em 2020, pois os efeitos da pandemia ainda se vão fazer sentir em 2021.

OBRAS FERROVIÁRIAS

Nas Obras Ferroviárias o Grupo Teixeira Duarte atua através da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e da "SOMA-FEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", que é uma sociedade, participada pelo Grupo Teixeira Duarte a 67,74% durante o exercício em análise, vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária), a qual atua diretamente, através das suas sucursais e ainda das suas participadas brasileiras "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda" e gabonesa "SOMAFEL GABON, S.A.R.L. Unnipersonelle".

Para além da valia técnica, da experiência de várias décadas a trabalhar em diversos mercados, da capacidade de equipamento e recursos humanos especializados, a SOMAFEL distingue-se por trabalhar em quatro bitolas distintas, nas especialidades simultâneas de via e de catenária.

No período de 2020, o volume de negócios nesta área atingiu o montante de 28,8 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 1,3% em relação ao ano anterior, distribuído por Portugal (63%), Argélia, Brasil (32%), Gabão e Moçambique, enquanto que em França, Marrocos e Reino Unido a atuação foi focada em ações comerciais.

Em 2020, a atividade em Portugal foi marcada pela execução de um conjunto de obras associadas ao Programa Ferrovia 2020, angariadas no ano anterior e a um incremento na atividade de manutenção e reabilitação de via decorrente da Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária dos Lotes 1 e 2 da Rede Ferroviária Nacional.

No Brasil, o volume de negócios aumentou em cerca de 26% comparativamente com o período anterior, tendo 2020 sido o segundo melhor ano de atividade da SOMAFEL no Brasil. A atividade foi impulsionada pelos trabalhos, lançados pela VALE, S.A., para manutenção e renovação de infraestrutura e superestrutura ferroviária na Estrada de Ferro de Carajás, nos Estados do Maranhão e Pará, bem como em pátios mineradores na Mina de Paraupebas.

Na Argélia, nos últimos anos tem-se verificado uma redução de atividade, não se tendo angariado novas obras. Em 2020, destacam-se os trabalhos no âmbito da empreitada de "l'Étude, la réalisation des aires de travail e de transfert, les infrastructures maritimes et génie-civil, les fournitures et l'installation d'un complexe élévateur à bateaux d'une capacité de levage égale ou supérieure à 9000 tonnes et la formation de techniciens", para o E.C.R.N. "l'Établissement de Construction et de Réparation Navales" (integrado no Ministério da Defesa Nacional da Argélia), sediado na base Naval de Mers-EL-Kebir.

No Gabão mantêm-se a prestação de serviços de ataques mecânicos pesados na linha férrea entre Libreville e Franceville, com cerca de 650 Km, para a concessionária "Societe d'Exploitation du Transgabonais (SETRAG)".

Em Moçambique, a SOMAFEL concluiu, como subempreiteiro da Teixeira Duarte, Moçambique, Lda., a construção de uma Linha Férrea no Terminal de Hidrocarbonetos da GALP, na Matola

As perspetivas para os próximos anos são promissoras quer pela carteira de obras já angariadas, em particular, no mercado nacional, quer nas perspetivas mundiais de forte investimento no caminho-de-ferro.



Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. - Requalificação do Ramal Ferroviário do Porto de Sines PORTUGAL

II.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Moçambique, Qatar e Venezuela.

No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, tais como o *Facilities Management* e *Facilities Services*, o Meio Ambiente, as Atividades Educativas em Angola, Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) no Brasil, e uma Operação e Gestão de um Porto na Venezuela.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme as áreas de atuação, a percentagem de capital detida nessas entidades, os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores, parceiros e autoridades tutelares do setor, como foi o caso do Ministério da Educação em Angola.

As duas áreas de maior impacto de atuação da Teixeira Duarte neste Setor das Concessões e Serviços são a Educação e o Facilties Management, ambas bastante afetadas por esta realidade, ainda que de formas diferentes e que a elas reagiram desde o início: na primeira através medidas logísticas tomadas nas instalações do Colégio e mediante profunda adaptação a novas metodologias pedagógico-didáticas e na segunda com um vasto conjunto de medidas que variaram conforme os mercados e os clientes, tais como, medições de temperatura, equipamentos de proteção, logísticas para evitar contactos com zonas de possível contaminação, procedimentos regulares de higienização dos locais, regras de utilização e lotação de espaços e de entradas e saídas dos locais, em muitos casos em articulação específica com as próprias autoridades de saúde e demais entidades envolvidas na execução dos trabalhos.

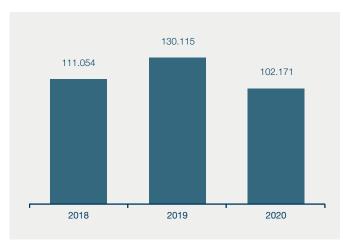
Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.



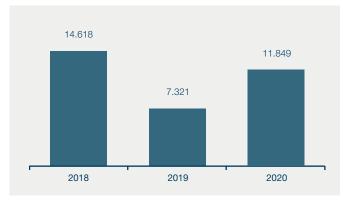


Millennium BCP - Manutenção de Edifício OEIRAS - PORTUGAL

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)

O **Volume de Negócios** das Concessões e Serviços diminuiu 21,5% face ao mesmo período do ano passado.

Em Portugal registou-se uma diminuição de 14,5% face ao período homólogo, impactado pela situação de pandemia de COVID-19.

Realce-se que em Angola e no Brasil – onde o Grupo teve diminuições de 25% e de 10,6%, respetivamente – se se desconsiderar a desvalorização do Kwanza Angolano e do Real Brasileiro, o Grupo teria registado crescimentos de 20% e de 19,1% nesses mercados.

Em Moçambique, o Grupo registou um aumento de 8,4% do Volume de Negócios, apesar do impacto da desvalorização do Metical.

Assinalamos que para este indicador contribuiu a área do Meio Ambiente em Espanha com um Volume de Negócios de 22.112 milhares de euros, atividade que está ser descontinuada na se-

quência do acordo celebrado em finais de 2019 entre a RECOL-TE e a URBASER S.A.U.

Na Venezuela, a exploração do Puerto de la Guaira, registou uma quebra de 21% do volume de negócios, atingindo 13.075 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 3.480 milhares de euros, fruto das dificuldades adversas do país.

O EBITDA nas Concessões e Serviços fixou-se em 11.849 milhares de euros, que se traduz num aumento de 61,8% face ao ano passado, beneficiado favoravelmente por diferenças de câmbio operacionais na Venezuela, ainda que penalizado pela conjuntura decorrente da pandemia COVID-19.

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 104.691 milhares de euros, 62% dos quais relativos a atividade desenvolvida no estrangeiro sendo que, no global, estes valores refletem uma diminuição de 24% em relação a 2019. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados rendimentos operacionais não consolidados, 62% são da área do *Facilities Management* e 24% da área do Meio Ambiente.

FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

Desde o ano 2000 que o Grupo Teixeira Duarte desenvolve atividade de *Facilities Management / Facilities Services*, tendo hoje um conjunto de entidades que operam, através da marca TDGI, em Portugal, Angola, Argélia, Bélgica, Brasil, Espanha, Luxemburgo, Moçambique e Qatar.

As principais áreas de atuação são hoje a (i) Gestão Integrada de *Hard* e *Soft Services*, (ii) Manutenção Técnica, (iii) Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) Gestão de Espaços e Obras.

A engenharia está na génese e na essência da TDGI, que aposta no desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas que reforçam a qualidade do serviço, a eficiência das operações e a otimização de custos ao cliente, destacando-se, neste âmbito, o projeto em parceria para o desenvolvimento do Glose EAM.

Em todas as referidas nove geografias, a atividade da TDGI foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos, mas às quais, em todas essas frentes, se reagiu desde o início num esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, que permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do



Hospital Edmundo Vasconcelos - Manutenção SÃO PAULO - BRASIL

risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

Com efeito, tomou-se um vasto conjunto de medidas que variaram conforme os mercados e os clientes, tais como, medições de temperatura, equipamentos de proteção, logísticas para evitar contactos com zonas de possível contaminação, procedimentos regulares de higienização dos locais, regras de utilização e lotação de espaços e de entradas e saídas dos locais, em muitos casos em articulação específica com as próprias autoridades de saúde e demais entidades envolvidas na execução dos trabalhos.

Em Portugal, o ano de 2020 foi, face ao enquadramento económico do país, de estabilização do número de clientes, tendo sido possível renovar vários contratos com clientes já existentes e ainda angariar novos contratos, representando este país mais de 50% da atividade da TDGI.

Nas áreas de Gestão Integrada de Hard e Soft Services e de Manutenção Técnica, que representam o *core business*, de destacar a renovação dos contratos, quer com o Millennium BCP, quer com a TAP. De referir ainda o arranque de novos contratos com clientes como a BAYER. Assim, num ano de dificuldades,

a TDGI foi um parceiro importante para os seus clientes, com o objetivo de racionalizar e tornar mais eficiente a gestão das suas instalações.

A área de Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia registou também um aumento do volume de negócios, particularmente nas áreas de Auditorias Técnicas, Certificação Energética e Instalações Técnicas Especiais. A TDGI tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos. Em simultâneo o mercado tem vindo a solicitar a realização de *due-diligences* técnicas a edifícios no âmbito de processos de aquisição, com o objetivo de apuramento do real estado das instalações e equipamentos. Também de destacar os trabalhos técnicos especializados que a TDGI tem vindo a realizar, quer para os clientes já existentes, quer para outros futuros clientes, fruto da crescente especialização técnica que tem vindo a desenvolver.

A área de Gestão de Espaços e Obras continuou a desenvolver processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores, quer na área dos edifícios, como foi o caso da Universidade Europeia, quer em ambiente industrial, na Philip Morris, respondendo a novos conceitos de local de trabalho e de bem-estar que têm vindo a criar novas tendências e estilos

de arquitetura de espaços. Ainda assim, esta foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia já que fruto da reduzida ocupação dos espaços e da incerteza sobre como será o mercado dos escritórios no futuro, os clientes de uma forma geral adiaram as intervenções que tinham perspetivado.

De destacar a Área Industrial, que tem sido uma forte aposta nos últimos anos, com o reforço da relação contratual com a OZ ENERGIA, aumentando a abrangência do contrato também para o Porto de Aveiro e ainda o Project Management das obras de expansão das diversas instalações deste cliente. De referir também o trabalho de desenvolvimento de uma nova solução de abastecimento de açúcar da principal linha de produção da fábrica da SIDUL, em Santa Iria, com vista à futura expansão e modernização dessa linha. Ainda nesta área de referir o aumento de volume de negócios no âmbito dos contratos da TDGI na indústria alimentar, como a NESTLÉ e a FIMA-OLÁ, de modo a que mesmo em contexto pandémico, estas pudessem continuar a laborar sem constrangimentos, tendo aqui a área do Facilities Management tido um papel essencial.

Em Angola, que continua a ser um dos maiores mercados da TDGI a nível global, o ano de 2020 destacou-se pela manutenção dos principais contratos, com clientes de referência, como a TOTAL e a Chevron. Num ano em que muitas empresas reduziram as suas equipas em Angola, a TDGI manteve sempre a sua capacidade operacional, tendo assim tido capacidade de responder a diversas solicitações dos clientes, reduzindo desta forma o impacto da pandemia. Do mesmo modo, manteve-se a aposta na formação das equipas, tendo efetuado diversas formações técnicas para qualificação dos colaboradores.

A atividade da TDGI na **Argélia** durante o ano de 2020 foi essencialmente de acompanhamento do final de execução da obra do novo edifício sede do Banco AGB, em Argel e preparação do arranque do contrato de manutenção que será da responsabilidade da TDGI por um período de dois anos após a conclusão da obra.

Na Bélgica, a TDGI consolidou as suas operações em curso, nomeadamente em edifícios das Instituições Europeias, iniciando ainda um contrato de manutenção de todas as lojas da H&M na Bélgica, num total de 114 lojas nos dois países. A TDGI era já responsável pela manutenção das lojas do Luxemburgo e desde o início de 2020 passou também a sê-lo para todas as lojas da Bélgica. Este contrato reflete a aposta da empresa no mercado privado neste país. De referir que este mercado foi muito afetado pela pandemia, já que a maioria das instituições europeias, lojas e escritórios acabaram por estar fechados ou com ocupação muito reduzida ao longo de todo o ano.

No Brasil, foi possível aumentar o volume de faturação dos anos anteriores em resultado, essencialmente, do aumento de trabalho nos clientes já existentes e também por novos contratos e trabalhos de remodelações de interiores. De destacar ainda a

renovação de vários contratos com clientes já com vários anos, durante o ano de 2020, como foi o caso do Hospital Moriah e do Hospital Edmundo Vasconcelos.

Em Espanha, o ano de 2020 acabou por ser também bastante impactado pela pandemia. Vários dos clientes da TDGI tiveram as suas instalações encerradas ou com ocupações muito reduzidas, o que acabou por reduzir também a atividade da empresa. Ainda assim foi possível celebrar novos contratos, fruto do trabalho comercial que tem vindo a ser efetuado, como é disso exemplo as prestações de serviços para a Dräger e para a Thomson Reuters.

Em Moçambique, a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar valor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e *Facilities Management*. Na área do *Oli & Gas* que tem sido uma forte aposta da empresa, foi possível celebrar contratos com diversas entidades, como a BAKER HUGHES, a TOTAL e reforçar o contrato com a ENI. Na área da Indústria de destacar a continuidade do contrato de manutenção da fábrica das CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE. A TDGI tem vindo a consolidar a sua atividade e equipa, apostando na formação e qualificação, de modo a poder estar preparada para os desafios que irão surgir. Apesar das dificuldades do país a atividade da TDGI aumentou neste mercado em 2020, tendo inclusivamente reforçado a sua presença em todos o território nacional.

No Qatar, a TDGI atua através da entidade de direito local "TDGISERV", detida em conjunto com a empresa local "PETROSERV" – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do *Oil & Gas* – essencialmente com um contrato de grande dimensão e projeção referente a instalações da Qatar Foundation, contrato esse cujo prazo terminou em setembro de 2020, tendo-se celebrado, com a mesma Qatar Foundation, um novo contrato de manutenção, para os próximos 5 anos, para as instalações daquele que é o maior hospital do Médio Oriente: o Sidra Medical & Research Centre.

MEIO AMBIENTE

A "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE), detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, dedicou-se durante vários anos à prestação de diversos serviços relacionados com o meio ambiente em Espanha, sendo que em setembro de 2019 foi celebrado, entre a RECOLTE e a URBASER S.A.U., um acordo tendo em vista a cessão da posição contratual da RECOLTE em todos os Contratos Administrativos e Privados na Área do Meio Ambiente, em Espanha, o que se foi realizando ao longo de 2020, à medida que em que se foram verificando os requisitos necessários para cada uma dessas cessões se concretize, confirmando a saída da Teixeira Duarte desta área de negócio.

No final do exercício e depois de diversas reuniões e diligências com a URBASER e as entidades municipais, haviam-se trans-



Colégio S. Francisco de Assis LUANDA SUL - ANGOLA

ferido 16 dos 20 contratos e adicionalmente encerrado 3 dos 9 UTEs (Sindicatos Temporários de Empresas) existentes.

Neste enquadramento, a RECOLTE focou-se também na redução de custos de estrutura, designadamente de redução de equipas centrais de apoio aos contratos de que era titular.

Para 2021 dar-se-á continuidade ao processo de cessões das posições contratuais acima referidas com o objetivo de encerrar a atividade nesta área de atuação.

EDUCAÇÃO

A "EDUCARE – Actividades Educativas e Culturais, Lda" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul", sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Português, trata-se de um estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até final do Secundário.

O seu Projeto Educativo, sustentado numa sólida missão e valores, justifica que seja agraciado com diversas distinções e que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

Neste ano e neste setor muito penalizado pela situação de pandemia COVID-19 e pelas medidas de confinamento implementadas, a EDUCARE atuou em conformidade com as recomendações que foram sendo emitidas pela Organização Mundial de Saúde, pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde onde a empresa opera e, ainda pela sua tutela, mediante profunda adaptação a novas metodologias pedagógico-didáticas.

Para se ter uma noção dos fatores que, decorrentes da crise sanitária vivida, mais diretamente impactaram no desenvolvimento da atividade do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul", regista-se o tempo decorrido com a suspensão das atividades letivas, a redução efetiva da lotação alunos/sala (com a obrigatoriedade de se estabelecer distanciamento social) e a manutenção de encargos fixos com estruturas que deixaram de produzir receitas.

Os resultados escolares obtidos em provas de avaliação externa, realizadas apenas ao nível dos Exames Nacionais por determinação do Ministério da Educação Português, foram superiores à média nacional em todas as disciplinas, à exceção da disciplina de Física e Química A (a média foi inferior apenas em 2,5 pontos percentuais).

Todos os alunos que concluíram o 12º ano ingressaram nos cur-

sos e em universidades Portuguesas e Estrangeiras, a que se candidataram como primeira opção.

Em setembro de 2020, iniciou o ano letivo com 608 alunos disponibilizando no ensino secundário os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS).

De realçar que se diferencia pela forte componente digital associada a projetos e plataformas educativas e, ainda, pelo uso corrente das Tecnologias de Informação aplicados quer em ferramentas de gestão escolar quer em dispositivos móveis, que permitem acesso dos Pais/Encarregados de Educação a informação integrada dos seus educandos.

Para o ano de 2021, dar-se-á continuidade à gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.

PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

"PAREDÃO DE MINAS ENERGIA, S.A.", "GONGOJI MONTAN-TE ENERGIA, S.A." e "TABOQUINHA ENERGIA, S.A.", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte detentoras de projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica. No exercício de 2020 prosseguiram as diligências tendo em vista a alienação dos projetos ou a extinção das sociedades, sendo que os preços de venda de energia e a situação de pandemia configuram uma conjuntura desfavorável à venda desses projetos.

OPERAÇÃO PORTUÁRIA NA VENEZUELA

Através da licença atribuída à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, o Grupo tem vindo a proceder à comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do "terminal especializado de contenedores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira". Com efeito, foi em 30 de março de 2017 que esta empresa do Grupo recebeu tal autorização no âmbito da "Alianza Estratégica para la operación y gestión portuária del terminal especializado de contenedores del Puerto de la Guaira" celebrada com a entidade Venezuelana "Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A."

Com esta Aliança pretendeu-se otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transbordo do mar do Caribe e da América Latina, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções assumido, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade de pátio para movimentar 1.200.000 TEUS/ano

e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a profundidade de 15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG's pórticos de parque, 2 reach-stackers, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5 ha.

Esta operação tem-se mantido com níveis de desempenho aceitáveis, mantendo o porto operacional 24h/dia, 365 dias por ano. Atentas as circunstâncias socioeconómicas e políticas vigentes na Venezuela, faz-se um balanço muito positivo da atuação neste mercado, tendo sido possível manter a atividade a níveis semelhantes a 2019 e com rentabilidade melhorada, movimentando 140.849 TEUS a que correspondeu um volume de negócios na ordem dos 13,1 milhões de euros.

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." (TDHOSP), na qual a Teixeira Duarte tem atualmente 10% do respetivo capital social, é uma sociedade que tem por objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

A partir da conclusão da construção do Edifício do Hospital de Cascais, em fevereiro de 2010, a atividade da TDHOSP concentrou-se na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

O exercício em apreciação, o décimo primeiro ano civil de atividade da TDHOSP, voltou a pautar-se pelo cumprimento dos diversos parâmetros de avaliação do Contrato de Gestão, nomeadamente: Serviço, Disponibilidade e Satisfação.

Ao longo do exercício foram emitidos relatórios regulares com caráter mensal que evidenciam um bom desempenho por parte desta sociedade, pelo que é expectável o recebimento de uma avaliação positiva de "Muito Bom" para o ano de 2020. Contudo, esta expectativa só se tornará efetiva no final de abril de 2021, após análise e validação pela Entidade Gestora do Estabelecimento LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A. e Entidade Pública Contratante - ARSLVT, do relatório anual de atividade.

No âmbito das atividades previstas no Contrato de Gestão, a TDHOSP realizou pequenos trabalhos de alteração ao edifício, solicitados e custeados pela Entidade Gestora do Estabelecimento e aprovados pela Entidade Pública Contratante. De destacar, que este tipo de trabalhos sofreu um incremento



TEC - Terminal Especializado de Contentores LA GUAIRA - VENEZUELA

excecional, decorrente da necessidade de adaptar o Hospital ao aumento significativo do número de doentes COVID-19. De resto, com exceção de uma redução das receitas do parque de estacionamento, a pandemia COVID-19 não teve outras consequências assinaláveis na atividade da TDHOSP.

A "AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.", constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que é subconcessionária para as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal.

Trata-se de uma participação já classificada como Ativo para Venda, relativamente à qual o Grupo tem realizado diversas diligências com vista à sua alienação.

A "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação indireta de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2020, prosseguiu-se a gestão e operação dos 19 parques de estacionamento públicos de que esta participada é concessionária, em Macau, sendo que a receita total atingiu um valor correspondente a cerca de 14,9 milhões de euros, que refletem uma redução em relação a 2019, em resultado das restrições de acesso de turistas a Macau durante parte do ano de 2020 em resultado da situação de pandemia COVID-19.

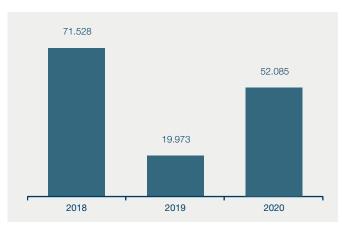
II.3. IMOBILIÁRIA

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Estados Unidos e Moçambique.

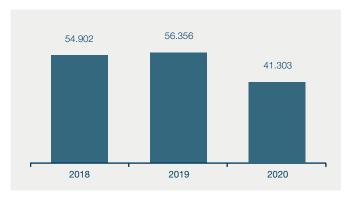
Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente autoridades municipais e licenciadoras, clientes, fornecedores e parceiros.

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

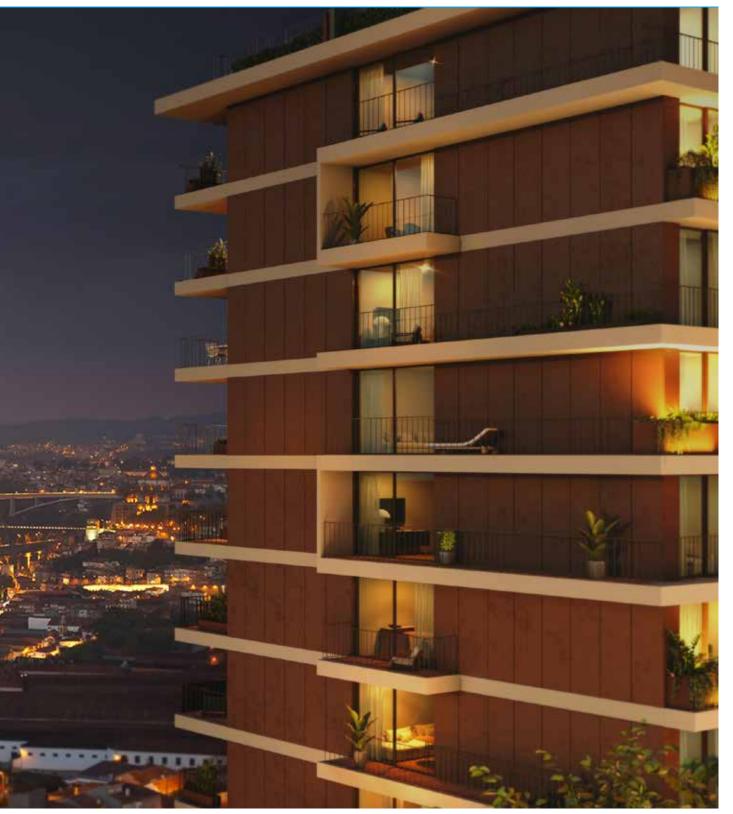


Evolução do Volume de Negócios da Imobiliária (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA da Imobiliária (Valores em milhares de Euros)





Empreendimento "River Plaza" VILA NOVA DE GAIA - PORTUGAL

O Grupo aumentou o **Volume de Negócios** no setor da Imobiliária em 32.112 milhares de euros face a 2019.

Em Portugal, o Grupo atingiu 15.863 milhares de euros, refletindo um crescimento de 6.342 milhares de euros face ao período homólogo.

Refira-se que o Grupo tem em desenvolvimento em Portugal, a primeira fase do empreendimento "Fábrica 1921" e em conclusão o empreendimento "One Living". À data de 31 de dezembro de 2020 haviam já sido celebrados contratos promessa de compra e venda no montante global de 211.044 milhares de euros e recebidos sinais no montante de 83.409 milhares de euros.

No Brasil, o Grupo atingiu o montante de 27.522 milhares de euros, registando um aumento de 20.906 milhares de euros face ao período homólogo, que resulta essencialmente das vendas dos empreendimentos imobiliários "Retrato Pinheiros" e "Veríssimo Mooca" em São Paulo.

O EBITDA da Imobiliária registou uma diminuição de 15.053 milhares de euros, o que corresponde a uma redução 26,7% face ao ano passado.

A este propósito, importa referir que o EBITDA de 2019 foi influenciado positivamente pela alienação de 50% da participada "TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A." com ganhos de 22.196 milhares de euros, pelo que, não considerando este efeito, reflete o bom desempenho da Imobiliária em 2020.

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 122.105 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 3,8% face a 2019. Os mercados externos passaram a representar 38% da atividade e Portugal 62% que comparam com 42% e 58% em 2019, respetivamente.

Em Portugal, o ano de 2020 voltou a ser marcado por um bom desempenho do mercado imobiliário em praticamente todos os seus segmentos, com especial realce para o residencial, onde o crescimento dos preços médios de venda tem sido constante ao longo dos últimos anos. No período em análise, destaque para os seguintes factos:

A continuação do desenvolvimento do empreendimento de matriz residencial "ONE Living", localizado em Cascais, destinado ao segmento alto do mercado residencial, e que se encontra quase totalmente comercializado.

Na cidade de Lisboa, a continuação do empreendimento de matriz residencial "Fábrica 1921", projeto de grande visibilidade que contribuirá de forma muito positiva para a regeneração de um quarteirão na freguesia de Benfica e para a renovação do

respetivo bairro. A primeira fase, que inclui 162 frações residenciais, encontra-se quase totalmente comercializada.

Igualmente na cidade de Lisboa, destaca-se a celebração em 2020 de um contrato promessa tendo em vista a aquisição da "Quinta das Garridas", onde se prevê a construção de um empreendimento maioritariamente de matriz residencial com cerca de 33.000 m² de área de construção.

Ainda na área metropolitana de Lisboa, o Grupo deu continuidade às obras de infraestruturas do empreendimento "Vila Rio", localizado na Póvoa de Santa Iria, Concelho de Vila Franca de Xira. Neste empreendimento "mixed use", que dispõe de uma frente direta para o rio Tejo com cerca de 500 m, prevê-se a construção de cerca de 600 fogos e de 30.000 m² de área destinada a comércio e serviços.

Destaque para a venda dos empreendimentos Abrunheira Park, em Sintra, Lezíria Park, na Póvoa de Santa Iria e Log Park, em Coina, todos ativos de rendimento, num total de cerca de 27.000 m² de logística.

A atuação no mercado do Retalho, centrou-se no empreendimento "Retail Vale Figueira" com o desenvolvimento do projeto e prospeção de possíveis arrendatários para os espaços, e para a gestão do Shopping Cidade do Porto.

Em Oeiras, foi dada continuidade ao suporte para desenvolvimento do Plano de Pormenor da Zona Norte de Caxias, onde está previsto um projeto constituído por diversos edifícios de escritórios, habitação e comércio, integrados num grande parque verde, num modelo que se pretende que seja uma referência internacional de inovação e sustentabilidade, em parceria com a empresa "CSCEC – China Construction Portugal, S.A.".

Na cidade de Vila Nova de Gaia, destaque para o projeto "River Plaza", tendo o lançamento comercial decorrido com sucesso. Com 70% das unidades comercializadas, deram-se início às obras de construção em dezembro de 2020.

Ainda nesta cidade, nos empreendimentos "Santa Marinha Design District" e "Quinta de Cravel", de realçar o desenvolvimento de dois projetos de matriz residencial e para a venda de três lotes

Em Angola, mantém-se o quadro macroeconómico difícil, com o consequente impacto também no mercado imobiliário. Neste contexto, a atividade ficou marcada essencialmente pela gestão do património de rendimento, bem como na gestão do "Focus – Workplace Solutions", espaço de escritórios e co-working promovido pela Teixeira Duarte e localizado no coração de Luanda.

Apesar de o mercado imobiliário se encontrar num momento difícil, foi possível durante o período manter bons níveis de ocupação dos imóveis em exploração e bons níveis de cobrança,

num contexto de controlo rigoroso dos custos de exploração.

No Brasil, o choque global da pandemia permitiu manter a taxa básica de juros no menor patamar da história do país, contribuindo para um ambiente favorável ao crédito imobiliário, o que propiciou o aumento da comercialização de imóveis residenciais na cidade de São Paulo, a partir do segundo semestre do ano de 2020.

É de destacar:

- a continuação da construção de quatro empreendimentos, com um total de mais de 76.000 m² de área de construção, nos empreendimentos "Retrato Pinheiros", "Veríssimo Mooca", "Quartier Brooklin" e "Loomi Paulista", todos em bairros nobres da cidade de São Paulo;
- a entrega de duas das quatro obras em construção, totalizando cerca de 28.000 m² de área construída (Retrato Pinheiros e Veríssimo Mooca);
- o início da construção de um outro empreendimento com aproximadamente 14.000 m² de área de construção, "Loomi Klabin", na Chácara Klabin, junto à Avenida Paulista;
- o início, em outubro de 2020, das vendas do empreendimento "Reserva Alta Vista", na cidade de Jundiaí, projeto com cerca de 58.000 m² de área de construção, constituídos por 204 apartamentos de alto padrão no melhor bairro da cidade. Este é o quarto empreendimento residencial "Alta Vista" na cidade de Jundiaí e, apesar de as vendas terem sido apenas iniciadas no último trimestre do ano, o bom ritmo de vendas vem confirmar a boa aceitação deste conceito de produto e a confiança que a população da cidade tem na marca Teixeira Duarte.

Nos Estados Unidos da América, na cidade de Dallas, Texas, de realçar a venda dos empreendimento "Hood", no bairro de Turtle Creek, bem como a assinatura do contrato-promessa de compra e venda do projeto "Lee Park", também em Turtle Creek, num total de cerca de 15.000 m² de área de construção acima do solo. Com estas vendas consolida-se a saída do mercado impobiliário de Dallas.

Em Moçambique, a crise económica que vive o país associada à crise pandémica mundial têm contribuído para o adiamento dos grandes projetos de *Oil & Gas* e, como tal, da recuperação económica, traduzindo-se numa redução da atividade do mercado imobiliário. Apesar deste contexto desfavorável, destaca-se a venda das duas últimas frações do empreendimento JN130, assim como a venda de alguns ativos avulsos em Maputo e na Beira. A atuação da equipa mantém-se centrada na gestão do património de rendimento e no desenvolvimento dos projetos em carteira, com destaque para o projeto localizado no

bairro de Malanga, num dos principais acessos viários à cidade de Maputo, e para o empreendimento residencial na rua Armando Tivane, também na capital do país.

Para 2021 será dado seguimento, nos vários mercados, ao desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, assim como à gestão do património imobiliário do Grupo, perspetivando-se:

Em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa, a entrega do empreendimento "One Living", em Cascais, e a continuação da construção da 1ª fase do "Fábrica 1921".

Em paralelo, prevê-se o início da construção da segunda fase do empreendimento "Fábrica 1921", que contará com 82 frações residenciais e para o lançamento comercial e início de construção dos primeiros edifícios do empreendimento "Vila Rio", na Póvoa de Santa Iria, num total de 70 unidades.

Dar-se-á igualmente continuidade ao apoio para o desenvolvimento do Plano de Pormenor do Norte de Caxias, havendo a expectativa de aprovação durante o ano de 2021.

Na Área Metropolitana do Porto, na cidade de Vila Nova de Gaia, dar-se-á continuidade à construção do "River Plaza", no Santa Marinha Design District e, ainda neste empreendimento, ao lançamento comercial de mais um lote residencial, num total de 72 unidades.

Ainda na mesma cidade, no empreendimento "Quinta de Cravel", prevê-se o lançamento comercial de um novo edifício residencial com 50 novos apartamentos.

Em Angola, dar-se-á continuidade à exploração dos imóveis de rendimento e o suporte à gestão do património de outros setores do Grupo.

No Brasil, na cidade de São Paulo, prevê-se a entrega do "Quartier Brooklyn", e a continuação da construção do "Loomi Paulista" e "Loomi Klabin", empreendimentos já quase totalmente comercializados, num total de 237 apartamentos.

Já com 30% de unidades comercializadas, prevê-se o início da construção em maio do "Reserva Alta Vista" e o lançamento comercial de 2 novos projetos, o "Insígnia", em Campo Belo, e um empreendimento no Brooklyn, num total de 340 unidades.

Ainda na cidade de São Paulo, dar-se-á continuidade à procura de terrenos preferencialmente localizados em zonas prime da cidade por forma a desenvolver produtos mantendo o posicionamento de médio/alto padrão.

II.4. HOTELARIA

O Grupo Teixeira Duarte atua neste setor através de oito unidades hoteleiras, duas sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos, todas elas a operarem sob a insígnia *TD Hotels*.

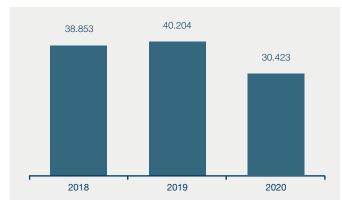
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área da restauração em Angola.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente autoridades da tutela do turismo, clientes, fornecedores e parceiros.

Face à natureza da atividade, foram adotadas medidas de contingência e prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública em todos os mercados onde o Grupo opera, sendo de realçar a medida transversal de implementação do plano de contingência e respetivo manual de procedimentos adotado pela *TD Hotels* em todas as suas unidades e que se revelou não só muito eficiente quanto aos objetivos primordiais de saúde pública, como de reconhecimento pelos clientes da confiança no mesmo e da possibilidade de utilização em segurança das unidades nos períodos e condições permitidas pelas autoridades dos diferentes mercados em que o Grupo opera neste Setor.

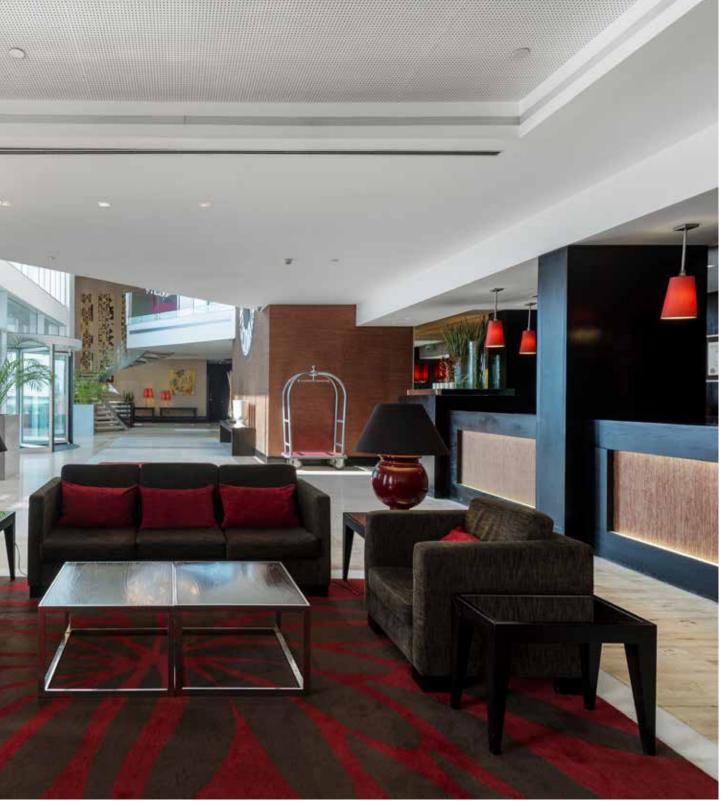
Acresceu o esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, que permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

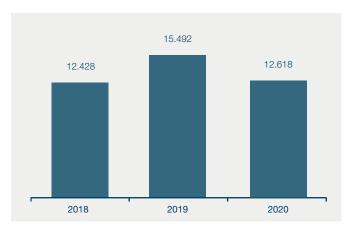


Evolução do Volume de Negócios da Hotelaria (Valores em milhares de Euros)





Lobby do Hotel Baía LUANDA - ANGOLA



Evolução do EBITDA da Hotelaria (Valores em milhares de Euros)

O Volume de Negócios da Hotelaria diminuiu 24,3% face ao período homólogo de 2019, com retrações em Portugal de 69,7% e em Moçambique de 68%, enquanto em Angola, apesar da forte desvalorização do Kwanza, as empresas do Grupo registaram um crescimento global de 17,8%.

Este setor de atividade está a sofrer um maior impacto com a situação atual de pandemia COVID-19 e das medidas de contingência e de prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública, bem como com a desvalorização do Kwanza que não tem permitido relevar em euros a resiliência da atuação das empresas do Grupo neste setor em Angola.

O EBITDA da Hotelaria registou uma diminuição de 18,6% face ao ano passado, penalizado pela insuficiência da redução de custos num ano em que as receitas foram fortemente condicionadas pela situação de pandemia.

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 36.146 milhares de euros, sendo que nesta área de negócio os mercados externos representam 85% da atividade e Portugal 15%.

Em Portugal, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

	LAGOAS PARK HOTEL Unidade de quatro estrelas	Oeiras	182 quartos
5	SINERAMA		
Į	Unidade de três estrelas	Sines	105 quartos

O ano de 2020 foi marcado pela situação de pandemia CO-

VID-19, em que o turismo foi um dos setores mais afetados.

No global, verificou-se nestas duas unidades uma diminuição de 40% na taxa de ocupação, sendo que se registou ainda um decréscimo de cerca de 3% no preço médio, resultante da queda abrupta da procura registada a partir do meio do mês de março, coincidente com os sucessivos estados de emergência declarados e consequente encerramento temporário das unidades.

Em Angola, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO Unidade de quatro estrelas	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE Unidade de quatro estrelas	Luanda	202 quartos
HOTEL BAÍA Unidade de quatro estrelas	Luanda	138 quartos

Em 2020, à semelhança do que sucedera no ano anterior, manteve-se o abrandamento da atividade económica no mercado angolano, sendo que a crise pandémica mundial viria a ter influência determinante na atividade, em especial a partir do mês de março.

Das medidas tomadas neste âmbito e face àquela que é a área de atuação do Grupo, destaca-se a adaptação das unidades hoteleiras do Grupo neste país às exigências das entidades oficiais angolanas para fazer face às necessidades de quarentenas institucionais e isolamentos sociais.

A atividade dos hotéis neste mercado, tendo em consideração a procura para as referidas quarentenas e isolamentos, atingiu níveis superiores aos de 2019, tendo-se registado um aumento da taxa de ocupação de 14%, com rendimentos operacionais acima do ano anterior.

Refira-se ainda que para este desempenho contribuiu também uma estratégia comercial desenvolvida ao longo de todo o período anterior e que conduziu à contratação de grandes clientes corporate, nomeadamente três companhias aéreas que iniciaram tal contratação no segundo semestre do ano.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração dos refeitórios do Grupo, também aqui em termos e medidas necessariamente adaptadas à realidade de pandemia COVID-19.

Em Moçambique, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA

Unidade de cinco estrelas Maputo 159 quartos

HOTEL TIVOLI MAPUTO

Unidade de três estrelas Maputo 88 quartos

HOTEL TIVOLI BEIRA

Unidade de três estrelas Beira 74 quartos

A atividade económica de Moçambique prosseguiu em desaceleração em 2020, o que, associado à crise pandémica mundial, veio a afetar definitivamente o desempenho das unidades neste mercado. Verificaram-se sucessivos estados de emergência declarados, seguidos de estados de calamidade, bem como o encerramento do espaço aéreo e das fronteiras terrestres por mais de seis meses.

Neste contexto verificou-se uma diminuição da taxa de ocupação das unidades de 23% face ao período homólogo, bem como uma redução significativa dos rendimentos operacionais. Para 2021 perspetiva-se em Portugal uma retoma progressiva da atividade, em especial no segundo semestre, função da evolução positiva da pandemia, esperando-se um aumento considerável da procura associada às viagens de negócios e lazer, bem como do mercado de congressos e eventos.

Em Angola, perspetiva-se, na atual conjuntura, a continuidade da procura dos grandes clientes *corporate*, designadamente nas áreas de *Oil & Gas*, bem como o aumento da procura por parte das companhias áreas com a expectável retoma dos voos.

Em Moçambique, a possível retoma dos projetos de *Oil & Gas* no norte do país, bem como as ações comerciais que se encontram em desenvolvimento dirigidas aos grandes clientes *corporate* contribuirão para um desempenho consideravelmente melhor no ano de 2021.



Quarto executivo no Hotel Baía LUANDA - ANGOLA

II.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A." e em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.", "OCC - Operador Central de Comércio, Lda." e "COM 1 – Comércio e Distribuição, Lda.".

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente autoridades, clientes, fornecedores e parceiros.

Face à natureza da atividade, foram adotadas medidas de contingência e prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública com maior alcance em Angola, onde as empresas do Grupo têm as operações de venda e as lojas abertas aos clientes, sendo que o esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

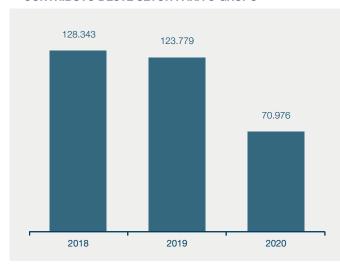
Entre outras medidas, foram adaptadas algumas lojas, encerradas outras e otimizados os processos, reduzidas algumas equipas, incluindo nas operações centrais de apoio à atividade em Angola e que se revelaram essenciais à manutenção do negócio ao longo do ano e alimentar atualmente a boa expectativa de acompanhamento da recuperação da economia angolana e a melhoria do poder de compra da população.



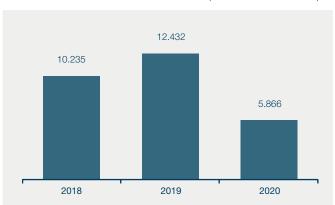


Maxi Rocha Pinto LUANDA - ANGOLA

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios da Distribuição (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA da Distribuição (Valores em milhares de Euros)

No setor da Distribuição as empresas do Grupo tiveram uma diminuição de 42,7% no seu Volume de Negócios face ao período homólogo, resultante não só da difícil conjuntura económica que se vive em Angola, mas também da desvalorização do Kwanza, que penaliza a relevância em euros da atividade.

O **EBITDA** da Distribuição diminuiu 52,8% face ao ano passado, penalizado essencialmente pela desvalorização do Kwanza.

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 99.412 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 36% face a 2019.

Em Portugal, a participada "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", que tem como mercado principal o Angolano, assinalou uma

retração da atividade da Empresa condicionada pela crise económica e pela desvalorização da moeda nacional face ao Euro e ao Dólar. A partir de Março o aparecimento da pandemia COVID-19 veio ainda agravar mais as dificuldades, quer pelas restrições impostas nas redes de retalho, quer pela interrupção das cadeias logísticas de abastecimento. A disponibilidade de divisas no mercado de Angola teve uma evolução positiva face aos anos anteriores, permitindo alguma melhoria no fluxo de abertura de cartas de crédito. Em contrapartida registou-se um aumento das restrições legais e de contexto de licenciamento de importações.

Na área de "Procurement", foram prosseguidos os esforços com vista a identificar e obter as mercadorias mais adequadas ao perfil atual de consumidores no mercado de Angola.

No âmbito das tecnologias de informação e cadeia de abastecimento foi dada continuidade à otimização de processos e soluções tecnológicas que permitiram a melhoria da comunicação dentro da estrutura, com destaque para a intensificação da utilização da ferramenta Bitrix24.

Em Angola, o Grupo Teixeira Duarte atua neste setor através de diversas Unidades de Negócio e 31 pontos de venda ao público integrados nas seguintes entidades:

- "CND Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", que atua: no Retalho Alimentar através da insígnia Maxi; e no Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia Dakaza, na área de Saúde e Bem-estar através da insígnia Farmácia Popular e na área da Restauração através da insígnia Nilo.
- "DCG Distribuição e Comércio Geral, Lda" na representacão e distribuição de marcas.
- "OCC Operador Central de Comércio, Lda.", que opera com a insígnia TEFAC, na comercialização grossista de bebidas.
- "COM 1 Comércio e Distribuição, Lda", que tem como principal objecto o desenvolvimento de projetos no ramo da Distribuição.

Em 2020, todas as insígnias foram condicionadas pelo difícil cenário económico de Angola, que associada à pandemia COVID-19 limitaram o desenvolvimento dos negócios.

No retalho alimentar, o ano 2020 foi para a Maxi um ano de foco na simplificação da operação e na otimização de processos, que resultaram em reduções nos custos de suporte à operação e no controlo mais eficiente de quebra nas lojas.

Destaque para as medidas tomadas nos últimos anos pelo governo angolano no sentido da dinamização da produção nacional, que têm promovido um intenso desenvolvimento dos sectores da agricultura e indústria, tornando cada vez menor a dependência de produtos importados e criando as condições

para os operadores de retalho trabalharam uma ampla gama de mercadorias de produção local.

A par das operações nas lojas, foi dado forte enfoque às vendas do canal profissional, que tiveram um bom desempenho com diversidade de produtos e serviço junto de clientes cada vez mais fidelizados.

Foram encerradas duas unidades de venda durante o presente ano, por desadequação do modelo de loja e antiguidade das instalações.

Os proveitos cresceram 5% "like-for-like" em Kwanzas, apesar do tráfego de clientes ter decrescido cerca de 22% fruto, em grande medida, das restrições na lotação máxima das lojas e das dificuldades na circulação de mercadorias, ambas as situações consequências da pandemia.

No retalho especializado na área de mobiliário e decoração, em que o Grupo opera através insígnia Dakaza, as medidas impostas de combate à pandemia COVID-19, em particular com a obrigação de encerramento destas lojas durante um período e o condicionamento no número de clientes presentes em loja, afetaram o desempenho global das operações.

O bom desempenho da Loja do 1º Congresso e durante o ano, já aberta em 2019, permitiu reajustar o conceito de formato de loja e experiência de compra "Dakaza".

Os proveitos não sofreram variação "like-for-like" na moeda nacional, apesar do tráfego de clientes ter decrescido cerca de 6%.

No retalho especializado na área de Saúde e Bem-estar, em que o Grupo opera através da insígnia Farmácia Popular, a definição acertada de conceito, a excelência no atendimento e a eficiência operacional foram vetores chave no bom desempenho. Manteve-se em 2020 um controlo rigoroso das quebras, à semelhança de anos anteriores.

O peso na comercialização de medicamentos começa a destacar-se face às restantes categorias com um peso de cerca de 55%, demonstrando a confiança da população na marca Farmácia Popular.

Os proveitos cresceram 103% "like-for-like" em Kwanzas, apesar do tráfego de clientes só ter crescido cerca de 8%.

No retalho especializado na área da restauração, em que o Grupo opera através das Pastelarias Nilo, as medidas restritivas de prevenção à pandemia COVID-19, nomeadamente a proibição de utilização de esplanadas e a redução dos horários de laboração tiveram impacto negativo no desempenho global da atividade.

No último trimestre de 2020 foi feita a integração destas pastelarias na operação da Maxi, passando este negócio a ser gerido pelas respectivas Direções de Loja. Os proveitos nesta insígnia decresceram 8% "like-for-like" em Kwanzas.

Na representação e distribuição de marcas, assistiu-se na DCG – em especial na Unidade de Bebidas – uma retração na procura, justificada pelas limitações provocadas pela pandemia, com uma significativa redução dos eventos sociais, tipicamente fortes impulsionadores de consumo. A situação foi ainda agravada a partir de agosto, pelo aumento de direitos de importação, passando de 30% para 50%. Este fenómeno levou o consumidor a procurar alternativas, nomeadamente em bebidas de menor valor comercial como é o caso das cervejas. Ainda assim, esta área de negócio aumentou o seu volume de negócio face a 2019 em 5% "like for like", expressos na moeda Kwanza.

A Unidade Alimentar da DCG decresceu cerca de 2% "like for like" em Kwanzas face a 2019.

Na comercialização grossista de bebidas, operada pela insígnia TEFAC, registou-se uma diminuição acentuada da procura destes produtos, com o consequente decréscimo significativo dos volumes de venda, o que, associado às reduzidas margens de comercialização desta operação, conduziu à decisão de descontinuação desta atividade.

Apesar dos desafios do ano de 2020, não se prescindiu da aposta na formação dos diversos colaboradores do setor, com destaque para a realização de mais uma edição da Academia Maxi, focada na formação de subdiretores de loja.

Para 2021, perspetiva-se que Angola continue o seu movimento de ajustamento da economia, continuando a promover políticas viradas para a redução da dependência do sector petrolífero, prosseguindo a aposta estratégica na diversificação da produção nacional, com destaque para a indústria e agricultura.

Espera-se um ano de consolidação das diversas atividades, onde se continuará a privilegiar a qualidade, diversidade e preços competitivos dos produtos comercializados, a par da fidelização dos clientes de retalho final e corporativos, com uma oferta mais alargada de mercadorias, novos serviços em loja e na excelência do atendimento.

Prosseguir-se-á com o rigoroso controlo de custos, nomeadamente das quebras, e na otimização dos processos através da contínua simplificação dos procedimentos e do investimento em ferramentas informáticas.

Continuará também a aposta constante e regular que o Grupo tem feito na área da Qualificação Profissional, estando previstos vários planos de formação que abrangem todos os trabalhadores das diversas insígnias, com programas específicos por funções, bem como novas edições de programas no âmbito da Academia Maxi com o objetivo de promover a evolução profissional e o *know-how* de todo o quadro de colaboradores.

II.6. AUTOMÓVEL

As sociedades do Grupo Teixeira Duarte atuam há mais de vinte e cinco anos no setor Automóvel, prosseguindo hoje a sua atividade através da comercialização de produtos de diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

- Ligeiros: Nissan, Renault, Mahindra, JMC, Ssangyong, Chevrolet, Isuzu e Suzuki;
- Pesados: Renault Trucks e Randon;
- Motociclos: Honda, Piaggio e Vespa;
- Equipamentos: Denyo.

A atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores e parceiros.

Face à natureza da atividade, foram adotadas medidas de contingência e prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública com maior alcance em Angola, onde as empresas do Grupo têm as operações de venda e as lojas abertas aos clientes, sendo que o esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

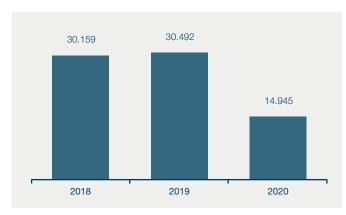
Entre outras medidas, foram adaptadas a instalações de prestação de serviços de pós venda e de vendas de peças e otimizados os processos, reduzidas algumas e as equipas, incluindo nas operações centrais de apoio à atividade em Angola, o que se revelou essencial à continuidade do negócio ao longo do ano e alimentar atualmente a boa expectativa de acompanhamento da recuperação da economia angolana e a retoma do poder de compra para o setor automóvel, que foi sendo adiada no último ano.



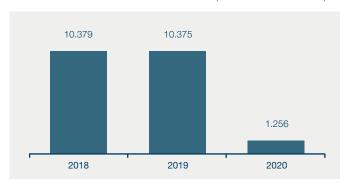


Stands Renault e Nissan no Polo TDA Talatona LUANDA SUL - ANGOLA

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios do Automóvel (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA do Automóvel (Valores em milhares de Euros)

O setor Automóvel registou uma diminuição do Volume de Negócios de 51% relativamente a 2019, sendo que este valor foi fortemente impactado pela desvalorização do Kwanza.

Em Portugal, este indicador teve uma diminuição de 73,7% face ao período homólogo.

Em Angola, mercado principal onde o Grupo opera neste setor e que representa 94,6% do total do Volume de Negócios, verificou-se uma redução de 48,5% face ao período homólogo. Desconsiderando o efeito da desvalorização cambial do Kwanza esta variação teria sido de 17,6%.

O EBITDA do Automóvel registou uma diminuição de 87,9% face ao ano anterior, impactado pela forte retração da economia Angolana e menor desempenho comercial.

ATIVIDADE EM 2020

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2020, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor do Automóvel atingiram o valor global de 21.243 milhares de euros, o que corresponde a um decréscimo de 62% face a 2019.

Em Portugal, a sociedade SMOTORS, S.A. detém a representação da marca Suzuki com exclusividade para o distrito de Lisboa e durante o ano de 2020 deu continuidade à atividade de comercialização de viaturas, assistência técnica pós-venda e comercialização de peças ao balcão.

Em Angola, o ano foi marcado por uma queda significativa no volume de viaturas vendidas, verificando-se uma redução de cerca de 22%, passando de 3.073 unidades vendidas em 2019 para 2.390 viaturas comercializadas em 2020.

A atividade foi fortemente impactada pela pandemia COVID-19, quer pela redução drástica da atividade económica, quer pelos condicionamentos à circulação entre províncias e entre países, quer pela interrupção drástica das cadeias logísticas de abastecimento de viaturas e peças por parte dos operadores internacionais.

As limitações impostas por força da pandemia ao normal funcionamento das operações também impactaram negativamente a atividade, com destaque para o encerramento temporário de espaços de venda não prioritários e para as regras aplicadas ao regime de funcionamento das oficinas, nomeadamente na carga máxima de pessoal admissível por estabelecimento.

Neste contexto desafiante, deu-se especial enfoque a uma gestão rigorosa dos custos de exploração e na contínua otimização dos processos e intensificou-se a atividade comercial junto do segmento corporativo, consolidando as relações de parceria e reforçando a fidelização de clientes através de um serviço próximo e de uma Assistência Técnica de reconhecida qualidade.

Destaque para a regularização de grande parte dos processos de pagamento ao exterior, alguns com antiguidade significativa.

Manteve-se a aposta na qualificação do quadro de pessoal, com a promoção de vários cursos de formação seguindo os modelos de evolução profissional em vigor para as várias equipas técnicas.

Para 2021 dar-se-á continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço e digitalização dos processos de organização nas diversas áreas deste negócio.

Será dada especial atenção ao aprofundamento das relações institucionais com as principais marcas representadas, igualmente impactadas pela pandemia, e cujas reestruturações nas organizações resultaram em alguns casos em novas equipas de acompanhamento deste mercado.

Manter-se-á o foco no segmento corporativo e na proximidade junto dos principais clientes, promovendo ações que promovam a melhoria dos serviços prestados.

Dar-se-á continuidade à formação contínua de todos os colaboradores, com particular incidência na área técnica.

III. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

Pelo quarto ano consecutivo, a Teixeira Duarte reporta aos seus stakeholders o desempenho consolidado das empresas suas participadas na dimensão não financeira, incluindo a gestão dos recursos humanos, a gestão dos aspetos socioeconómicos, incluindo a relação com as comunidades, bem como a gestão ambiental.

As informações aqui prestadas incidem sobre a atividade das participadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020. Sempre que relevante é incluída informação sobre anos anteriores, para permitir uma avaliação comparativa do desempenho. Ao longo do relato é destacada a contribuição das sociedades do Grupo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, agenda global adotada pelo Grupo para orientação do desempenho das empresas participadas.

Para além do cumprimento dos requisitos do Código das Sociedades Comerciais e do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, este ano o relato foi também elaborado em conformidade com as Normas GRI - opção Essencial – e tendo em consideração o Modelo de Relatório de Informação Não Financeira emitido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, encontrando-se em anexo as tabelas de correspondência com estas duas referências.

A SUSTENTABILIDADE NO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A sustentabilidade é entendida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte como o resultado de um modo de estar e de agir com sentido de responsabilidade. Esta postura reflete-se no relacionamento dos seus colaboradores com todas as partes interessadas.

Com efeito, a Missão do Grupo – Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor – e os seus Valores estruturantes – Engenho, Verdade e Compromisso – traduzem uma forma enraizada de atuar ao longo de várias gerações, que contribui de maneira essencial para uma efetiva sustentabilidade global das participadas do Grupo Teixeira Duarte, nas suas perspetivas económica, social e ambiental.

Havendo neste universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte uma grande diversidade de setores de atividade, operando em vários países, o desenvolvimento sustentável dos negócios é assegurado por cada área de atuação, dada a proximidade às operações e maior efetividade das ações.

Cada empresa participada responde assim aos desafios de sustentabilidade das suas atividades, tendo orientação por parte do Grupo no que toca a objetivos gerais e às prioridades específicas para cada país em matéria de sustentabilidade.

Adicionalmente, as áreas corporativas da Teixeira Duarte promovem a coordenação de políticas conjuntas entre empresas participadas, identificando práticas e sinergias que ajudem os vários negócios a evoluir de forma sustentável e a inovar no âmbito das suas atividades.

A NOSSA MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

COMO FAZEMOS

COM ENGENHO, VERDADE E COMPROMISSO

PARA O QUE CONTRIBUÍMOS



AS NOSSAS PRIORIDADES LOCAIS











Modelo de Sustentabilidade do Grupo Teixeira Duarte a 31 de dezembro de 2020



Ação Novembro Azul da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções BRASIL

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Teixeira Duarte iniciou, em 2018, um processo de adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas enquanto quadro global para moldar, conduzir e relatar as ações e metas das empresas suas participadas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, dado ter identificado grandes afinidades entre a sua visão corporativa sobre Sustentabilidade e estes Objetivos.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram fixados numa cimeira da ONU em 2015 e aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros com o propósito de criar uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030. O cumprimento deste plano, conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pressupõe uma partilha de esforços inédita à escala global, entre todos os países e agentes, tanto públicos como privados.

O Grupo Teixeira Duarte tem realizado a avaliação aos impactos das atividades desenvolvidas pelas suas participadas sobre as prioridades e aspirações globais para 2030 definidas nos 17 ODS. Foram auscultados os setores/áreas de negócio a operar nos mercados de Angola, Brasil, Portugal e, em 2020, Moçambique, responsáveis por 79% dos rendimentos operacionais do Grupo, e analisados os riscos e impactos positivos que cada um pode apresentar nos respetivos países relativamente aos tópicos de desenvolvimento sustentável propostos nos ODS.

Através desta avaliação, o Grupo identificou, a um nível local, um conjunto de ODS que são mais relevantes. Assim, apesar de contribuir para todos os ODS, a Teixeira Duarte assumiu 5 ODS como prioritários: ODS 3, ODS 4, ODS 8, ODS 9 e ODS 12.

ÉTICA E CONDUTA

A Teixeira Duarte, S.A. tem um Código de Ética e Conduta adotado por cada uma das entidades do Grupo, o qual consagra os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores das empresas do Grupo e, desse modo, o envolvimento da Teixeira Duarte, S.A. com as partes relacionadas, constituindo pois

um reforço e desenvolvimento da sua Missão e Valores.

O Código destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores e Outros Representantes da Empresa, cabendo adicionalmente a todos estes colaboradores não só conhecer e interiorizar, implementar institucionalmente e defender externamente o Código, mas também promover a aplicação das respetivas regras por terceiros no âmbito e execução das relações que estes mantenham com quaisquer entidades do Grupo Teixeira Duarte.

O Código de Ética e Conduta é obrigatório a todos os colaboradores e a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares.

Resumidamente, de acordo com este Código, todos os colaboradores das empresas do Grupo têm o compromisso de cumprir, defender e fazer cumprir, incluindo junto dos destinatários indiretos, a legislação e a regulamentação em vigor nas geografias onde estas operam, incluindo quaisquer acordos globais ou setoriais e regras deontológicas específicas de cada profissional, bem como todos e quaisquer compromissos contratualmente assumidos.

Globalmente comunicado a todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta em vigor encontra-se disponível no site www.teixeiraduarte.com.

CONFORMIDADE COM ACORDOS INTERNACIONAIS

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e está em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, em Portugal, possui também a certificação voluntária da Norma Internacional SA 8000, manifestando o compromisso da organização em desenvolver, manter e aplicar práticas responsáveis em questões como o trabalho escravo e infantil, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

O Grupo Teixeira Duarte estimula o diálogo regular e sistemático com um conjunto alargado de partes interessadas, incluindo os *stakeholders* que as suas empresas participadas identificam.

Para melhor compreender as suas expetativas e comunicar de forma mais eficiente com estes diferentes grupos, as empresas participadas recorrem a vários instrumentos, entre os quais se destacam:

Colaboradores

Portal Corporativo, Reuniões de Quadros, *Webinares*, Dia da Empresa, Evento de Natal, Canal de Ética.

Clientes e público em geral

Websites, Call centers, Redes Sociais, Sistemas de Sugestões e Reclamações, Canal de Ética.

Investidores

Assembleias Gerais, Relatórios Financeiros, Resposta a Questionários Específicos, Comunicados.

Fornecedores

Visitas e Auditorias, Formação Recíproca, Avaliação de Desempenho, Canal de Ética.

Organizações Profissionais

Participação em diversas organizações.

Entidades Reguladoras e Governamentais

Participação em diversas associações setoriais.

Comunidades

Parcerias com Instituições Representativas, Projetos de Apoio às Comunidades, Canal de Ética.

Instituições de Ensino e Entidades dos Sistemas Científicos e Tecnológicos

Participação em Eventos Académicos, em Conferências, Feiras de Emprego e Parcerias.

Media

Comunicados, Respostas a questões específicas.

NOTA METODOLÓGICA RELATIVA À COBERTURA DOS INDICADORES

Os indicadores relativos a Recursos Humanos, às Comunidades e Ambiente aqui apresentados cobrem, sempre que possível, 100% do universo de empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Teixeira Duarte.

Contudo, dada a diversidade de setores e as circunstâncias locais das suas áreas de atuação, o âmbito da cobertura pode variar em alguns indicadores sendo tal facto referido, quando aplicável, no desenvolvimento deste capítulo.

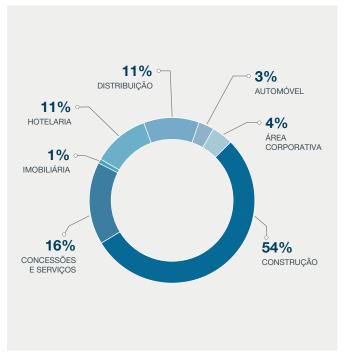
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais.

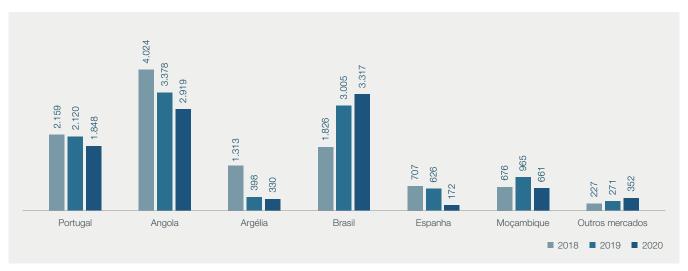
Os Recursos Humanos em 2020

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo tinha 9.599 colaboradores, registando um decréscimo de 1.164 colaboradores (-11%) face a 31 de dezembro de 2019, provocado em grande parte pela redução de atividade na área do ambiente em Espanha, mas também pela redução de atividade em Angola e Moçambique, na Distribuição e Construção respetivamente. Por outro lado, no Brasil houve um aumento de cerca de 300 colaboradores relativamente a 2019 proveniente do aumento da atividade na Construção.

Em 2020, e à semelhança dos anos anteriores, os colaboradores das participadas que operam no setor da Construção totalizam a maior parte da força de trabalho do Grupo Teixeira Duarte, tendo inclusive aumentado a sua importância de 50% para 54% entre 2019 e 2020.



Colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2020



Evolução do nº de colaboradores a 31 de dezembro por mercado

Brasil, Angola e Portugal eram os 3 mercados com maior número de colaboradores, com 35%, 30% e 19% respetivamente, no universo dos países onde as empresas participadas atuavam nesta data.

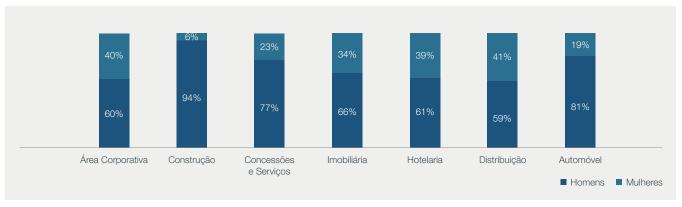


Distribuição geográfica dos colaboradores nos principais mercados de atuação a 31 de dezembro de 2020

Em linha com os anos anteriores, a maioria dos colaboradores eram, em 2020, do sexo masculino, facto a que não são alheias as áreas de negócio das empresas participadas do Grupo, onde predominam os setores da Construção e das Concessões e Serviços, que juntos comportavam 70% da força de trabalho global.

A Teixeira Duarte, S.A. sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus direitos humanos e labo-

rais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos, adotando as boas práticas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Em 2020, a empresa publicou um novo Plano para a Igualdade que apresentava o conjunto de objetivos e medidas a desenvolver pelas suas participadas de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais, durante o período de 2020 e 2021.



Colaboradores por sexo por setor de atividade a 31 de dezembro de 2020

Em 2020, a maioria dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte situava-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos, tal como nos anos anteriores, tendo inclusivamente aumentado a sua predominância em 2 p.p. em relação a 2019.

As empresas do Grupo Teixeira Duarte consideram assim as necessidades das diferentes gerações presentes nas suas equipas, promovendo a integração de novos colaboradores e simultaneamente a passagem de conhecimento pelas gerações anteriores.

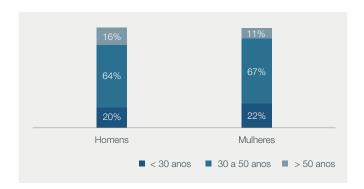
No dia 14 de setembro de 2020, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou, em reunião do seu Conselho de Administração, um Plano para a Igualdade que abrange as seguintes áreas:

- a) Igualdade no acesso ao emprego;
- b) Igualdade nas condições de trabalho;
- c) Igualdade remuneratória;
- d) Proteção na parentalidade;
- e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Este Plano pode ser consultado em www.teixeiraduarte.com.

	Área Corpo- rativa	Construcão	Concessões e Servicos	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2020	Total 2019	Total 2018
	Taliva	Construção	e Sei viços	IITIODIIIaria	1 lotelana	Distribuição	Automover	10tal 2020	10181 2019	10(a) 2016
< 30 anos	18%	18%	18%	23%	21%	32%	25%	20%	22%	24%
30 a 50 anos	62%	65%	64%	68%	66%	63%	64%	65%	63%	61%
> 50 anos	20%	17%	18%	9%	13%	5%	11%	15%	15%	15%

Evolução anual da percentagem de colaboradores por Faixa Etária



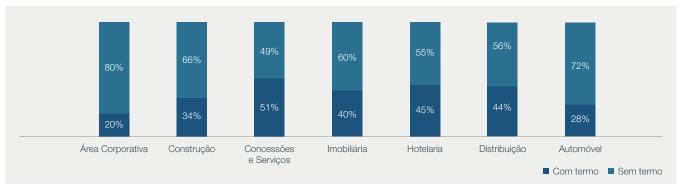
	Total 2020	Total 2019	Total 2018
Sem termo	62%	56%	45%
Homens	62%	56%	44%
Mulheres	60%	52%	51%
Com termo	38%	44%	55%
Homens	38%	44%	56%
Mulheres	40%	48%	49%
Total	9.599	10.763	10.932

Colaboradores por faixa etária a 31 de dezembro de 2020

Percentagem de colaboradores por situação contratual por sexo

A 31 de dezembro de 2020, a maioria dos colaboradores encontrava-se em situação contratual sem termo.

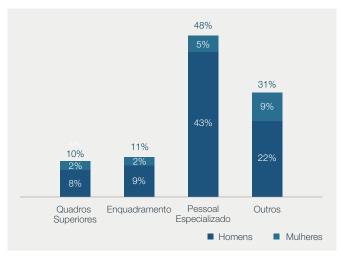
Numa caracterização por Área de Atividade, assistimos à adoção generalizada do modelo de contrato sem termo, exceto nas atividades desenvolvidas no âmbito das Concessões e Serviços.



Percentagem de colaboradores por situação contratual por setor de atividade a 31 de dezembro de 2020

Face à grande diversidade de áreas de negócio em que operam as empresas participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, e na tentativa de caracterizar a repartição dos seus efetivos por grupos profissionais o mais equivalentes possíveis, o Grupo classifica os colaboradores segundo 4 grandes grupos profissionais. Esta classificação teve como base o enquadramento das profissões e categorias profissionais preconizados no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor em Portugal para a área da Construção Civil e Obras Públicas.

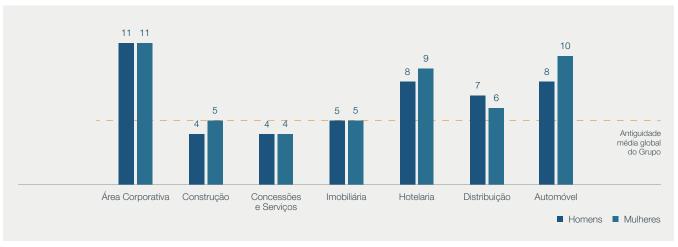
Quase metade dos colaboradores enquadra-se no grupo de Pessoal Especializado, sendo aqui que se integram a maioria das funções especializadas ligadas às atividades da Construção, Facilities Management e Automóvel. Já o grupo designado por Outros inclui funções essencialmente operacionais ligadas às atividades core e é particularmente relevante nas áreas da Construção, Hotelaria e Distribuição.



Colaboradores por grupo profissional no Grupo a 31 de dezembro de 2020

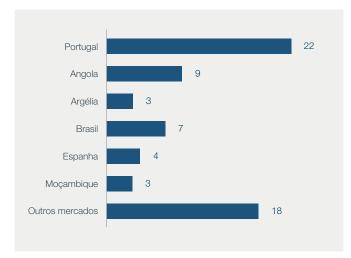
Relativamente à antiguidade média dos colaboradores em cada área de atuação, verificava-se a 31 de dezembro de 2020 alguma heterogeneidade dentro das diferentes participadas do Grupo. Por um lado, a Área Corporativa apresentava uma antiguidade média superior, representando contudo apenas 4% dos colaboradores. Já a Construção e o setor das Concessões

e Serviços, responsáveis por 70% da força de trabalho do Grupo, contribuíram em grande medida para uma antiguidade média global de 5 anos pela qual se alinham também outras áreas, como a Imobiliária e Distribuição. Em 2019, esta antiguidade média era de 6 anos a nível global.



Antiguidade média dos colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2020

As diferentes culturas, hábitos e formas de trabalhar tendem a criar maior abertura e crescimento para as empresas que procuram garantir um ambiente de trabalho onde impere o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades. A 31 de dezembro de 2020 trabalhavam no Grupo colaboradores de 38 nacionalidades distintas, assistindo-se a uma maior diversidade especialmente em Portugal.



Nº de nacionalidades dos colaboradores por mercado a 31 de dezembro de 2020

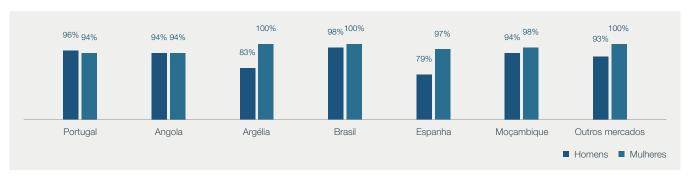
Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento

O recrutamento é uma peça fundamental no desenvolvimento do capital humano de uma organização que se pretende inovadora e dinâmica, pois é o ponto de partida da cadeia de valor da gestão dos recursos humanos.

Muitas das empresas participadas do Grupo posicionam-se nos seus mercados como reconhecidas empregadoras, visando, particularmente, a promoção do emprego jovem, com potencial talento, uma vez que oferecem a este estrato etário condições e perspetivas de desenvolvimento pessoal e profissional, que valorizam e cujo contributo se tem afigurado como estratégico para a afirmação das empresas do Grupo.

A manutenção deste posicionamento exige por parte destas organizações uma assinalável atividade na área do recrutamento e seleção, incluindo a permanente ampliação de fontes de referência e reforço de parcerias.

Um dos indicadores de desempenho desta política seguida por muitas das empresas do Grupo é a capacidade de contratação e retenção de colaboradores nacionais nas suas operações, sendo de destacar que na grande maioria dos mercados a percentagem de colaboradores nacionais se encontra acima dos 90%.

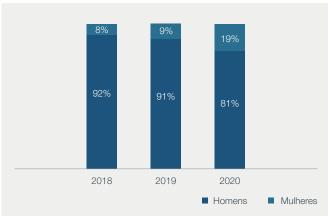


Neste âmbito, salienta-se a participação em eventos académicos, celebração de protocolos e concessão de estágios, que promovam candidaturas de formandos, alunos e profissionais diplomados por estas instituições nacionais parceiras.

Em 2020, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte continuaram a utilizar o *Applicant Tracking System* implementado em 2018, permitindo-lhes gerir ofertas de emprego e candidatos de forma mais eficiente e através de uma ampla rede de pesquisa integrada com portais de emprego.

No contexto do recrutamento, refere-se também o papel do recrutamento interno que, sustentado em desempenho de reconhecido mérito, tem proporcionado oportunidades a diversos colaboradores para desenvolverem carreira profissional.

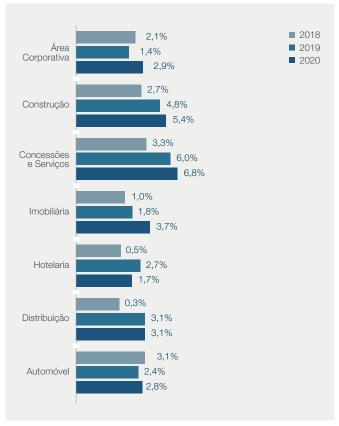
O Grupo tem também registado uma evolução no que toca à presença em lugares de direção entre homens e mulheres, como indica a evolução da percentagem de Homens e Mulheres pertencentes à Alta Direção do Grupo que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas, os quais se identificam, à data de 31 de dezembro de 2020, no organograma apresentado na página 16 deste relatório.



Evolução da percentagem de Homens e Mulheres na Alta Direção do Grupo Teixeira Duarte

Percentagem de colaboradores nacionais por mercado a 31 de dezembro de 2020

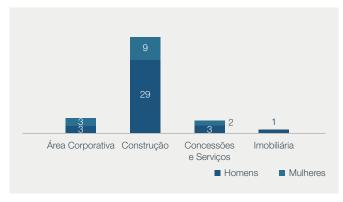
Relativamente ao absentismo, as diferentes empresas participadas do Grupo apresentam taxas que variam conforme as áreas de negócio e os países em que operam, tendo-se registado em quase todos os casos um aumento da taxa de absentismo durante o ano de 2020, decorrente, por um lado, do cumprimento e aplicação das determinações das autoridades de saúde e governamentais no âmbito da prevenção da COVID-19 em matéria de reorganização do trabalho e, por outro, das ausências diretamente relacionadas com a doença e com o cumprimento de quarentena/isolamento profilático e assistência à família.



Evolução da taxa de absentismo anual por área de atividade (cobertura = 96%)

O absentismo global no Grupo Teixeira Duarte passou assim de 4,1% em 2019 para 5,2% em 2020, tendo o aumento sido mais penalizador nos mercados de Angola e Argélia.

A 31 de dezembro de 2020, integravam as empresas participadas pela Teixeira Duarte 50 pessoas com deficiência ou incapacidades, mais 5 do que em 2019. Em Portugal e no Brasil, estes colaboradores representam 1% da força de trabalho.



 $\ensuremath{\mathrm{N}^{\mathrm{o}}}$ de colaboradores com deficiência por área de atuação a 31 de dezembro de 2020



Nova zona social na sede do Grupo Teixeira Duarte PORTUGAL

Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

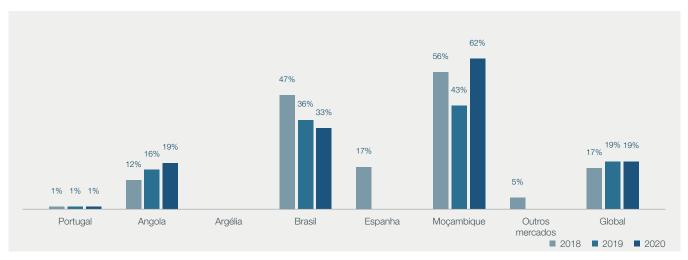
A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação.

O Código manifesta o compromisso das empresas participadas do Grupo no reconhecimento do direito ao associativismo e à negociação coletiva. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores.

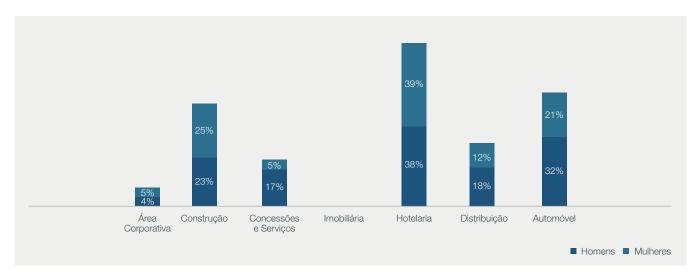
Apesar de, em alguns países, não ser possível identificar a totalidade dos colaboradores sindicalizados, são as empresas participadas que operam nos mercados do Brasil e Moçambique que têm apurada maior percentagem de colaboradores abrangidos por convenções coletivas, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa. No Brasil, refira-se que, até 2017, a contribuição sindical era obrigatória, deixando de o ser em 2018.

As atividades em que o Grupo regista maior número de colaboradores abrangidos por estas convenções coletivas são a Construção, Hotelaria e Automóvel.

Nos gráficos *infra*, não se encontram incluídos os colaboradores abrangidos por associações profissionais.



Evolução anual de colaboradores sindicalizados por mercado (%)



Percentagem de colaboradores sindicalizados por área de atuação a 31 de dezembro de 2020



Nova zona social na sede do Grupo Teixeira Duarte

Proteção e promoção da saúde e segurança

A visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte incorporou, desde sempre, uma estratégia de gestão de recursos humanos forte em medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que colaboram com as suas empresas participadas, com o intuito de otimizar o binómio trabalho/vida pessoal e familiar e de promover a fidelização dos colaboradores, independentemente da atividade das empresas e dos mercados onde operam.

Esta visão reflete-se na postura socialmente responsável das suas empresas participadas no que toca à promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho.

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se a política de acompanhamento da saúde dos colaboradores, o que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença. Em 2020, e em comparação com o ano anterior, a taxa de cobertura dos colaboradores com exames realizados nas empresas decresceu na generalidade, fruto das dificuldades geradas pela situação de pandemia COVID-19 que, em muitos casos, afetou a realização de exames presenciais e obrigou os vários Serviços locais de Medicina e Saúde do Trabalho do Grupo a priorizarem os esforços para prevenir e responder aos desafios desta pandemia.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2020	Total 2019	Total 2018
Portugal	96%	95%	94%	98%	93%	97%	100%	95%	100%	99%
Angola	94%	79%	93%	89%	87%	93%	84%	90%	96%	85%
Argélia	77%	56%						61%	70%	51%
Brasil	91%	85%	90%	100%				86%	97%	98%
Espanha		95%	23%					44%	32%	67%
Moçambique	51%	63%	54%		77%			67%	100%	94%
Outros Mercados	24%	66%	29%					56%	65%	50%

Taxa de cobertura dos colaboradores com exames médicos realizados nas empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2020

Ainda assim, continuaram a ser assegurados, nos diversos mercados, os mesmos mecanismos de apoio no âmbito da medicina curativa, seja de forma direta (serviços internos), seja de forma indireta (protocolos com clínicas privadas e/ou seguros de saúde).

A existência de um serviço interno de medicina curativa permite um acompanhamento mais eficaz das situações problemáticas em matérias de saúde e, paralelamente, melhora a capacidade de atuação em situações de emergência e de gravidade elevada, tal como se comprovou em 2020 durante a crise pandémica.

É disponibilizada aos colaboradores a possibilidade de acederem a serviços médicos e medicamentosos que, face à realidade de alguns dos países onde as empresas do Grupo operam, são fundamentais no acompanhamento clínico e no acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais são estabelecidas parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.

No caso de Angola e de Moçambique, por exemplo, as empresas do Grupo têm definida uma política de assistência médica e medicamentosa que inclui acesso a consultas médicas a todos os colaboradores e familiares de primeiro grau.

Tendo como génese e core business o setor da Construção, o Grupo Teixeira Duarte e as suas empresas participadas têm uma cultura corporativa de constante investimento na segurança e de combate aos riscos fortemente enraizada. Esta aposta passa por rigorosas políticas de prevenção, que visam garantir a salvaguarda da vida de todos os colaboradores e prestadores de serviços em todas as instalações.

Nos casos de Portugal, Brasil e Moçambique, as boas práticas das empresas participadas no setor da Construção, onde os riscos são superiores no que toca à saúde e segurança dos colaboradores, são reforçadas pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma ISO 45001:2018, propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e para um melhor desempenho.

Colaboradores abrangidos pelos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional (Norma ISO 45001:2018) a 31 de dezembro de 2020 representavam 52% do total de colaboradores das empresas participadas pelo Grupo:

Portugal: 1.652 colaboradoresBrasil: 3.017 colaboradores

- Moçambique: 315 colaboradores



PEQUENAS MEDIDAS PODEM EVITAR ACIDENTES DE TRABALHO

As ações para a prevenção de doenças e/ou promoção da saúde desenvolvidas em 2020 nas empresas que operam nas áreas da Construção e *Facilities Management* em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique tiveram também por base os fatores de risco identificados, nomeadamente comportamentos de risco, ruído laboral, condições laborais, procedimentos de emergência, entre outros.

A título de exemplo, no Brasil, a Teixeira Duarte faz anualmente uma campanha por ocasião do Dia Nacional da Prevenção de Acidentes do Trabalho. Em 2020, foi realizada nova vaga de ações para alertar os colaboradores e subempreiteiros para a importância de práticas que reduzam o número de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, promovendo assim um ambiente seguro e práticas saudáveis em todos os setores produtivos.

A ações envolveram os colaboradores dos escritórios e cada unidade operacional em funcionamento no país, tendo sido sensibilizados cerca de 2.000 colaboradores.

No âmbito da promoção da saúde, são também dinamizadas várias atividades nas empresas do Grupo, como rastreios, ações de sensibilização e formação em matéria de saúde, individual e em grupos.

Campanha de vacinação anual contra a Gripe

Com a chegada do inverno no Brasil, os índices de pessoas contaminadas pelo vírus da gripe são mais elevados. Em 2020, a campanha foi realizada mais cedo devido à situação de pandemia, pois a vacina contra a gripe ajuda também a resguardar os mais vulneráveis contra doenças respiratórias, que podem impactar o sistema imunológico e favorecer o aparecimento de outras infeções. A campanha ocorreu nas instalações fixas da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções e da TDGI no Brasil. Foram vacinados 140 colaboradores (+10 do que na campanha de 2019).

Ações de sensibilização para prevenção do Cancro

Em outubro e novembro, meses em que se assinalam o "Outubro Rosa" e "Novembro Azul", as empresas participadas pelo Grupo, um pouco por todo o mundo, procuram aumentar a consciência dos colaboradores para a importância da prevenção e diagnóstico precoce dos vários tipos de Cancro.





Em 2020, foi ainda realizado um *webinar* com alcance global sensibilizando os colaboradores para a prevenção do cancro promovido em parceria pelas equipas de Saúde e Medicina no Trabalho de Portugal e Moçambique.

Prevenção de doenças provocadas pelo Mosquito

Em países de atuação como Angola, Brasil e Moçambique, com elevada prevalência de doenças como a Malária, Dengue, Febre Amarela e Zika Vírus, devido à proliferação dos mosquitos típica de determinadas alturas do ano, a sensibilização para a prevenção torna-se muito relevante. Em Angola, a Malária é mesmo responsável por grande parte das mortes por infeção.

Em 2020, as várias empresas participadas nestes mercados realizaram ações nas mais diversas instalações para reforçar a importância das medidas para atenuar a proliferação e prevenir a picada deste tipo de insetos.



Prevenção da Diabetes

Em novembro de 2020, várias empresas do Grupo em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique assinalaram também o Dia Mundial da Diabetes por se tratar de uma doença com elevada prevalência nestes países, com envio de informação relevante para os colaboradores e com a realização de ações de sensibilização em diversas instalações fixas e temporárias.



Sensibilização para prevenção do VIH/SIDA

Operando em Moçambique, um dos 10 países do mundo com mais pessoas infetadas pelo VIH, mas também em vários outros países em que a doença é altamente prevalente, torna-se essencial reforçar a literacia dos colaboradores e suas famílias no que toca à prevenção da doença, bem como aumentar a sua consciência para a eliminação do estigma e discriminação de que são alvo as pessoas que vivem com VIH.



Nesse sentido, várias empresas do Grupo em Angola, Brasil e Moçambique levaram a cabo, de forma articulada, uma campanha de sensibilização por ocasião do Dia Mundial da SIDA em 2020, envolvendo centenas de colaboradores.

Ao longo de 2020, as empresas do Grupo asseguraram aos seus colaboradores 1.237 consultas de medicina curativa e 25.496 exames complementares de diagnóstico:

	Consultas médicas Medicina do Trabalho	Consultas Enfermagem do Trabalho	Consultas Medicina Curativa	Exames complementares de diagnóstico
Portugal	1.244	1.239	317	5.425
Angola	1.499	1.068	802	256
Argélia	67			
Brasil	3.827			19.744
Espanha	113			
Moçambique	227	545	118	34
Outros países	270			37
Total	7.247	2.852	1.237	25.496

Resumo da atividade dos vários Serviços locais de Saúde e Medicina no Trabalho

Relativamente à sinistralidade nos principais mercados de atuação das empresas do universo da Teixeira Duarte, a evolução dos últimos 3 anos no que toca à frequência (nº acidentes de trabalho x 1000000 / nº horas trabalhadas) e à gravidade (nº de dias perdidos x 1000000 / nº horas trabalhadas) dos acidentes foi a que se apresenta nas tabelas seguintes.

PORTUGAL	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Área Corporativa			
2020	0	0	0
2019	0	0	0
2018	0	0	0
Construção			
2020	47	13	359
2019	49	19	526
2018	58	21	408
Concessões e Serviços			
2020	23	27	681
2019	33	39	565
2018	38	50	1.033
Imobiliária			
2020	0	0	0
2019	0	0	0
2018	1	15	328
Hotelaria			
2020	0	0	0
2019	6	27	383
2018	8	37	173
Distribuição			
2020	1	19	0
2019	0	0	0
2018	0	0	0
Automóvel			
2020	0	0	0
2019	2	32	614
2018	1	17	702

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2020 em Portugal

ANGOLA	Nº de aciden-	Índice de	
	tes de trabalho	frequência	Índice de gravidade
Área Corporativa			
2020	2	11	5
2019	1	5	0
2018	1	7	0
Construção			
2020	7	13	207
2019	14	10	68
2018	30	13	76
Concessões e Serviços			
2020	6	7	12
2019	3	3	0
2018	9	10	3
Imobiliária			
2020	4	27	47
2019	2	9	19
2018	2	6	74
Hotelaria			
2020	5	3	12
2019	10	6	28
2018	4	3	32
Distribuição			
2020	25	9	31
2019	35	12	60
2018	19	6	26
Automóvel			
2020	2	4	76
2019	1	1	0
2018	10	12	65

Sinistralidade a 31	de deze	mbro de 2	2020 em	Angola

BRASIL	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Construção			
2020	27	10	65
2019	23	6	245
2018	17	8	242
Concessões e Serviços			
2020	3	7	85
2019	3	7	180
2018	3	9	9

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2020 no Brasil (Cobertura = 46%)

ESPANHA	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Concessões e Serviços			
2020	1	15	74
2019	0	0	0
2018	2	38	0

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2020 em Espanha

MOÇAMBIQUE	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Construção			
2020	2	11	178
2019	3	5	191
2018	1	2	150
Hotelaria			
2020	5	14	165
2019	1	2	4
2018	3	5	24

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2020 em Moçambique (Cobertura = 79%)

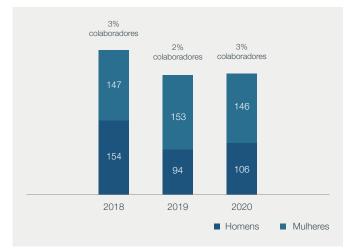


Colaborador TDA ANGOLA

No decorrer de 2020, não se registaram quaisquer fatalidades nas empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A..

Em consonância com o disposto na legislação dos países onde as empresas do Grupo atuam, todos os colaboradores têm direito a proteção na Parentalidade. No caso de Portugal, os colaboradores têm à sua disposição um conjunto de licenças no âmbito da Maternidade/Paternidade, em conformidade com o previsto no Código do Trabalho.

	Área Corpo- rativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2020	Total 2019	Total 2018
Portugal	5	43	25	9	5		1	88	57	109
Homens	3	42	21	6	3			75	48	88
Mulheres	2	1	4	3	2		1	13	9	21
Angola	4	4	13	1	28	56	3	109	130	104
Homens	1	3		1	2	2		9	4	8
Mulheres	3	1	13		26	54	3	100	126	96
Argélia		10						10	28	36
Homens								0	26	32
Mulheres		10						10	2	4
Brasil	3	9	2	1				15	11	18
Homens	3	4	1					8	4	4
Mulheres		5	1	1				7	7	14
Espanha		3	5					8	7	25
Homens		2	3					5	7	21
Mulheres		1	2					3		4
Moçambique	2	4		1	3			10	7	8
Homens		3						3	1	1
Mulheres	2	1		1	3			7	6	7
Outros Mercados		10	2					12	7	1
Homens		5	1					6	4	
Mulheres		5	1					6	3	1
Total	14	83	47	12	36	56	4	252	247	301
Homens	7	59	26	7	5	2		106	94	154
Mulheres	7	24	21	5	31	54	4	146	153	147



Evolução do N° de colaboradores que usufruiu de licença parental no global das empresas do Grupo

$\ensuremath{\mathrm{N^\circ}}$ de colaboradores que usufruiu de licença parental a 31 de dezembro de 2020

Outros benefícios para colaboradores

Nas empresas do universo da Teixeira Duarte existem ainda outros benefícios para os colaboradores, tais como:

a) Seguros de saúde e de vida

A maioria das empresas do Grupo disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, que incluem a possibilidade de estender os seguros ao seu agregado familiar.

Em algumas empresas participadas, para além do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez.

Estes seguros complementam assim as proteções obrigatórias

aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

b) Protocolos e Parcerias

É disponibilizado aos colaboradores das empresas do Grupo um conjunto de protocolos e parcerias com entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como telecomunicações, banca, estabelecimentos de ensino, concessionários auto, agências de viagens e companhias aéreas, permitindo o acesso dos colaboradores a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

c) Programa de benefícios flexíveis



Em 2020, o Grupo Teixeira Duarte manteve o seu programa "b.flex", criado em 2019 e dirigido aos colaboradores do quadro permanente das suas participadas em Portugal.

Os colaboradores aderem voluntariamente ao "b.flex", constituindo uma bolsa individual, através da qual têm acesso a um conjunto de benefícios para si e suas famílias de acordo com as suas preferências.

Entre estes benefícios encontram-se o reembolso de despesas de Saúde, Vale Infância, Formação Profissional, Aquisição de Tecnologia e Aquisição de Viatura.

Em janeiro de 2021, foi reaberto o Programa junto do mesmo

universo de empresas do Grupo em Portugal.

d) Política de Acompanhamento Familiar

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor uma Política de Acompanhamento Familiar que inclui apoio administrativo, logístico e financeiro com vista à legalização, deslocação e alojamento de elementos do agregado familiar de colaboradores que, mediante determinados critérios, sejam deslocados para fora do seu país.

Qualificação para a expressão do talento: desenvolvimento e formação

No universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte, e ao longo da sua história quase centenária, sempre se promoveu uma forte cultura de ética, de trabalho e de mérito, amplamente reconhecida e sistematicamente aplicada a todos os níveis.

Perante a velocidade das transformações que hoje se vivem e as inerentes volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, é crítico que as organizações acompanhem e se adaptem rapidamente, quer às alterações dos contextos, quer das expetativas dos *stakeholders* internos e externos.

Guiadas pelos Valores do Engenho, Verdade e Compromisso e pela Missão "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor", as empresas do Grupo estão cientes destas transformações e da necessidade de direcionar as Pessoas para novos modelos de crescimento e para a aquisição de novas competências que permitam ultrapassar constantes desafios.

Como estratégia para a sustentabilidade dos seus negócios perante esta nova realidade, o Grupo tem estimulado junto das suas empresas participadas os seguintes objetivos:

- Potenciar o talento dentro da organização, atraindo as Pessoas mais qualificadas, desenvolvendo-as e promovendo a sua evolução por mérito e pelo seu desempenho;
- Fomentar lideranças fortes, melhorando a capacidade para promoverem o desempenho e o alinhamento das Pessoas com o propósito empresarial;
- Comunicar eficazmente as suas identidades organizacionais, criando propostas de valor fortes, quer interna, quer externamente;
- Construir Culturas Aprendentes de forte impacto, com oportunidades de crescimento para todos, delineadas em diferentes áreas de conhecimento (técnicas e não-técnicas), em diferentes níveis (operacional, tático e estratégico) e em diferentes formatos de aprendizagem (no dia-a-dia, na observação e interação com outros, na aprendizagem formal através de formação em sala ou em plataformas online).

A diversidade de atividades que hoje existe dentro do Grupo Teixeira Duarte e a dispersão geográfica por diversos países têm exigido um modelo cada vez mais robusto de transmissão eficaz de valores e práticas que constituem a visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte para todas as áreas de negócio que nele existem.

Em 2020 deu-se continuidade à Política de Desenvolvimento de Competências do Grupo Teixeira Duarte conforme modelo definido em 2018, com as necessárias adaptações de formatos de aprendizagem resultante das circunstâncias causadas pela pandemia da COVID-19. Esta Política assenta numa matriz que integra uma componente comum/transversal a todas as áreas de negócio e uma componente específica, sendo desta forma adaptável a qualquer setor, mercado e categoria profissional em que o colaborador se encontrar.

As áreas de negócio, por sua vez, definem, implementam e avaliam os Planos de Desenvolvimento de Competências (PDC) dos seus colaboradores. Tratam-se de programas de formação contínua que possibilitam perspetivar a formação de cada colaborador ao longo do tempo, nomeadamente com vista à atualização de competências e progressão na carreira.

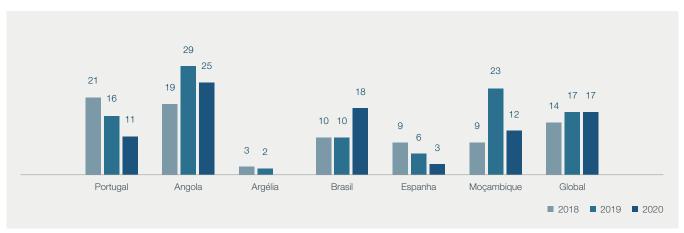
Em 2020, a Comissão de Coordenação da Qualificação Profissional, criada em 2018 para reforçar o suporte no desenvolvimento de competências dos colaboradores das empresas do Grupo, prosseguiu com o trabalho de apoio contínuo a processos transversais e com a promoção de projetos-chave nestas áreas, onde se inclui a adoção de uma nova ferramenta de e-learning por todas as áreas de negócio do Grupo, em todas as geografias. A implementação desta ferramenta tornou-se especialmente relevante em 2020 globalizando o desenvolvimento pessoal e profissional independente da localização física das pessoas e operações.

Na plataforma "OK – Online Knowledge" é possível aceder a formações e informações *online*, através da partilha de conteúdos externa e internamente desenvolvidos por cada empresa do Grupo. Por outro lado, o desenvolvimento de conteúdos internos técnicos ou generalistas promove o compromisso de todos com a organização e com as pessoas que nela trabalham.



Plataforma "OK - Online Knowledge"

Alinhadas com a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores como forma privilegiada de resposta aos diversos, exigentes e complexos desafios que enfrentam, as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A., em 2020, realizaram no seu global 17 horas de formação em média por cada colaborador, tal como em 2019, sendo de salientar positivamente o desempenho das atividades em Angola e Brasil em particular, não obstante os muitos constrangimentos que a situação de pandemia CO-VID-19 impôs aos habituais formatos da formação profissional.



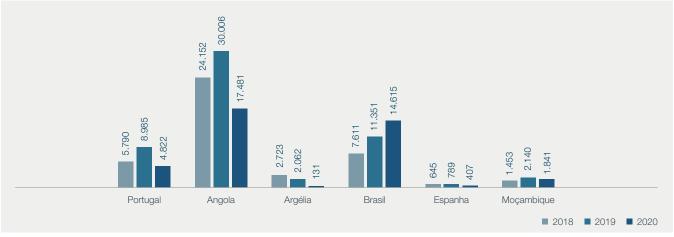
Evolução anual do nº médio de horas de formação por colaborador por ano por mercado e no global do Grupo (Cobertura = 96%)

As atividades qualificantes (adiante, atividades) abrangeram 39.297 formandos (número de colaboradores que estiveram presentes numa atividade) e totalizaram 150.665 horas de volume de formação (total de horas de formação frequentadas por

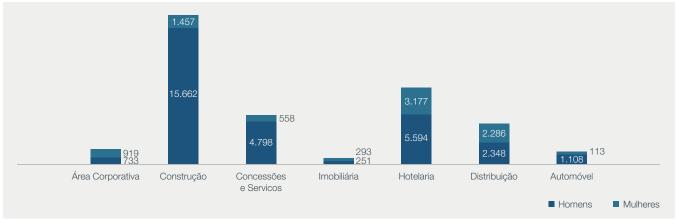
todos os formandos), o que, comparando com 2019, representa um decréscimo de 29% e de 23% respetivamente. No Brasil, contudo, verificou-se um aumento na ordem dos 30% em ambos os indicadores.

	Área Corpo- rativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2020	Total 2019	Total 2018
Portugal	2.805	13.895	3.124	605	411	461	114	21.414	31.853	46.630
Angola	152	1.864	2.432	86	38.203	23.760	6.720	76.398	106.360	74.133
Argélia		113						113	1.887	3.439
Brasil	1.119	38.252	5.320	1.239				45.930	33.786	18.226
Espanha		1.055	35					1.090	3.936	6.327
Moçambique	582	2.352	189		5.780			8.903	17.781	6.241
Total	4.657	57.530	11.100	1.930	44.394	24.220	6.835	150.665	195.603	154.996

Nº de horas de volume de formação a 31 de dezembro de 2020 (Cobertura = 96%)



Evolução anual do nº de formandos abrangidos por atividades de qualificação por mercado (Cobertura = 96%)



 N° de formandos abrangidos por atividades de qualificação por área de atuação a 31 de dezembro de 2020 (Cobertura = 96%)

Para a contabilização destes indicadores o Grupo Teixeira Duarte passou a considerar, em 2020, a localização da empresa a que o colaborador está contratualmente vinculado, e não o mercado onde o colaborador se encontra no momento.





Dia Mundial da Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável

Para assinalar o Dia Mundial da Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável, que se celebra a 4 de março, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções promoveu em Portugal um seminário sobre o tema "Engenharia: a chave para o Desenvolvimento Sustentável" procurando reforçar a consciencialização dos seus colaboradores para os objetivos mundiais no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, relativamente aos quais a Engenharia desempenha um papel fundamental.

O seminário, ainda realizado presencialmente antes do início da pandemia da COVID-19 e tendo sido depois disponibilizado na plataforma "OK", contou com a participação de três oradores convidados: Prof. Manuel Pinheiro, Licenciado e Doutorado em Engenharia do Ambiente, com agregação ao Instituto Superior Técnico, Prof.ª Helena Gervásio, Professora Auxiliar do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, e Prof. Jorge de Brito, Professor Catedrático no Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos do Instituto Superior Técnico.



Em 2020, o Grupo Teixeira Duarte deu seguimento, em parceria com a Universidade Nova SBE, ao Programa de Formação para Executivos, iniciado em 2019 e que englobou cerca de 125 participantes, em Portugal e Angola. O objetivo é habilitar pessoas com funções-chave no desenvolvimento do Grupo com competências de Liderança, Gestão e *Governance*.



Em Portugal, manteve-se a certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções como entidade formadora, concedida pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, que habilita a empresa a ministrar formação certificada em diversas áreas incluindo Segurança e Higiene no Trabalho, Construção Civil e Engenharia Civil, Metalúrgica e Metalomecânica, entre outras.



Também a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções promoveu, em 2020, um curso de formação sobre *Building Information Modeling* (BIM) para as suas equipas da área das Edificações, em parceria com o ISCTE. A formação, com duração de 55 horas, ocorreu durante 2 meses e visou aprofundar a gestão de projetos com recurso a BIM junto destes colaboradores.



Ainda no que concerne ao mercado português, há a destacar a participação da Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. (EPOS) em mais uma iniciativa de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) desenvolvido pelo Centro Qualifica de Almodôvar. 19 trabalhadores da EPOS concluíram este processo, tendo-lhes sido reconhecidas habilitações ao nível do 9.º e 12.º anos. Tendo como objetivos a Qualificação Profissional e Escolar, a Empregabilidade e a Responsabilidade Social, este processo decorreu durante 2 meses,

em regime intensivo, com elevado empenho e dedicação, tanto de trabalhadores como da equipa de formadores e técnicos do Centro Qualifica. O desafio foi ainda ampliado pelos constrangimentos relacionados com o contexto de pandemia, mas ultrapassado com total êxito: além de reconhecer as competências académicas atuais dos trabalhadores, permitir-lhes-á desenvolver num futuro próximo processos de certificação profissional para alguns perfis profissionais, o que será uma mais-valia para os próprios e para a EPOS.

Angola é, no Grupo Teixeira Duarte, o mercado com maior número médio de horas de formação por ano por colaborador, sendo que as atividades qualificantes levadas a cabo ao longo de 2020 abrangeram 17.481 formandos e totalizaram um volume de formação de 73.216 horas registadas, o que representou uma redução de 42% e 31% respetivamente face a 2019.

O Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) Teixeira Duarte em Angola continua a ser um pilar estruturante na construção de um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida dos colaboradores, concentrando grande parte das atividades qualificantes desenvolvidas pelas empresas do Grupo neste mercado. Em março de 2020, o CDP teve que suspender as atividades formativas presenciais prosseguindo com o desenvolvimento de formação em formatos *e-learning*.

Nos âmbitos da empregabilidade, qualificação profissional e da responsabilidade social do Grupo em Angola, deu-se continuidade ao Projeto "Fazer Pescar", tendo dado início a 5 edições no princípio de 2020, com 52 participantes, que tiveram que ser suspensas devido à entrada de Angola em situação de emergência.



Formando do Fazer Pescar (edição Imobiliária) ANGOLA

FAZER PESCAR



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável







Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Qualificação Profissional
- Responsabilidade Social

Destinatários

Jovens que vivem em situação de carência social.

Desafic

Tirar partido dos meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores das várias empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte para formar os destinatários, dando-lhes também a oportunidade de se iniciarem no mercado de trabalho.

Caracterização

"Ensina um Homem a pescar e estarás a alimentá-lo para o resto da vida", Lao Tzu

O "Fazer Pescar" é uma iniciativa que tem como objetivo criar oportunidades para jovens, formando-os para, autonomamen-

te, serem uma parte fundamental no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos.

Programa educativo com duração de 3,5 meses, que inclui uma componente de integração social, de integração na empresa e de integração no trabalho.

A frequência é gratuita e os formandos beneficiam de refeições diárias, subsídio diário de transporte, seguro de acidentes pessoais, uniformes e roupa para uso individual, material escolar e vigilância médica regular.

Terminado o curso, os formandos com avaliação positiva são integrados em empresas do universo do Grupo em Angola.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todos os setores a operar em Angola.

- 32 edições realizadas entre 2013 e 2019; 5 edições iniciadas em 2020 mas suspensas devido ao início da pandemia;
- 5.500 testes de admissão efetuados e 1.500 entrevistas realizadas desde 2013;
- 450 jovens graduados integrados nas empresas do Grupo entre 2013 e 2019;
- Taxa de retenção média: 50%.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL TEIXEIRA DUARTE



- 1.500 m² de área total de construção aproximada.
- 6 salas para formações teóricas.
- 1 sala de informática.
- 2 laboratórios (Eletricidade e Eletrónica e Engenharia Civil).
- 2 oficinas para formações práticas na área Automóvel e na área da Distribuição.
- 1 auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas.

Destaque para:

- 7 negócios com atividades formativas: Construção, *Facilities Management*, Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.
- 33 cursos de formação certificados pelo INEFOP.
- 1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.

No Brasil foram desenvolvidas atividades que abrangeram 14.615 formandos, totalizando 45.930 horas de volume de formação, o que revela, face a 2019, acréscimos de 29% e 36% respetivamente. O número médio de horas de formação por colaborador aumentou de 10 para 18 horas por colaborador.

No Brasil, salientam-se adicionalmente dois programas no âmbito da qualificação profissional e emprego jovem. A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções tem em vigor, há vários anos, um programa de formação de profissionais recém licenciados, com duração minima de 12 meses e cujo objetivo é desenvolver os jovens através de formação "on the job" para futura integração na empresa. Em 2020 foram integrados 19 "trainees" – o maior número dos últimos anos – tendo 17 permanecido na empresa após período de estágio. O "Jovem Aprendiz" é outro programa importante, destinado a jovens do ensino médio que, em 2020, integrou 17 jovens, tendo 4 sido absorvidos. Esta iniciativa tem duração de 16 meses e visa proporcionar aos jovens experiência em contextos de trabalho.



Formando do Fazer Pescar (edição Automóvel)

ANGOLA

DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam.

Para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove, junto das participadas, uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, em Portugal, é uma empresa certificada em responsabilidade social de acordo com o referencial SA 8000.

Combate à corrupção e suborno, ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo

A corrupção e suborno são riscos inerentes a qualquer atividade económica. A ferramenta que norteia a gestão das empresas participadas do Grupo neste domínio é um programa de *compliance* que estabelece e implementa um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de *Compliance*, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte com vista a assegurar com maior eficácia e evidência o cumprimento da lei e das normas internas, contribuindo para um efetivo clima de integridade e de cultura ética no desenvolvimento das atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte.

O sistema também assegura o cumprimento e avaliação da eficácia do Código de Ética e Conduta, segundo o qual os colaboradores devem agir por forma a avaliar e evitar eventuais situações de conflitos de interesse, bem como impedir quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Cabe-lhes a obrigação de reportar informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Cabe-lhes ainda promover que os destinatários indiretos deste Código também o façam.

O sistema de *compliance* do Grupo Teixeira Duarte, aplicável a todas as suas empresas participadas, contempla os seguintes mecanismos:

- Processos de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno financeiros e não financeiros, que incluem diligências prévias de terceiros e de quadros de elevada responsabilidade, relacionamento com concorrentes, confidencialidade, conflito de interesses, entre outros;
- Monitorização do desempenho deste sistema, tais como auditorias internas, externas, investigação de denúncias e de outras violações de conformidade e formação constante;
- Um Canal de Ética para onde todos os colaboradores e entidades terceiras devem comunicar eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos, entre outras medidas. O Canal de Ética da Teixeira Duarte pode receber denúncias através de:
 - Correspondência dirigida à empresa em seus endereços respetivos;
 - Mensagem de correio eletrónico para o endereço compliance@teixeiraduarte.pt;
 - Mensagem enviada a partir do site Teixeira Duarte (www.teixeiraduarte.com);
 - Mensagem enviada a partir do Portal do Colaborador da Teixeira Duarte.

9 de DEZEMBRO I 17h

WEBINAR: CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Mantendo sua tradição no combate à corrupção, a Teixeira Duarte promoverá este webinar para discussão sobre a corrupção no Brasil e no Mundo, e alertar sobre os cuidados e práticas adotadas no contexto corporativo para a prevenção e o combate à corrupção.

O evento ocorrerá via plataforma zoom. Em breve você receberá o link.

> Webinar promovido pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções no Brasil em 2020 dirigido a cargos de Direção.

Os colaboradores devem pautar a sua atuação de forma a combater ativamente eventuais tentativas de branqueamento de capitais, recusando participar em qualquer ato que como tal possa ser considerado, ao abrigo das normas legais e regulamentares em vigor, bem como em qualquer tentativa, cumplicidade, facilitação ou aconselhamento à sua prática.

De igual modo, devem agir de forma a impedir que a atividade de qualquer empresa do Grupo Teixeira Duarte possa, de alguma forma, fornecer, recolher ou deter fundos ou bens que possam vir a ser usados para o financiamento e apoio de atividades criminosas, nomeadamente terroristas.

As práticas e procedimentos para prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo instituídas pelas empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte nos vários mercados têm acompanhado a respetiva evolução legislativa. No caso particular da atividade imobiliária, esta evolução temse traduzido, designadamente, no reforço da avaliação de riscos e no aumento das diligências pré-contratuais.

Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo

a) Clientes

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expetativas dos seus clientes, tem levado empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001, enquanto fator de fortalecimento e sustentabilidade do negócio, contribuindo para o pilar económico, o que por sua vez permite ter a capacidade e os meios para outras iniciativas de sustentabilidade.

Setores e mercados onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte tinham, a 31 de dezembro de 2020, implementados Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001 : 2015):

- Construção: Portugal, Brasil e Moçambique;
- Concessões e Serviços: Portugal;
- Imobiliária: Portugal e Brasil;
- Distribuição: Angola

Note-se que, pela heterogeneidade de negócios que compõem o Grupo Teixeira Duarte, cabe a cada área estabelecer os seus próprios mecanismos de auscultação de clientes e de receção, tratamento e resolução de reclamações, avaliando os seus níveis de satisfação de acordo com os seus próprios critérios específicos.

b) Parceiros, fornecedores e subcontratados

Ciente da importância de terceiros no desenvolvimento das atividades do Grupo Teixeira Duarte, os princípios subjacentes à sua política de *compliance* devem estar sempre presentes no relacionamento entre as empresas do Grupo Teixeira Duarte e os seus parceiros de negócio bem como em relação às interações com agentes públicos.

A Teixeira Duarte também incentiva os seus parceiros de negócios a adotarem um sistema de *compliance* compatível com as suas atividades, com o objetivo de promover e manter um ambiente ético de negócios.

Em Portugal, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, e em conformidade com a Norma SA 8000, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social, onde se salientam:

- Não utilização ou apoio à utilização de trabalho infantil, de trabalho forçado ou compulsório;
- Proporcionar um ambiente seguro e saudável para a prestação do trabalho;
- Não obstar à liberdade de associação e direito de negociacão coletiva:
- Não praticar ou apoiar atos discriminatórios sob qualquer forma;
- Não exercer ou apoiar o exercício de práticas disciplinares rudes ou desumanas:
- Agir em conformidade com as leis aplicáveis e com os padrões da respetiva área de atividade, em matérias relacionadas com o horário de trabalho;
- Remuneração considerada adequada pelo trabalho efetivamente prestado, respeitando sempre o legalmente estipulado.

Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, é avaliado o potencial risco social dos fornecedores face ao risco expetável, sendo depois monitorizados os casos de maior risco. Em 2020, foram efetuadas 12 monitorizações a fornecedores em Portugal, dentro do universo de empresas com as quais a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve relações de fornecimento.

No caso particular dos subempreiteiros, as empresas do Grupo na atividade da Construção, têm instituídas disposições contra-

tuais específicas obrigatórias, para além das legais, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo seguros de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, sinistralidade, formação e informação, prevenção e controlo do alcoolismo, entre outros.

Já no setor da Distribuição, em Angola, a participada CND tem em curso, desde 2012, um programa direcionado para fornecedores, que visa apoiar as atividades produtivas agrícolas e pecuárias, a criação de emprego e o empreendedorismo, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. Através do Programa "Fazenda Maxi", a CND estabelece parcerias com produtores nacionais, apoiando-os e assegurando a compra e distribuição das suas produções, ao mesmo tempo que coloca nas suas lojas e à disposição da população produtos nacionais seguros e de qualidade.

Em 2020, o Programa "Fazenda Maxi" manteve uma rede com mais de 30 produtores associados em 8 províncias. Originalmente de caráter agrícola, o "Fazenda Maxi" é hoje um programa no âmbito da agropecuária que reúne uma comunidade de fazendeiros experientes e autónomos, e onde a automatização e mecanização dos processos de produção serão o próximo passo.

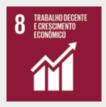
Também na vertente do apoio a fornecedores locais, a CND em Angola manteve o Programa "Raízes", criado em 2018. Através da insígnia de retalho especializado em mobiliário e decoração "Dakaza", a empresa estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos promovendo a aproximação destes com o cliente particular, através da exposição, promoção e dinamização dos seus artigos nas lojas e demais canais de comunicação da insígnia. No terceiro ano da iniciativa, realizaram-se mais de 20 novas exposições, tendo sido vendidos cerca de 1.000 artigos.

FAZENDA MAXI

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável













Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Economia inclusiva
- Qualidade e Segurança Alimentar
- Qualificação Profissional
- Práticas responsáveis na cadeia de valor

Destinatários

Produtores agropecuários, com ênfase nos de pequena e média dimensão.

Consumidores em geral.

Desafio

Reduzir as dificuldades do negócio de retalho alimentar da CND na obtenção de produtos agropecuários de qualidade, a preços acessíveis a todos, de forma consistente e sustentável, tirando partido dos seus meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores direta e indiretamente ligados a esta atividade.

Caracterização

Programa criado em 2012 e promovido pela CND através da sua insígnia "Maxi", que estabelece parcerias com produtores, com o objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população.

O programa "Fazenda Maxi" garante aos produtores o escoamento dos produtos para as lojas da Maxi, recolhendo-os e transportando-os, prestando também aconselhamento técnico durante todo o processo produtivo e ações de formação especializada com vista à melhoria da qualidade e regularidade da



sua produção.

As poupanças obtidas por via da redução da cadeia distribuidora são repassadas para o cliente final.

No âmbito deste programa, a CND garante o acompanhamento técnico dos produtores, aprovisionamento, logística e Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos, alocando-lhe uma frota de viaturas refrigeradas com capacidade para 8 toneladas, caixas de transporte especialmente desenvolvidas e suporte operacional da sua estrutura central, incluindo do moderno centro de distribuição da empresa localizado em Morro Bento.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos

- 2.600 toneladas compradas em 2020;

- Em 2020 representou 66% do volume da categoria de Frutas & Legumes das lojas "Maxi", continuando a contribuir para a redução da taxa de importações na categoria;
- 4.450 empregos permanentes e sazonais em média por ano:
- Transferência de conhecimento e "know-how";
- Fortalecimento das capacidades técnicas dos produtores para avançar no sentido de padrões de produção mais sustentáveis;
- Desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas;
- Criação de emprego e consequente promoção da fixação de pessoas em zonas rurais;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

RAÍZES



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Âmbito(s)

- Reforço da identidade cultural nacional
- Empreendedorismo
- Economia inclusiva

Destinatários

Artistas e pequenos e médios artesãos nacionais. Consumidores em geral.

Desafio

Aumentar os fatores de diferenciação do negócio de retalho especializado da CND através da inclusão da oferta de artigos originais manufaturados localmente, integrando artistas e artesãos nacionais no retalho organizado.

Caracterização

Programa criado em 2018 e promovido pela CND através da sua insígnia "Dakaza", que estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos, com o objetivo de promover a criatividade, inovação e empreendedorismo dos criadores nacionais.

Aos clientes da "Dakaza", o Programa "Raízes" torna acessível a aquisição de peças de arte e de artesanato nacionais.

Aos artistas e artesãos, é concedido espaço nas lojas da insígnia para exposição dos artigos e realização de demonstrações e workshops com participação dos clientes. A "Dakaza" promove também a notoriedade dos criadores, para além da venda dos seus artigos.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

- 40 artistas e/ou exposições em três anos;
- 3.500 artigos vendidos em três anos;
- 78.000 visitantes impactados em três anos;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada.

d) Apoios às comunidades

A Missão e Valores do Grupo, particularmente o valor "Compromisso", espelham a preocupação da Teixeira Duarte para com a Responsabilidade Social que é reforçada também pelos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética e Conduta aplicáveis sobretudo ao capital humano e pela visão e modelo de sustentabilidade que afirma o desígnio de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

No âmbito do apoio a projetos sociais e organizações de solidariedade social, refira-se que a Teixeira Duarte tem entendido adotar uma posição institucionalizada através de iniciativas não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração, mas antes que envolvam todos os colaboradores numa ação direta.

Foi com este desígnio que, em 2015, se promoveu pela primeira vez o Programa TODOS DAMOS, um projeto que permite que as empresas do Grupo Teixeira Duarte reforcem as doações que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas.

O Grupo Teixeira Duarte estabelece uma quantia anual para este efeito e são os colaboradores que escolhem as instituições que querem apoiar. A empresa doa o dobro do valor doado pelos mesmos, triplicando, assim, o valor do donativo recebido pelas instituições.

Em 2020, foram deferidas 56 candidaturas, envolvendo colaboradores de Portugal, Angola e Brasil.

No total, entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, foram reunidos 77.885,00€, distribuídos por 41 instituições.

Em Angola, o Programa "MaxiSaúde", lançado em 2016 pela empresa CND, e que tem como objetivo promover a saúde da população através de ações de sensibilização, prevenção, rastreio e tratamento nas comunidades envolventes das lojas "Maxi" ficou em suspenso durante o ano de 2020 devido à situação de pandemia.

Mesmo com estes constrangimentos, o Grupo Teixeira Duarte conseguiu realizar uma edição do Programa "Dar Vida" em 2020. Criado pela área de Construção do Grupo em Angola em 2019, o Programa visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue das instituições sanitárias que se associem. Em dezembro de 2020, foi realizada uma ação de recolha de sangue contando com a contribuição de cerca de 20 colaboradores, desta vez de vários setores de atividades do Grupo. Nesta ação, foram recolhidos cerca de 9 litros de sangue, tendo por base a recolha de 450 ml por doador, o que representa

a possibilidade de salvar a vida (ou ajudar a viver) de até 60 pessoas. Em 2021, prevê-se replicar o Programa também em Mocambique.

Campanha anual de sensibilização para prevenção dos acidentes na estrada

A TDA, participada do Grupo Teixeira Duarte que atua no setor automóvel em Angola, levou a cabo, em 2020, uma campanha de sensibilização para a prevenção de acidentes na estrada. Sendo os acidentes rodoviários a 2ª maior causa de morte em Angola, a TDA tem, na prevenção rodoviária, um dos principais eixos da sua responsabilidade corporativa. A campanha, que se manterá em 2021, inclui formação e informação interna e externa, nomeadamente através das redes sociais da TDA e das marcas representadas.



TODOS DAMOS



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável









Âmbito(s)

- Responsabilidade Social

Destinatários

Instituições de cariz social que apoiam pessoas nos mercados de atuação das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte.

Desafio

Apoiar projetos e instituições de solidariedade social através de iniciativas que envolvam os colaboradores numa ação direta e não exclusiva nem centralizada na decisão do Conselho de Administração.

Caracterização

O Programa TODOS DAMOS é um programa de Responsabilidade Social de carácter anual criado em 2015 pelo Grupo Teixeira Duarte. O TODOS DAMOS permite que as empresas do Grupo reforcem as doações que seus os colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas.

A Teixeira Duarte disponibiliza uma quantia anual para este efeito e são os colaboradores que escolhem as instituições que querem apoiar. A empresa doa o dobro do valor doado pelos mesmos, triplicando, assim, o valor do donativo recebido pelas instituições.

Qualquer colaborador das empresas do Grupo pode candidatar-se ao Programa, indicando uma instituição de cariz social sedeada num país em que o Grupo opere para a qual pretende contribuir ou já contribuiu com um donativo.

A entrega da quantia com que o colaborador entender contribuir para a instituição pode ser feita diretamente pelo próprio ou através da dedução da mesma no valor do próximo vencimento mensal.

O Programa TODOS DAMOS relativo a 2020 esteve em vigor entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. O orçamento para o programa em 2020 foi de 150.000,00€, total entre os donativos máximos dos colaboradores e das empresas.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte.

- 56 candidaturas em 2020 (48 em 2019);
- 41 instituições apoiadas em Portugal, Angola e Brasil em 2020 (40 em 2019);
- Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte foram reunidos 77.885,00€ em 2020 (107.415,00€ em 2019).

MAXISAÚDE



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

Destinatários

Comunidades angolanas desfavorecidas.

Parceiros.

Desafio

Criar impacto positivo nas comunidades tirando partido dos meios humanos e logísticos da "Maxi" e da capacidade técnica inerente à rede de lojas "Farmácia Popular", ambas pertencentes à participada CND.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2016 e promovido pela CND através das suas insígnias "Maxi" e "Farmácia Popular", que atua em comunidades desfavorecidas nas áreas

de influência destas lojas, realizando ações preventivas, de aconselhamento, rastreio e tratamento de doenças, para além de ações de informação e consciencialização acerca de hábitos alimentares e de higiene, procurando contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das populações visadas.

As principais temáticas do "MaxiSaúde" são a malária – principal causa de morte em Angola -, diabetes, doenças cardiovasculares, saúde oral e alimentação saudável.

Este programa é desenvolvido com o apoio de colaboradores voluntários da empresa CND, contando com outras entidades como parceiras.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

- Programa suspenso em 2020 devido às circunstâncias sanitárias:
- 25.000 pessoas impactadas nas mais de 60 ações realizadas desde o início do programa;
- Estreitamento das relações com escolas, igrejas e comunidades locais no geral.

DAR VIDA



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores

Desafio

Contribuir para o fortalecimento do sistema de doação voluntária de sangue em Angola que permita o acesso universal a suprimentos oportunos de sangue e hemocomponentes seguros e de qualidade garantida. Sendo que em Angola apenas 10% das doações de sangue são voluntárias, muitos colaboradores deparam-se direta ou indiretamente com esta potencial indisponibilidade de sangue em alguma altura das suas vidas.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2019 e promovido pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções que visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue no sistema de saúde.

Consciencializando os seus colaboradores para a importância da doação voluntária de sangue e proporcionando condições para a doação efetiva, através de parcerias técnicas, a empresa visa contribuir para a redução da carência atual de *stock* de sangue nas instituições sanitárias e estimular um maior sentimento de solidariedade junto dos colaboradores e suas esferas pessoais.

Este programa é desenvolvido com o apoio técnico da Clínica Sagrada Esperança.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Vários setores de atividade do Grupo em Angola.

- 1 ação de recolha realizada em 2020, reunindo cerca de 20 doadores voluntários:
- Em média, em cada doação, são recolhidos 450ml de sangue, o que pode ajudar a salvar a vida de até 3 pessoas;
- Estreitamento das relações com instituições de saúde.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

Em 2020, deu-se seguimento ao Plano Estratégico de Inovação para o biénio 2019-2020 no seio do Grupo Teixeira Duarte, envolvendo as áreas da Construção, *Facilities Management* e Imobiliária, onde estão identificadas como linhas de orientação estratégicas a rapidez de construção e a construção modular.

No âmbito deste plano, neste exercício, encontravam-se a ser desenvolvidos vários projetos, entre os quais se salientam os seguintes:

Projeto Digital Construction Revolution - REV@CONSTRUCTION

O projeto tem um investimento global de cerca de 8.5 milhões de Euros, sendo o valor correspondente ao Grupo Teixeira Duarte de cerca de 1.3 milhões de Euros.

Conta com 24 participantes, entre empresas, academia e associações do setor, sendo liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções.

Produtos, Processos e Serviços a desenvolver no âmbito deste projeto:

- DIGI4Construction desenvolvimento de uma plataforma digital nacional para a construção, com aplicação piloto BIM4Bridges, envolvendo a Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Digital Twin para a AEC tratamento de dados de projeto/ construção, com aplicações piloto, nomeadamente pavimentação 4.0 (Mota-Engil) e betonagem 4.0 (Teixeira Duarte):
- RCM4Assets Digital Twin para a Operação e Manutenção / Gestão de Ativos, manutenção preditiva (Coordenação Teixeira Duarte e TDGI);
- Integração de todas as soluções com projetos demonstradores à escala real ("Living Lab"), incluindo o BIM4Bridges utilizando os conceitos do RCM4Assets;
- Gestão e Comunicação do Projeto.

O projeto financia a fundo perdido estas atividades.

Projeto "OMICRON"

O "OMICRON" é um projeto europeu financiado pelo Horizon 2020, no âmbito das candidaturas *Mobility for Growth*, com duração de 42 meses, no qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções participa com outros 15 parceiros de 7 países europeus.

Este projeto visa desenvolver soluções inovadoras para a ma-

nutenção e regeneração de infraestruturas rodoviárias, recorrendo a soluções mais automatizadas e otimizadas por meio de tecnologias robotizadas e ferramentas inteligentes de apoio à decisão.

À Teixeira Duarte cabe a coordenação do principal demonstrador do projeto que pretende desenvolver soluções modulares para a realização de passagens superiores (para situações de alargamentos de autoestradas, passagens de fauna e substituição de existentes), de forma rápida, segura e sustentável. Na equipa portuguesa, por indicação da Teixeira Duarte, encontra-se também envolvida a empresa Armando Rito. A Brisa também irá participar como parte interessada, facultando acessos, sinalização e segurança durante os ensaios a realizar no demonstrador.

O financiamento é 100% a fundo perdido, tendo sido atribuídos à Teixeira Duarte 268.500,00€.

Projeto SHELTER - Structural Hyper-resisting Element for Life Threatening Earthquake Risk (Abrigo estrutural salva-vidas para proteção em sismos severos)

Este projeto teve início em 2019, mantendo-se em curso. Destina-se a desenvolver um produto inovador a nível mundial, passível de ser instalado num local central em qualquer apartamento, que permitirá salvar as vidas humanas dos ocupantes em caso de ocorrência de um sismo intenso, com custos muito reduzidos.

É um projeto de 1.1 milhões de Euros copromovido pelo Instituto Superior Técnico (IST), financiado pelo Programa Portugal 2020, com duração total de 3 anos. O projeto envolve as áreas da Metalomecânica, no desenvolvimento dos protótipos, e das Edificações, na construção de modelos parciais de edifícios de alvenaria, da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções. Externamente, participam o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), para a realização de ensaios em mesa sísmica, o IADE – Universidade Europeia, no *design* e integração arquitetónica do abrigo, e o SPI, em regime de prestação de serviços.

a) Propriedade intelectual

Para garantir a proteção de todos os direitos de propriedade intelectual gerados no âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções tem concedidas várias patentes em Portugal, com destaque para os seguintes sistemas e métodos pioneiros:

 Sistema de montagem de tabuleiros de pontes e/ou viadutos por avanço incremental, com reação nas vigas de apoio provisórias no encontro e deslizamento sobre material plástico:

- Método de proteção da fixação da borracha-caleira nas juntas de dilatação de pontes/viadutos e sua montagem;
- Bailéu suspenso nos cabos funiculares de uma ponte suspensa dotado de meios que permitem a sua deslocação e a transposição das braçadeiras existentes nos cabos pendurais da referida ponte.

No exercício de 2020, não foram submetidas para registo novas patentes de invenção.

Já no que diz respeito a marcas, no universo das empresas do Grupo Teixeira Duarte há um vasto número de marcas protegidas de uso exclusivo das mesmas em diversos países. O somatório de marcas protegidas por estas empresas é, desde 2017, superior a 500 marcas.

b) Contribuição para a atividade normativa do setor da Construção

A contribuição para a normalização dos setores de atividade constitui para as empresas um meio de diferenciação concorrencial, pois privilegia o desenvolvimento das atividades em consonância com as regras de arte e com as normas nacionais e internacionais.

Neste âmbito, destaca-se que, em 2020, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve a sua participação nos grupos de trabalho da European Federation of Foundation Contractors (EFFC) e CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator orientados para o cálculo da pegada de carbono nas obras geotécnicas, assim como na Technical Working Group (TWG) que visa a cooperação e desenvolvimento de guias e normas de execução de obras geotécnicas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções participa também nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil, presidindo a subcomissão SC10, órgão técnico que visa a emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais, integrando ainda o grupo de trabalho WG11 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração da norma ISO 22477-2 Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 2: Testing of piles: Static tension load testing.

c) Parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção

No âmbito do setor onde se insere, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções promove a inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvendo também atividades de IDI em par-

ceria com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas congéneres.

Principais parcerias em Portugal:



PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

A PTPC reúne empresas, projetistas, universidades, entidades públicas e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), com a missão de promover a reflexão sobre o setor da Construção, implementar iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, contribuir para o incremento da respetiva competitividade no quadro geral da economia e promover a cooperação entre os *stakeholders* do setor da Construção e Obras Públicas ou a ele ligados.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções detém a Presidência da PTPC desde a data da sua constituição (2011).



Cluster AEC - Arquitetura, Engenharia e Construção

Constituído em 2016, o Cluster AEC é gerido pela PTPC. Tem como objetivo a atuação no setor económico da Arquitetura, Engenharia e Construção e respetiva fileira ou cadeia de valor, favorecendo a obtenção de níveis elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva, a cooperação e o funcionamento em rede e a promoção da internacionalização do cluster através, nomeadamente, da participação em redes internacionais.



Built CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro

Em 2020, a PTPC viu ser aprovada a candidatura a um Labora-

tório Colaborativo que se destina à prestação de serviços, por recursos humanos altamente qualificados, que promovam o desenvolvimento de competências empresariais cooperativas ou internas. O valor global do financiamento a fundo perdido, a 5 anos, é de 3,4 milhões de Euros.

São elegíveis, ao abrigo deste Laboratório Colaborativo, as seguintes áreas de desenvolvimento de competências empresariais:

- Produtividade e Competitividade;
- Transformação Digital;
- Edifícios e Infraestruturas Inteligentes;
- Edifícios e Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções detém a Presidência do Conselho de Administração do BUILT CoLAB.



Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas (APEE), que constitui o grupo português da *International Association* for Bridge & Structural Engineer (IABSE)

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, por via da PTPC, participa nesta associação que visa o desenvolvimento e a promoção da engenharia de estruturas, a nível internacional. Tem a cargo a organização de grandes congressos e conferências internacionais.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções tem ainda protocolos estabelecidos com as seguintes entidades do sistema científico e tecnológico nacional: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Instituto Superior Técnico (IST), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Universidade do Minho (UM).

Principais parcerias internacionais:



ENCORD - European Network of Construction for Research and Development

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções foi admitida no

ENCORD em 2014.

O ENCORD é a associação de contacto com a Comissão Europeia, em matéria de inovação na construção, e supervisiona a atividade da *ECTP - European Construction Technology Platform*. Participam no ENCORD as maiores empresas de Construção da Europa na promoção da inovação e competitividade.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é membro do Conselho Estratégico do ENCORD e participa, entre outros, no grupo de "Foresight".



ECTP - European Construction Technology Platform

A ECTP é uma associação semelhante à PTPC mas com âmbito europeu. Na qualidade de Presidente da PTPC, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções participa no Steering Comité da ECTP, no Vision Group e no Working Group Heritage and Regeneration.

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão dos aspetos ambientais no Grupo Teixeira Duarte está diretamente relacionada com os impactos ambientais das atividades das empresas suas participadas e com o desempenho ambiental dos edifícios e infraestruturas que estas constroem e, muitas vezes mantêm, para os seus clientes, nomeadamente no setor da Construção.

Destaca-se, nesse âmbito, a obrigação de cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas.

No âmbito do Código de Ética e Conduta, extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, o Grupo manifesta que a preservação e o respeito pelo ambiente devem constituir princípios essenciais na atuação dos colaboradores das participadas, que os deverão transmitir também aos destinatários indiretos deste instrumento.

Em relação à cadeia de abastecimento de bens no setor da Construção, iniciou-se, em 2020, a avaliação e monitorização

da atuação dos fabricantes das principais categorias, no sentido de se identificarem indicadores relevantes que permitam realizar uma avaliação de sustentabilidade ambiental. De destacar a categoria do aço em varão para a produção de armaduras de betão armado, pelo facto de no ano de 2020, mais de 80% dos fornecimentos terem sido assegurados por fabricantes que têm implementado um sistema de gestão ambiental.

Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada.

Sistemas de gestão ambiental

Os transversais princípios da atuação dos colaboradores das empresas participadas em relação ao ambiente, que se encontram consagrados no Código de Ética e Conduta, materializam-se em várias destas empresas através da adoção de sistemas de gestão ambiental, que permitem uma gestão eficaz dos riscos ambientais e contribuem para os objetivos das áreas de atividade

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental, na qual várias empresas do Grupo Teixeira Duarte apoiam as suas práticas com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental, incorporando processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais.

As principais empresas do setor da Construção e *Facilities Management* (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil.

Nas realidades das restantes empresas do Grupo, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados são essencialmente os que estão indexados aos aspetos legais, no entanto, para além da gestão associada ao controlo dos riscos de conformidade legal, do ponto de vista da eficiência operacional são também implementadas medidas e feitos investimentos que se refletem em ganhos, sobretudo no que respeita ao consumo de energia e gestão de resíduos.

Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais

No decurso normal das suas atividades, as empresas do Grupo que operam no setor da Construção e áreas complementares, estão expostas a riscos ambientais. A este propósito, refira-se que, de forma a dar cumprimento às obrigações legais no âm-

bito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizavam 96.812,00€ a 31 de dezembro de 2020.

Considera-se assim que o risco da ocorrência de eventuais danos ambientais originados nas atividades daquelas empresas se encontra devidamente acautelado.

Produção certificada de Estruturas Metálicas

A produção de estruturas metálicas pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções encontra-se certificada pela norma EN 1090-1, tendo o processo mantido as necessárias auditorias de controlo durante o ano em análise.

O cumprimento desta norma permite assim à empresa o fornecimento de estruturas com qualidade alinhada com os padrões europeus.

Energia

Com a eficiência operacional como foco, particularmente no seio das empresas ambientalmente certificadas, onde esta eficiência se agrega à procura contínua pela melhoria do desempenho ambiental, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte têm atuado com vista a minimizar os consumos energéticos e, consequentemente, a emissão de gases de efeito estufa.

Neste sentido, têm sido implementadas medidas de racionalização energética para proporcionar a redução do consumo específico por utilizador nas instalações fixas das empresas, nomeadamente nos escritórios e polos operacionais, que incluem a sensibilização dos colaboradores para a utilização regrada da energia e boas práticas a ter em conta.

TDGI promove eficiência energética junto dos clientes

Através das áreas de "Análise e Diagnóstico" e de "Soluções de Energia", a TDGI oferece aos seus clientes serviços que permitem a redução dos consumos energéticos nas suas instalações, com a consequente redução de emissões gasosas.

Em 2020, as medidas propostas no âmbito da "Análise e Diagnóstico" representaram uma possível poupança energética na ordem dos 1.250.000 kWh/ano, equivalente a uma redução de 555 ton CO2e/ano.

EMPA implementa central solar fotovoltaica

A EMPA, empresa participada do Grupo Teixeira Duarte no Brasil, no setor da Construção, implementou uma central solar fotovoltaica para produção de energia elétrica com 96 painéis fotovoltaicos na sua central de equipamentos em Lagoa Santa, Minas Gerais, com capacidade para gerar até 39,36 kWp. O resultado foi uma poupança de quase 100% no custo de energia mensalmente dispendido pela empresa neste local. A iniciativa foi igualmente promovida junto de outras participadas naquele país como incentivo a uma possível adoção deste tipo de soluções em outras instalações.



Recursos hídricos

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte avaliam os impactos ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregada em solo ou meio hídrico.

No desenvolvimento das atividades de Construção das empresas participadas, os recursos hídricos podem ser consumidos a partir de diversas origens - rede de abastecimento público, captação águas subterrâneas, recolha da chuva, cisterna abastecida a partir do exterior e embalada – estando esse consumo sujeito a significativas flutuações em função do tipo, quantidade e fase de cada obra.

É prática comum, nas atividades de construção, a reutilização de água para atividades paralelas como rega/aspersão sobre superfícies pulverulentas, lavagem de rodados à saída do estaleiro, na lavagem de betoneiras, entre outras. Esta temática

é amplamente divulgada em ações de formação e sensibilização, com o objetivo de eliminar desperdícios e maximizar os recursos disponíveis em obra. Ainda assim, a água consumida é maioritariamente aquela que provém da rede de abastecimento.

As atividades que por norma decorrem junto a linhas de água são alvo de monitorização dos recursos hídricos superficiais com o objetivo de identificar qualquer alteração a nível quantitativo ou qualitativo. Paralelamente são efetuadas monitorizações das captações e descargas de água em solo ou meio hídrico, sempre que se verifiquem potenciais impactos no meio envolvente.

A procura de melhoria constante na redução e reutilização de água tem-se traduzido na implementação de boas práticas, que incluem medidas de reutilização de água, otimização dos momentos de consumos e ações de sensibilização dos colaboradores.

Nos projetos em desenvolvimento pelas empresas do setor imobiliário do Grupo, está cada vez mais enraizada a preocupação na escolha de equipamentos que permitam a redução do consumo de água que proporcionem consumos mais eficientes ao longo do ciclo de vida dos mesmos.

Consumo de Materiais

Também o consumo de materiais no setor da Construção está diretamente relacionado com a quantidade, dimensão e tipo de obras executadas.

Entre as matérias-primas mais utilizadas neste setor, destaca--se o betão, cimento e agregados.



Laboratório de betões e agregados em Portugal

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções mantém um Laboratório de Materiais em Portugal com o objetivo de dar apoio no fabrico e controlo do betão a ser aplicado nas suas obras. Acreditado pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade desde 1996, e tendo sido um dos primeiros laboratórios a obter esta Acreditação no domínio dos betões e agregados no país, o Laboratório de Materiais manteve em 2020 a sua acreditação no âmbito da Norma NP EN ISO/IEC17025.

No que diz respeito ao consumo de papel nas várias instalações fixas e temporárias das empresas, importa referir que, em 2020, o Grupo prosseguiu com o processo de transformação digital iniciado em 2019 e que tem vindo a permitir, entre outras melhorias, a digitalização de inúmeros processos.



Um exemplo das medidas que fazem parte deste processo de digitalização foi a adoção de uma plataforma única que reúne diversas soluções de ambiente colaborativo integrado para projetos, contactos, arquivos, videochamadas, troca de mensagens e muito mais.

Esta ferramenta digital encontra-se em processo de adoção por todas as áreas de negócio do Grupo nas mais diversas geografias.

Ruído

Na atividade de Construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra. Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados.

Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

No âmbito da atividade imobiliária está patente a preocupação com o ruído nos projetos em que existam fontes de ruído elevado próximas. Nestes casos os projetos são elaborados no sentido de que haja a menor transmissão de ruído para o interior dos edifícios.

Emissões

Seja nos escritórios ou nas instalações operacionais, as empresas do Grupo Teixeira Duarte trabalham para reduzir a sua pegada ecológica, através da redução das emissões de CO2e inerentes às suas atividades.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, no âmbito da sua certificação em gestão ambiental, recolhe dados relativos às emissões de CO2e em Portugal, Brasil e Angola, sendo possível extrapolar os resultados obtidos para a generalidade das suas operações. As emissões são obtidas a partir de duas grandes fontes: deslocações feitas ao serviço da Empresa (avião, comboio e carro) e consumo de energia (eletricidade, combustíveis gasosos e líquidos).

A fonte de energia que maior peso representa nas emissões produzidas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções são os combustíveis líquidos, de origem fóssil, utilizados para a realização das obras.

Relativamente às emissões de CO2e provenientes de deslocações relacionadas com a exploração dos empreendimentos imobiliários, as empresas do Grupo Teixeira Duarte têm apostado em soluções de mobilidade inovadoras, designadamente com recurso a redes de parcerias e ao diálogo com as autoridades locais.

Resíduos

A produção de resíduos é um dos aspetos ambientais com maior relevância ao nível do setor da Construção. As empresas do Grupo Teixeira Duarte nesta área têm desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação, com o objetivo de promover a segregação de resíduos e, consequentemente, a sua valorização. Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores do Grupo, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Quando não é possível garantir soluções de reciclagem e/ou valorização os resíduos são encaminhados para locais devidamente autorizados e licenciados no quadro da realidade de cada geografia.

Lagoas Park Hotel reconhecido com selo de Sustentabilidade Ambiental



Em outubro de 2020, o Lagoas Park Hotel, unidade hoteleira pertencente ao Grupo Teixeira Duarte, localizada em Oeiras, foi reconhecido pela Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) com o selo "We Care" 2019, no âmbito da adesão desta unidade ao Programa HOSPES. O selo "We Care" atribuído ao Lagoas Park Hotel reconhece a implementação de boas práticas, concretamente na recolha, tratamento e reciclagem de vários tipos de resíduos dos hotéis.

O Programa HOSPES é um programa Corporativo de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade Ambiental desenvolvido pela AHP em conjunto com os hotéis nacionais, que assenta nos pilares da responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e economia circular.

Para além das práticas reconhecidas em matéria de gestão de resíduos, o Lagoas Park também tem desenvolvido um processo de substituição progressiva das lâmpadas de halogéneo por lâmpadas Led, registando uma redução de mais de 5% nos custos energéticos, e tem implementado várias medidas para economia da água consumida, desde sensibilização dos próprios hóspedes para um uso mais responsável da água, até à escolha de um fornecedor de lavandaria que assegure reutilização da água no processo de lavagem de roupas de cama e turcos.

Parcerias na investigação ambiental

Em 2020, Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve a sua participação nos grupos de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors* (EFFC) para criação de uma ferramenta que calcula as emissões de CO2 dos trabalhos de fundações e geotecnia: a "CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator". Trata-se da primeira ferramenta padronizada para calcular as emissões de CO2 para estes tipos de obras, permitindo comparar diferentes abordagens técnicas ao mesmo projeto e as respetivas emissões de CO2. Adicionalmente, pode ser usada durante todo o desenvolvimento de um projeto para comparar o desempenho real com o previsto.

Cidades sustentáveis

Mais de metade da população mundial vive hoje em áreas urbanas, estimando-se que atinja os dois terços até 2050. É pois imperativo encontrar estratégias que permitam às cidades, face a este crescimento, garantir a sustentabilidade, a segurança e a inclusão dos seus habitantes.

Cientes deste desafio global, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, em particular as empresas de Construção, Facilities Management e Imobiliária, cooperam com as comunidades locais, com o poder local e outros stakeholders para conseguirem identificar e implementar formas de gerir os desafios sociais e ambientais das cidades.



Um projeto de grande escala concebido para ser uma referência de inovação e sustentabilidade.

Localizado no concelho de Oeiras, o Parque Central pretende regenerar uma área com cerca de 42 hectares localizada a sul da autoestrada A5, transformando-a num novo bairro e em mais um destino de referência no município.

O projeto combina escritórios a norte, habitação a sul e diversas amenities e infraestruturas que serão enquadradas por mais de 200.000 m² de espaços verdes, que ocuparão grande parte da área intervencionada, criando uma atmosfera que visa a promoção do equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional e a criação de espaços abertos à comunidade que podem ser vividos 24 horas por dia.

Para além da baixa densidade de construção, a conceção urbanística do projeto atendeu aos mais elevados padrões de exigência, com particular ênfase na sustentabilidade ambiental e mobilidade, tendo recebido a classificação A+ (LíderA).

Contribuem para a diferenciação deste projeto vários fatores, entre os quais:

- Implementação de sistemas de mobilidade suave integrados com a envolvente, sendo a área central do plano "carfree", privilegiando deslocações pedonais entre usos;
- Integração de princípios bioclimáticos na avaliação do desenho urbano, que irão contribuir para um alto desempenho passivo dos edifícios;
- Introdução de sistemas de produção de energia renovável locais e gestão de águas, que conduzirão a uma baixa pegada ecológica;
- Uma gestão integrada do empreendimento, suportada em tecnologia de monitorização e controlo dos ambientes, que permitirá um uso racional dos recursos energéticos e facilitará o dia-a-dia dos residentes e visitantes.



Um novo bairro na Grande Lisboa.

Localizado na Póvoa de Santa Iria, no concelho de Vila Franca de Xira, Vila Rio é um projeto à beira do rio Tejo, promovido pelo Grupo Teixeira Duarte, que transformará 17 hectares de terreno num bairro da grande Lisboa. Vila Rio prevê 49.000 m² de espaços verdes que enquadram 100.680 m² de habitação, 11.000 m² de comércio e 19.500 m² de serviços.

Muito perto da estação de comboio, entre parques e espaços verdes, Vila Rio insere-se no projeto de requalificação de 22 km da frente ribeirinha do rio Tejo. Um projeto que inclui 13 km de trilhos e ciclovias e que desenvolveu novos parques naturais e urbanos, premiados internacionalmente.

O masterplan de Vila Rio privilegia a mobilidade a pé, com revestimento em calçada, que promove a condução a baixa velocidade, e sem barreiras entre os passeios e as vias rodoviárias, o que facilita a circulação de pessoas com mobilidade reduzida e aumenta ainda mais o seu cariz de circulação pedonal.

O projeto de paisagismo foi cuidadosamente desenhado para integrar espécies endémicas, mobiliário urbano construído com materiais reciclados e que integra a comunidade envolvente, regenerando e respeitando a memória local.

A diversidade de usos de Vila Rio é equilibrada com diversos pontos de convívio e lazer, como é exemplo a Praça do Sal, um lugar para desfrutar de 8.000 m² de comércio, e o Passeio das Artes, uma área dedicada à arte, cultura e à valorização do bairro.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM MODELO DE RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA EMITIDO PELA COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

RTE I - INFORMAÇÂ	ÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS		
Introdução	 Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "A Sustentabilidade no Grupo Teixeira Duarte".	Pág. 77
	 Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não finan- ceira, bem como quaisquer alterações que te- nham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Introdução"/"Os Objetivos de Desenvol- vimento Sustentável".	Págs. 77 a 78
Modelo Empresarial	Descrição geral do modelo de negócio e forma de or- ganização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possí- vel com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. I "Perfil".	Págs. 11 a 19
Principais Fatores de Risco	 Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações co- merciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de for- necimento e subcontratação. 	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", Nº 53 "Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade".	Pág. 161
	Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", Nº 54 "Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos".	Pág. 164
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", Nº 51 "Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.	Pág. 160
	 Indicação expressa dos novos riscos identifica- dos pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. II "Análise aos Setores de Atividade".	Págs. 38 a 76
	 Indicação e breve descrição das principais opor- tunidades que sejam identificadas pela Socieda- de no contexto dos temas objeto de reporte. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. II "Análise aos Setores de Atividade".	Págs. 38 a 76
Políticas Implementadas	Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (due diligence), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.		
Políticas Ambientais	Descrição dos objetivos estratégicos da Socie- dade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão Ambiental".	Págs. 111 a 112
	Descrição dos principais indicadores de desem- penho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão Ambiental".	Págs. 111 a 112
	Principais Fatores de Risco Políticas Implementadas	sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram. Modelo Empresarial Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais). Principais Fatores de Risco Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade. Indicação expressa dos novos riscos identificados riscos, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser. Políticas Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (due diligence), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior. Políticas Políticas Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade de das principais ações a empreender para a sua concretização. 2. Descrição dos principais indicadores de desem-	sua adoção no reporte da informação não finan- caira, bem como quisajuer alterações que te- nham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram. Modelo Empresarial Descrição geral do modelo de negócio e forma de or- ganização da Sociedada/Grupo, inclicando principais aireas de negócio e mercados em que opera tes possi- vivo com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais. Principais Fatores de Risco Pileco Indicação dos principais iscos associados aos tensas objeto de resporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações co- merciais da Sociedade, incliundo, se for caso disso e sempre que possível, as cadelas de for- necimento e subcontratação. 2. Indicação da forma como esses riscos são idem- tificados e geridos pela Sociedade. 2. Indicação da divisão funcional interna de com- petiticais, incliundo os órgãos sociais, comis- sões, comitis ou departamentos responsáveis- pela identificação e gestáci/acompanhamento dos riscos. 4. Indicação expressa dos novos riscos identifica- dos pela Sociedade (ace postre de Sociedade) Entridações e generos pela forma de com- petiticais in inclicação e gestáci/acompanhamento dos riscos. 4. Indicação expressa dos novos riscos identifica- dos pela Sociedade (ace a orienta) dos riscos servicios da stilvidade*. 4. Indicação expressa dos novos riscos identifica- dos pela Sociedade (ace a orienta orienta o de com- petiticais implementadas Descrição das políticas: i, ambientais, ii, sociais e fis- ciás, ii, referentes a trabalhadores e iqualidade entre género e não discriminação, iv. referentes a deriotos humanos ev referentes ao combate à corrupção e às tentativas de subdom da Sociedade, por políticas de de des principais ações a empreender para a sua cornetização. 2. Descrição dos principais aces estratégicos da Sociedade concentez, os en respetiva comparação quanto ace na de de des minorparação quanto ace na de de des minorparação quanto ace na de de deseminopais acoes a empreender para a sua cornetização. 2. Descrição dos

Tema	Info	ormação a prestar	Resposta	Localização
	3.	Indicação, face ao ano anterior, do grau de con- cretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
		 i. Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis. 	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão Ambiental", "Energia"/"Recursos Hídricos"/"Consumo de Materiais".	Págs. 112 a 113
		ii. Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão Ambiental", "Emissões".	Págs. 114 a 115
		Economia circular e gestão de resíduos: me- didas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e elimina- ção de resíduos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão Ambiental", "Resíduos".	Pág. 115
		 Proteção da biodiversidade: impactos cau- sados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Gestão Ambiental", "Provisões e garan- tias financeiras sobre riscos ambientais".	Pág. 112
Políticas Sociais	1.	Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico".	Pág. 100
	2.	Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Clientes"/"Parceiros, fornecedores e sub-contratados"/"Apoio às Comunidades".	Págs. 101 a 108
	3.	Indicação, face ao ano anterior, do grau de con- cretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
		i. Compromisso da empresa com a comuni- dade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas po- pulações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos", "Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento"/"Qualificação para a Expressão do Talento"/"Desempenho Socioeconómico", "Parceiros, fornecedores e sub-contratados"/"Apoio às Comunidades".	Págs. 83, 93, 101 a 108
		ii. Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões so- ciais, de igualdade de género e ambien- tais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de go- vernance; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os forne- cedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Parceiros, fornecedores e sub-contratados"	Pág. 101

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	iii. Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Clientes".	Pág. 10
	iv. Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de green bonds ou de SDG-linked bonds.	Não aplicável	
	 Stakeholders: informação quanto a even- tuais formas de auscultação dos stakehol- ders. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Comunicação com Stakeholders".	Pág. 78
	vi. Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.	No âmbito do Programa "Todos Damos", as empresas do Grupo Teixeira Duarte disponibilizam uma quantia anual para reforçar os donativos que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos de solidariedade social, doando às instituições por estes escolhidas o dobro do valor doado pelos mesmos. Tendo em conta que se trata de um programa assente no espírito da liberalidade e que não existem contrapartidas pecuniárias ou comerciais, os donativos entregues ao abrigo do Programa "Todos Damos", em Portugal, são abrangidos pelo regime fiscal aplicável ao mecenato.	Pág. 106
Trabalhadores e Igualdade entre Género e Não	Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos".	Págs. 79 a 99
Discriminação	Descrição dos principais indicadores de desem- penho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos".	Págs. 79 a 99
	 Indicação, face ao ano anterior, do grau de con- cretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: 		
	i. Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos", "Os Recursos Humanos em 2020".	Págs. 79 a 86

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	 ii. Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho, incluindo medidas des- tinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar. 	Ver Plano para a Igualdade 2020/2021 em www.tei- xeiraduarte.com	<u>Link</u>
	 Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de aciden- tes de trabalho. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recur- sos Humanos", "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promoção da Saúde e Segurança".	Págs. 87 a 93
	iv. Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos", "Os Recursos Humanos em 2020", "Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)".	Pág. 86
Direitos Humanos	Descrição dos objetivos estratégicos da Socie- dade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico".	Págs. 100 a 101
	Descrição dos principais indicadores de desem- penho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Parceiros, fornecedores e sub-contratados".	Págs. 101 a
	Indicação, face ao ano anterior, do grau de con- cretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	 i. Procedimentos de diligência devida aplica- dos em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços. 	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Parceiros, fornecedores e sub-contratados".	Págs. 101 a 104
	ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.	Obrigatoriedade do Código de Ética e Conduta a todos os colaboradores sendo a sua não aplicação passível de procedimentos e sanções disciplinares.	Link
	iii. Processos judiciais por violação dos direitos humanos.	Não existiram situações desta natureza.	
Combate à Corrupção e às Tentativas de Suborno	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de compliance indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Págs. 100 a 10 ⁻
	Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Com- bate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Págs. 100 a 10 ⁻

	Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
		 Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos meca- nismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável. 	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduar- te.com	Link
		4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de inte- resses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Desempenho Socioeconómico", "Com- bate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Págs. 100 a 101
PAF	RTE II - INFORMAÇ	ÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SE	GUIDOS	
1.	Identificação de Standards / Diretrizes seguidos no Reporte de Informação Não Financeira	Identificação dos standards / diretrizes seguidos na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável. No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Introdução"/"Os Objetivos de Desenvol- vimento Sustentável".	Págs. 77 a 78
2.	Identificação do Âmbito e Metodologia de Cálculo dos Indicadores	Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte. Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Introdução"/"Nota Metodológica relativa à Cobertura dos Indicadores".	Pág. 77/79
3.	Explicação em caso de não Aplicação de Políticas	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	A Sociedade aplica políticas em relação a todas as questões.	
4.	Outras Informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administra- ção, Cap. III "Investigação, Desenvolvimento e Inova- ção (IDI)", "Parcerias com Entidades do Sistema Cien- tífico e Tecnológico do Setor da Construção"/"Gestão Ambiental", "Parcerias na Investigação Ambiental".	Pág. 110/117

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM NORMAS GRI: OPÇÃO ESSENCIAL

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáve
	- CONTEÚDOS GERAIS: 2016		Localização	
	PERFIL ORGANIZACIONAL			
	102-1 Nome da organização.	Teixeira Duarte, S.A.		
	102-2 Principais atividades, marcas, produtos e serviços.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "Perfil"	Págs. 11 a 19	
	102-3 Localização da sede da organização.	Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo. Portugal		
	102-4 Localização das operações.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.l. "Perfil"	Págs. 11 a 19	
	102-5 Tipo e natureza jurídica de propriedade.	A Teixeira Duarte, S.A. é uma sociedade aberta, com sede no Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras). A Teixeira Duarte, S.A. está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa)		
	102-6 Mercados em que opera.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "Perfil"	Págs. 11 a 19	
	102-7 Dimensão da organização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.l. "Perfil"	Págs. 11 a 19	8
	102-8 Informação sobre colaboradores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020"	Págs. 79 a 86	8 10
	102-9 Cadeia de valor.	A Teixeira Duarte, S.A. integra no seu perímetro empresas que operam em 6 setores de atividade com cadeias de valor que diferem significativamente		
	102-10 Principais alterações à organização ou cadeia de valor.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", Nº 53 "Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade"	Pág. 161	
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
	102-12 Iniciativas externas.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)"	Págs. 109 a 111	
	102-13 Participação em associações.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)"	Págs. 109 a 111	
	ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
	102-14 Declaração do Presidente.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "O Grupo Teixeira Duarte em 2020"	Pág. 10	
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", Sub-cap. III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
	ÉTICA E INTEGRIDADE			
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.l. "Perfil", "Missão e Valores"/"Código de Ética e Condu- ta". Cap.III "Ética e Conduta"/"Combate à Corrupção e Su- borno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Págs. 18/19. Págs. 78/100	16

Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáve
102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III "Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Pág. 100	16
GOVERNAÇÃO			
102-18 Estrutura do governo de sociedade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "C. Organização Interna"	Pág. 159	
102-19 Delegação de autoridade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "A. Estrutura Acionista"/B. Órgãos Sociais e Comissões"/"C. Organização Interna"	Págs. 140/ 142/159	
102-20 Responsabilidades a nível executivo por temas económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "B. Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 142	
102-21 Consulta a stakeholders sobre te- mas económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"	Pág. 78	16
102-22 Composição do mais alto órgão de governo e seus comités.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "A. Estrutura Acionista"/B. Órgãos Sociais e Comissões"	Págs. 140/ 142	5 16
102-23 Presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "A. Estrutura Acionista"/B. Órgãos Sociais e Comissões"	Págs. 140/ 142	16
102-24 Nomeação e seleção do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "A. Estrutura Acionista"/B. Órgãos Sociais e Comissões"	Págs. 140/ 142	5 16
102-25 Conflitos de interesse.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com. Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "E. Transações com Partes Relacionadas"	Pág. 174	16
102-26 Papel do mais alto órgão de gover- no na definição da missão, valores e estra- tégia.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "A. Estrutura Acionista"/B. Órgãos Sociais e Comissões"/"C. Organização Interna"	Págs. 140/ 142/159	
102-27 Conhecimentos de sustentabilidade do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "B. Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 142	
102-28 Avaliação do desempenho do ór- gão de governação hierarquicamente mais elevado	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
102-29 Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "C. Organização Interna"	Pág. 159	16
102-30 Eficácia dos processos de gestão de risco.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "C. Organização Interna"	Pág.159	
102-31 Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "C. Organização Interna", "II. Comunicação	Pág. 159	
102-32 Órgão máximo de governance res- ponsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Informa- ção Não Financeira, incluído no Relatório e Contas é da As- sembleia Geral de Acionistas.		

	la disa dan	Descrite	1 !! ~ -	Objetivos de Desenvolvimento
a	Indicador	Resposta	Localização	Sustentável
	102-33 Comunicação de assuntos críticos.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "C. Organização Interna"	Pág. 159	
	102-34 Natureza e comunicação de assuntos críticos.	Nada a assinalar		
	102-35 Políticas de remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
	102-36 Processos para determinação da remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
	102-37 Envolvimento de stakeholders em questões de remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	16
	102-38 Rácio de remuneração total anual.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
	102-39 Rácio do aumento percentual na remuneração total anual.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
	ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS			
	102-40 Lista dos grupos de stakeholders.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 78	
	102-41 Acordos de contratação coletiva.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos", "Os Recursos Humanos em 2020", "Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)"	Pág. 86	8 10
	102-42 Identificação e seleção de stakeholders.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 78	
	102-43 Abordagem para o envolvimento com stakeholders.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 78	
	102-44 Principais questões e preocupações.	Pela diversidade de partes interessadas no âmbito dos diversos setores de atividade, as questões e preocupações dos seus respetivos stakeholders são adereçados na Análise aos Setores de Atividade	Págs. 38 a 76	
	PRÁTICA DE RELATO			
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "Perfil"	Págs. 11 a 19	
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos temas materiais.	Ver Introdução/Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "Perfil"/Demonstrações Financeiras Consolidadas	Págs. 7/11 a 19/213 a 283	
	102-47 Lista dos temas materiais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"	Pág. 78	
	102-48 Reformulações de informações.	Ver "Introdução"	Pág. 7	
	102-49 Alterações no reporte.	Ver "Introdução"	Pág. 7	
	102-50 Período de reporte.	De 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020		
	102-51 Data do último relatório publicado.	Maio de 2020		
	102-52 Ciclo de reporte.	Anual		
	102-53 Contactos para questões sobre o relatório.	representantemercado@teixeiraduarte.com		

				Objetivos de Desenvolvimento
Norma	Indicador	Resposta	Localização	Sustentável
	102-54 Alegação da conformidade do reporte com a GRI Standards.	Ver Introdução	Pág. 7	
	102-55 Conteúdos do índice GRI.	A presente tabela		
	102-56 Verificação externa.	Ver Introdução/Relatórios, Pareceres e Certificações dos Orgãos de Fiscalização 2020	Págs. 7/285	
GRI 200	- DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS			
	DESEMPENHO SOCIOECONÓMCO			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Não sendo um tópico material o Grupo Teixeira Duarte realiza a monitorização e avaliação regular de parte dos indicadores associados a este tópico		
	201-3 Obrigações do plano de benefícios e outros planos de reforma.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Infor- mação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", "D. Remunerações"	Pág. 166	
	IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O Grupo Teixeira Duarte considera o investimento nas co- munidades um tópico material, nomeadamente através da criação de emprego local, promoção do empreendedorismo, da educação e da saúde, monitorizando indicadores asso- ciados ao impacto de iniciativas e projetos desenvolvidos neste âmbito		
	203-2 Impactos económicos indiretos significativos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Qualificação para a Expressão do Talento: Desen- volvimento e Formação"/Desempenho Socioeconómico", "Relações com Pessoas e Organizações Impactadas pelas Atividades do Grupo"	Págs. 93/ 101	1 3 4 8 10
	ANTICORRUPÇÃO			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O Grupo Teixeira Duarte considera a prevenção e comba- te à corrupção um tópico material, detendo mecanismos e procedimentos de controlo que emanam do seu Código de Ética e Conduta, cuja aplicação é obrigatória a todos os Ad- ministradores, trabalhadores e outros representantes		
	205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I. "Perfil", "Missão e Valores"/"Código de Ética e Condu- ta". Cap.III "Ética e Conduta"/"Combate à Corrupção e Su- borno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Págs. 18/19 Págs. 78/100	16
GRI 300	- DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS			
	MATERIAIS			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa — Construção — estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e Facilities Management (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil	Pág. 112	Southand
	301-1 Consumo de materiais por peso ou volume.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Gestão Ambiental", "Consumo de Materiais"	Pág. 113	12
	ENERGIA			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa — Construção — estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e Facilities Management (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil	Pág. 112	
	302-4 Redução do consumo de energia.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Gestão Ambiental", "Energia"	Pág. 112	7 8 12 13
	BIODIVERSIDADE			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa — Construção — estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e Facilities Management (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil	Pág. 112	

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Norma	304-1 Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infraestruturas do Grupo Teixeira Duarte cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana	Localização	6 14
	EMISSÕES			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e Facilities Management (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil	Pág. 112	
	305-3 Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Gestão Ambiental", "Emissões"	Pág. 114	3 12
	RESÍDUOS E EFLUENTES			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e Facilities Management (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2020, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em Portugal e no Brasil	Pág. 112	
	306-3 Derrames significativos.	Em 2020, não se registaram derrames com impactes ambientais significativos		3 6 12 14 15

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Troma	COMPLIANCE AMBIENTAL	Посроби	Localização	Cuctoritavor
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa — Construção — estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	De forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizavam 96.812,00€ a 31 de dezembro de 2020	Pág. 112	
	307-1 Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais.	Não foram registadas não conformidades		16
GRI 308 -	- AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDOR	RES		
	AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDOR	ES		
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa — Construção — estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Págs. 111 a 112	
	103-2 Forma de gestão e suas componentes.	No setor da Construção, iniciou-se, em 2020, a avaliação e monitorização da atuação dos fabricantes das principais categorias, no sentido de se identificarem indicadores relevantes que permitam realizar uma avaliação de sustentabilidade ambiental.	Pág. 112	
	308-1 Novos fornecedores que foram sele- cionados com base em critérios ambientais.	Em 2020, não foram selecionados fornecedores com base em critérios ambientais		
GRI 400 -	- DIVULGAÇÕES SOCIAIS			
	EMPREGO			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais		
	401-3 Licença parental.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020"	Pág. 92	5 8
	SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais		

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	As principais empresas participadas, com destaque para as que operam nas áreas da Construção e Facilities Management têm em vigor sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma ISO 45001:2018		8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 87	3 8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	A Teixeira Duarte - Engenharia e Construção dispõe, no âmbito da Norma ISO 8000, uma comissão de representantes dos trabalhadores que assegura a consulta e comunicação com os colaboradores na esfera do desempenho social. Em 2018 foi realizado um estudo sobre os riscos Psicossociais junto dos colaboradores das empresas participadas do Grupo em Portugal o que permitiu diagnosticar, empresa a empresa, os referidos riscos e delinear planos específicos de intervenção que se encontram a ser implementados de acordo com a realidade de cada empresa		3 8 16
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 87	3 8
	403-6 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promo- ção da saúde e segurança"	Pág. 87	3 8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 88	3 8
	403-9 Acidentes de trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 90	3 8
	FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação"	Pág. 90	
	404-1 Número médio de horas de formação por ano por colaborador.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação"	Pág. 94	4 5 8 10
	404-2 Programas de melhoria de compe- tências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020", "Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação"	Pág. 93	4 5 8 10
	DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUN	IIDADES		
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "Os Recursos Humanos em 2020"	Pág. 79	
	405-1 Diversidade dos órgãos de governação e dos colaboradores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.III. "Os Recursos Humanos em 2020"/Relatório sobre o Governo da Sociedade, Cap. I "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", B. Órgãos Sociais e Comissões"	Págs. 79/ 142	5 8
	NÃO DISCRIMINAÇÃO			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com. Ver Plano para a Igualdade 2020-2021 em www.teixeiraduar- te.com		

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	406-1 Número total de casos de discrimina- ção e medidas corretivas tomadas.	Não houve casos de discriminação a assinalar		5 8
	LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇ	ÃO COLETIVA		
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	A promoção das convenções fundamentais da Organiza- ção Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integra- das no seu perímetro de consolidação		
	407-1 Operações e fornecedores identifica- dos em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pos- sa estar em risco.	Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação		8 16
	TRABALHO INFANTIL			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com		
	408-1 Operações e fornecedores identifi- cados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil.	Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação		8 16
	TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO E	SCRAVO		
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com		
	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho força- do ou análogo ao escravo.	Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação		8 16
	PRÁTICA DE SECURITY			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com		
	410-1 Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações.	As empresas participadas desenvolvem ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Ética e Conduta e da legislação laboral aplicável		16
	DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com		
	411-1 Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	Não foram identificados casos		
	AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com		
	412-2 Formação em procedimentos e políticas de direitos humanos.	As empresas participadas desenvolvem ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Ética e Conduta e da legislação laboral aplicável		10 16

Norma	Indicador	Resposta	Localização	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
	COMUNIDADES LOCAIS			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam. Para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove, junto das participadas, uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades		
	413-1 Operações com programas imple- mentados de envolvimento com a comuni- dade local, avaliação de impactos e desen- volvimento local.	Todas as operações implementaram e mantêm um ou mais programas de envolvimento com a comunidade local. Impactos descritos na apresentação de cada programa. Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.III.: Programa Todos Damos, Programa Fazer Pescar, Programa Fazenda Maxi, Programa MaxiSaúde, Programa Raízes, Porgrama Dar Vida	Págs. 98 a 108	1 2 3 4 8 10
	AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	A Teixeira Duarte incentiva os seus parceiros de negócios a adotarem um sistema de compliance compatível com as suas atividades, com o objetivo de promover e manter um ambiente ético de negócios. Em Portugal, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, e em conformidade com a Norma SA 8000, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social		
	414-2 Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas laborais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, é avaliado o potencial risco social dos fornecedores face ao risco expetável, sendo depois monitorizados os casos de maior risco. Em 2020, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções realizou 12 monitorizações a fornecedores em Portugal		5 8
	PRIVACIDADE DO CLIENTE			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	As empresas participadas pelo Grupo Teixeira Duarte têm implementados Sistemas de Gestão de Proteção de Dados desde 2018 com vista ao cumprimento das determinações do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e que, periodicamente, são auditados		
	418-1 Queixas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	Não foram registadas queixas		16
	COMPLIANCE SOCIOECONÓMICA			
	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e está em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção		
	419-1 Não conformidade com leis e regula- mentos na área social e económica.	Não foram registadas não conformidades		16

IV. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

As empresas do Grupo Teixeira Duarte prosseguiram a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atuam, destacando-se, no atual enquadramento global, que o Conselho de Administração da TD,SA, tal como os órgãos de gestão das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte continuam a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia COVID-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus stakeholders.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

A Teixeira Duarte prevê a continuidade das operações nos diferentes setores e mercados em que tem vindo a atuar, ainda que influenciada pelos impactos da situação de pandemia mundial COVID-19 e do facto das desvalorizações de moedas de países onde o Grupo opera diminuírem a relevância em euros da atividade.

Sem prejuízo disso e tendo presente a relevância da Construção nos rendimentos operacionais do Grupo, recorda-se que a Carteira de Encomendas da Construção se fixou em 31 de dezembro de 2020 no valor global de 1.348.441 milhares de euros.

Do mesmo modo, entende-se relevante informar a este propósito que, após 31 de dezembro de 2020, foram adjudicadas / contratadas obras no montante global de 92.414 milhares de euros, o qual acresce ao da Carteira de Encomendas apurado em 31 de dezembro de 2020.

Para 2021, a Teixeira Duarte prevê atingir rendimentos operacionais consolidados de cerca de 700 milhões de euros.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

O Grupo Teixeira Duarte prossegue o propósito de proceder à distribuição de resultados aos membros do Conselho de Administração e colaboradores.

Este ano de 2020 tal não sucedeu na Teixeira Duarte, S.A., tendo esse objetivo sido realizado em sociedades suas subsidiárias que apresentaram resultados individuais positivos que, para esse efeito, registou como gasto do exercício um total de 2.850.000,00€ (dois milhões oitocentos e cinquenta mil euros).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no período de 2020, negativo no montante de 17.904.404,60€ (dezassete milhões, novecentos e quatro mil, quatrocentos e quatro euros e sessenta cêntimos) seja levado a resultados transitados.

Lagoas Park, 13 de abril de 2021

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

VI. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2020, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2019:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	(a) 3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	(a) 3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

(a) Ações já detidas em data anterior à Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, em que foram eleitos para os respetivos cargos

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020:

Não foram realizadas operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2020 | Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2020:

Nome	Sociedade	Qualidade	N° de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2020, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		% Capital social com direito de voto
Diretamente	180.600.000	43,00%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (a)	53.276.164	12,68%
TOTAL IMPUTÁVEL	233.876.164	55,68%

(a) 3.603.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

	N.º ações em	% Capital social
Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	31.12.2020	com direito a voto
Diretamente	1.408.416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
TOTAL IMPUTÁVEL	49.673.026	11,83%

lds Value, Lda.		% Capital social com direito a voto
Diretamente	10.999.820	2,6190%
Total imputável	10.999.820	2,6190%



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2020

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2020



I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO F GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

- I. Estrutura de capital
- 1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EU-RONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2020, distribuídas por um total de 4.446 acionistas da seguinte forma:

- Acionistas titulares de até 42.000 ações: 4.022
- Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações: 369
- Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações: 45
- Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações: 8
- Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações: 2
- 2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.°-A, n.° 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que podem cessar em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

Os referidos contratos de financiamento não são suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações, devido às suas condições e características.

Refira-se, adicionalmente, que a TD,SA não adota quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

A TD,SA não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

- II. Participações Sociais e Obrigações detidas
- 7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2020, os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008, eram os seguintes:

	N.º ações em	% Capital social
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	31.12.2020	com direito de voto
Diretamente	180.600.000	43,00%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (a)	53.276.164	12,68%
TOTAL IMPUTÁVEL	233.876.164	55,68%
(a) 3.603.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."		
Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2020	% Capital social com direito a voto
Diretamente	1.408.416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
TOTAL IMPUTÁVEL	49.673.026	11,83%
lds Value, Lda.	N.º ações em 31.12.2020	% Capital social com direito a voto
Diretamente	10.999.820	2,6190%

10.999.820

2,6190%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

Total imputável

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2020, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2019:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD, S.A.	Presidente da MAG	-
José Mário Ferreira de Almeida	TD, S.A.	Vice-Presidente da MAG	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	TD, S.A.	Secretário da MAG	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	TD, S.A.	Presidente do CA	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD, S.A.	Vogal do CA	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	TD, S.A.	Vogal do CA	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD, S.A.	Vogal do CA	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD, S.A.	Vogal do CA	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD, S.A.	Presidente do CF	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	TD, S.A.	Vogal do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD, S.A.	Vogal do CF	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	TD, S.A.	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	TD, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020:

Não foram realizadas operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2020:

Nome	Sociedade	Qualidade	N° de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD, S.A.	Presidente da MAG	-
José Mário Ferreira de Almeida	TD, S.A.	Vice-Presidente da MAG	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	TD, S.A.	Secretário da MAG	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	TD, S.A.	Presidente do CA	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD, S.A.	Vogal do CA	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	TD, S.A.	Vogal do CA	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD, S.A.	Vogal do CA	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD, S.A.	Vogal do CA	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD, S.A.	Presidente do CF	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	TD, S.A.	Vogal do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD, S.A.	Vogal do CF	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	TD, S.A.	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	TD, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Ao abrigo dos Estatutos da TD,SA são conferidos poderes especiais ao Conselho de Administração para:

- Deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação (Artigo 4.º); e
- Emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações, bem

como quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, nas modalidades e nos termos que lhe sejam permitidos pela lei, e nas condições que forem determinadas pelo órgão que decidir a emissão (Artigo 8.°).

Os Estatutos da TD,SA não conferem quaisquer poderes especiais ao órgão de administração sobre eventuais deliberações de aumento de capital social da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

- I. ASSEMBLEIA GERAL
 - a) Composição da Mesa da Assembleia Geral
- 11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Nos termos do artigo décimo quarto dos Estatutos da TD,SA, a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e pelo Secretário da Sociedade, sendo atualmente constituída pelos seguintes membros:

Presidente: José Luciano Vaz Marcos Vice-Presidente: José Mário Ferreira de Almeida Secretário: José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2019/2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Não existem restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas *infra* para o caso de voto por correspondência.

A TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Convocatória e Informações Preparatória em Assembleia Geral

De referir, ainda, que a TD,SA divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por Lei, a convocatória das Assembleias Gerais, juntamente com as propostas de deliberação e informações preparatórias, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Participação em Assembleia Geral

De acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confiram pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições supra referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, estas não existem.

Voto por Correspondência

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

Voto por Meios Eletrónicos

Embora reconheça que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos acionista a TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessários na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo a eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais ou no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não considerou vantajosa a implementação da possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Assembleia Geral Anual 2020

A Assembleia Geral Anual da Sociedade em 2020 foi realizada de forma presencial e, devido ao ambiente de emergência de saúde pública, gerada pela doença COVID-19, a sociedade decidiu disponibilizar um acesso áudio e vídeo, através da internet, para visualização remota dos trabalhos. Cumpre assinalar que apenas uma pessoa solicitou e utilizou este meio, tendo todos os demais acionistas e seus representantes, optado por estar presente fisicamente na reunião, como habitualmente.

Neste contexto, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de estes não poderem estar presentes,

quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que o modelo adotado promove e incentiva a participação dos acionistas em Assembleia Geral, estando a Sociedade preparada para, em situações que tal se justifique, promover a participação à distância, utilizando meios telemáticos para o efeito.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações sobre determinados temas por parte dos acionistas, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

- a) Composição
- 15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com

bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Os membros do órgão de administração da TD,SA são eleitos em Assembleia Geral pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos fixam em cinco o número de faltas a reuniões por mandato, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, que conduzem à situação de falta definitiva de um Administrador, com as demais consequências previstas na Lei.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente e não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

Os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros composição do Conselho de Administração salvaguardam a diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, nos termos previstos na alínea r) do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

Com efeito, a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho de Administração) e que é aqui divulgada, em conformidade com o disposto no artigo 245.º - A do Código de Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017:

INTRODUÇÃO

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. reconhece as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.

Tais benefícios resultam, principalmente, no enriquecimento dos modelos de gestão, numa maior eficiência nos processos de avaliação e decisão através da ponderação de diferentes perspetivas, tirando proveito da pluralidade de conhecimentos, experiências, capacidades e competências dos membros daqueles órgãos sociais.

Paralelamente, o respeito de tais diferenças vem evidenciar a consolidação da estrutura de Recursos Humanos do Grupo empresarial liderado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., através da valorização de aptidões e de competências diversas, tornando a própria Empresa um reflexo da comunidade em que se insere e dos diversos mercados e setores em que atua.

A presente "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A." foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica da sociedade e de todo o Grupo TEIXEIRA DUAR-TE, que lidera.

Exposto isto, esclarece-se que embora a diversidade nos termos acima indicados seja um critério importante, não é um critério absoluto, nem sobreposto a outros que se consideram também adequados ao sustentável desenvolvimento da atividade da Sociedade e do Grupo e ao simultâneo cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – atualmente a Teixeira Duarte, S.A. – tem sido o de apostar (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como "pessoas da casa"; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.

Daí que agora todos os membros dos órgãos de administração tenham, mais de vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.

Por esse motivo, entende-se que todos os compromissos a assumir e medidas a implementar deverão ter em consideração aquele que tem vindo a ser o critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração, bem como a respetiva adequação às atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial que a Teixeira Duarte, S.A. lidera, e às realidades dos mercados e setores em que atua.

É pois neste enquadramento que a Teixeira Duarte, S.A. se compromete a envidar os seus melhores esforços no sentido da promoção da diversidade na composição do Conselho de Administração, designadamente através de:

- Cumprimento das disposições normativas em vigor em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" sobre esta matéria;
- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;

- Garantir o cumprimento das normas legais relativas à diversidade de géneros, assegurando uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho de Administração, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho de Administração continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;
- Manter a aposta nas "pessoas da casa" como critério privilegiado, valorizando contudo a combinação de pessoas com experiência em diferentes setores, países e áreas corporativas.

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO:

Em função do modelo societário em vigor na Teixeira Duarte, S.A., os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não sendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas um órgão colegial por natureza, e portanto não integrando uma pluralidade de membros, fica este órgão excluído da presente "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da "Teixeira Duarte, S.A.".

Relativamente ao Conselho Fiscal, atualmente composto por três membros efetivos e um suplente, assume-se os seguintes compromissos, na promoção da diversidade da respetiva composição:

- O cumprimento das disposições normativas em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos que venham a ser aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou

ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" sobre esta matéria;

- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;
- Desenvolver esforços tendentes a promover uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho Fiscal, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho Fiscal continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;
- Prosseguir a aposta na valorização da diversidade de antecedentes profissionais dos membros do Conselho Fiscal, promovendo a nomeação de pessoas com experiências profissionais diferenciadas, desde que enquadradas no âmbito da atividade do Grupo e adequadas às funções a exercer.
- 17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração da TD,SA será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros.

Ao eleger tal Conselho, a Assembleia Geral da TD,SA determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

Durante todo o exercício de 2020, o Conselho de Administração foi composto por cinco membros, todos efetivos, contando com um Presidente e quatro vogais:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
Carlos Gomes Baptista
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

O Presidente do Conselho de Administração Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e os Administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Carlos Gomes Baptista foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e para o mandato de 2015/2018, tendo sido depois reeleitos, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções durante o mandato de 2019/2022

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato de 2019/2022.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014 e para o mandato de 2015/2018, tendo sido depois reeleito, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato de 2019/2022.

O atual Conselho de Administração da TD,SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 27 de maio de 2019, integra na sua composição uma mulher, que representa 20% dos membros do Conselho de Administração em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, neste órgão colegial, os critérios e requisitos de equilibro de género relativamente aos membros do Conselho de Administração.

Não foram eleitos desde então quaisquer outros membros do Conselho de Administração ou dos demais órgãos sociais.

- 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.
- 18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria aferese nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em

alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada

Os membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." têm neste âmbito funções idênticas, considerando-se que não existem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpre a este propósito referir que alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Ainda a este propósito, cumpre informar que, o Conselho de Administração considera que, no que se refere à independência dos seus membros, nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acresce que, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Com efeito, o Revisor Oficial de Contas colabora com o Conselho Fiscal, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes detetadas, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Do supra dito resulta que existe uma adequada interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficias de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, uma vez que os Administradores prestam sempre, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais e a todos são disponibilizados os elementos e documentos essenciais para análise e decisão sobre matérias que lhe competem no exercício do respetivo cargo.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, o Presidente do Conselho Fiscal e o representante do Revisor Oficial de Contas são convocados para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a eles lhes sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas daquelas reuniões deste órgão.

Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Face ao modelo adotado e à composição e modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração nos moldes acima definidos e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências – a TD,SA considera – tendo presente as Recomendações n.º III.2 e III.3 - que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta das Recomendações n.º III.2. e III.3., encontrando-se garantida, a efetiva capacidade de os órgãos de fiscalização acompanharem, supervisionarem e avaliarem de forma critica e imparcial a atividade dos administradores executivos.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º III.1. que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977, onde exerceu o cargo de assistente da cadeira de Matemáticas Gerais até 1981.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 e até à Assembleia Geral Eletiva realizada a 06 de maio de 2019 foi Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Não existindo nenhuma atribuição específica nos Estatutos nem uma delegação concreta de competências, nem nenhuma deliberação de distribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração, cabe ao Presidente do Conselho de Administração, as atribuições específicas previstas na Lei, incluindo assegurar o funcionamento do Conselho de Administração, nomeadamente na coordenação do desempenho dos

seus membros e realização das respetivas reuniões;

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades dos quais se entende adequado indicar:

- Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte
 Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Presidente desde 2011 a 11 de abril de 2019.
- O cargo de topo do órgão de gestão da PASIM Sociedade Imobiliária, Lda. desde a sua constituição até esta data;
- Membro do Conselho de Administração da "CIMPOR Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A." entre 2001 e agosto de 2009; e
- Diversas funções nos Corpos Sociais do "Banco Comercial Português, S.A." entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005,

com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Administrador desde 2011 a 11 de abril de 2019.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo para o qual voltou a ser eleito em 2018.

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Licenciada em Agronomia, especialidade de Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1981).

Mestre em Produção Vegetal do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1989).

Designada pela primeira vez para o cargo de Administradora da TD,SA por deliberação da Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Teixeira Duarte-Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., durante vários mandatos e até abril de 2020.

De maio de 2011 a maio de 2019 foi Vogal da Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte, S.A." e da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico". em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável

pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.". Mais se informa que é irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." e primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." e prima do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Adicionalmente, informa-se que desde o passado dia 17 de março de 2021 que ao acionista João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte passou a ser imputada uma participação qualificada superior a 2%, sendo que o mesmo é irmão do Pre-

sidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, e primo dos administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Os membros do Conselho de Administração respeitam os deveres gerais de zelo, cuidado e lealdade, tomando decisões de gestão, de forma critica, imparcial e sempre no interesse da Sociedade.

Cabe, pois, ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, pelo que este órgão não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

Da estrutura organizacional e âmbitos de atuação das entidades do Grupo TD,SA que operam nos sectores de atividade, resulta o seguinte o organograma:

08

ÁREA CORPORATIVA

SETORES DE ATIVIDADE

Auditoria Interna	Construção	Concessões e Serviço	
Contabilidade			
Finanças	Geotecnia e Reabilitação Obras Marítimas	Cofragens e Pré-Esforço	Facilities Management
•	Projetos	Aprovisionamentos	Educação
Jurídicos	Edificações	Gestão de Equipamento	
Recursos Humanos	Infraestruturas	Sistemas de Gestão	lmobiliária
Societário e Corporativo		Inovação	Hotolorio
Sustentabilidade	Metalomecânica	Logística das Propostas	Hotelaria
Tecnologias de Informação	Obras Subterrâneas		Distribuição
3	Obras Ferroviárias		
			Automóvel

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Considerando o modelo societário escolhido, a composição do Conselho de Administração e o seu âmbito de atuação nos descritos no ponto 18., o facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração ser bastante simplificado e, ainda, o facto de o número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade, não foi adotado, pela TD,SA qualquer regulamento de funcionamento, para além das disposições relativas ao funcionamento e organização do Conselho de Administração que resultam dos Estatutos da Sociedade e da legislação aplicável.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

São sempre elaboradas atas detalhadas das reuniões do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais da TD,SA.

Embora tal não esteja estabelecido nos Estatutos ou noutros mecanismos específicos para o efeito, garante-se que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da Sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Sem prejuízo do acima referido, A "Teixeira Duarte, S.A." tem em vigor um "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória todos os respetivos Administradores - sem que, contudo, em parte alguma deste código existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito - que se encontra disponível em: https://www.teixeiraduarte.pt/grupo/codigo-de-etica-e-conduta/.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2020, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 23 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Carlos Gomes Baptista esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade é a Assembleia Geral a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão, para além da Comissão de Remunerações, para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Ad-

ministradores e do seu próprio desempenho global.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais, que conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.

Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos em cada exercício, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a Política de Remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a Política de Remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração têm a dis-

ponibilidade adequada ao exercício das funções inerentes ao cargo que exercem na TD,SA, enquanto sociedade de topo do Grupo, que gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpre a este propósito referir que:

- Alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.
- Existem, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador aufere remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2020, exercia os seguintes cargos noutras sociedades dentro e fora do Grupo Teixeira Duarte:

Dentro do Grupo:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Teixeira Duarte
 - Engenharia e Construções, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Teixeira Duarte
 - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Fora do Grupo:

- Gerente da "PACIM Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "PASIM Sociedade Imobiliária, Lda.";
- Gerente da "PACIM CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "Foros dos Olivais, Lda.";
- Gerente da "Mourinha de Cima Atividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.";
- Gerente da "Terras da Mourinha, Lda.";
- Gerente da "Terras da Mourinha de Baixo, Lda.";
- Gerente da "Terras da Serrinha Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras do Pico Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras da Parra, Lda.";

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2020, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Vogal do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte -Engenharia e Construções, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. Cimento e Produtos Associados, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "SINERAMA Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDE Empreendimentos Imobiliários, S.A."
- Presidente do Conselho de Administração da "TDH Sociedade Gestora de Participações, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "TDHC Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Administrador da "CPM Companhia de Parques de Macau, S.A.";
- Administrador da "Teixeira Duarte Engenharia e Construções (Macau), Limitada";

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2020 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2020 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2020, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

Vogal do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "TDO Investimento e Gestão, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte Real Estate, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II -Distribuição e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III -Automóveis e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV -Participações e Automóveis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da " TEDAL -Participações e Distribuição, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "IMOTD Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "TD VIA Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte -Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Gerente da "Malanga Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.";
 - c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

Considerando o número de membros do Conselho de Administração e o facto de não existirem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades, dispensa-se neste caso, a criação de quaisquer comissões, nomeadamente para acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes, conforme sugerido na Recomendação V.3.2..

Por não estar constituída qualquer comissão de nomeações, não se aplica à TD,SA a Recomendação V.3.4..

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado, nessa medida, pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

Atualmente, o Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Presidente:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais:

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões João Salvador dos Santos Matias

Suplente:

Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar, na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente, a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014. Em 30 de maio de 2015, na Assembleia Geral Anual, foi eleito Presidente do Conselho Fiscal para exercer funções durante o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo, na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato agora em curso, 2019/2022.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões e João Salvador dos Santos Matias, foram designados pela primeira vez na Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2019, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2019/2022.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato 2019/2022, agora em curso.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

O atual Conselho Fiscal da TD,SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 27 de maio de 2019, integra na sua composição uma mulher, que representa 33% dos membros efetivos do Conselho Fiscal em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, os critérios e requisitos de equilibro de género relativamente aos membros do Conselho Fiscal.

Não foram eleitos desde então quaisquer outros membros do Conselho Fiscal ou dos demais órgãos sociais.

É, ainda, de referir que a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho Fiscal).

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.
- É Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.
- É Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve.
- Foi Vogal e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2009-2020).
- Foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal (2015-2017).

- Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.
- Integrou a Ernst & Young em janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

- Formação académica em Organização e Gestão de Empresas, tendo desenvolvido a sua atividade profissional desde 1987, na área de auditoria financeira.
- Da sua experiência profissional podem destacar-se duas grandes áreas de atuação:
- Auditoria financeira externa: desenvolvida como colaboradora da Ernst & Young Limitada até 1997, no exercício da Revisão de Contas em nome individual até 2004 e como sócia fundadora da Ana Gomes & Cristina Doutor, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. até 2018.
- Formação: tem lecionado a matéria de auditoria financeira e outras matérias relacionadas, em diferentes cursos superiores (incluindo a colaboração com o Instituto Militar dos Pupilos do Exército e a colaboração com a Universidade Católica Portuguesa) e em diversas ações de formação profissionais, onde se destaca a sua colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1978)
- Atualmente está aposentado.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão – Lisbon School of Economics and Management (Universidade de Lisboa) (1997);
- Formação Executiva em Business Management pela BPP University (Reading) (2001);
- Formação Executiva em Human Behaviour in Organisations (AESE) (2007);
- Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS)
 (2009);
- É CEO e Membro do Conselho de Administração de MONE-RIS, SGPS, S.A.;
- É Presidente da British-Portuguese Chamber of Commerce;
- É membro do Conselho Fiscal da Associação Grace Empresas Responsáveis;
- É membro do Conselho Fiscal do ITREN Instituto para a Transição Energética;
- É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures Socieda-

- de de Capital de Risco, S.A.;
- É Co-Chair do Special Interest Group em M&A da EMEA na associação internacional MSI Global Alliance; e
- É membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA, se encontra em vigor o "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória todos os membros dos órgãos de fiscalização - sem que, contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2020, o Conselho Fiscal reuniu seis vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeterse para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em ar-

ticulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2020, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve;
- Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2020, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal da Novartis Farma Produtos Farmacêuticos, S. A.;
- Presidente do Conselho Fiscal da Glintt Global Intelligent Technologies, S. A..

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2020, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2020, exercia os seguintes cargos:

- Chief Executive Officer e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;
- Presidente da British-Portuguese Chamber of Commerce;
- Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
- É Co-Chair do Special Interest Group em M&A da EMEA na associação internacional MSI Global Alliance; e
- Membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados – SROC, S.A.", representada por António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A referida "Moore Stephens & Associados – SROC, S.A.", representada por António Gonçalves Monteiro, foi eleita pela primeira vez para o cargo de Revisor Oficial de Contas da "Teixeira Duarte, S.A." na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018. Na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 esta entidade foi, na sequência da aprovação de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal, novamente eleita para exercer o mesmo cargo durante o quadriénio 2019/2022, agora em curso.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados – SROC, S.A.", representada por António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas

que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua primeira eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de seis anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não obstante, a TD,SA segue as regras de rotação previstas no artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e, ainda, no n.º. 2 e 3 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que preveem que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos (prorrogável por mais 3 anos, nos termos do n.º 4 do *supra* citado artigo), sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do *supra* citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos.

Refira-se, a este propósito, que o auditor externo em exercício de funções, foi designado pela primeira vez para o mandato de 2015/2018 e reeleito, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 para o mandato 2019/2022, agora em curso.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal – que obtém do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções – e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

Sucede que, o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que estes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho Fiscal.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade*		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas	288.035,00	100,00%
	288.035,00	100,00%
Valor dos serviços de revisão de contas	288.035,00	100,00%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.°, 383.°, n.° 2 e 386.°.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Em 2018, com a aprovação do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" a política de comunicação de alegadas irregularidades foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de compliance que já vinha sendo desenvolvido pela Sociedade.

O referido Código tem como objetivo orientar a conduta profissional e pessoal de todos os colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem e vem definir os princípios e valores do Grupo Teixeira Duarte, bem como o procedimento atualmente aplicável à comunicação de irregularidades ocorridas, nas relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do grupo com os seus stakeholders.

Com efeito, encontra-se disposto naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através dos meios e procedimentos próprios, desenvolvidos por cada Empresa para esse efeito e tendencialmente definidos como Canal de Ética.

Sem prejuízo desses meios, assume-se também neste Código que tais eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos deverão ser reportadas através dos seguintes meios:

- Correspondência dirigida ao órgão de gestão ou de fiscalização da Empresa;
- Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte, S.A.";
- Mensagem de correio eletrónico dirigida a um órgão inde-

pendente constituído no âmbito do Grupo Teixeira Duarte cujo endereço é compliance@teixeiraduarte.com.

A Empresa garante a confidencialidade das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciantes por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas pela Empresa e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias."

Daqui resulta que a TD,SA dispõe de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, em linha com a Recomendação I.2.4., tendo adotado uma política de comunicação de irregularidades que garante meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, com salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que seja solicitada.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2020, estes serviços contavam com cinco colaboradores de empresas do Grupo e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pela Direção de Contabilidade e de Societário e Corporativo no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

Destaque-se ainda o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2020, os serviços de Auditoria Interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração e sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira.

Com efeito, o Conselho de Administração presta atenção aos riscos que afetam o negócio e os objetivos do Grupo Teixeira Duarte, dedicando-se a assegurar que a gestão de riscos da Sociedade é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitere-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

Não obstante, compete ao Conselho Fiscal o acompanhamento dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria, através da realização de reuniões de acompanhamento e do acesso aos documentos emitidos por estes Serviços bem como ao plano de atividades por eles previsto desenvolver para o ano seguinte.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração - e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º VI.4. - que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Esta realidade é, contudo, acompanhada pelos membros dos órgãos de fiscalização que, no exercício das funções, para além do regular acompanhamento e fiscalização da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusi-

vas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos e a todas se aplica o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Para além do impacto direto e indireto que a atual situação de pandemia COVID-19 pode ter no desenvolvimento da atividade do Grupo – ainda que com âmbitos e dimensões distintas consoante os países e os setores em causa – os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera:
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária: e.
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que, a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo.

Sendo o negócio da construção a atividade de referência do

Grupo Teixeira Duarte, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes de efeitos demográficos e da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

Sem prejuízo da situação extraordinária criada pela pandemia COVID-19, a Hotelaria em Portugal tem historicamente pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (420.341 milhares de euros em 2020). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como o Imobiliário, Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por consequinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com

sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pela Auditoria Interna, bem como pela Direção de Contabilidade, a quem, sob supervisão

direta do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte – que é também Presidente do Conselho de Administração das sociedades *sub-holdings* do Grupo Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. – e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o

Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

Acresce que, tanto o Conselho de Administração da TD,SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte estão a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia COVID-19, que se iniciou no final de 2019, encontrando-se a atuar em conformidade com as recomendações emitidas pela organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção, para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*. Atualmente, pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos e riscos, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão ou duração, não é possível quantifica-los.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corpora-

tivas que prestam apoio à sociedade.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Assim, no que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, devidamente suportado pela Área Corporativa da Sociedade.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, incutindo uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Em matéria de risco, o processo de gestão de risco da TD, SA incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. Neste sentido, podem ser utilizados diferentes métodos de identificação, análise, tratamento, controlo e revisão, de modo a ir ao encontro dos objetivos pretendidos para a implementação do sistema de avaliação de riscos, tendo em consideração o tipo de risco que se pretende avaliar.

Com efeito, cabe ao Conselho de Administração - e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º VI.2. - a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no

âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente todos requisitos enumerados na Recomendação n.º VI.6., - na medida em que não definiu uma Politica escrita, mas ainda assim tendo instituído um sistema de gestão de riscos - a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando em especial as equipas das Direções de Contabilidade e Societário e Corporativo, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Estas duas estruturas acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e interagem com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, designadamente por ocasião da atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, reportando ambas diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram a Direção de Contabilidade e aqueles que na equipa de Societário e Corporativo participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no n.º 7 artigo 248.º-A do Código de Valores Mobiliários e do artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados, nos termos legalmente definidos, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

O órgão de fiscalização acompanha, através de reuniões que programa com o auditor externo e revisor oficial de contas, a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado por José Pedro Poiares Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415 Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos stakeholders e do tratamento que lhes foi dado.

Acresce que o aludido Representante para as Relações com o Mercado é também Secretário da Sociedade e, em articulação com o Conselho de Administração promove a divulgação de informação aos membros dos órgãos de gestão e fiscalização.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido por José Pedro Poiares Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2020 foi de 4 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: <u>www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos</u>.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-in-vestidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em: www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,-SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: <u>www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais</u>.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos dirigentes da TD,SA, são os seus próprios Administradores. Porque não existem administradores não executivos, não está prevista qualquer regra sobre esta matéria.

A Comissão de Remunerações é eleita por um período de quatro anos, estando em curso o mandato para o quadriénio 2019-2022.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composto pelos

seguintes membros:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Manuel Ferreira

Todos os identificados membros do Conselho Fiscal foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2019/2022.

O Presidente da Comissão de Remunerações Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA detida maioritariamente por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte e também diretamente por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções, por opção da própria Comissão.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º V.2.4., informa-se que o Presidente da Comissão de Remunerações e tendencialmente os demais membros estão sempre presentes nas Assembleias Gerais Anuais da Sociedade.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que

exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 22 de junho de 2020, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e demais regulamentação aplicável.

II. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.", a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

III. INTRODUÇÃO:

A presente "Declaração Sobre Politica de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização" foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica e o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados.

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho a longo prazo

da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos, que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2020 a 2022 superior ao EBITDA registado em 2019;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2020 a 2022 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2019.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." apenas poderão receber remunerações, seja a que título for, paga por uma das

seguintes entidades: "Teixeira Duarte, S.A.", "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." ou "Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos habitualmente determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A.", nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

V. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, S.A.", compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VII. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficarem definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores é determinada de forma a permitir o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

Acresce que, para a determinação da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração é tido em consideração o facto de alguns destes membros terem funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme resulta da Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização descrita no ponto 69, a remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, - designada de "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Mais se informa que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga em outubro de 2023 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2020 a 2022, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios, em relação a 31 de dezembro de 2019:
- Média EBITDA nos exercícios de 2020 a 2022 superior ao EBITDA registado em 2019;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2020 a 2022 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2019;

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vi-

gor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.°, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

- UM Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:
- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores

efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A supra citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2020, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

		Remuneração variável					
Conselho de Administração	Remuneração fixa	Atribuída em 2020	Atribuída em 2012	Prémio Extraordinário 2020	Sub-Total	Compensações por Desloca- ções	Total
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	100 000,00	30 000,00	30 000,00	-	160 000,00	-	160 000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	158 987,50	20 000,00	-	80 000,00	258 987,50	8 055,95	267 043,45
Carlos Gomes Baptista	137 200,00	52 000,00	7 000,00	-	196 200,00	-	196 200,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	35 000,00	6 000,00	-	-	41 000,00	-	41 000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	158 168,48	20 000,00	-	70 000,00	248 168,48	5 562,65	253 731,13
	589 355,98	128 000,00	37 000,00	150 000,00	904 355,98	13 618,60	917 974,58

Os montantes pagos a título de "Prémios Extraordinários" aos administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foram deliberados pelas Comissões de Remunerações da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedades diretamente detidas a 100% pela Teixeira Duarte, S.A. e nas

quais estes também são membros dos respetivos Conselhos de Administração.

Os membros das Comissões de Remunerações da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. são os mesmos da Comissão de Remunerações da Teixeira Duarte, S.A..

Em 2020, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 34,3% do valor total auferido.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2020 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está acima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2023, ficando o respetivo pagamento desta parte dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa e do desempenho positivo da "Teixeira Duarte, S.A." ao longo desse período, entendendo-se como tal verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios, em relação a 31 de dezembro de 2019;
- Média EBITDA nos exercícios de 2020 a 2022 superior ao EBITDA registado em 2019;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2020 a 2022 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2019;

Remuneração	variável	atribuída	em 2020

Conselho de Administração	Para 2020	Para 2023	Total
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	30.000,00	35.000,00	65.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	20.000,00	25.000,00	45.000,00
Carlos Gomes Baptista	52.000,00	55.000,00	107.000,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	6.000,00	8.000,00	14.000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	20.000,00	25.000,00	45.000,00
	128 000,00	148 000,00	276 000,00

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Sem prejuízo do que se referiu em cima no ponto 77. deste Relatório sobre a atribuição do Prémio Extraordinário a dois membros do Conselho de Administração, no exercício de 2020, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Em 2020, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2020, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
Óscar Manuel Machado Figueiredo	30 000,00	-	30 000,00
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	18 000,00	-	18 000,00
João Salvador dos Santos Matias	18 000,00	-	18 000,00
Rui Pedro Ferreira de Almeida	0,00	-	0,00
	66.000,00	-	66.000,00

O valor global dos honorários anuais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria. foi de:

	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	349.035,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	349.035,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2020, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2020, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Nunca se verificou qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caraterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória a todos os Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

5.2.2. Critérios de Seleção

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem abusos de poder ou posição.

5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Recorda-se que o Código de Ética e Conduta é obrigatório a todos os colaboradores (incluindo-se neste conceito, os administradores, trabalhadores e outros representantes das entidades do Grupo Teixeira Duarte) e que a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares. Pelo que, face a esta abrangência e vinculação efetiva – que se tem considerado eficiente - o órgão de administração não definiu, conforme sugerido pela Recomendação I.5.1., procedimento interno mais específico de verificação das transações com partes relacionadas.

Contudo e face à atual legislação em vigor sobre esta matéria, o Conselho de Administração está, em articulação com o Conselho Fiscal, a concluir a aprovação de um procedimento interno para que o Conselho Fiscal possa verificar se as transações que a Sociedade efetua com partes relacionadas são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados,

todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de caráter corrente e para exercício da atividade, o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por adotar o Código do Governo das Sociedades do IPCG.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pelo IPCG pode ser consultado em www.cgov.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações tais como desdobradas na tabela de recomendações múltiplas da "Nota sobre interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020) - Nota n.º 3" com a numeração aí referida, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "comply or explain", se justifica a sua eventual não adoção ou adoção parcial.

Das 74 Recomendações, a Sociedade não adota vinte e adota parcialmente cinco.

	Recomendação	Adoção	Remissão
l.	PARTE GERAL		
l.1.	Relação da sociedade com investidores e informação		
l.1.1.	A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais sta-keholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral	Sim	18., 22, 45, e 55. a 65;
I.2.	Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
l.2.1.	As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilibrio na respetiva composição.	Sim	16., 18. e 31.
1.2.2.(1)	O órgão de administração deve dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade.	Não	18. e 22.
1.2.2.(2)	Idem em relação ao órgão de fiscalização.	Não	34.
1.2.2.(3)	Idem em relação às comissões internas	Não aplicável	27.
1.2.2.(4)	Devem ser elaboradas atas das reuniões do órgão de administração.	Sim	22.
1.2.2.(5)	ldem em relação ao órgão de fiscalização.	Sim	22.
1.2.2.(6)	Idem em relação às comissões internas.	Não aplicável	27.
1.2.3.(1)	A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23. e 35.
1.2.3.(2)	O número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23. e 35.
1.2.4.	Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Sim	49.
I.3.	Relação da sociedade com investidores e informação		
l.3.1.	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parcial.	18. e 22.
1.3.2.	Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de infor- mação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	12. 18., 22. e 45.
1.4.	Conflitos de interesses		
l.4.1.	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscali- zação e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Sim	22. e 89.
1.4.2.	Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Sim	89.
I.5.	Transações com partes relacionadas		
l.5.1.	O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente dis- ponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Não	10. 22. 89. e 91.
I.5.2.	O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Não	10. 22. 89. e 91
II.	ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1.(1)	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto,	Sim	1. e 12.

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.(2)	devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Não aplicável	
II.2.	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14.
II.3.	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão	Sim	12.
II.4.	A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12.
II.5.	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	5. e 13.
II.6.	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	2. 4. e 6.
III.	ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1.	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções;e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não aplicável	18.
III.2.(1)	O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado a dimensão da sociedade e a complexidade dos riscos inerentes a sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Sim	18.
III.2.(2)	Idem em relação ao número de membros do órgão de fiscalização.	Sim	31.
III.2.(3)	Idem em relação ao número de membros da comissão para as matérias financeiras.	Não aplicável	27.
III.3.	Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Não	18.
III.4.	Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: — Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qual-	Não	18.
	quer órgão da sociedade; - Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; - Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; - Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; - Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; - Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.		
III.5.	O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administra- dor como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).	Não aplicável	18.

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6.(1)	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas, previamente a sua aprovação final pelo órgão de administração.	Não	50. e 51.
III.6.(2)	Idem em relação à política de risco.	Não	50. e 51.
III.7.(1)	As sociedades devem dispor de comissão especializada em matéria de governo societário	Não	22., 24. e 27
III.7.(2)	ldem em relação à matéria de nomeações.	Não	22., 24. e 27
III.7.(3)	Idem em relação à matéria de avaliação de desempenho	Não	22., 24. e 27
IV.	ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1.	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não	22.
IV.2.(1)	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade;	Não aplicável	9. e 21.
IV.2.(2)	ii) organização e coordenação da estrutura empresarial;	Não aplicável	21.
IV.2.(3)	iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Não aplicável	21.
IV.3.	No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	Sim	53. e 54.
V.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1.	Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1.(1)	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, tendo em conta o cumpri- mento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Não	24. e 25.
V.1.1.(2)	Idem em relação ao desempenho das comissões do órgão de administração.	Não aplicável	22. e 24.
V.1.1.(3)	Idem em relação ao desempenho dos administradores executivos.	Não	22., 24. e 25.
V.2	Remunerações		
V.2.1.	A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua inde- pendência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais	Sim	66. e 67.
V.2.2.	A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Sim	66. e 67.
V.2.3.	Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Não	76. e 80.
V.2.4.	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	67.
V.2.5.	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	Sim	67.
V.2.6.	A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão	Não aplicável	67.

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.2.7.	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	69., 70. e 71.
V.2.8.	Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, a confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade	Sim	70., 71. e 72.
V.2.9.	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	73. e 74.
V.2.10.	A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não aplicável	18. e 66.
V.3.	Remunerações dos Administradores		
V.3.1.	A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstra- ção, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanha- das de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Sim	16. e 17.
V.3.2.	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Sim	27.
V.3.3.	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não aplicável	27.
V.3.4.	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não aplicável	27.
VI.	CONTROLO INTERNO		
VI.1.(1)	O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico.	Sim	53. e 54.
VI.1.(2)	O órgão de administração deve debater e aprovar a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Sim	53. e 54.
VI.2.	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedi- mentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela socie- dade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Não	54.
VI.3.	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parcial	51. e 54.
VI.4.	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51. e 54.
VI.5.	O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Não	54.
VI.6.(1)	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade,	Sim	53. e 54.
VI.6.(2)	(ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto,	Sim	53. e 54.
VI.6.(3)	(iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e	Sim	53. e 54.
VI.6.(4)	(iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parcial	53. e 54.
VI.7.	A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Não	53. e 54.
VII.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1.	Informação financeira		

	Recomendação	Adoção	Remissão
VII.1.1.	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parcial	55.
VII.2.	Revisão legal das contas e fiscalização		
VII.2.1.	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Não	45. e 55.
VII.2.2.(1)	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios,	Sim	45.
VII.2.2.(2)	competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas a prestação dos serviços.	Sim	45. e 47.
VII.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

No dia 11 de setembro de 2020 a "Teixeira Duarte, S.A." aprovou em reunião do seu Conselho de Administração - tendo por base o Guião em vigor (Artigo.º 1.º c) e Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 18/2020 - um Plano para Igualdade, em conformidade com o disposto no artigo 7.º a), da Lei n.º 62/2017, o qual, conforme determinado no Artigo 3.º, n.º 3 do Despacho Normativo 18/2019, foi comunicado no SDI (Sistema de Difusão de Informação) da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, cuja descrição é aqui divulgada:

1. Enquadramento Legal

A Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto veio determinar que os órgãos de administração e de fiscalização das sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado passem progressivamente a ter uma composição equilibrada em termos de género, o que a "Teixeira Duarte, S.A." cumpre.

O mesmo diploma estabeleceu que as empresas cotadas em bolsa passem a ter que aprovar planos para a igualdade anuais tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicar os planos no respetivo sítio na Internet, até dia 15 de setembro de cada ano anterior.

Posteriormente, a referida Lei n.º 62/2017 veio a ser regulamentada pelo Despacho Normativo n.º 18/2019, de 17 de junho de 2019, o qual determinou, designadamente:

- a) Os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa.
- A produção de um Guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, o qual veio mais tarde a ser disponibilizado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Nos termos dos diplomas acima referidos e do aludido Guião, o processo anual de elaboração e implementação do Plano para a Igualdade das empresas cotadas em bolsa, compreende as seguintes fases:

- a) Elaboração de um autodiagnóstico prévio, tendo por base "o Guião para a Implementação de Planos para a Igualdade";
- b) Produção e aprovação de um Plano para a Igualdade anual com medidas ajustadas à realidade da empresa e subsequente publicação do mesmo no respetivo sítio da Internet;
- c) Implementação e acompanhamento do Plano para a Igualdade;
- d) Avaliação do impacto das medidas fixadas no Plano para a Igualdade.

2. Enquadramento na Teixeira Duarte, S.A.

A Teixeira Duarte sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus direitos humanos e laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos.

No dia 13 de setembro de 2019 a "Teixeira Duarte, S.A." aprovou em reunião do seu Conselho de Administração o seu Plano para Igualdade para 2019/2020, o qual serviu de base para a elaboração do Plano para a Igualdade para 2021.

O Plano para a Igualdade tem como objetivo, para além de divulgar novas medidas a implementar, atualizar e divulgar procedimentos e práticas já implementadas e em vigor no Grupo Teixeira Duarte no âmbito da Igualdade de Género definida pela legislação portuguesa.

Para elaboração do autodiagnóstico prévio e do acompanhamento da implementação do Plano para a Igualdade 2019/2020 e para avaliação do impacto das medidas fixadas nesse plano, bem como para elaboração e implementação do Plano para a Igualdade para 2021, foi constituído um Grupo de Trabalho (Task Force interna), composto por quatro membros – dois homens e duas mulheres – de diferentes áreas de atuação dentro do Grupo Teixeira Duarte (Sustentabilidade / Recursos Humanos / Societário e Corporativo / Sistema de Gestão e Tecnologia e Inovação) e que atuaram e atuarão com o acompanhamento do Conselho de Administração.

O Plano para a Igualdade para 2021 - alicerçado nas orientações constantes do "Guião para Implementação de Planos de Igualdade para Empresas" estabelecido no Despacho Normativo n.º 18/2019 - foi desenvolvido tendo por base os resultados da implementação do Plano para a Igualdade de 2020 e integra os resultados do (i) novo Autodiagnóstico realizado, (ii) da implementação dos comentários da Análise Técnica da CITE realizada por referência ao Plano para a Igualdade 2020 e, ainda, (iii) as alterações internas e externas que, de alguma forma, pudessem condicionar a implementação das medidas para a igualdade, nomeadamente, as situações decretadas durante o estado de emergência para contenção do surto pandémico relacionado com a COVID-19, tendo sido identificadas seis dimensões em matéria de igualdade, com indicação das medidas, dos/as responsáveis pela sua aplicação, dos indicadores e das metas a atingir pelas participadas da Teixeira Duarte, S.A., permitindo intervir de forma abrangente na organização.

O plano para a igualdade 2021 pode ser consultado através do endereço: https://www.teixeiraduarte.pt/informacao-sobre-plano-para-a-igualdade-2021/



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2020

Demonstrações Financeiras Individuais 2020



I. BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	588
Goodwill	8 e 9	16.253	19.503
Ativos intangíveis	6	-	127
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	980.588	1.085.154
Outros investimentos financeiros	15.1	-	13
Ativos por impostos diferidos	14	5.375	8.023
		1.002.216	1.113.408
Ativo corrente:			
Clientes	15.1 e 22	11.942	7.072
Estado e outros entes públicos	15.1	4.606	5.493
Outros créditos a receber	15.1	28.693	31.154
Diferimentos	15.1	790	891
Caixa e depósitos bancários	4	53	167
		46.084	44.777
Total do Ativo		1.048.300	1.158.185
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	23	210.000	210.000
Reservas legais	23	42.000	42.000
Outras reservas	23	242.551	234.672
Resultados transitados:			
Resultados transitados		6.116	6.116
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(355.592)	(320.574)
Ajustamentos /outras variações no capital próprio:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		355.592	320.574
Outros ajustamentos em ativos financeiros		(231.966)	(119.122)
		268.701	373.666
Resultado líquido do período	23	(17.904)	7.879
Total do Capital próprio		250.797	381.545
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	15.2 e 22	229.559	219.314
Outras dívidas a pagar	15.2 e 22	174.286	216.786
		403.845	436.100
Passivo corrente:	45.0 - 00	00.005	00.400
Fornecedores	15.2 e 22	69.695	68.180
Estado e outros entes públicos Financiamentos obtidos	15.2 e 22 15.2 e 22	6.644 47.236	6.590 49.520
Outras dívidas a pagar	15.2 e 22	270.083	216.249
Diferimentos	15.2	-	1
	10.2	393.658	340.540
Total do Passivo		797.503	776.640
Total do Capital próprio e Passivo		1.048.300	1.158.185

(Valores em milhares de euros) O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2020.

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	11	4.303	8.230
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	10	9.032	35.018
Fornecimentos e serviços externos	19	(3.333)	(4.337)
Gastos com o pessoal	18	(1.354)	(7.223)
Outros rendimentos	20	1.188	3.253
Outros gastos	21	(1.381)	(298)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.455	34.643
Gastos de depreciação e de amortização	6, 7, 8 e 9	(3.330)	(3.456)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.125	31.187
Juros e rendimentos similares obtidos	11 e 17	28	1.521
Juros e gastos similares suportados	17	(25.268)	(27.552)
Resultado antes de impostos		(20.115)	5.156
Imposto sobre o rendimento do período	14	2.211	2.723
Resultado líquido do período		(17.904)	7.879

(Valores em milhares de euros) O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2020.

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Capital próprio atribuído aos detentores do capital

Descrição		Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1		210.000	42.000	230.000	(281.096)	248.438	4.672	454.014
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		9	-	-	-	(33.362)	(46.986)	-	(80.348)
Aplicação de resultados			-	-	4.672	-	-	(4.672)	-
	2		-	-	4.672	(33.362)	(46.986)	(4.672)	(80.348)
Resultado líquido do período	3							7.879	7.879
Resultado integral do período	4=2+3								(72.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5=1+2+3		210.000	42.000	234.672	(314.458)	201.452	7.879	381.545
Saldo em 1 de janeiro de 2020	6		210.000	42.000	234.672	(314.458)	201.452	7.879	381.545
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial		9	-	-	-	(35.018)	(77.826)	-	(112.844)
Aplicação de resultados		23	-	-	7.879	-	-	(7.879)	-
	7		-	-	7.879	(35.018)	(77.826)	(7.879)	(112.844)
Resultado líquido do período	8							(17.904)	(17.904)
Resultado integral do período	9=7+8								(130.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10=6+7+8		210.000	42.000	242.551	(349.476)	123.626	(17.904)	250.797

(Valores em milhares de euros) O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2020.

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2020	2019 "Reexpresso"
Atividades operacionais:			·
Recebimentos de clientes		6.405	8.497
Pagamentos a fornecedores		(4.704)	(4.640)
Pagamentos ao pessoal		(1.008)	(4.670)
Caixa gerada pelas operações		693	(813)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		3.902	494
Outros recebimentos/pagamentos		(1.003)	(3.827)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.592	(4.146)
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
- Ativos fixos tangíveis		-	(38)
- Ativos intangíveis		-	(51)
- Partes relacionadas		(12.680)	(34.158)
Recebimentos provenientes de:			
- Ativos fixos tangíveis		721	-
- Juros e rendimentos similares		28	1.794
- Dividendos	4	-	1.500
- Partes relacionadas		9.115	44.939
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2.816)	13.986
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamento obtidos	15.2	115.050	116.653
- Partes relacionadas	15.2	23.920	34.149
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamento obtidos	15.2	(120.196)	(126.023)
- Juros e gastos similares		(1.814)	(13.623)
- Partes relacionadas	15.2	(17.850)	(22.432)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(890)	(11.276)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(114)	(1.436)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	167	1.603
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	53	167

(Valores em milhares de euros) O anexo faz parte integrante da Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020.

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (adiante designada por Teixeira Duarte ou Empresa), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo consequentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

2.1 NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 A EMPRESA PROCEDEU ÀS SEGUINTES "REEXPRESSÕES"

Demonstração de Fluxos de Caixa

Para efeitos comparativos com o período homólogo, as "reexpressões" efetuadas relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Decariação	2019	"Doovproooão"	2019
Descrição Atividades Operacionais:	2019	"Reexpressão"	"Reexpresso"
Recebimentos de clientes	8.497	_	8.497
Pagamentos a fornecedores	(4.640)	_	(4.640)
Pagamentos ao pessoal	(4.670)	_	(4.670)
Caixa gerada pelas operações	(813)	_	(813)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	494	_	494
Outros recebimentos/pagamentos	(3.827)	-	(3.827)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(4.146)	-	(4.146)
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
- Ativos fixos tangíveis	(38)	-	(38)
- Ativos intangíveis	(51)	-	(51)
- Partes relacionadas	(34.158)	-	(34.158)
Recebimentos provenientes de:			
- Juros e rendimentos similares	1.794	-	1.794
- Dividendos	1.500	-	1.500
- Partes relacionadas	44.939	-	44.939
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	13.986	-	13.986
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamento obtidos	1.603	115.050	116.653
- Partes relacionadas	34.149	-	34.149
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamento obtidos	(10.973)	(115.050)	(126.023)
- Juros e gastos similares	(13.623)	-	(13.623)
- Partes relacionadas	(22.432)	-	(22.432)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(11.276)	-	(11.276)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(1.436)	-	(1.436)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.603	-	1.603
Caixa e seus equivalentes no fim do período	167	-	167

No período findo de 31 de dezembro de 2019, a reexpresão é referente à reclassificação dos montantes de utilização e amortização do papel comercial.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas subsidiárias. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica "Outros rendimentos".

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Goodwill	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de "Outros

ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Quando as perdas em subsidiárias excedem o investimento efetuado nessas entidades é reconhecida uma provisão até ao limite da participação nas mesmas.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as sequintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económi-

cos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3 - 6

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outros créditos a receber" e "Diferimentos" no ativo e "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos" no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo e quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade.

g) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em ganhos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber (Clientes e Outros créditos a receber)

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar (Fornecedores e Outras dividas a pagar)

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos e concedidos

Os financiamentos obtidos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

Os financiamentos concedidos são registados inicialmente e reconhecidos no ativo pelo valor nominal pago, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

i) Responsabilidades com pensões

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são

registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

j) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3 JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, investimentos financeiros e *goodwill*; iii) acréscimos e diferimentos; e iv) ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente

à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerário	2	-
Depósitos à ordem	51	167
	53	167

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram como segue:

	2020	2019
TDGI, S.A.	-	1.500
	-	1.500

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e da alta direção da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram as seguintes:

	2020	2019
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	918	727
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
	984	793

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram as seguintes:

	2020	2019
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	-	865

Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas podem ser detalhados como segue:

		ntes 15.1)	Fornecedores (Nota 15.2)			ntos obtidos 15.2)
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	5.351	-	68.988	67.268	3.212	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	1.798	1.798	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (E.E. da Argélia)	162	162	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. do Brasil)	-	20	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. da Venezuela)	15	16	-	-	-	-
TDGPII, S.A.	55	61	85	84	25.534	22.679
TDGI, S.A.	76	160	-	-	-	-
	7.457	2.217	69.073	67.352	28.746	22.679
Outras partes relacionadas:						
ALVALADE, Lda.	335	323	-	-	-	-
AUTO COMPETIÇÃO, Lda.	126	126	-	-	-	-
CND, Lda.	961	986	-	-	-	-
COMERCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	151	151	-	-	-	-
EDUCARE, Lda.	69	86	-	-	-	-
EMPA, S.A.	127	127	-	-	-	-
GO CORP, S.A.	-	-	-	23	-	-
HOTEL BAÍA, Lda.	276	276	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	63	104	-	-	-	-
IMOPEDROUÇOS, S.A.	-	90	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	2	2	-	-
OCC, Lda.	95	175	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	5	5	-	-	-	-
TDA, Lda.	1.059	972	-	-	-	-
TDGI, Lda.	186	165	-	-	-	-
TDO, Lda.	6	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Angola), Lda.	690	671	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda.	63	204	-	-	-	-
Outros	245	320	-	-	3	-
	4.457	4.781	2	25	3	-
	11.914	6.998	69.075	67.376	28.749	22.679

	Diferin	nentos	Outros crédit e Outras dív	os a receber idas a pagar
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Subsidiárias:				
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	257	257	(420.634)	(404.003)
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	-	2	-	-
TDGPII, S.A.	-	-	(18.015)	(18.072)
TDGI, S.A.	-	-	3.284	2.633
	257	259	(435.365)	(419.442)
Outras partes relacionadas:				
BONAPARTE, S.A.	-	-	567	658
C+PA, S.A.	-	-	1.358	858
CND, Lda.	-	-	135	-
EPOS, S.A.	-	-	2.343	1.598
ESTA, S.A.	-	-	257	435
GO CORP, S.A.	-	-	1.784	1.519
IMOPEDROUÇOS, S.A.	-	-	2.263	2.238
IMOTD, S.A.	-	-	389	379
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	2.209	2.614
QUINTA DE CRAVEL, S.A.	-	-	248	252
SINERAMA, S.A.	-	-	254	252
SMOTORS, S.A.	-	-	(72)	(277)
TDA, Lda.	-	-	53	-
TDD, S.A.	-	-	1.866	2.085
TDGI, Lda.	-	-	23	-
TDO, Lda.	-	-	6.082	2.146
TDVIA, S.A.	-	-	(1.546)	(1.153)
TDHC, S.A.	-	-	(278)	(237)
TEDAL, S.A.	-	-	705	404
TRANSBRITAL, S.A.	-	-	997	1.019
Outros	-	-	489	37
	-	-	20.126	14.827
	257	259	(415.239)	(404.615)

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com as empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Serviços p	Serviços prestados		Juros e rendimentos similares obtidos		dimentos
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	3.713	7.585	16	1.521	104	1.912
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	-	1	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. do Brasil)	-	1	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. da Venezuela)	(1)	-	-	-	-	-
TDGPII, S.A.	21	140	-	-	-	-
TDGI, S.A.	61	220	-	-	48	148
	3.794	7.947	16	1.521	152	2.060
Outras partes relacionadas:						
ALVALADE, Lda.	12	24	-	-	-	-
AUTO COMPETIÇÃO, Lda.	-	(16)	-	-	-	-
CND, Lda.	317	(11)	-	-	-	-
EDUCARE, Lda.	-	29	-	-	-	-
EMPA, S.A.	-	10	-	-	-	-
EPOS, S.A.	-	66	-	-	-	-
ESTA, S.A.	(41)	74	-	-	23	123
HOTEL BAÍA, Lda.	-	(9)	-	-	-	-
IMOPEDROUÇOS, S.A.	-	74	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	10	1	-	-	-	-
RECOLTE, S.A.	-	1	-	-	-	-
SMOTORS, S.A.	3	2	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	-	54	-	-	-	-
TDA, Lda.	124	32	-	-	-	-
TDD, S.A.	-	123	-	-	-	-
TDGI, Lda.	54	20	-	-	-	-
TDGI Manutenção, A.C.E.	-	1	-	-	-	-
TDO, Lda.	-	1	12	-	-	-
TDSP - Alta Vista IV, Lda.	-	(31)	-	-	-	-
TDSP - Gualaxos, Lda.	-	(12)	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Angola), Lda.	19	(37)	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda	-	(52)	-	-	-	-
VAUCO, Lda	-	(27)	-	-	-	-
Outros	-	(46)	-	-	-	-
	498	271	12	-	23	123
	4.292	8.218	28	1.521	175	2.183

		Fornecimentos e serviços externos		os similares tados
	2020	2019	2020	2019
Subsidiárias:				
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	472	878	15.912	17.820
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	2	(2)	-	-
TDGPII, S.A.	-	-	1.053	733
TDGI, S.A.	-	35	-	-
	474	911	16.965	18.553
Outras partes relacionadas:				
GO CORP, S.A.	2	4	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	25	27	-	-
SOMAFEL, S.A.	-	(14)	-	-
TDGI Manutenção, A.C.E.	-	2	-	-
TDO - SGPS, S.A.	-	-	-	9
	27	19	-	9
	501	930	16.965	18.562

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Alienações	Saldo final
Ativo bruto:					
Programas de computador	266	-	(39)	(227)	-
	266	-	(39)	(227)	-
Amortizações acumuladas:				-	
Programas de computador	139	9	(38)	(110)	-
	139	9	(38)	(110)	-
Valor líquido dos Ativos intangíveis	127				-

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Saldo final
Ativo bruto:				
Programas de computador	171	33	62	266
Ativos intangíveis em curso	62	-	(62)	-
	233	33	-	266
Amortizações acumuladas:				
Programas de computador	99	40	-	139
	99	40	-	139
Valor líquido dos Ativos intangíveis	134			127

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Adições	Transferências e abates	Alienações	Saldo final
Ativo bruto:					
Edifícios e outras construções	612	-	-	(612)	-
Equipamento de transporte	11	-	-	(11)	-
Equipamento administrativo	434	-	(14)	(420)	-
	1.057	-	(14)	(1.043)	-
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	146	51	-	(197)	-
Equipamento de transporte	11	-	-	(11)	-
Equipamento administrativo	312	20	(14)	(318)	-
	469	71	(14)	(526)	-
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	588				-

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Ativo bruto:				
Edifícios e outras construções	612	-	-	612
Equipamento de transporte	11	-	-	11
Equipamento administrativo	426	10	(2)	434
	1.049	10	(2)	1.057
Depreciações acumuladas:				
Edifícios e outras construções	85	61	-	146
Equipamento de transporte	6	5	-	11
Equipamento administrativo	213	100	(1)	312
	304	166	(1)	469
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	745			588

8. GOODWILL

As quantias referentes a *Goodwill* em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram:

	31/12/2020					
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas			
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 9)	32.504	(16.251)	16.253			
	31/12/2019					
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas			
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 9)	32.504	(13.001)	19.503			

No período findo a 31 de dezembro de 2019, com base no plano de negócios da subsidiária TDGI,S.A., a gestão não identificou indícios de imparidade.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVA-LÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha registado na rubrica Participações financeiras – método da equivalência patrimonial os seguintes montantes distintos por investimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
	Quantias líquidas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	980.588	1.085.154

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa participava nas seguintes empresas subsidiárias:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%

A principal informação financeira, ajustada para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é a seguinte:

	Ativ	Ativos		Passivos		Rendimentos		Resultado líquido	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019	
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	1.268.070	1.381.875	897.492	955.910	359.111	514.902	(9.179)	8.924	
TDGPII, S.A.	842.252	873.235	241.655	221.788	60.429	70.961	15.353	21.780	
TDGI, S.A.	24.885	26.938	15.472	19.196	40.540	47.146	2.104	4.314	
	2.135.207	2.282.048	1.154.619	1.196.894	460.080	633.009	8.278	35.018	

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo Teixeira Duarte considerou as empresas de Angola e da Venezuela como pertencentes a economias hiperinflacionarias, dando cumprimento à aplicação da IAS 29, com impactos significativos nos capitais próprios das sociedades e que se traduziram na Empresa por via das suas subsidiárias. Contudo, em 1 de janeiro de 2019, a economia Angolana deixou de ser considerada como uma economia hiperinflacionária razão pela qual se deixou igualmente de aplicar a IAS 29 às empresas domiciliadas naquela geografia. Ainda em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Teixeira Duarte alterou o modelo de mensuração de um conjunto de ativos de "classe homogénea", do modelo de custo para modelo de revalorização, aplicado novamente no período de 2020, que se traduziram num aumento dos capitais próprios das empresas detentoras desses ativos.

Deste modo, as demonstrações financeiras das empresas para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, contemplam em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o conjunto de impactos acima referidos, com efeito muito significativo nos capitais próprios da Empresa.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1.131.984	22.753	1.154.737
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	35.018	-	35.018
- Efeito em capitais próprios	(80.348)	-	(80.348)
- Dividendos recebidos	(1.500)	-	(1.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.085.154	19.503	1.104.657
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1.085.154	19.503	1.104.657
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	8.278	-	8.278
- Efeito em capitais próprios	(112.844)	-	(112.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	980.588	16.253	996.841

O detalhe dos investimentos em subsidiárias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

Partes de capital

	31/12/2020	31/12/2019
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	370.578	425.965
TDGPII, S.A.	600.597	651.447
TDGI, S.A.	9.413	7.742
	980.588	1.085.154

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nos períodos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser detalhados como segue:

	Ganho	Ganhos/Perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	(9.179)	8.924	(46.208)	(71.272)	-	-	
TDGPII, S.A.	15.353	21.780	(66.203)	(9.085)	-	-	
TDGI, S.A.	2.104	4.314	(433)	9	-	(1.500)	
	8,278	35.018	(112.844)	(80.348)	-	(1.500)	

10. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS ÀS SUBSIDIÁRIAS

Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Empresa apresentava as seguintes variações nos investimentos em participações financeiras subsidiárias:

	2020	2019
Ganhos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	17.457	35.018
Outros	754	-
	18.211	35.018
Perdas:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(9.179)	-
	(9.179)	-
	9.032	35.018

11. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Rédito reconhecido pela empresa tinha a seguinte decomposição:

	2020	2019
Serviços prestados	4.303	8.230
Juros (Nota 17)	28	1.521
	4.331	9.751

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

Serviços prestados

	2020	2019
Angola	527	(25)
Brasil	-	(51)
Espanha	-	1
Moçambique	-	(52)
Portugal	3.777	8.357
Venezuela	(1)	-
	4.303	8.230

12. PASSIVOS CONTINGENTES

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao cálculo do IRC dos períodos de 2013, 2014, 2015 e 2016 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a Empresa é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

(a) Aplicação do artigo 90° do Código do IRC

	Imposto Corrigido	Imposto Anulado
2013	811	811
2014	1.097	1.097
2015	559	559
2016	653	653
2017	663	-
	3.783	3.120

Estas correções resultaram de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo as mesmas sido contestadas judicialmente pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

Após a entrega de tais ações judiciais, a Empresa foi notificada da mudança de entendimento por parte da AT e, em meados de 2020, foram emitidas novas demonstrações de liquidação desconsiderando esta correção.

Não obstante esta mudança de posição da AT, no final de 2020, a Empresa foi notificada do Relatório de Conclusões da inspeção realizada ao cálculo do IRC no âmbito do RETGS relativamente ao exercício de 2017, onde a AT voltou a efetuar esta correção, no montante de 663 milhares de euros.

A Empresa, na qualidade de sociedade dominante, impugnará judicialmente esta correcão.

(b) Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

No decorrer do período de 2018, a Empresa foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no período de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de "folga" apurada em períodos anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, foi objeto de contestação pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

13. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram como segue:

	Câmbio de fecho			
	31/12/2020	31/12/2019	Variação	
Dólar Americano (USD)	1,1452	1,1234	1,94%	

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam

tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Caso apure lucro tributável fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente. Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

Nos termos do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2018 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *aposteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

A Lei do Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio alterar as regras de reporte e dedução de prejuízos fiscais acima elencadas, nos seguintes termos:

- Os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 são reportáveis durante 10 (dez) anos;
- A contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais, aplicável aos ainda vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante esse período de tributação e no seguinte; e
- O limite à dedução de prejuízos fiscais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 é elevado a 80% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2020.

A rubrica relativa a "Imposto sobre o Rendimento do Período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base

no resultado tributável apurado pela Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se respeitarem a diferenças temporárias contabilizadas em capital próprio, caso em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A relação, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	2020	2019
Resultado líquido do período	(17.904)	7.879
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
A acrescer	38.053	30.019
A deduzir	(20.693)	(39.241)
Prejuízo fiscal	(544)	(1.343)
Matéria coletável	-	-
l Peril	0.044	0.700
Imposto diferido	2.211	2.723
Gasto de imposto sobre o rendimento	2.211	2.723

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram como segue:

-3	1	/1	2	12	\cap	2	ſ

	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	7.984	609	(3.257)	5.336
Dupla tributação internacional	39	-	-	39
Gastos líquidos de financiamento	-	1.602	(1.602)	-
	8.023	2.211	(4.859)	5.375

31/12/2019

	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	8.369	282	(667)	7.984
Dupla tributação internacional	18	-	21	39
Gastos líquidos de financiamento	-	2.441	(2.441)	-
	8.387	2.723	(3.087)	8.023

As constituições verificadas foram reconhecidas como ganho ou rendimento do período na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

O ajustamento verificado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é referente à sua utilização no âmbito do RETGS (Nota 3.2 j)).

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a seguinte decomposição:

15.1 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Clientes tinha a seguinte decomposição:

31	/1	2/2	02

	Não Grupo	Grupo	Total
Clientes conta corrente (Nota 5)	28	11.914	11.942

31/12/2019

	Não Grupo	Grupo	Total
Clientes conta corrente (Nota 5)	74	6.998	7.072

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Outros créditos a receber tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.868	7.910
Outros devedores:		
Adiantamentos a fornecedores	354	354
Acionistas/sócios	3.565	-
Pessoal	1	-
RETGS	20.874	18.424
Partes relacionadas	999	-
Outros	32	4.466
	25.825	23.244
	28.693	31.154

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Devedores por acréscimo de rendimentos diz respeito essencialmente a prestações de serviços realizados e não faturados.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os restantes ativos correntes tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	4.499	5.493
Imposto sobre o valor acrescentado	107	-
	4.606	5.493
Diferimentos:		
Gastos a reconhecer	790	891

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Outros investimentos financeiros líquidos de imparidades tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Compensação do Trabalho	-	13

15.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2020	
Não Grupo	Grupo	Total

Fornecedores conta corrente (Nota 5)	620	69.075	69.695
		31/12/2019	
	Não Grupo	Grupo	Total
Fornecedores conta corrente (Nota 5)	804	67.376	68.180

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	31/12	2/2020	31/12	/2019
	Corrente	Não cor- rente	Corrente	Não cor- rente
Credores por acréscimo de gastos	17.050	-	2.517	-
Outros credores:				
Pessoal	707	40	983	40
RETGS	36.931	-	39.596	-
Partes relacio- nadas	215.322	174.246	172.822	216.746
Outros	73	-	331	-
	253.033	174.286	213.732	216.786
	270.083	174.286	216.249	216.786

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica Credores por acréscimo de gastos diz respeito essencialmente a juros a faturar por empresas do grupo.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os restantes passivos correntes tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2020	31/12/2019
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	6.583	6.426
Retenção de impostos sobre rendimentos	35	28
Imposto sobre o valor acrescentado	-	103
Contribuições para a Segurança Social	26	28
Outras tributações	-	5
	6.644	6.590
Diferimentos:		
Rendimentos a reconhecer	-	1

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Financiamentos obtidos (correntes e não correntes) tinha a seguinte decomposição:

31/12/2020 31/12/2019

		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	18.438	220.709	239.147	26.841	208.861	235.702
Descobertos bancários	a)	49	-	49	-	1.603	1.603
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	b)	-	8.850	8.850	-	8.850	8.850
Suprimentos e outros mútuos	(Nota 5)	3	-	3	-	-	-
Subsidiárias	(Nota 5)	28.746	-	28.746	22.679	-	22.679
		47.236	229.559	276.795	49.520	219.314	268.834

A Empresa aderiu, relativamente à totalidade das operações de crédito em curso, à moratória legal de capital e juros ao abrigo do regime de proteção legal dos créditos no âmbito da pandemia COVID-19.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

31/12/2020

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Juros moratórias	Saldo final
Empréstimos bancários (a)	235.702	-	(3.592)	7.037	239.147
Descobertos bancários (a)	1.603	-	(1.554)	-	49
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos (b)	8.850	115.050	(115.050)	-	8.850
Suprimentos e outros mútuos	-	3	-	-	3
Subsidiárias	22.679	23.917	(17.850)	-	28.746
	268.834	138.970	(138.046)	7.037	276.795

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

31/12/2019 "Reexpresso"

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empréstimos bancários	242.804	-	(7.102)	235.702
Descobertos bancários	3.871	1.603	(3.871)	1.603
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	8.850	115.050	(115.050)	8.850
Subsidiárias	10.962	34.149	(22.432)	22.679
	266.487	150.802	(148.455)	268.834

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Financiamentos obtidos", respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras e partes relacionadas, vencendo juros a taxas normais de mercado.

(a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos bancários referente a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado.

Os empréstimos bancários contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

Banco	Tipo de financiamento	Data de inicio	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento (€)	Plafond utilizado Empresa (€)	Plafond utilizado restante grupo (€)
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	31.705	32	31.673
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	30 de novembro de 2021	Grupado	Euros	13.072	47	13.025
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	Grupado	Euros	145.604	145.604	-
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	9.166	-	9.166
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucio- nada	27 de junho de 2014	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	12.143	-	12.143
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	85.697	70.008	15.689
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	6.523	-	6.523
Banco Santander, S.A.	Conta caucio- nada	31 de outubro de 2012	30 de dezembro de 2033	Individual	Euros	6.006	6.006	-
Banco BIC, S.A.	Empréstimo bancário	2 de julho de 2020	2 de julho de 2025	Grupado	Euros	5.123	-	5.123
Banco BIC, S.A.	Conta caucio- nada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	22.450	17.450	-
Banco Português de Investimento, S.A.	Empréstimo bancário	5 de julho de 2016	5 de maio de 2023	Grupado	Euros	6.213	-	6.213
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	8.800	-	8.800
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	18.280	49	5.881
						370.782	239.196	114.236

(b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Banco	Tipo de financiamento	Data de inicio	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento (€)	Plafond utilizado Empresa (€)	Plafond utilizado restante grupo (€)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	Grupado	Euros	95.000	8.850	85.350
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013		Grupado	Euros	182.750	-	182.750
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	16.700	-	16.700
						294.450	8.850	284.800

Os Financiamentos obtidos acima indicados são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	31/12/2020	31/12/2019
Menos de um ano	47.236	49.520
1 a 2 anos	8.533	10.217
2 a 3 anos	13.416	11.437
3 a 4 anos	15.735	16.292
4 a 5 anos	21.354	20.769
Mais de 5 anos	170.521	160.599
	276.795	268.834

Para garantia dos financiamentos obtidos descritos anteriormente foram constituídas hipotecas e prestados diversos penhores (Nota 16).

16. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Garantias bancárias	719	5.033

As garantias foram prestadas para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos a dívidas de IRC apuradas no âmbito do RETGS dos períodos de 2015 e 2016, sob a forma garantias bancárias. Como consequência do deferimento obtido pela Empresa, algumas das garantias bancárias prestadas foram reduzidas e, em alguns casos, canceladas, apresentando-se *infra* o detalhe das que se encontram ativas com referência a 31 de dezembro de 2020:

Período da correção	Montante da garantia bancária
2015	125
2016	594
	719

Além das garantias indicadas anteriormente, foram ainda prestados os seguintes penhores e hipotecas:

Banco	Tipo de financiamento	Data de inicio	Data de vencimento	Montante	Colateral
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	22.450	GB do BIC AO (23M €) ao BIC PT ; Hipoteca Prédio 2554 (TD Angola, Lda) Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	31 de dezembro de 2033	31.705	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	30 de novembro de 2021	13.072	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Ango- la Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	145.604	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Ango- la Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucionada	27 de junho de 2014	31 de dezembro de 2033	12.143	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Ango- la Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	9.166	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (Transbrital) + Leziria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)

Banco	Tipo de financiamento	Data de inicio	Data de vencimento	Montante	Colateral
	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de dezembro de 2033	85.697	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	6.523	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (Transbrital) + Lezíria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	18.280	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Ango- la Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	8.800	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (Transbrital) + Lezíria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	182.750	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 12.500.000 Ações EPOS e de 200.000.000 Ações C+PA (TEDAL) + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação TDF (TDGPII) + Hipoteca Polo Operacional TD Montijo (TDGPII) + Hipoteca 9 Lotes Mafamude (Quinta Cravel) + Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha (V8)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	16.700	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 1.000.000 Ações TDGI (TD SA)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027		Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha (TEDAL) + Penhor de 50% das ações da TDE
				647.890	

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo conforme segue:

	Valor em milhares de euros
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.000
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	17.000
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	585
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	4.500
	23.085

Fianças

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tinha prestado a seguinte fiança:

	31/12/2020	31/12/2019
Fiança	10.139	10.139

A fiança foi emitida para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, em que a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de Euros, a qual foi aceite pela AT.

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2020	2019
Gastos financeiros:		
Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos	(24.954)	(24.294)
Outros juros suportados	-	(8)
Outros gastos de financiamento	(314)	(3.250)
	(25.268)	(27.552)
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 11)	28	1.521
	28	1.521
	(25.240)	(26.031)

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número médio de empregados foi de 9 e 98 pessoas, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os Gastos com o pessoal tinham a seguinte decomposição:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	677	741
Remunerações do pessoal	54	3.341
Indemnizações	433	2.126
Encargos sobre remunerações	147	829
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	25	46
Gastos de ação social	10	-
Outros gastos com o pessoal	8	140
	1.354	7.223

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte decomposição:

	2020	2019
Subcontratos	-	1
Serviços especializados	3.042	3.684
Materiais	6	69
Energia e fluídos	1	2
Deslocações, estadas e transportes	171	321
Serviços diversos	113	260
	3.333	4.337

20. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os Outros rendimentos eram como segue:

	2020	2019
Desempenho de cargos de órgãos sociais	70	271
Outros rendimentos suplementares	-	1.817
Alienação de ativos fixos tangíveis	32	-
Correções referentes a períodos anteriores	8	-
Excesso da estimativa para impostos	240	-
Indemnizações	125	-
Juros de mora	3	-
Outros	710	1.165
	1.188	3.253

O valor dos Outros rendimentos – Outros, inclui no período findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de 615 milhares de euros, referente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado que a Empresa recuperou com os gastos suportados na operação de venda da participada Lagoas Park, S.A..

21. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os Outros gastos eram como segue:

	2020	2019
Impostos e taxas	3	51
Insuficiência da estimativa para impostos	1.360	126
Outros	18	121
	1.381	298

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa; e,
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa.

Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/ mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

(a) Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo financeiro, é composto por 41% taxa de juro variável (39% em 31 de dezembro de 2019) e 59% de taxa de juro fixa (61% em 31 de dezembro de 2019).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído em 2.727 milhares de euros e 2.317 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam aumentado em 2.727 milhares de euros e 2.317 milhares de euros, respetivamente. Os resultados financeiros referentes ao período de 2019 não são comparáveis porquanto se adotou, no presente período, um critério distinto para o seu cálculo que passou a incluir apenas a taxa de juro e *spread*.

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de contas a receber de Clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos:		
Não vencidos	5.423	919
Até 180 dias	322	5
De 180 a 360 dias	663	1.116
Mais de 360 dias	5.534	5.032
	11.942	7.072

(c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de

linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

31/12/2020

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	69.695	-	-	-	69.695
Financiamentos obtidos	47.236	8.533	13.416	207.610	276.795
Estado e outros entes públicos	6.644	-	-	-	6.644
Outras dívidas a pagar	270.083	42.540	42.500	89.246	444.369
	393.658	51.073	55.916	296.856	797.503

31/12/2019

	Até 1		De 2 a 3		Total
	ano	anos	anos	3 anos	Total
Fornecedores	68.180	-	-	-	68.180
Financiamentos obtidos	49.520	10.217	11.437	197.660	268.834
Estado e outros entes públicos	6.590	-	-	-	6.590
Outras dívidas a pagar	216.249	42.500	42.540	131.746	433.035
	340.539	52.717	53.977	329.406	776.639

23. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital realizado da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420 000 000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Capital social da Empresa é de 210.000 milhares de euros.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Reserva legal é de 42.000 milhares de euros.

Outras reservas

As Outras reservas são compostas única e exclusivamente por reservas livres.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as Outras reservas eram de, respetivamente, 242.551 milhares de euros e 234.672 milhares de euros.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 22 de junho de 2020, foram aprovadas as contas do período de 2019 e foi decidido que o Resultado líquido apurado no montante de 7.878.767,21 € (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Outras reservas	7.878.767,21

Conforme apresentado no Relatório de Gestão a proposta de aplicação de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2020, no montante negativo de 17.904.404,60 € (dezassete milhões, novecentos e quatro mil, e quatrocentos e quatro euros e sessenta cêntimos) é como segue:

	Valor
Resultados transitados	(17.904.404,60)

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras do período 2020 no dia 13 de abril de 2021.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Divulgações adicionais

Os honorários totais faturados por sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras foram os seguintes:

	2020	2019
Honorários Revisão Contas	61	61

25. EVENTOS SUBSEQUENTES Á DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente relatório, não se registaram eventos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Demonstrações Financeiras Individua	is 2020 Anexo às	Demonstrações Fir	nanceiras em 31	de dezembro 2020



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2020

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2020



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Alvas fixes targéres Proposedades de investimento 21 234255 224355 228478 Direito de uso Direito de uso 22 33.434 41.803 1investimentos em associades e empreendimentos conjuntos 7 2 83.818.863 22.235 0.Utros investimentos financierios ao custo amortizado 24 2.2569 2.285 0.Utros investimentos financierios ao custo amortizado 24 11.638 15.866 15.766 15.766 15.766 15.766 15.766 15.767 15.766 15.766 15.766 15.766 15.766 15.766 15.766 15.766 15.767 15.766 15		Notas	2020	2019
Albos intergreiss	Ativos não correntes:			
Abos fixes fanglives Proprietidates de investimento 20 398.444 478.776 Proprietidates de investimento 21 234.235 208.478 Drieto de uso 12 233.434 41.603 Drieto de uso 12 33.434 41.603 10 22 33.404 41.603 10 22 33.404 41.603 10 22 33.404 41.603 10 22 33.403 41.603 10 22 33.404 41.603 10 22 33.403 41.603 10 22 33.403 41.603 10 22 33.403 41.603 10 22 33.403 41.603 10 22 33.403 41.603 10 24 2.569 2.806 10 25 26 11.5766 14.7939 11.608 12.646 11.608 12	Goodwill	18	12.203	12.214
Proprietadis de investimento 21 234.255 208.478 10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-1	Ativos intangíveis	19	56.109	60.267
Dieth of uso 22 33.434 41.603 11.603 12.203 12.603 12.203	Ativos fixos tangíveis	20	399.484	479.776
Investimentos em associades e empreendimentos conjuntos Outros investimentos financeiros ao custo amortizado Outros investimentos financeiros ao custo amortizado Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral Alvos por impostos diferidos Clientes 27 11,489 114,589 Cutros devenderes Outros devenderes Inventarios Alvos correntes: Inventarios Inventarios Outros devenderes Outros	Propriedades de investimento	21	234.235	208.478
Outros investimentos financeiros ao ousto amortizado 24 2,669 2,800 Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 11,838 15,866 Alvos por impositos difinidos 26 14,6786 14,7983 15,866 Clientea 27 12,489 16,458 16,188 16,188 16,188 16,188 16,188 16,188 16,188 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,086 12,693 10,003 10,003 10,003 10,000 10,01 10,000 10,01 10,000 11,141 202,111 10,000 10,000 116,151 13,5380 13,000 10,000 10,000 10,000 116,215 135,5380 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 10,000 1	Direito de uso	22	33.434	41.603
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e /24 11.638 15.886 Abros por impostos difinidos 26 145.766 147.938 16.488 Outros devedores 27 10.886 12.699 16.488 Outros devedores 27 10.986 12.699 12.693 13.693 12.691<	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	18.863	22.235
Almos por impostos diferidos 26 145,266 147,933 16,458 Clieridos 27 12,489 16,458 Clieridos devadores 27 10,986 12,694 Total de atrivos não correntes 27 10,986 12,694 Total de atrivos não correntes 27 10,986 12,694 Total de atrivos não correntes 28 100 101,1419 202,111 101 101 101 101 101 101 101 101 101	Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	24	2.569	2.806
Clientes 27 12.489 16.488 Outros divedóres 27 10.986 12.694 Total de adrivos não correntes 937.776 1.020,393 Altivos correntes: 1.020,393 27 151.642 2.261.183 Cilentes 27 151.642 236.183 2.011	Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 24	11.638	15.866
Outros devedores 27 10.986 12.694 Total de años não correntes 937.776 1.020.390 Ativos correntes: Inventarios 9 e 10 177.419 202.111 Cientes 27 151.642 28.8183 Outros devedores 27 31.467 38.517 Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Caixa e equivalentes a caixa 29 118.215 135.380 Outros ativos correntes 30 158.217 182.528 Altivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de añivos correntes 661.867 829.626 829.626 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 20.99 443.3 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 20.99 444.577 Reservas e resultados francistados resultados transitados	Ativos por impostos diferidos	26	145.766	147.993
Total de ativos não correntes 937.776 1.020.390 Ativos correntes: 7 151.419 202.111 Clientes 27 151.642 288.183 Outros devedores 27 151.642 288.183 Outros investimentos financeiros ao justo vaior através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Caixa e equivalentes a caixa 29 116.215 135.380 Outros ativos correntes 30 156.217 118.5583 Altivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos correntes 661.867 \$28.626 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 20 20 16.217 1.850.016 Capital próprio: 23 210.000 210	Clientes	27	12.489	16.458
Ativos correntes: Inventários 9 e 10 171.419 202.111 Inventários 9 e 10 171.419 202.111 Clientes 27 151.642 236.183 Cutros devedores 27 151.642 236.183 Cutros devedores 27 31.467 38.517 Cutros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Caixa e equivieintes a caixa 29 116.215 135.380 Cutros ativos correntes 30 156.217 182.528 Altivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Clotal de ativos correntes 6161.867 34.897 Capital próprio: Capital 7 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	Outros devedores	27	10.986	12.694
Inventarios 9 e 10 171.419 202.111 Clientes 27 151.642 236.153 27 31.467 38.517 201	Total de ativos não correntes		937.776	1.020.390
Cilentes 27 151.642 286.183 Outros devedores 27 31.467 38.517 Cutros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Calxa e equivalentes a caixa 29 116.215 135.380 Outros attivos correntes 30 166.217 192.528 Attivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de attivos correntes 66.6970 794.729 Altivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de attivos correntes 25 34.897 34.897 Total de attivos correntes 25 34.897 34.897 Total DO ATIVO 7 1.599.433 1.850.016 Capital próprio: 23 290.90 4433 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 209 4433 Ajustamentos de corversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados translados 33 605.197 520.545 <t< td=""><td>Ativos correntes:</td><td></td><td></td><td></td></t<>	Ativos correntes:			
Outros devedores 27 31.467 38.517 Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Caixa e equivalentes a caixa 29 116.215 155.380 Outros ativos correntes 30 156.217 182.528 Ativos delidos para venda 25 34.897 784.729 Total de ativos correntes 661.867 829.628 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 23 210.000 210.000 Capital próprio: 23 2099 (443) Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 2099 (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (609.954) (444.577) Reseitado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 20 299.939 Interesses não controlados 34 2.8673 36.5824 Passivos não correntes: 20 597.106 692.004 Provisõ	Inventários	9 e 10	171.419	202.111
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 7 e 24 10 10 Caixa e equivalentes a caixa 29 116.215 135.380 Outros ativos correntes 30 156.217 125.258 Ativos detidos para venda 25 34.897 34.897 Tottal de ativos correntes 661.867 829.626 70 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 22 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443.57) Ajustamentos de corversão cambial 45 (608.954) (444.577) 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.992 299.993 Interessen a los controlados 34 2.8673 36.585 70.74 238.265 336.524 Passivos não correntes: 200.000 238.265 36.585 14.414 26.204 20.000 20.000 20.000 20.000 20.000 </td <td>Clientes</td> <td>27</td> <td>151.642</td> <td>236.183</td>	Clientes	27	151.642	236.183
Caixa e equivalentes a caixa 29 116.215 135.380 Outros ativos correntes 30 156.217 182.528 Ativos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos correntes 661.867 829.626 7 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 20 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.994) (444.577) 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 24.201 200.00 200.00 200.00 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.150 200.559 299.939 14.150 200.559 29	Outros devedores	27	31.467	38.517
Caixa e equivalentes a caixa 29 116.215 135.380 Outros ativos correntes 30 156.217 182.528 Ativos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos correntes 661.867 829.626 7 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 20 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.994) (444.577) 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 24.201 200.00 200.00 200.00 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.144 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.159 200.559 299.939 14.150 200.559 299.939 14.150 200.559 29		7 e 24	10	10
Outros ativos comentes 30 156.217 182.528 Ativos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos comentes 661.867 34.897 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443, Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital prório atribuível a acionistas 209.992 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.558 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 36.524 Passivos não correntes: 36 697.106 692.004 Provisões 36 697.106 692.004 Provisões 36 697.106 692.004 Passivos por impostos difierdos 36 697.106			116.215	135.380
Attivos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos correntes 661.867 829.626 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5	·			
Ativos detidos para venda 25 34.897 34.897 Total de ativos corentes 661.867 829.626 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: Capital 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443.577) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 36 41.328 45.053 Outr				
Total de ativos correntes 661.867 829.626 TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio:	Ativos detidos para venda	25		
TOTAL DO ATIVO 7 1.599.643 1.850.016 Capital próprio: Capital 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Resevas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PROPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 36 29.173 34.594 Provisões 36 41.66 111.672 Outros passivos não correntes 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Passivos correntes:		20		
Capital próprio: 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 32 210.000 (403) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes:	-	7		
Capital 32 210.000 210.000 Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) 520.545 Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribúviel a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 8 49.173 34.524 Provisões 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos primpostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 35 <		,	1.000.040	1.000.010
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos 23 (209) (443) Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes:		32	210 000	210.000
Ajustamentos de conversão cambial 45 (608.954) (444.577) Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.553 14.414 Lapital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes:	·			
Reservas e resultados transitados 33 605.197 520.545 Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes:			` '	` '
Resultado líquido consolidado 16 3.558 14.414 Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 8 20.004 Financiamentos obtidos 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 915.232 963.701 963.701 Passivos defidos para venda 95 77.285 119.899 <t< td=""><td>•</td><td></td><td>` '</td><td>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,</td></t<>	•		` '	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Capital próprio atribuível a acionistas 209.592 299.939 Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: ************************************				
Interesses não controlados 34 28.673 36.585 TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: Financiamentos obtidos 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Pornecedores 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Quertos passivos detidos	•	10		
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO 238.265 336.524 Passivos não correntes: 5 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Portos passivos correntes: 914.231 963.701 Portos posabilidades com locações 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 36 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros passivos correntes 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 423.586 526.230 Passivos det		24		
Passivos não correntes: Financiamentos obtidos 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes:		04		
Financiamentos obtidos 35 697.106 692.004 Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Passivos correntes: 5 77.285 119.899 Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Fornecedores 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492			230.203	330.324
Provisões 36 41.328 45.053 Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492		O.F.	607 106	600.004
Responsabilidades com locações 38 29.173 34.594 Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: 914.231 963.701 Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 423.586 526.230 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Passivos por impostos diferidos 26 84.166 111.672 Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes:				
Outros credores 37 5.367 376 Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: **** ***** ****** Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Outros passivos não correntes 39 57.091 80.002 Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes:				
Total de passivos não correntes 914.231 963.701 Passivos correntes: Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 423.586 526.230 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Passivos correntes: Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492	·	39		
Financiamentos obtidos 35 77.285 119.899 Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492	·		914.231	963.701
Responsabilidades com locações 38 6.157 6.919 Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Fornecedores 37 106.197 148.122 Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Outros credores 37 15.970 26.920 Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Outros passivos correntes 39 217.977 224.370 423.586 526.230 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				
Passivos detidos para venda 423.586 526.230 Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				26.920
Passivos detidos para venda 25 23.561 23.561 Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492	Outros passivos correntes	39		224.370
Total de passivos correntes 447.147 549.791 TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492				526.230
TOTAL DO PASSIVO 7 1.361.378 1.513.492	Passivos detidos para venda	25		
	Total de passivos correntes		447.147	549.791
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO 1.850.016		7		1.513.492
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.599.643	1.850.016

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Name Pendimentos operacionals:		Notas	2020	2019 "reexpresso"
Outros rendimentos operacionais 8 114.200 164.643 Total de rendimentos operacionais 8 722.566 1.042.140 Castos operacionais: 9 (182.454) (210.866) Variação da produção 10 1.287 1.680 Castos corno pessoal 11 (206.169) (38.332) Castos corno pessoal 12 (16.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1.221 (1.586) (Perdas) / reversões de imparidades de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 9 e 10 7.014 (10.582) (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.582) (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.582) (Postas peracionais 7 e 3 (2.979) (286 Outros gastos operacionais 7 e 14 (91.020)	Rendimentos operacionais:			
Total de rendimentos operacionais 8 722.566 1.042.140 Gastos operacionais:	Vendas e prestações de serviços	7 e 8	608.366	877.497
Gastos operacionais: Custo das vendas 9 (182.454) (210.866) Variação da produção 10 1.287 1.690 Formecimentos e serviços externos 11 (206.169) (338.332) Gastos com o pessoal 12 (167.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 (46.312) (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.382) Provisões (aumentos /reduções) 7 e 36 (29.79) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (66.807) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 1.66 3.08 Resultados relativos a atividades de investimento:	Outros rendimentos operacionais	8	114.200	164.643
Custo das vendas 9 (182.454) (210.866) Variação da produção 10 1.287 1.680 Cornecimentos e serviços externos 11 (206.169) (338.332) Gastos on o pessoal 12 (167.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1.221 (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 91.026 (118.692) Resultados relativos a atividades de investimento: 8 7 e 14	Total de rendimentos operacionais	8	722.566	1.042.140
Variação da produção 10 1.287 1.690 Fornecimentos e serviços externos 11 (206.169) (338.332) Gastos or on pessoal 12 (167.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1.221 (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros <td>Gastos operacionais:</td> <td></td> <td></td> <td></td>	Gastos operacionais:			
Promecimentos e serviços externos 11 (206.169) (338.332) Gastos com o pessoal 12 (167.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) (1.924) (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 (7.014) (10.362) (2.979) (2.866) (2.979) (2.86	Custo das vendas	9	(182.454)	(210.866)
Gastos com o pessoal 12 (167.115) (239.174) (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1.221 (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 6.129 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Resultados relativos a associadas e investimento: 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros	Variação da produção	10	1.287	1.690
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização 7, 19, 20 e 22 (46.312) (57.713) (Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1,221 (1,586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1,924 (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 e 14 1.563<	Fornecimentos e serviços externos	11	(206.169)	(338.332)
(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill 7, 19, 20 e 22 1.221 (1.586) (Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Resultados operacionais 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 e 14 1.563 309 Resultado	Gastos com o pessoal	12	(167.115)	(239.174)
(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber 27 (8.128) 1.924 (Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Resultados operacionais 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado	(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7, 19, 20 e 22	(46.312)	(57.713)
(Perdas) / reversões de imparidade de inventários 9 e 10 7.014 (10.362) Provisões (aumentos/reduções) 7 e 36 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros 7 e 14 1.563 309 Resultados fin	(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill	7, 19, 20 e 22	1.221	(1.586)
Provisões (aumentos/reduções) 7 e 96 (2.979) (286) Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais 7 52.424 130.450 Resultados operacionais 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 8 8 1.407 1.407 1.407 1.563 3.09 Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 1.563 3.09 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido atribuível a: 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 2.951 16.670 Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 2 2.951	(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber	27	(8.128)	1.924
Outros gastos operacionais 13 (66.507) (56.985) Total de gastos operacionais (670.142) (911.690) Resultados operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 2 2.951 16.670 Resultado por ação: 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 2 16 0,01 0,03	(Perdas) / reversões de imparidade de inventários	9 e 10	7.014	(10.362)
Total de gastos operacionais (670.142) (911.690) Resultados operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 2 2.951 16.670 Resultado por ação: 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 2 607) 2.256 Resultado (euros) 16 0,01 0,03	Provisões (aumentos/reduções)	7 e 36	(2.979)	(286)
Resultados operacionais 7 52.424 130.450 Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 8 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a:	Outros gastos operacionais	13	(66.507)	(56.985)
Gastos e perdas financeiros 7 e 14 (91.026) (118.692) Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 8 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 2 5 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Total de gastos operacionais		(670.142)	(911.690)
Rendimentos e ganhos financeiros 7 e 14 49.647 30.488 Resultados relativos a atividades de investimento: 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Resultados operacionais	7	52.424	130.450
Resultados relativos a atividades de investimento: Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: 2 2 Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8 4 607) 2.256 Resultado por ação: 8 6 0,01 0,03	Gastos e perdas financeiros	7 e 14	(91.026)	(118.692)
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos 7 e 14 576 1.407 Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Rendimentos e ganhos financeiros	7 e 14	49.647	30.488
Outros 7 e 14 1.563 309 Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados financeiros (39.240) (86.488) Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 14	576	1.407
Resultados antes de impostos 7 13.184 43.962 Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8 16 0,01 0,03	Outros	7 e 14	1.563	309
Imposto sobre o rendimento 15 (10.233) (27.292) Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	Resultados financeiros		(39.240)	(86.488)
Resultado líquido consolidado do período 2.951 16.670 Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	Resultados antes de impostos	7	13.184	43.962
Resultado líquido atribuível a: Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: 8ásico (euros) 16 0,01 0,03	Imposto sobre o rendimento	15	(10.233)	(27.292)
Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	Resultado líquido consolidado do período		2.951	16.670
Detentores de capital 16 3.558 14.414 Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	Resultado líguido atribuível a:			
Interesses não controlados 34 (607) 2.256 Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	·	16	3.558	14.414
Resultado por ação: Básico (euros) 16 0,01 0,03	•			2.256
Básico (euros) 16 0,01 0,03			(***)	
	·	16	0,01	0,03
		16		0,03

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DOS OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	Notas	2020	2019
Resultado líquido consolidado do período		2.951	16.670
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Outras variações de capital		19.261	(9.750)
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de impostos	24	(532)	(127)
Excedente de Revalorização, liquido de impostos	20	55.814	76.234
		74.543	66.357
Rendimentos e gastos que poderão ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	45	(175.987)	(150.093)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	234	230
		(175.753)	(149.863)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(101.210)	(83.506)
Rendimento integral do período		(98.259)	(66.836)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		(90.347)	(67.685)
Interesses não controlados		(7.912)	849

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do período findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓ-PRIO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

						Pagan	as e resultados t	ranaitadaa					
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justo valor - investimentos financeiros	Reserva de revalorização de imóveis	Resultados transitados	Resultado líquido conso- lidado	Total do ca- pital próprio atribuível a acionistas	Interesses não contro- lados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	32	210.000	(673)	(303.790)	42.000	253.326	598	162.085	(7.049)	11.127	367.624	35.736	403.360
Rendimento integral do período:													
Resultado líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	14.414	14.414	2.256	16.670
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	45	-	-	(140.787)	-	-	-	-	-	-	(140.787)	(9.306)	(150.093)
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	24	-	-	-	-	-	(127)	-	-	-	(127)	-	(127)
Excedente de revalorização, líquido de impostos	20	-	-	-	-	-	-	73.675	-	-	73.675	2.559	76.234
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	230	-	-	-	-	-	-	-	230	-	230
Aquisição de interesses não controlados	34	-	-	-	-	-	-	-	(1.641)	-	(1.641)	1.641	-
Outros		-	-	-	-	-	-	(5.963)	(7.486)	-	(13.449)	3.699	(9.750)
Operações com detentores de capital no período:													
Aplicação do resultado consolidado de 2018:													
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	-	4.672	-	-	6.455	(11.127)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		210.000	(443)	(444.577)	42.000	257.998	471	229.797	(9.721)	14.414	299.939	36.585	336.524

						Reserv	as e resultados tr	ansitados					
	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justo valor - investimentos financeiros	Reserva de revalorização de imóveis	Resultados transitados	Resultado líquido conso- lidado	Total do ca- pital próprio atribuível a acionistas	Interesses não contro- lados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	32	210.000	(443)	(444.577)	42.000	257.998	471	229.797	(9.721)	14.414	299.939	36.585	336.524
Rendimento integral do período:													
Resultado líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	-	-	-	3.558	3.558	(607)	2.951
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	45	-	-	(164.377)	-	-	-	-	-	-	(164.377)	(11.610)	(175.987)
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	24	-	-	-	-	-	(532)	-	-	-	(532)	-	(532)
Excedente de revalorização, líquidos de impostos	20	-	-	-	-	-	-	53.776	-	-	53.776	2.038	55.814
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	234	-	-	-	-	-	-	-	234	-	234
Outros		-	-	-	-	-	-	(9.548)	26.542	-	16.994	2.267	19.261
Operações com detentores de capital no período:													
Aplicação do resultado consolidado de 2019:													
Transferência para outras reservas e resultados transitados		-	-	-	-	7.879	-	-	6.535	(14.414)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		210.000	(209)	(608.954)	42.000	265.877	(61)	274.025	23.356	3.558	209.592	28.673	238.265

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do período findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	Notas	2020	2019 "reexpresso"
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		712.372	868.704
Pagamentos a fornecedores		(429.995)	(533.399)
Pagamentos ao pessoal		(171.656)	(235.144)
Fluxo gerado pelas operações		110.721	100.161
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10.119)	(12.892)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(22.030)	(27.099)
Fluxos das atividades operacionais (1)		78.572	60.170
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	29	-	25.467
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		27.120	19.637
Ativos intangíveis		1.110	-
Juros e proveitos similares		6.043	7.291
Dividendos	29	2.202	626
		36.475	53.021
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	29	(13)	-
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(52.775)	(47.142)
Ativos intangíveis		(3.436)	(2.479)
		(56.224)	(49.621)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(19.749)	3.400
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	35	4.036.107	4.247.815
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	35	(4.074.828)	(4.285.187)
Responsabilidade com locações		(7.120)	(10.171)
Juros e custos similares		(11.645)	(25.924)
		(4.093.593)	(4.321.282)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(57.486)	(73.467)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.337	(9.897)
Efeito das diferenças de câmbio		(20.502)	(21.660)
Alteração de perímetro		-	(5.054)
Caixa e seus equivalentes no início do período	29	135.380	171.991
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	116.215	135.380

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 32), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita nas Notas 2.9 e 2.10.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2020. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo IFRS Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificados pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e para os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo adotou também o modelo de revalorização para determinadas de classes de ativos fixos tangíveis, conforme nota 20.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Reexpressão da Demonstração Consolidada dos Resultados do período findo em 31 de dezembro de 2019

Face à alteração da estrutura da demonstração consolidada dos resultados nomeadamente quanto às rubricas que a compõem, o Grupo procedeu à reexpressão desta demonstração relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2019 para garantir a adequada comparabilidade com o período corrente. Esta

reexpressão prende-se com a reclassificação entre rubricas de rendimentos operacionais e gastos operacionais para as novas rubricas individualizadas e apresentadas nesta demonstração e que são "(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber" e "(Perdas) / reversões de imparidade de inventários". Procedeu-se também à desagregação da rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*" em "Provisões (aumentos/reduções)" e "(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*".

As reexpressões efetuadas resumem-se a:

			2019
	2019	"Reexpressão"	"Reexpresso"
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	877.497	-	877.497
Outros rendimentos operacionais	171.511	(6.868)	164.643
Total de rendimentos operacionais	1.049.008	(6.868)	1.042.140
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	(210.866)	-	(210.866)
Variação da produção	1.690	-	1.690
Fornecimentos e serviços externos	(338.332)	-	(338.332)
Gastos com o pessoal	(239.174)	-	(239.174)
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	(57.713)	-	(57.713)
(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill	(1.586)	-	(1.586)
(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber	-	1.924	1.924
(Perdas) / reversões de imparidade de inventários	-	(10.362)	(10.362)
Provisões (aumentos/reduções)	(286)	-	(286)
Outros gastos operacionais	(72.291)	15.306	(56.985)
Total de gastos operacionais	(918.558)	6.868	(911.690)
Resultados operacionais	130.450	-	130.450
Gastos e perdas financeiros	(118.692)	-	(118.692)
Rendimentos e ganhos financeiros	30.488	-	30.488
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	1.407	-	1.407
Outros	309	-	309
Resultados financeiros	(86.488)	-	(86.488)
Resultados antes de impostos	43.962	-	43.962
Imposto sobre o rendimento	(27.292)	-	(27.292)
Resultado líquido consolidado do período	16.670	-	16.670
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	14.414	-	14.414
Interesses não controlados	2.256	-	2.256

Reexpressão da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019

O Grupo procedeu também à reexpressão da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período de 2019 de modo a garantir a comparabilidade entre períodos das rubricas "Recebimentos provenientes de financiamentos obtidos" e "Pagamentos respeitantes a financiamentos obtidos" das atividades de financiamento. Esta reexpressão prende-se com o reconhecimento, em separado, das emissões e dos reembolsos dos programas de papel comercial contratados pelo Grupo.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no período

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao período iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade	01/jan/20	As alterações consistem em (a) substituir o termo "puder influenciar" por "puder razoavelmente considerar que poderá influenciar"; (b) incluir o conceito de "ocultação" juntamente com os conceitos de "omissão" e "distorção" de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os "utentes" referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS. A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que "A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de caráter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata."
Alteração à IFRS 3 - Definição de ne- gócio	01/jan/20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos "testes de concentração" para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 1	01/jan/20	Esta alteração proporciona certas isenções temporárias e restritas relacionadas com a contabilidade de cobertura no âmbito da IAS 39/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, sendo o seu efeito prático a não descontinuação da contabilidade de cobertura, nos casos em que a única alteração se referir à alteração da taxa de juro de referência. No entanto, qualquer ineficácia da relação de cobertura em vigor deve continuar a ser registada na demonstração dos resultados.
Alteração à IFRS 16 - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	01/jun/20	Esta alteração à IFRS 16 introduz um expediente prático para os loca- tários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as boni- ficações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID -19, e exclusi- vamente estas bonificações, qualificam como modificações às locações. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a

de pagamento ocorre.

alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em períodos futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em períodos económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

	Data de eficácia	
Norma/Interpretação	(períodos iniciados em ou após)	Conteúdo

Alteração à IFRS 4 - Contratos de seguro

Diferimento da aplicação da IFRS 9

01/jan/21

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro.

Esta norma apesar de aprovada ("endorsed") pela União Europeia, não foi adotada em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endor-sed") pela União Europeia:

Data de eficácia Norma/Interpretação (períodos iniciados em ou após) Conteúdo

Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2

01/jan/21

Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de *benchmark* (*IBOR reform*), visando diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Alteração à IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento

01/jan/22

Com esta alteração a IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste aos ativos fixos tangíveis, ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A realização de testes ao funcionamento dos ativos fixos tangíveis antes da sua passagem a firme, podem implicar a produção de *outputs* para os quais existe um mercado, podendo ser comercializados. A contraprestação recebida pela venda dos *outputs* obtidos durante a fase de testes deve ser reconhecida em resultados do período, de acordo com os normativos aplicáveis.

Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos.

Alteração à IAS 37 - Contratos onerosos

01/jan/22

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado), nessa mesma data.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
Alteração à IFRS 3 - Estrutura conceptual	01/jan/22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. A alteração também introduz referências aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
IAS 1 (alteração) - Classificação de passivos como correntes ou não correntes	01/jan/23	Clarificação sobre a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final da cada período de relato (a norma deixa de fazer referência a direitos incondicionais, uma vez que os empréstimos raramente são incondicionais ao cumprimento de condições específicas). É efetuada uma clarificação adicional relativamente ao significado de 'liquidação' de um passivo, que passa a ser definida como a extinção de um passivo através da transferência: a) de caixa ou outros recursos económicos, ou b) de instrumentos de capital próprio da própria entidade. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.
IFRS 17 - Contratos de seguro	01/jan/23	Esta norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2020.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 - Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto Goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do Goodwill

O Goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o Goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade

espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada período económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método dos *inputs*, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Revalorização dos ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. No entanto, para uma classe homogénea de ativos, pode ser adotado o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3 - Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas fo-

ram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do período em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária.

O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *Goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do período ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *Goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação

de imparidade.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *Goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O Goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 18 e 23). Relativamente ao Goodwill de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são

capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

No entanto, para uma classe homogénea de ativos, o Grupo adotou em 31 de dezembro de 2018 o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

As revalorizações serão efetuadas de 2 em 2 anos, ou sempre que existam indícios de alteração de valor dos ativos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta "Excedente de revalorização". Porém, o aumento é reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída em resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Porém, a diminuição é reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio, na conta de "Excedente de revalorização".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor realizável líquido e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", conforme aplicável

2.6 - Responsabilidades com Locações

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo o ativo sob direito de uso, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do direito de uso são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do período a que respeitam.

São excluídos deste procedimento as locações de baixo valor, que são aqueles cujo montante total do contrato seja inferior a 5.000 euros, as quais são registadas em resultados de acordo com o período a que respeitam.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indí-

cios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido dos custos de alienação e do valor de uso. O justo valor líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*" do período em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de proprieda-

des de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 45).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Para a moeda do Bolivar Venezuelano o câmbio utilizado para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados foi a taxa de câmbio final, por se tratar de uma economia hiperinflacionária, conforme explicado na nota 2.10.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *Goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 45)

2.10 - Empresas em economias hiperinflacionárias

Segundo a IAS 29 – "Relato financeiro em economias hiperinflacionárias", as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato.

A norma menciona que a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem nomeadamente as seguintes:

- a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima--se ou excede os 100%.

Após uma análise do Grupo, considerou-se que a economia da Venezuela continua a cumprir estes parâmetros no período 2020 pelo que se continua a aplicar a IAS 29 desde 1 de janeiro de 2018, reexpressando as demonstrações financeiras conforme descrito abaixo:

Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade corrente no fim do período de relato. Os itens monetários representam dinheiro detido e elementos a receber ou a pagar em dinheiro;
- Os ativos e passivos que por acordo estavam vinculados a alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em saldo no fim do período de relato;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes no final do período de relato, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, pelo que não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;
- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se escriturada pelo custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Por conseguinte, encontravam-se expressos por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação de um índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de relato. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os inventários e o *Goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários é reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação;
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira;
- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram constituídos. Por último, os resultados transitados reexpres-

sos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressa.

Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os gastos e os rendimentos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a depreciação dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo e os rendimentos e outros gastos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram incorridos;
- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e consequentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e consequentemente gera um ganho, até ao ponto em que os ativos e passivos não estejam indexados a um nível de precos.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do período.

2.11 - Gastos de financiamento

Os gastos com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por financiamentos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

2.12 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.13 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico, na rubrica "(Perdas) / reversões de imparidade de inventários".

2.14 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.15 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.16 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos gastos e rendimentos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os gastos com reestruturações e os gastos e rendimentos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os gastos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.17 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida e as contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe

evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "(Perdas) / reversões de imparidade de contas a receber". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se como se segue:

Investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes investimentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "resultados transitados".

Os dividendos associados são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento".

Investimentos financeiros ao justo valor através da demonstracão de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses financiamentos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

2.18 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como gasto na data em que são realizadas.

2.19 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.20 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.21 - Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

Construção:

O negócio de construção incorpora uma obrigação de desempenho única relativa à realização de determinada obra nos termos definidos do respetivo caderno de encargos e da orientação e solicitações realizadas pelos clientes ao longo do seu período de realização. O Grupo considera que a referida obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período de execução da obra, uma vez que em situações de construção por encomenda, o ativo não tem um uso alternativo e o Grupo tem o direito de receber uma compensação pelos trabalhos executados até à data de reporte. Desta forma, o timing de reconhecimento da obrigação de desempenho ocorre durante aquele período, apurado através do método dos inputs (método do grau de acabamento), em função dos gastos incorridos com a mesma e da margem real estimada para cada projeto. Não sendo política conceder garantias de obra superiores às definidas por lei, o Grupo não identificou qualquer obrigação de desempenho adicional relacionada com extensões de garantia.

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, são tidas em consideração todas as componentes variáveis associadas ao mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, trabalhos adicionais, pedidos de recuperação de custos incorridos entre outros.

O rédito proveniente destas componentes variáveis apenas é reconhecido quando seja fiavelmente mensurável e a sua realização altamente provável, mitigando uma potencial reversão significativa do mesmo, caso este não venha a ocorrer no futuro.

De salientar ainda que o rédito proveniente destas componentes variáveis é entendido pelo Grupo como uma obrigação única de desempenho, ou seja, indissociável do objetivo previsto no contrato de construção inicialmente celebrado.

Sempre que existe um desfasamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, é efetuada uma avaliação quanto à potencial existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como rendimento ao longo do período estimado do financia-

mento.

Adicionalmente, é avaliada também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como gasto ao longo do período estimado do financiamento.

Caso a situação do parágrafo anterior não se verifique ao nível dos adiantamentos recebidos de clientes, estes são tratados como obrigações únicas de desempenho diretamente associadas aos contratos de construção que respeitam, sendo assim tratados como passivos associados a contratos com clientes. À data de 31-12-2020, dada a representatividade dos adiantamentos de clientes bem como o facto de estes serem consumidos proporcionalmente à faturação ao cliente, a gestão considera que não existem adiantamentos de clientes que se enquadrem no conceito de componente significativa de financiamento.

Imobiliária:

Relativamente à venda de ativos imobiliários, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e a correspondente transferência de controlo ocorrem, o que se considera ocorrer no momento da escritura pública de compra e de venda, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Em particular, no que respeita a projetos desenvolvidos pelo Grupo de construção e venda de imóveis, onde exista um compromisso do Grupo em vender ativos com determinadas características, o Grupo entende que, apesar do desenvolvimento do ativo e suas características se encontrarem previstas no contrato promessa celebrado, o Grupo detém a capacidade de controlar o processo, não tendo o cliente capacidade de determinar alterações ou considerações sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito ocorre num momento do tempo, após a referida escritura pública de compra e de venda.

Relativamente ao arrendamento de ativos imobiliários detidos pelo Grupo, a obrigação de desempenho da Teixeira Duarte consiste na atribuição do direito de uso, por arrendamento, do imóvel/loja especificamente referido em cada contrato celebrado. O Grupo considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de arrendamento, uma vez que o cliente recebe e usufrui simultaneamente dos benefícios decorrentes do desempenho e execução da Teixeira Duarte na atribuição do direito de uso durante esse período.

Hotelaria:

No que respeita aos serviços de hotelaria, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da prestação do serviço, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o serviço é prestado. Desta forma, considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de duração da estadia em hotel, uma vez que o cliente usufrui dos benefícios associados durante esse período. Quando sejam estabelecidas outras obrigações de desempenho, em particular pela requisição de outros serviços (Food & Beverage, SPA, ou outros disponibilizados pelo Grupo), os mesmos são reconhecidos num momento do tempo, quando o cliente obtém os benefícios a ele associados.

Distribuição:

Relativamente aos serviços de distribuição, o Grupo considera que a obrigação de desempenho por si assumida com os clientes consiste na venda/entrega de bens em mercado grossista ou retalhista na rede de distribuição (supermercados) detida pelo Grupo Teixeira Duarte. O cumprimento da referida obrigação ocorre quando a entrega do bem adquirido pelo cliente ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito é efetuado nesse momento do tempo.

Automóvel:

Relativamente à venda de automóveis, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e correspondente transferência de controlo ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. O Grupo considera não existirem outras obrigações de desempenho ou compromissos estabelecidos com os clientes no âmbito dos respetivos contratos estabelecidos.

Outros serviços:

Relativamente a outras linhas de receita, em particular serviços prestados a clientes, de carácter continuado ou pontual, entende-se existirem obrigações de desempenho separadas quando tais acordos prevejam diversos ativos a entregar ou serviços a prestar dos quais o cliente possa beneficiar separadamente e se encontrem diferenciados nos termos contratados entre as partes. O Grupo entende que o reconhecimento do rédito atribuído a cada obrigação de desempenho identificada nos contratos, ocorre no momento da transferência do respetivo controlo, em particular ao longo do tempo ou num momento do tempo, em função das suas características, dependente se o cliente bene-

ficia da sua execução ao longo desse mesmo período ou a partir de determinada data.

2.22 - Especialização dos períodos

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.23 - Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.24 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo nos últimos sete anos (seis anos para 2019), ajustada por fatores específicos atribuíveis aos clientes bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro nomeadamente no que diz respeito à avaliação do risco de incobrabilidade resultante da pandemia COVID-19. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupadas tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (geografia, unidade de negócio, tipologia de devedor – público ou privado, e outros) e intervalos de vencimento.

2.25 - Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for rea-

lizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.26 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.27 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 47).

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTI-MATIVAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLI-DAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	67,74%
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOMAFEL - Viadutos do Campo Grande, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,90%
	Edillolo 2, Edgodd Fark - Forto Galvo	32,3070
CONCESSÕES E SERVIÇOS		100.000/
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TDAP - Atividades Portuárias, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO TDF	Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3 - Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	93,75%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO	-	
TEDAL – Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL II – Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
	Edinolo 2, Edgodo Farix Forto Galvo	100,0070
AUTOMÓVEL		
SMOTORS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL III – Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV – Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
OUTRAS		
C + P.A Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
CONSTRUÇÃO		
GLOBAL NET DISTRIBUTORS (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND – Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OCC – Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO 8 (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OUTRAS		
INVESTIPART – Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Route Ben Aknoun, Rés de Chanssée El Biar - Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A Serviços de Engenharia	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 07, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin	100,00%
	São Paulo, CEP 04578-910	
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 04, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	67,74%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI FACILITIES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES LTDA.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 05 2.º andar	100,00%
	Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 19 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 11 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
TDSP – Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 23 Itaim Bibi - São Paulo	91,00%
TDSP - 19 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 20 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 22 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – 21 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 24 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
OUTRAS		
EMES - Participações, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 06, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201 Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, 2, Egkomi, 2413 Nicósia	100,00%
ESPANHA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7° Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Calle Caleruega 76, piso 1.°, Oficina 1 28033 Madrid	100,00%
TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L.	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1 28033 Madrid	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road Union, NJ 07083	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 300, Dallas Texas 75244	100,00%
GABÃO		
CONSTRUÇÃO		
SOMAFEL GABON, SARL Unipersonnelle	Zone Industrielle Owendo Libreville, Gabon	67,74%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 4 - R/C Maputo	74,71%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
PERÚ		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ - Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anonima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773 Lima	100,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consorcio Boyacá – La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira Caracas	57,20%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 não se verificaram alterações face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2019 resultantes de aquisições ou alienações de entidades participadas.

Importa no entanto referir que, durante este período, o Grupo procedeu à dissolução e constituição das seguintes empresas:

<u>Dissoluções</u>

- Bonapapel Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda;
- TDGI Açores Unipessoal, Lda;
- Lagoasfut Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A..

Constituições

Construção:

- Somafel Gabon, Sarl Unipersonnelle;
- Teixeira Duarte Somafel Viadutos do Campo Grande, A.C.E..

Imobiliária:

- Teixeira Duarte Real Estate, S.A.;
- TDSP 19 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.;
- TDSP 20 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.;
- TDSP 21 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda..

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram as seguintes:

		Câmbio de fecho			Câmbio médio	
Divisa	2020	2019	Var	2020	2019	Var
Bolivar Venezuelano	1.225.801,9000	58.228,6642	2005,2%	1.225.801,9000	58.228,6642	2005,2%
Dinar Argelino	161,4373	133,4442	21,0%	144,6605	133,5831	8,3%
Dinar Koweitiano	0,3727	0,3402	9,5%	0,3506	0,3402	3,1%
Dinar Tunisino	3,3054	3,1329	5,5%	3,2001	3,2834	(2,5%)
Dirham Marroquino	10,9233	10,7442	1,7%	10,8314	10,7926	0,4%
Dólar Americano	1,2271	1,1234	9,2%	1,1452	1,1214	2,1%
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Franco CFA BEAC	655,9570	n/a	-	655,9570	n/a	-
Kwanza Angolano	797,1291	536,2617	48,6%	655,8875	410,1322	59,9%
Metical Moçambicano	91,0500	68,7000	32,5%	78,9292	69,4985	13,6%
Novo Sol Peruano	4,4409	3,7196	19,4%	4,0059	3,7458	6,9%
Pataca Macaense	9,7996	9,0097	8,8%	9,1516	9,0480	1,1%
Peso Colombiano	4.189,9300	3.690,6300	13,5%	4.216,3938	3.690,8039	14,2%
Rand Africa do Sul	18,0219	15,7773	14,2%	18,6726	16,1924	15,3%
Real Brasileiro	6,3735	4,5157	41,1%	5,8847	4,4195	33,2%

7 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços						Resultados opera-		
		2020			2019			cionais	
Segmento	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total	2020	2019	
Construção (Nota 31)	337.766	40.402	378.168	532.934	24.472	557.406	5.394	59.735	
Concessões e serviços	102.171	5.701	107.872	130.115	9.198	139.313	9.397	(602)	
Imobiliária	52.085	6.382	58.467	19.973	11.340	31.313	38.592	56.842	
Hotelaria	30.423	522	30.945	40.204	1.082	41.286	4.872	6.773	
Distribuição	70.976	820	71.796	123.779	880	124.659	1.555	6.741	
Automóvel	14.945	743	15.688	30.492	2.024	32.516	(4.103)	4.814	
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(3.321)	(3.843)	
Eliminações	-	(54.570)	(54.570)	-	(48.996)	(48.996)	38	(10)	
	608.366	-	608.366	877.497	-	877.497	52.424	130.450	
Gastos e perdas financeiros (Nota 14)							(91.026)	(118.692)	
Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 14)							49.647	30.488	
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 14)							2.139	1.716	
Resultados antes de impostos							13.184	43.962	

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Outras informações:

	Dispêr de capi		(Gastos) / reversões de de- preciação e de amortização		(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depre- ciáveis / amortizáveis e <i>Goodwill</i>		Provisões (aumentos/reduções)	
Segmento	2020	2019	2020	2019 "reexpresso"	2020	2019 "reexpresso"	2020	2019 "reexpresso"
Construção	18.238	31.028	(21.959)	(27.927)	(114)	-	(3.140)	(4.043)
Concessões e serviços	211	1.939	(3.129)	(5.189)	407	(2.812)	270	78
Imobiliária	36.627	21.640	(2.453)	(3.292)	-	-	(258)	3.778
Hotelaria	791	1.601	(7.779)	(8.658)	-	-	33	(61)
Distribuição	271	1.532	(5.319)	(6.911)	928	1.226	80	(6)
Automóvel	108	135	(5.395)	(5.529)	-	-	36	(32)
Não afetos a segmentos	-	43	(278)	(207)	-	-	-	-
	56.246	57.918	(46.312)	(57.713)	1.221	(1.586)	(2.979)	(286)

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são como segue:

	Ativos									
		2020 2019			Passiv	Passivos				
Segmento	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento inte- gral (Nota 24)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimen- tos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento inte- gral (Nota 24)	Outros ativos	Total	2020	2019
Construção	2.546	574	1.761.866	1.764.986	2.888	12.836	1.794.661	1.810.385	916.499	988.016
Concessões e serviços	2.623	132	102.288	105.043	2.338	100	111.932	114.370	44.015	47.349
Imobiliária	3.695	642	1.179.747	1.184.084	3.378	1.161	1.141.463	1.146.002	516.055	475.343
Hotelaria	-	22	232.443	232.465	-	17	243.138	243.155	69.982	79.096
Distribuição	-	15	165.336	165.351	-	13	205.431	205.444	67.458	109.739
Automóvel	-	7	175.754	175.761	-	9	217.800	217.809	54.869	94.904
Não afetos a segmentos	9.999	10.256	793.791	814.046	13.631	1.740	916.327	931.698	808.705	795.908
Eliminações	-	-	(2.842.093)	(2.842.093)	-	-	(2.818.847)	(2.818.847)	(1.116.205)	(1.076.863)
	18.863	11.648	1.569.132	1.599.643	22.235	15.876	1.811.905	1.850.016	1.361.378	1.513.492

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Venda prestações d		Ativos não não mor	
Segmento geográfico	2020	2019	2020	2019
Portugal	188.025	236.116	295.118	251.642
Angola	134.875	228.533	381.344	462.074
Argélia	71.113	107.367	4.967	14.926
Brasil	125.269	173.059	18.642	26.311
Espanha	29.499	43.596	6.050	12.209
Moçambique	15.648	30.650	25.389	32.871
Venezuela	13.074	16.568	1.144	109
Outros	30.863	41.608	2.811	2.196
	608.366	877.497	735.465	802.338

Os ativos não correntes não monetários incluem as rubricas de *Goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, direito de uso e propriedades de investimento.

8 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os rendimentos operacionais foram como segue:

	2020	2019 "reexpresso
Vendas e prestação de serviços	608.366	877.497
Outros rendimentos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	68.826	65.852
Diferenças de câmbio	18.130	55.378
Alienação de ativos a)	7.164	25.376
Rendimentos suplementares	6.157	11.880
Trabalhos para a própria empresa b)	1.877	2.654
Restituição de impostos	1.587	600
Indemnizações	1.134	420
Sinistros	441	-
Correções relativas a períodos anteriores	353	28
Outros rendimentos operacionais c)	8.531	2.455
	114.200	164.643
	722.566	1.042.140

a) No período findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluidos ganhos obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 7.162 milhares de euros (3.093 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2019) (Nota 20).

No período findo em 31 de dezembro de 2020 foi dissolvida a empresa "Lagoasfut – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A." tendo sido registado um ganho de 2 milhares de euros. No período findo em 31 dezembro de 2019 o Grupo alineou 50% da participada "TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A., tendo registado uma mais-valia de 22.196 milhares de euros e alienou ainda a participada "MMK Cement, Limited Liability Company", tendo registado uma mais-valia de 87 milhares de euros;

- b) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a beneficiação de equipamentos;
- c) Nesta rubrica incluem-se, no período findo em 31 de dezembro de 2020, 2.760 milhares de euros de rendimentos obtidos pelo cumprimento de requisitos contratuais (earn out) celebrados aquando da alienação da participada "Lagoas Park, S.A.".

As diferenças de câmbio líquidas registadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

9 - CUSTO DAS VENDAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.274	59.095	70.369
Ajustamentos de conversão cambial	(1.616)	(14.173)	(15.789)
Alteração de perímetro	(21)	(13.881)	(13.902)
Regularizações	(2)	(420)	(422)
Compras	87.733	141.493	229.226
Custo do período	(84.042)	(126.824)	(210.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.326	45.290	58.616
Ajustamentos de conversão cambial	(3.487)	(17.458)	(20.945)
Compras	83.042	106.197	189.239
Custo do período	(81.336)	(101.118)	(182.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.545	32.911	44.456
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	986	3.572	4.558
Ajustamentos de conversão cambial	(12)	(1.309)	(1.321)
Reforços	122	538	660
Reduções	-	(117)	(117)
Regularizações	(90)	104	14
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.006	2.788	3.794
Ajustamentos de conversão cambial	(110)	(928)	(1.038)
Reforços	83	429	512
Reduções	(13)	(105)	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	966	2.184	3.150
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	12.320	42.502	54.822
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	10.579	30.727	41.306

10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como se segue:

	Produtos e tra- balhos em curso	Produtos acabados e inter- médios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	124.364	3.849	128.213
Ajustamentos de conversão cambial	(703)	-	(703)
Alteração de perímetro	-	(67)	(67)
Regularizações	29.216	(33)	29.183
Variação da produção	2.562	(872)	1.690
Saldo em 31 de dezembro de 2019	155.439	2.877	158.316
Ajustamentos de conversão cambial	(10.536)	-	(10.536)
Regularizações	(15.316)	(125)	(15.441)
Variação da produção	1.368	(81)	1.287
Saldo em 31 de dezembro de 2020	130.955	2.671	133.626
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.380	-	1.380
Ajustamentos de conversão cambial	(75)	-	(75)
Reforços	10.000	-	10.000
Reduções	(181)	-	(181)
Transferências	(96)	-	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.028	-	11.028
Ajustamentos de conversão cambial	(106)	-	(106)
Reforços	2.396	196	2.592
Reduções	(10.000)	-	(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.318	196	3.514
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	144.412	2.877	147.289
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	127.638	2.475	130.113

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	10.579	12.320
Mercadorias	30.727	42.502
Produtos e trabalhos em curso	127.638	144.412
Produtos acabados e intermédios	2.475	2.877
Total	171.419	202.111

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2020	2019
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	44.173	39.073
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	16.534	13.925
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	16.301	13.536
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	11.923	10.186
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.971	7.820
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.415	2.831
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	5.545	5.995
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.417	3.217
TDRE LEE Park, LLC	4.189	4.570
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.138	6.150
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.026	2.989
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.433	1.433
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.362	1.575
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	967	6.429
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	581	820
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	368	-
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	17.762
TDRE Hood, LLC	-	5.263
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	302
Outros	295	536
	127.638	144.412

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

Geografia	2020	2019
Portugal	Hipoteca 10 Lotes Empreendi- mento Santa Marinha Design District	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District
Portugal	Hipoteca 9 Lotes Mafamude	Hipoteca 9 Lotes Mafamude
Portugal	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina
Portugal	Hipoteca Vale Figueira	Hipoteca Vale Figueira
Portugal	Hipoteca Empreendimento Le- zíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Brasil	Empreendimento Imobiliá- rio Condomínio Verissimo Mooca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autónomas)	Empreendimento Imobiliário Condomínio Verissimo Moo- ca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autónomas)
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autónomas)	Empreendimento Imobi- liário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autónomas)
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Paulis- ta - São Paulo / Brasil (96 Unidades Autónomas)	1
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Kla- bin - São Paulo / Brasil (60 Unidades Autónomas)	
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinhei- ros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autónomas)

11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Subcontratos	78.059	162.088
Trabalhos especializados	20.875	26.362
Rendas e alugueres	16.935	27.294
Conservação e reparação	14.496	20.893
Transporte de mercadorias	5.579	5.475
Combustíveis	4.925	12.626
Deslocações e estadas	3.627	5.603
Eletricidade	3.156	3.884
Honorários	2.606	5.526
Vigilância e segurança	2.219	3.229
Publicidade	1.548	2.391
Transporte de pessoal	1.363	2.588
Outros	50.781	60.373
	206.169	338.332

12 - GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de colaboradores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2020	2019
Construção	4.792	6.198
Concessões e serviços	1.698	2.067
Imobiliária	204	222
Hotelaria	1.013	1.049
Distribuição	1.233	1.372
Automóvel	328	387
Não afetos a segmentos	9	98
	9.277	11.393

A rubrica de "gastos com o pessoal", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, tem a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações normais	85.980	117.952
Outras remunerações	40.306	58.804
Encargos com remunerações	23.893	35.943
Seguros	1.348	1.767
Outros gastos com o pessoal	15.588	24.708
	167.115	239.174

13 - OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os outros gastos operacionais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram como se segue:

	2020	2019 "reexpresso"
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	35.851	27.324
Impostos	8.773	16.897
Perdas incorridas na alienação de ativos a)	5.243	1.782
Correções relativas a períodos anteriores	511	905
Perdas em inventários	110	249
Dívidas incobráveis	101	632
Outros gastos operacionais b)	15.918	9.196
	66.507	56.985

- a) As perdas indicadas incluem perdas com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 5.243 milhares de euros (1.746 milhares de euros em 2019) (Nota 20).
 Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi dissolvida a empresa TDD Distribuição Brasil, Ltda. tendo sido registada uma perda de 36 milhares de euros;
- b) Na rubrica "Outros gastos operacionais" incluem-se, no período findo em 31 de dezembro de 2020, 5.150 milhares de euros referentes a responsabilidades que o Grupo tem para com uma entidade terceira no âmbito do Contrato de Associação celebrado entre as partes, que tem por objeto a participação nos lucros de um empreendimento imobiliário.

14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram os seguintes:

	2020	2019
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(23.198)	(24.822)
Diferenças de câmbio desfavoráveis a)	(50.181)	(68.936)
Posição monetária líquida b)	(1)	-
Outros gastos e perdas financeiros	(17.646)	(24.934)
	(91.026)	(118.692)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	3.247	3.655
Diferenças de câmbio favoráveis a)	44.575	21.979
Posição monetária líquida b)	-	92
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.825	4.762
	49.647	30.488
Resultados relativos a atividades de inves-		
timento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	576	1.407
Dividendos c)	1.795	626
Outros investimentos d)	(232)	(310)
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda	-	(7)
	2.139	1.716
Resultados financeiros	(39.240)	(86.488)

- a) As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais de saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro;
- b) O valor apresentado corresponde ao ganho/perda originado na aplicação da IAS 29 às empresas da Venezuela;
- c) Os valores apresentados em 2020 e de 2019 correspondem a dividendos recebidos de "Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral";
- d) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados ganhos e perdas de "Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" bem como perdas por imparidade nestes ativos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis.

15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RE-TGS, são tributadas individualmente com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A "TD, SA" e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

Nos termos do Código do IRC os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2018 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *aposteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

A Lei do Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio alterar as regras de reporte e dedução de prejuízos fiscais acima elencadas, nos seguintes termos:

- Os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 são reportáveis durante 10 (dez) anos;
- A contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais, aplicável aos ainda vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante esse período de tributação e no seguinte; e
- O limite à dedução de prejuízos fiscais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 é elevado a 80% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os seis anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2020.

A rubrica relativa a "Imposto sobre o Rendimento" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento (Nota 26).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se respeitarem a diferenças temporárias contabilizadas em capital próprio, caso em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são como se segue:

	2020	2019
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(8.247)	(6.993)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(12.462)	(17.608)
Imposto corrente	(20.709)	(24.601)
Imposto diferido (Nota 26):	10.476	(2.691)
	(10.233)	(27.292)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (18.682) milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2020 ((32.615) milhares de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	20	20	20	19
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		13.184		43.962
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(21,0%)	(2.769)	(21,0%)	(9.232)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(101,8%)	(13.425)	(36,1%)	(15.851)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	0,9%	121	0,7%	295
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	22,3%	2.942	24,2%	10.632
Diferença entre mais e menos- -valias fiscais e contabilísticas	1,5%	193	9,5%	4.186
Gastos não aceites fiscal- mente	(30,3%)	(3.999)	(8,2%)	(3.598)
Tributação autónoma	(3,4%)	(454)	(0,6%)	(270)
Derrama	(2,5%)	(333)	(2,8%)	(1.225)
Diferenças nas estimativas	(28,3%)	(3.728)	(3,8%)	(1.654)
Outras componentes do imposto	5,6%	743	(17,9%)	(7.885)
Imposto diferido do ano	79,5%	10.476	(6,1%)	(2.691)
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(77,6%)	(10.233)	(62,1%)	(27.292)

16 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2020	2019
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	3.558	14.414
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,01	0,03

Pelo facto de nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 22 de junho de 2020 foi deliberado não proceder a qualquer distribuição de dividendos, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2019.

No período findo em 31 de dezembro de 2019 não foram distribuídos dividendos referentes ao período de 2018.

18 - GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido nos valores do *Goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2020	2019
Ativo bruto:		
Saldo inicial	27.469	27.526
Ajustamentos de conversão cambial	(11)	(57)
Saldo final	27.458	27.469
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	12.203	12.214

Os valores do *Goodwill* em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respeitam às seguintes entidades:

	Segmento		
Participada	operacional	2020	2019
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
Auto Competição Angola (SU), Lda.	Automóvel	96	107
		12.203	12.214

Os *Goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *Goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada uni-

dade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *Goodwill* são os seguintes:

	2020		
Participada	Valor conta- bilístico do <i>Goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de cres- cimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portugue- sa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	5,3%	1,00%
Auto Competição Angola (SU), Lda.	96	15,8%	1,00%
	12.203		

	2019					
Participada	Valor conta- bilístico do <i>Goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de cres- cimento na perpetuidade			
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	5,6%	1,00%			
Auto Competição Angola (SU), Lda.	107	15,8%	1,00%			
	12.214					

19 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	75.942	77	2.741	347	79.107
Ajustamentos de conversão cambial	(9.351)	(13)	(40)	(119)	(9.523)
Adições	858	-	1.202	419	2.479
Transferências e abates	8.122	(6)	(566)	-	7.550
Alienações	(16)	-	-	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	75.555	58	3.337	647	79.597
Ajustamentos de conversão cambial	(4.049)	(4)	(734)	-	(4.787)
Adições	2.798	-	222	434	3.454
Transferências e abates	21	-	(21)	-	-
Alienações	(1.469)	-	-	-	(1.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.856	54	2.804	1.081	76.795
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.017	77	-	-	14.094
Ajustamentos de conversão cambial	(1.996)	(13)	-	-	(2.009)
Transferências e abates	1.445	(6)	-	-	1.439
Reforços	5.811	-	-	-	5.811
Alienações	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.272	58	-	-	19.330
Ajustamentos de conversão cambial	(1.578)	(4)	-	-	(1.582)
Reforços	3.297	-	-	-	3.297
Alienações	(359)	-	-	-	(359)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.632	54	-	-	20.686
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2019	56.283	-	3.337	647	60.267
Em 31 de dezembro de 2020	52.224	-	2.804	1.081	56.109

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Propriedade industrial" apresenta o montante de 45.376 milhares de euros referentes a direitos de superfície (49.233 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019).

20 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta	Total
Ativo bruto:				<u> </u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.157	828.208	348.539	73.198	41.227	30.535	11.183	8.972	112	1.369.131
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	-	91	16	-	-	-	(6)	-	101
Ajustamentos de conversão cambial	(3.066)	(242.929)	(25.641)	(9.398)	(611)	(4.938)	(1.586)	(2.371)	(38)	(290.578)
Alteração de perímetro	-	-	(406)	-	(1)	(47)	(1)	-	-	(455)
Adições	-	1.995	19.745	6.907	2.449	1.180	282	2.626	-	35.184
Transferências e abates	(1.049)	(5.197)	(13.306)	(3.419)	(489)	(578)	(504)	(5.816)	-	(30.358)
Alienações	(4.605)	(2.043)	(15.462)	(5.785)	(4.700)	(437)	(270)	-	=	(33.302)
Revalorização	=	217.892	-	-	-	-	-	-	=	217.892
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.437	797.926	313.560	61.519	37.875	25.715	9.104	3.405	74	1.267.615
Ajustamentos de conversão cambial	(2.349)	(219.592)	(25.659)	(10.059)	404	(4.352)	(1.349)	(839)	(8)	(263.803)
Adições	3	727	13.041	1.045	582	731	832	869	-	17.830
Transferências e abates	(3.061)	(3.399)	(3.310)	(1.224)	(507)	(2.974)	(2.703)	(888)	(15)	(18.081)
Alienações	(54)	(3.611)	(21.965)	(14.292)	(2.413)	(2.980)	(2.292)	-	-	(47.607)
Revalorização	=	180.628	-	-	=	-	-	-	=	180.628
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.976	752.679	275.667	36.989	35.941	16.140	3.592	2.547	51	1.136.582
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164	389.169	298.546	60.021	35.118	27.183	6.298	-	-	816.499
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	=	-	9	2	=	-	=	-	-	11
Efeito de conversão cambial	-	(113.019)	(20.560)	(7.201)	106	(4.455)	(879)	-	-	(146.008)
Alteração de perímetro	-	-	(5)	-	(1)	(19)	-	-	-	(25)
Reforços	-	17.082	18.147	3.378	2.621	1.178	659	-	-	43.065
Transferências e abates	-	(589)	(10.360)	(1.890)	(757)	(314)	(237)	-	-	(14.147)
Alienações	(164)	(1.095)	(10.969)	(3.880)	(3.867)	(419)	(167)	-	-	(20.561)
Revalorização	=	109.005	-	-	=	-	-	-	=	109.005
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	400.553	274.808	50.430	33.220	23.154	5.674	-	-	787.839
Efeito de conversão cambial	-	(111.917)	(16.370)	(8.305)	(1.080)	(3.632)	(259)	-	-	(141.563)
Reforços	-	15.221	12.193	2.386	2.003	825	444	-	-	33.072
Transferências e abates	-	(3.056)	(2.660)	(976)	(460)	(2.866)	(2.117)	-	-	(12.135)
Alienações	=	(1.247)	(17.772)	(10.912)	(1.356)	(2.871)	(1.928)	-	=	(36.086)
Revalorização	-	105.971	-	-	-	-	-	-	-	105.971
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	405.525	250.199	32.623	32.327	14.610	1.814	-	-	737.098
Valor líquido:										
em 31 de dezembro de 2019	18.437	397.373	38.752	11.089	4.655	2.561	3.430	3.405	74	479.776
em 31 de dezembro de 2020	12.976	347.154	25.468	4.366	3.614	1.530	1.778	2.547	51	399.484

De acordo com a IAS 16, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis podem ser mensurados de acordo com dois modelos:

- Modelo do custo;
- Modelo de revalorização.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Grupo optou pelo modelo de revalorização para um conjunto restrito de ativos fixos tangíveis, sendo que esta política passou a ser aplicada a toda uma classe homogénea.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor pode ser determinado com fiabilidade, sendo o ativo em questão mensurado pelo valor revalorizado, correspondente ao justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e imparidades subsequentes.

Por forma a assegurar que as demonstrações financeiras traduzem de forma mais fiel o justo valor dos ativos líquidos foi tomada a decisão de alterar o modelo de mensuração aplicado a todos os Hotéis, a todas as lojas de Distribuição e ainda a lojas do setor Automóvel, constituindo estes a classe de ativos homogéneos onde se considera que a diferença entre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras e o correspondente justo valor é mais significativo.

O aumento de valor dos ativos tem reflexo direto no capital próprio ou em resultados no caso de existir uma redução de valor por imparidade.

As revalorizações devem ser efetuadas com suficiente regularidade por forma a assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente do correspondente justo valor à data de reporte (IAS 16:31).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o impacto da revalorização dos referidos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	2020						
Ativos fixos tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da ava- liação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto da revalorização líquida
Hotéis							
Portugal	17.251	(11.549)	5.702	6.044	342	(72)	270
Angola	239.997	(146.957)	93.040	132.967	39.927	(9.982)	29.945
Moçambique	23.148	(8.336)	14.812	17.548	2.736	(876)	1.860
	280.396	(166.842)	113.554	156.559	43.005	(10.930)	32.075
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	101.584	(27.872)	73.712	89.499	15.787	(3.947)	11.840
	101.584	(27.872)	73.712	89.499	15.787	(3.947)	11.840
Lojas do setor Automóvel							
Angola	89.062	(41.738)	47.324	63.189	15.865	(3.966)	11.899
	89.062	(41.738)	47.324	63.189	15.865	(3.966)	11.899
	471.042	(236.452)	234.590	309.247	74.657	(18.843)	55.814

0	\cap	н	0
	U	ч	٤

Ativos fixos tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da ava- liação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto da revalorização líquida
Hotéis							
Portugal	15.657	(10.148)	5.509	6.044	535	(112)	423
Angola	231.954	(137.910)	94.044	144.633	50.589	(15.177)	35.412
Moçambique	28.570	(9.720)	18.850	20.571	1.721	(551)	1.170
	276.181	(157.778)	118.403	171.248	52.845	(15.840)	37.005
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	105.503	(26.018)	79.485	112.700	33.215	(9.964)	23.251
	105.503	(26.018)	79.485	112.700	33.215	(9.964)	23.251
Lojas do setor Automóvel							
Angola	88.127	(34.211)	53.916	76.743	22.827	(6.849)	15.978
	88.127	(34.211)	53.916	76.743	22.827	(6.849)	15.978
	469.811	(218.007)	251.804	360.691	108.887	(32.653)	76.234

Todos os imóveis foram avaliados por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria dos imóveis valorizados.

De referir ainda que não foram alteradas as vidas úteis dos imóveis que foram revalorizados.

As adições realizadas em ativos fixos tangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2020 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante dos ativos fixos tangíveis em curso são, essencialmente, edifícios e outras construcões em curso.

21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	208.478	194.091
Alteração de perímetro	-	(4.588)
Ajustamentos de conversão cambial	(28.500)	(35.504)
Aumentos / (alienações)	21.282	15.951
Variação no justo valor (Nota 8 e 13)	32.975	38.528
Saldo final	234.235	208.478

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2020	2019
Portugal	18.838	10.312
Angola	14.238	28.216
Moçambique	(101)	-
	32.975	38.528

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascenderam a 4.559 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2020 (5.006 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no período findo em 31 de dezembro de 2020 ascenderam a 1.269 milhares de euros (1.057 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- Yield:
 - Portugal entre 4% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento:
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o período daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis.

22 - DIREITOS DE USO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido na rubrica de direito de uso pela aplicação da norma IFRS 16 é o seguinte:

	Edifícios e outras	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros ativos	
	construções	básico	de transporte	administrativo	fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	42.358	920	233	-	-	43.511
Adições	1.623	8	1.041	7	-	2.679
Transferências e abates	(2)	14.140	2.229	-	192	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.979	15.068	3.503	7	192	62.749
Ajustamentos de conversão cambial	(2.593)	(678)	(161)	-	-	(3.432)
Adições	1.569	377	694	726	-	3.366
Transferências e abates	(2.713)	(189)	(408)	-	-	(3.310)
Alienações	-	(221)	(1.291)	-	(192)	(1.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.242	14.357	2.337	733	-	59.373
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(279)	(6)	(8)	-	-	(293)
Reforços	8.166	1.335	900	1	21	10.423
Transferências e abates	-	10.689	280	-	47	11.016
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.887	12.018	1.172	1	68	21.146
Ajustamentos de conversão cambial	(951)	(543)	(151)	-	-	(1.645)
Reforços	5.778	2.349	481	114	-	8.722
Transferências e abates	(3.039)	(187)	(421)	-	-	(3.647)
Alienações	-	(37)	(236)	-	(68)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.675	13.600	845	115	-	24.576
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2019	36.092	3.050	2.331	6	124	41.603
Em 31 de dezembro de 2020	30.567	757	1.492	618	-	33.434

23 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDI-MENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que em 31 de dezembro de 2020 foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaria – Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César – São Paulo	25,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó - Sintra	16,94%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	20,00%
Consórcio Puente Daule Guayaquil	Av. Francisco de Orellana, Kilometro uno e medio (1,5) y Juan Tanca Marengo, Edificio Cofin, piso seis (6) Guayaquil, Equador	20,00%
Consorcio Minero Luso Vargas C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal – Caracas – Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, sala F - Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 - Maputo	49,92%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 - 5º F - Lisboa	26,80%
MESOFER, ACE	Rua Mário Dionísio, nº 2 , 2799-557 Linda-a-Velha	24,73%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 - Piso 1, Lagoas Park - Porto Salvo	25,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	50,00%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha - Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2° C - Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	16.821	-	16.821
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período (Nota 14)	1.407	-	1.407
- Efeito em capital próprio	230	-	230
Alteração de perímetro	(479)	-	(479)
Alienações	(24)	-	(24)
Ajustamentos de conversão cambial	335	-	335
Outros	3.945	-	3.945
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.235	-	22.235
Saldo em 1 de janeiro de 2020	22.235	-	22.235
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período (Nota 14)	576	-	576
- Efeito em capital próprio	234	-	234
- Dividendos	(407)	-	(407)
Ajustamentos de conversão cambial	(3.634)	-	(3.634)
Outros	(141)	-	(141)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.863	-	18.863

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como se segue:

	2020		2019			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Partes de capital	Goodwill	Valor da posi- ção financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posi- ção financeira
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	9.999	-	9.999	13.631	-	13.631
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3.512	-	3.512	3.378	-	3.378
TDGISERV Services, LLC	2.623	-	2.623	2.338	-	2.338
Consórcio Puente Daule Guayaquil	658	-	658	1.024	-	1.024
Outros	2.071	-	2.071	1.864	-	1.864
	18.863	-	18.863	22.235	-	22.235

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, teve os seguintes impactos:

Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(18)	201	-	183
Consórcio Puente Daule Guayaquil	137	-	(407)	(270)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(131)	-	-	(131)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	(3)	-	-	(3)
TDGISERV Services, LLC	540	(57)	-	483
Outros	51	90	-	141
	576	234	(407)	403

2019

Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(100)	10	(90)
Consórcio Puente Daule Guayaquil	390	-	390
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(225)	204	(21)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	(19)	-	(19)
TDGISERV Services, LLC	1.552	16	1.568
Outros	(191)	-	(191)
	1.407	230	1.637

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
_	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Alvorada Petróleo, S.A.	1.074	1.665	651	1.721	423	(56)	183	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	21.138	28.455	1.288	1.149	19.850	27.306	9.999	13.631
Consórcio Puente Daule Guayaquil	33.910	20.597	30.619	15.477	3.291	5.120	658	1.024
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	19.385	17.861	11.332	11.105	8.053	6.756	3.512	3.378
TDGISERV Services, LLC	9.488	11.605	4.134	6.834	5.354	4.771	2.623	2.338
Outros	10.938	14.161	6.531	9.976	4.407	4.185	1.888	1.864
	95.933	94.344	54.555	46.262	41.378	48.082	18.863	22.235

24 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2020		201	9
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L.	8.873	-	12.213	-
Banco Comercial Português, S.A.	821	-	1.352	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624	-	624	-
KUIKILA Investments, Lda.	397	-	526	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	-	317	-
Macau CPM Holdings	150	-	150	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	79	-	256	-
COLT Resources Inc.	1	-	156	-
Outros	376	10	272	10
	11.638	10	15.866	10
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado				
Títulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	2.569	-	2.806	-
	2.569	-	2.806	-
	14.207	10	18.672	10

Para as participações detidas no Banco Comercial Português, S.A. e na COLT Resources Inc. o justo valor destes ativos foram a cotação de mercado.

Relativamente à participação na Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L. o seu justo valor foi determinado por uma avaliação independente realizada no período findo em 31 de dezembro de 2020

Para os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em empresas não cotadas) o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido se necessário das respetivas perdas por imparidade, correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2020.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

	20)20	2019		
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	
Saldo inicial	18.672	10	21.149	14.665	
Aumentos	13	-	32	10	
Reduções	-	-	(791)	(9.654)	
Variação de justo valor	(686)	-	(168)	-	
Variação cambial	(3.706)	-	(1.616)	(5.011)	
Outras variações	(86)	-	66	-	
Saldo final	14.207	10	18.672	10	

25 - ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os ativos e passivos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2020	2019
Ativos detidos para venda:		
Goodwill	1.979	1.979
Ativos fixos tangíveis	441	441
Propriedades de investimento	30.548	30.548
Outros investimentos	1.159	1.159
Inventários	199	199
Clientes corrente	115	115
Outros devedores	5	5
Caixa e equivalentes a caixa	24	24
Outros ativos	427	427
Total ativos detidos para venda	34.897	34.897
Passivos detidos para venda:		
Financiamentos obtidos	21.698	21.698
Passivos por impostos diferidos	(1.848)	(1.848)
Fornecedores	212	212
Outros credores	634	634
Outros passivos	448	448
Total passivos detidos para venda	23.561	23.561
Total líquido	11.336	11.336

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão classificadas como "Ativos e Passivos Detidos para Venda" as empresas Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A. e AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A..

26 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

		Constit	uição	Rever	são		
	Saldo inicial	Resultado liquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado liquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	2.446	325	-	(2.098)	-	(3)	670
Imparidades de clientes	1.267	586	-	(3)	-	(3)	1.847
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	106.424	-	154	-	-	(1)	106.577
Crédito dupla tributação internacional	10.079	1.404	-	-	-	1.063	12.546
Prejuízos fiscais reportáveis	15.985	6.120	-	(223)	-	(9.702)	12.180
Provisão para prejuízos em obras	978	1.573	-	(293)	-	27	2.285
Outros	10.814	3.126	-	(2.231)	(46)	(2.002)	9.661
	147.993	13.134	154	(4.848)	(46)	(10.621)	145.766
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	72	153	-	(141)	-	437	521
Propriedades de investimento	20.598	734	-	(20)	-	(8.543)	12.769
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	80.282	80	18.843	(2.526)	-	(32.763)	63.916
Outros	10.720	852	-	(1.322)	(53)	(3.237)	6.960
	111.672	1.819	18.843	(4.009)	(53)	(44.106)	84.166

2019

			Constit	uição	Reve	rsão		
	Saldo Inicial	Alteração de perímetro	Resultado liquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado liquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Efeito cambial e ajustamen- tos	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	388	-	2.107	-	(49)	-	-	2.446
Imparidades de clientes	1.273	-	-	-	(6)	-	-	1.267
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	108.638	-	-	39	(2.251)	(2)	-	106.424
Crédito dupla tributação internacional	11.242	-	4.149	-	-	-	(5.312)	10.079
Prejuízos fiscais reportáveis	18.946	-	7.032	-	(6.018)	-	(3.975)	15.985
Provisão para prejuízos em obras	716	-	237	-	(23)	-	48	978
Outros	8.232	(253)	904	-	(3.872)		5.803	10.814
	149.435	(253)	14.429	39	(12.219)	(2)	(3.436)	147.993
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	305	-	7	-	(25)	-	(215)	72
Propriedades de investimento	22.078	(606)	8.440	-	(756)	-	(8.558)	20.598
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	75.120	(89)	-	32.652	(3.191)	-	(24.210)	80.282
Outros	15.045	-	779	-	(353)	-	(4.751)	10.720
	112.548	(695)	9.226	32.652	(4.325)	-	(37.734)	111.672

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os mesmos eram reportáveis como se segue:

2020 2019 a)

	Prejuízo fiscal	1 1 1 1 1 1 1	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2015	2.771	942	2029	4.389	1.490	2029
Gerados em 2016	31.106	6.720	2030	43.904	9.472	2030
Gerados em 2017	17	3	2024	2.474	840	2024
Gerados em 2018	-	-	2025	2.403	775	2025
Gerados em 2019	7.190	2.396	2026	10.266	3.408	2026
Gerados em 2020	6.636	2.119	2030	-	-	-
	47.720	12.180		63.436	15.985	

 a) Valores dos prejuízos fiscais gerados nos anos 2016 a 2019 reexpressados de forma a garantir a adequada comparabilidade dos períodos findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

2020 2019

	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2016	-	-	2030	1.098	330	2030
Gerados em 2017	662	165	2024	849	255	2024
Gerados em 2018	15.728	3.932	2025	26.037	7.811	2025
Gerados em 2019	34.677	8.669	2026	35.442	10.632	2026
Gerados em 2020	11.769	2.942	2030	-	-	-
	62.836	15.708		63.426	19.028	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseouse nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de criação de resultados tributáveis.

27 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente Não corren			orrente
	2020	2019	2020	2019
Clientes:				
Clientes conta corrente	160.356	241.315	12.489	16.458
Clientes de cobrança duvidosa	54.577	39.163	-	19.126
	214.933	280.478	12.489	35.584
Perdas por imparidade	(63.291)	(44.295)	-	(19.126)
	151.642	236.183	12.489	16.458
Outros devedores:				
Pessoal	536	447	-	-
Outros devedores	31.722	38.287	10.986	14.056
	32.258	38.734	10.986	14.056
Perdas por imparidade	(791)	(217)	-	(1.362)
	31.467	38.517	10.986	12.694

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:

40.040.00.
78.515
(7.563)
4.646
(6.570)
(4.028)
65.000
(6.658)
8.326
(198)
(2.388)
64.082

Reconciliação de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IAS 39	59.018	60.933
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IFRS 9	5.064	4.067
	64.082	65.000

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 41) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encon-

tram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

28 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD, S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de

dezembro de 2020 e de 2019 podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a	receber	Saldos	a pagar	Empré: conce		Outras	dívidas
Entidades	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	-	-	-	-	115	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	38	70	-	-	477	-	605	725
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	-	-	4	-	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	47	-	-	4	5	-	-
CONBATE, ACE	13	-	1	1	-	-	-	-
Consórcio Puente Daule - Guayaquil	-	168	-	-	-	-	6	-
DOURO LITORAL, ACE	8	19	41	(21)	-	-	(3)	(3)
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	2	2	-	-	-	-
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	-	9	-	-	-	-	9	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	482	419	59	95	-	-	(3.102)	(1.630)
MESOFER, ACE	641	-	-	-	-	-	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	32	32	-	-	11	11	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	286	213	88	88	6	13	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	-	-	-	-	-	427	466
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	242	252	-	1	5.890	4.900	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	7	55	55	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	35	35	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	-	121	-	-	-	463	(774)	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	180	479	-	-	-	-	-	-
	1.975	1.836	285	256	6.389	5.507	(2.832)	(442)

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e p de se	orestações rviços	Compras obti	3	Juros del	oitados
Entidades	2020	2019	2020	2019	2020	2019
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	46	12	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	577	540	-	42	2	-
CONBATE, ACE	109	109	-	-	-	-
Consórcio Puente Daule - Guayaquil	594	1.017	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	80	47	7	2	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	677	486	87	142	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	19	-	-	-	-	-
MESOFER, ACE	9.339	-	7	-	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	57	-	-	-	-	25
TDGISERV Services, LLC	101	70	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	2.598	5.028	199	153	114	-
	14.197	7.309	300	339	116	25

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da "TD, S.A.", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram as seguintes:

	2020	2019
Administradores executivos :		
Benefícios de curto prazo	918	727
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.045	854

As remunerações dos membros da alta direção da "TD, S.A.", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram as seguintes:

	2020	2019
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	6.393	6.398
	6.393	6.398

29 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2020	2019
Depósitos à ordem	71.519	108.255
Depósitos a prazo	14.711	20.335
Outras aplicações de tesouraria	29.121	5.068
Numerário	864	1.722
	116.215	135.380

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2020	2019
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	15.000
Títulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	-	9.645
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	-	768
Outros	-	54
	-	25.467

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2020	2019
Associação Built Colab - Colabo- rative Laboratory For The Future Built Environment	13	-
	13	-

Os dividendos recebidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram como se segue:

	2020	2019
Macau CPM Holdings	1.114	303
Consórcio Puente Daule Gua- yaquil	407	-
TDHOSP - Gestão de Edificío Hospital, S.A.	370	-
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	311	310
Outros	-	13
	2.202	626

30 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os outros ativos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	Correntes		
	2020	2019	
Estado e outros entes públicos:			
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.312	11.255	
Outros	605	2.201	
	9.917	13.456	
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:			
Empresas associadas	5.915	5.375	
Empresas participadas	717	191	
Outros acionistas	1.078	938	
	7.710	6.504	
Acréscimos de rendimentos:			
Juros a receber	73	502	
Valores a faturar (Nota 31)	109.427	108.867	
Outros acréscimos de rendimentos	7.517	7.511	
	117.017	116.880	
Gastos diferidos:			
Seguros pagos antecipadamente	1.528	2.033	
Juros a pagar	6	34	
Outros gastos diferidos	11.354	12.684	
	12.888	14.751	
Outros ativos correntes:			
Adiantamentos a fornecedores	8.685	30.937	
	8.685	30.937	
	156.217	182.528	

31 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os gastos e os rendimentos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso são como segue:

	2020	2019
Rendimentos líquidos:		
Faturação emitida	328.558	535.455
Variação de:		
- Rendimentos diferidos - obras (Nota 39)	8.648	3.355
- Acréscimos de rendimentos - obras (Nota 30)	560	(5.876)
	337.766	532.934
Gastos líquidos:		
Gastos faturados	333.112	467.529
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 36)	(2.236)	3.052
- Provisões para perdas futuras (Nota 36)	1.496	2.618
	332.372	473.199
Resultados apurados (Nota 7):	5.394	59.735

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 6.317 milhares de euros e 3.505 milhares de euros, respetivamente.

32 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2020 a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 180.600.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 43% do respetivo capital social (em 31 de dezembro de 2019 eram detidas, diretamente, 197.000.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 46,9% do respetivo capital social).

33 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros: A reserva de justo dos investimentos financeiros reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para observar prejuízos.

Reserva de revalorização – Imóveis: : Esta reserva não pode distribuída, excepto se se encontrar realizada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

<u>Outras reservas</u>: As outras reservas são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

34 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Saldo inicial	36.585	35.736
Ajustamentos de conversão cambial	(11.610)	(9.306)
Dividendos	(203)	(381)
Compra de interesses não controlados	-	1.641
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	2.038	2.559
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	2.470	4.080
Resultado do período atribuível aos interesses não controlados	(607)	2.256
Saldo final	28.673	36.585

35 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os financiamentos obtidos eram como se segue:

	2020	2019
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	347.606	319.604
Papel comercial b)	349.500	367.300
Empréstimo obrigacionista c)	-	5.100
	697.106	692.004
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	60.235	113.299
Papel comercial b)	11.950	1.500
Empréstimo obrigacionista c)	5.100	5.100
	77.285	119.899
	774.391	811.903

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 2,18% (2,52% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo correspondem a:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Descoberto Autorizado	01/02/2007	31/12/2033	EUR	2.998	2.998
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	17/06/2035	EUR	145.604	145.604
Portugal	Banco Santander	Conta Caucionada	31/10/2012	31/12/2033	EUR	6.006	6.006
Angola	Banco de Fomento Angola	Conta Caucionada	27/03/2013	31/03/2021	AON	1.960.000	2.459
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	22/09/2014	30/11/2021	EUR	2.308	2.308

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	22/09/2014	01/06/2022	EUR	3.098	3.098
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	22/09/2014	15/06/2023	EUR	10.284	10.284
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	22/09/2014	01/06/2034	EUR	70.009	70.009
Portugal	Banco BIC	Conta Caucionada	06/08/2015	31/12/2033	EUR	17.450	17.450
Portugal	Novo Banco	Empréstimos a Prazo	30/12/2015	01/06/2022	EUR	31.493	31.493
Portugal	Banco BPI	Empréstimo	05/07/2016	05/11/2021	EUR	6.213	6.213
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	9.166	9.166
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	6.523	6.523
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	EUR	8.800	8.800
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	30/12/2033	EUR	31.673	31.673
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	30/11/2021	EUR	13.025	13.025
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30/01/2018	30/11/2021	EUR	2.685	2.685
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	15/12/2018	01/06/2021	EUR	2.610	2.610
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimos a Prazo	15/12/2018	30/12/2021	EUR	1.607	1.607
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	09/05/2019	31/01/2022	BRL	31.071	4.875
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	24/08/2019	24/10/2021	BRL	25.120	3.941
Brasil	Sandvik Credit	Empréstimo	19/10/2019	19/09/2023	BRL	25.823	4.052
Portugal	Banco BIC	Empréstimo	02/01/2020	02/07/2025	EUR	5.123	5.123
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	09/03/2020	13/09/2021	EUR	2.309	2.309
Portugal	Sandvik Credit	Empréstimo	06/04/2020	30/11/2024	EUR	1.300	1.300
Angola	Banco BIC	Conta Caucionada	02/06/2020	02/06/2021	AON	1.745.216	2.189
Angola	Banco BAI Angola	Empréstimo	31/07/2020	31/07/2027	AON	1.800.000	2.258
Portugal	Diversos	Outros financiamentos	-	-	EUR	3.705	3.705
Angola	Diversos	Outros financiamentos	-	-	AON	1.113.889	1.397
Brasil	Diversos	Outros financiamentos	-	-	BRL	9.663	1.516
Outras geografias	Diversos	Outros financiamentos	-	-	EUR	1.167	1.167
							407.841

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Renovação	Data Contrato	Data Vencimento	Spread	Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Trimestral	16/12/2005	15/12/2023	1,60%	EUR	42.450
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	Trimestral	07/07/2010	31/12/2033	2,50%	EUR	20.850
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	30/12/2013	31/12/2033	2,00%	EUR	182.750
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	28/12/2015	15/06/2027	1,95%	EUR	94.200
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	14/01/2016	31/12/2033	1,55%	EUR	16.700
Portugal	Banco BPI	Papel Comercial	Trimestral	30/01/2018	30/01/2021	2,15%	EUR	4.500
								361.450

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português um "Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações", bem como um "Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações" que, a 31 de dezembro de 2020, ascende ao montante de 5.100 milhares de euros (500 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e 4.600 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada por "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. / Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. - 2014/2021". Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os financiamentos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2020	2019
2021	-	89.947
2022	116.400	40.237
2023	43.373	38.885
2024	34.744	37.812
2025	38.786	37.812
2026 e seguintes	463.803	447.311
	697.106	692.004

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2020	O	2019		
	Divisa	Euros	Divisa	Euros	
Dólar Americano	1.207	984	918	817	
Kwanza Angolano	6.619.105	8.304	5.554.361	10.358	
Peso Colombiano	-	-	8.957	2	
Real Brasileiro	91.678	14.384	74.995	16.608	

Os financiamentos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Em 31 dezembro de 2020 e de 2019 apresentamos a reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento:

2020	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Moratória legal	Efeito cambial	Saldo final
Financiamentos obtidos	811.903	4.036.107	(4.074.828)	9.509	(8.300)	774.391
	811.903	4.036.107	(4.074.828)	9.509	(8.300)	774.391

2019 "reexpresso"	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Efeito cambial	Saldo final
Financiamentos obtidos	854.276	4.247.815	(4.285.187)	(5.001)	811.903
	854.276	4.247.815	(4.285.187)	(5.001)	811.903

36 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 31)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 31)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.495	12.892	1.816	6.069	15.674	43.946
Ajustamentos de conversão cambial	-	(617)	(72)	11	(1.281)	(1.959)
Reforços	6.000	3.355	1.151	5.324	2.139	17.969
Reduções	(1.005)	(2.486)	(365)	(2.717)	(4.392)	(10.965)
Utilizações	(4.533)	-	-	-	-	(4.533)
Transferências	-	2.800	1.330	-	(3.535)	595
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.957	15.944	3.860	8.687	8.605	45.053
Ajustamentos de conversão cambial	-	(757)	(472)	(478)	(1.739)	(3.446)
Reforços	1.617	328	506	7.246	1.412	11.109
Reduções	(568)	(1.807)	(873)	(2.387)	(1.119)	(6.754)
Utilizações	(4.610)	-	(7)	-	-	(4.617)
Transferências	-	-	-	(2.885)	2.868	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.396	13.708	3.014	10.183	10.027	41.328

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2020			2019 "reexpresso"		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do período:						
Provisões	8.659	(5.680)	2.979	10.216	(9.930)	286
Gastos com o pessoal	2.385	(955)	1.430	7.653	(1.005)	6.648
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	61	(24)	37	85	-	85
Resultados relativos a outros investimentos	4	-	4	15	-	15
Outros gastos operacionais	-	(95)	(95)	-	(30)	(30)
	11.109	(6.754)	4.355	17.969	(10.965)	7.004

O período findo em 31 de dezembro de 2019 foi reexpresso, conforme detalhado na Nota 2, nos montantes de 1.226 milhares de euros referentes a reversões de imparidades de ativos fixos tangíveis e de 2.812 milhares de euros referentes a imparidades de ativos intangíveis. Estes montantes foram reclassificados para a rubrica "(Perdas) / reversões de imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*" na demonstração consolidada dos resultados.

37 - FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Corre	entes	Não co	orrentes
	2020	2019	2020	2019
Outros credores	15.970	26.920	5.367	376
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	106.197	148.110	-	-
Fornecedores de imobilizado	-	12	-	-
	106.197	148.122	-	-

38 - RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Grupo apresenta as seguintes maturidades referentes às responsabilidades com locações que decorrem da aplicação da norma IFRS 16:

	2020	2019
2020	-	6.919
2021	6.157	5.853
2022	5.300	4.876
2023	4.628	4.304
2024	4.076	3.928
Após 2024	15.169	15.633
	35.330	41.513
Responsabilidade com locações correntes	6.157	6.919
Responsabilidade com locações não correntes	29.173	34.594

39 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Corre	Correntes		Não correntes	
	2020	2019	2020	2019	
Estado e outros entes públicos:					
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	337	1.980	-	-	
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	1.834	1.912	-	-	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.228	15.325	-	-	
Contribuições para a Segurança Social	2.778	5.056	-	-	
Outros	1.374	3.084	-	-	
	15.551	27.357	-	-	
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:					
Empresas associadas	436	-	-	-	
Empresas participadas	15	15	-	-	
Outros acionistas	190	174	-	-	
	641	189	-	-	
Acréscimos de gastos:					
Seguros a liquidar	14	101	-	-	
Remunerações a liquidar	7.314	11.887	-	-	
Juros a liquidar	3.393	1.348	-	-	
Outros gastos a pagar	30.414	33.038	-	-	
	41.135	46.374	-	-	
Rendimentos diferidos:					
Trabalhos faturados não executados (Nota 31)	21.947	30.595	-	-	
Outros rendimentos diferidos	12.589	4.956	-	-	
	34.536	35.551	-	-	
Outros:					
Adiantamentos de clientes	126.088	114.899	57.091	79.976	
Adiantamentos por conta de vendas	26		-	26	
	126.114	114.899	57.091	80.002	
	217.977	224.370	57.091	80.002	

40 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos períodos de 2008 a 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela "TD, S.A.", foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Período	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2008	36.573	45.938
2009	46.203	24.807
2010	5.123	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Infra apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

1. Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2008 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles períodos (TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.). Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos períodos de 2008 a 2011.

A correção relativa ao período de 2012 foi objeto de liquidação adicional à sociedade dominante daquele período, a "TD, S.A.", tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

Com referência a esta correção, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, informa-se que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. obteve desfecho favorável no âmbito do IRC de 2007, por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, esperando-se idêntico desfecho nos restantes períodos em disputa.

2. Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no período de 2013 respeita integralmente à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela "TD, S.A." na qualidade de sociedade dominante.

 Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF

Na correção ao prejuízo fiscal de 2008 encontra-se incluído o montante de 611 milhares de euros, que respeita, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante no período de 2008 contestou, nos termos da lei, esta correção.

Em consequência de uma inspeção realizada pela AT aos elementos contabilísticos da participada TEIXEIRA DUARTE – En-

genharia e Construções, S.A. do período de 2008, foi corrigido o respetivo lucro tributável apurado com referência àquele período, no montante de 35.467 milhares de euros.

Relativamente a esta correção, a participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do grupo de sociedades vigente à data, contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Na sequência de uma inspeção ao período de 2014 à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., a AT liquidou adicionalmente Derrama Regional no montante de 102 milhares de euros.

Dado que esta participada se encontrava abrangida, em 2014, pelo regime previsto no artigo 36.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, tal correção foi contestada judicialmente.

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos períodos de 2013, 2014, 2015 e 2016 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a "TD, S.A." é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

1. Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC no RETGS

Período	Imposto corrigido	Imposto anulado pela AT
2013	811	811
2014	1.097	1.097
2015	559	559
2016	653	653
2017	663	-
	3.783	3.120

Estas correções resultaram de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo as mesmas sido contestadas judicialmente pela "TD, S.A.", na qualidade de sociedade dominante. Após a entrega das referidas ações judiciais, a "TD, S.A." foi notificada da mudança de entendimento por parte da AT e, em meados de 2020, foram emitidas novas demonstrações de liquidação desconsiderando esta correção.

Não obstante esta mudança de posição da AT, no final de 2020, a "TD, S.A." foi notificada do Relatório de Conclusões da inspeção realizada ao cálculo do IRC no âmbito do RETGS relativamente ao período de 2017, onde a AT voltou a efetuar esta correção, no montante de 663 milhares de euros.

A "TD, S.A.", na qualidade de sociedade dominante, impugnará judicialmente esta correção.

2. Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

No decorrer do período de 2018 a "TD, S.A." foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no período de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de "folga" apurada em períodos anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, foi objeto de contestação pela "TD,SA", na qualidade de sociedade dominante.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2020	2019
Garantias bancárias prestadas	285.660	288.358
Seguros de caução	110.996	150.404

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL BRASIL - Obras Ferroviárias e Marítimas, LTDA, a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA, Serviços de Engenharia, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S. têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, a "TD, S.A." apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

No montante de garantias bancárias que consta do quadro resumo supra estão incluídas garantias que foram prestadas no âmbito da suspensão de diversos processos de execução fiscal, cujo detalhe se apresenta de seguida:

 Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativos a dívida de IRC de 2008, foram emitidas garantias bancárias, a favor da AT, cujo valor, a 31 de dezembro de 2020, ascende a 16.887 milhares de euros;

- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A. relativo a dívida de IRC de 2014, foi emitida uma garantia bancária, a favor da AT, no montante de 181 milhares de euros;
- Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à "TD, S.A." relativos a dívidas de IRC apuradas no âmbito do RETGS dos períodos de 2013 a 2016, foram emitidas diversas garantias bancárias. Como consequência do deferimento obtido no âmbito de aplicação do artigo 90.º do Código do IRC no RETGS, algumas das garantias bancárias prestadas para suspender os correspondentes processos executivos foram reduzidas e, em alguns casos, canceladas, apresentando-se infra o detalhe das garantias ativas com referência a 31 de dezembro de 2020:

Período	Montante da garantia bancária
2015	125
2016	594
	719

Em 31 de dezembro de 2020 os colaterais do Grupo, tem o seguinte detalhe:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Venci- mento	Colaterais
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	15/12/2023	Penhor 4.760.000 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvala- de e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Descoberto Auto- rizado	01/02/2007	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	17/06/2035	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	Penhor 12.500.000 Ações EPOS e de 200.000.000 Ações C+PA + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Hipoteca Pólo Operacional TD Montijo + Hipoteca 9 Lotes Mafamude + Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Angola	BCGA - Banco Cai- xa Geral Angola	Empréstimo	23/01/2014	30/04/2021	Hipoteca Hotel Trópico (Prédio nº 1826) - Ingombotas
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	30/11/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	01/06/2022	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/06/2023	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	01/06/2034	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco BIC	Conta Caucionada	06/08/2015	31/12/2033	Hipoteca TD-EC Sucursal de Angola (Prédio nº 2254) - Comple- xo Comercial e Oficinas Pólo Automóvel em Talatona (Angola)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha + Penhor de 50% das Ações da TDE + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	30/12/2015	01/06/2022	Penhor 2.006.396 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvala- de e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	Penhor 1.000.000 Ações TDGI + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvala- de e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	07/06/2016	31/03/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	07/07/2016	31/03/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	07/08/2016	31/03/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	Hipoteca Emprendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logistico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Venci- mento	Colaterais
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	Hipoteca Emprendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	30/12/2033	Hipoteca Emprendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	12/12/2016	31/03/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	30/11/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30/01/2018	30/11/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Espanha	RCI Banque (Es- panha)	Empréstimo	30/01/2018	25/07/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	15/12/2018	30/12/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	15/12/2018	01/06/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	09/05/2019	31/01/2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	15/05/2019	31/01/2021	Empreendimento Imobiliário Condomínio Verissimo Mooca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Mercedes- -Benz	Empréstimo	16/06/2019	16/03/2022	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	27/06/2019	30/04/2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Paulista - São Paulo / Brasil (96 Unidades Autónomas)
Brasil	Sandvik Credit	Empréstimo	19/10/2019	19/09/2023	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	27/12/2019	30/09/2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Klabin - São Paulo / Brasil (60 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Safra	Empréstimo	17/09/2020	16/09/2023	Respetivo(s) Equipamento(s)

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as cartas de conforto prestadas pela "TD, S.A." e as suas subsidiárias ascendiam a 304.012 e 337.686 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 789 e 4.865 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

41 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Marrocos, Moçambique, Perú, Koweit e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo financeiro é composto por 99% de taxa de juro variável (96% em 31 de dezembro de 2019) e 1% de taxa de juro fixa (4% em 31 de dezembro de 2019).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (8.227) / 8.227 milhares de euros e (8.222) / 8.222 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Marrocos, Moçambique, Perú, Koweit e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são como segue:

	Ativos		Passivos	
Moeda	2020	2019	2020	2019
Bolivar Venezuelano	2.309	491	4.345	960
Dinar Argelino	19.164	18.671	13.380	21.386
Dinar Koweitiano	15	26	252	-
Dirham Marroquino	-	63	35	2.215
Dólar Americano	99.058	103.022	30.606	31.736
Escudo Cabo Verdiano	-	2	3	1
lene Japonês	56	910	17	-
Libra Esterlina	477	439	293	192
Kwanza Angolano	55.253	73.589	88.550	69.155
Metical Moçambicano	37.554	20.580	40.104	39.299
Novo Sol Peruano	4	5	-	-
Pataca Macaense	-	-	22	325
Peso Colombiano	-	-	3.219	2.144
Rand África Sul	34	39	21	12
Real Brasileiro	200	1.479	15.927	6.347
Rial do Qatar	78	85	-	-
	214.202	219.402	196.774	173.775

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística.

Os eventuais impactos gerados no resultado líquido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2020	2019
Bolivar Venezuelano	(102)	(23)
Dinar Argelino	289	(136)
Dinar Koweitiano	(12)	1
Dirham Marroquino	(2)	(108)
Dólar Americano	3.423	3.564
lene Japonês	2	45
Libra Esterlina	9	12
Kwanza Angolano	(1.665)	222
Metical Moçambicano	(128)	(936)
Pataca Macaense	(1)	(16)
Peso Colombiano	(161)	(107)
Rand África Sul	1	1
Real Brasileiro	(786)	(243)
Rial do Qatar	4	4
	871	2.281

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do período.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes;
 - a envolvente macroeconómica atual decorrente do impacto da pandemia COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é convicção do Conse-

lho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as contas a receber de clientes (Nota 27) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2020	2019
Saldos		
Não vencido	58.427	51.302
Até 180 dias	41.626	89.398
De 180 a 360 dias	5.812	24.171
Mais de 360 dias	58.266	87.770
	164.131	252.641

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é conforme segue:

2020

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Financiamentos Obtidos	77.285	116.400	43.373	537.333	774.391
Fornecedores	106.197	-	-	-	106.197
Responsabilidades com locações	6.157	5.300	4.628	19.245	35.330
Outros credores	15.970	5.367	-	-	21.337
Outros passivos	217.977	42.718	6.617	7.756	275.068
	423.586	169.785	54.618	564.334	1.212.323

2019

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Financiamentos Obtidos	119.899	89.947	40.237	561.820	811.903
Fornecedores	148.122	-	-	-	148.122
Responsabilidades com locações	6.919	5.853	4.876	23.865	41.513
Outros credores	26.920	376	-	-	27.296
Outros passivos	224.370	60.887	19.115	-	304.372
	526.230	157.063	64.228	585.685	1.333.206

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 210.822 milhares de euros e 218.380 milhares de euros, respetivamente.

42 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	116.215	-	-	116.215
Clientes	164.131	-	-	164.131
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	11.648	-	11.648
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	2.569	-	2.569
Outros devedores	42.453	-	-	42.453
Outros ativos	133.412	-	-	133.412
Total de ativos financeiros	456.211	14.217	-	470.428
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	774.391	774.391
Fornecedores	-	-	106.197	106.197
Outros credores	-	-	21.337	21.337
Outros passivos	-	-	224.981	224.981
Responsabilidades com locações	-	-	35.330	35.330
Total de passivos financeiros	-	-	1.162.236	1.162.236

2019

	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	135.380	-	-	135.380
Clientes	252.641	-	-	252.641
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	15.876	-	15.876
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	2.806	-	2.806
Outros devedores	51.211	-	-	51.211
Outros ativos	154.321	-	-	154.321
Total de ativos financeiros	593.553	18.682	-	612.235
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	811.903	811.903
Fornecedores	-	-	148.122	148.122
Outros credores	-	-	27.296	27.296
Outros passivos	-	-	241.464	241.464
Responsabilidades com locações	-	-	41.513	41.513
Total de passivos financeiros	-	-	1.270.298	1.270.298

43 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2020 de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ações	822	8.873	1.953
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	234.235	-

Exceto no que respeita aos financiamentos obtidos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos financiamentos obtidos, conforme evidenciado na Nota 35, a generalidade dos mesmos encontra-se contratado a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

44 - HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens e BDO em Portugal; Moore Stephens e Deloitte no Brasil; Moore Stephens em Espanha e na Bélgica; Deloitte em Angola e Venezuela; Ernst & Young em Moçambique e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2020	2019
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	733	741
Outros serviços de garantia e fiabilidade	3	2
Serviços de consultoria fiscal	17	20
Outros serviços	16	13
	769	777

45 - AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2020	2019
Angola	(107.258)	(139.407)
Argélia	(6.037)	380
Brasil	(39.655)	(2.599)
Moçambique	(15.288)	1.212
Venezuela	(5.702)	(10.059)
Outros Mercados	(2.047)	380
	(175.987)	(150.093)

46 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 13 de abril de 2021, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 24 de maio de 2021.

47 - EVENTOS SUBSEQUENTES

As empresas do Grupo Teixeira Duarte prosseguiram a sua atividade nos diversos mercados em que atuam, não havendo a assinalar qualquer facto relevante desde o encerramento do período até esta data.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2020

Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2020



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas.

Introdução

Nos termos previstos no artigo 420°, número 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu na TEIXEIRA DUARTE, S.A., bem como o parecer sobre o relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e sobre a proposta de aplicação de resultados.

O relatório e contas em apreciação foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de abril de 2021 e inclui o Relatório Consolidado de Gestão, a Informação Não Financeira, o Relatório do Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Relatório

No âmbito das atribuições e competências que nos estão legalmente conferidas, acompanhámos as atividades da Sociedade e do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Promovemos, ainda, a realização de reuniões periódicas em que apreciámos a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social e analisámos os relatórios e contas intercalares, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Além destas reuniões, parte das quais foram realizadas remotamente com recurso a plataformas de comunicação eletrónica, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira anual contida nos documentos de prestação de contas e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo, bem como do impacto nos negócios do Grupo gerado pelos constrangimentos decorrentes da pandemia mundial declarada no primeiro trimestre de 2020;
- verificámos que tanto o relatório de gestão como o relatório do governo da sociedade proporcionam informação deta-

Ihada sobre os riscos operacionais, financeiros, de mercado e outros a que as diferentes atividades e sociedades do Grupo estão sujeitas, nomeadamente o risco cambial que resulta da exposição a alguns mercados onde o Grupo tem atividades e cujas moedas têm forte volatilidade com impacto significativo nos ativos, nos resultados e nos capitais próprios;

- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, incluindo os respetivos anexos, proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;
- apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, as quais não contêm reservas nem ênfases. Apreciámos ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como a referida Sociedade desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões.

Entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas declarado que não prestou quaisquer outros serviços permitidos.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
- sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2020;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 28 de abril de 2021

Óscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões - Vogal

João Salvador dos Santos Matias - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teixeira Duarte, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.048.300 milhares de euros e um total de capital próprio de 250.797 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 17.904 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

Valorização das participações financeiras em subsidiárias

Conforme divulgado nas notas 3.2 a) e 9 anexas às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em subsidiárias, no montante de 980.588 milhares de euros, são valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

A valorização das participações financeiras da Entidade foi considerada matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de mensuração adotado é complexo, face ao elevado número de participações diretas e indiretas e à diversidade das geografias em que as subsidiárias operam.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das subsidiárias e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa da existência de eventuais indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Comprovação da adequação dos critérios de mensuração adotados, teste da exatidão dos cálculos efetuados e verificação do adequado reconhecimento contabilístico; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a
 fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses
 riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para
 a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco
 de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio,
 falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão. Conforme referido no artigo 451º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022).
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 27 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 77.º, nº 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2021

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por António Gonçalves Monteiro, ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Teixeira Duarte, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.599.643 milhares de euros e um total de capital próprio de 238.265 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível a detentores de capital de 3.558 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

1. Exposição Internacional

Conforme divulgado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, a atividade do Grupo está distribuída por 6 áreas de negócio, com operações relevantes em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.

A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 69,1% do volume de negócios. Conforme referido na Nota 41 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, vários territórios onde o Grupo opera, nomeadamente Angola, Venezuela e Brasil, estão sujeitos a variações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.

A exposição às divisas dos referidos países e do agravamento da envolvente económica global acarreta riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:

- Risco Cambial, decorrente da forte desvalorização das moedas funcionais locais face ao euro;
- ii) Risco de Liquidez, resultante da dificuldade de repatriamento de divisas desses territórios; e
- iii) Risco de Crédito, decorrente da redução do poder de compra e da insuficiente capacidade de resposta e apoios às economias locais.

Pelo seu significado e imprevisibilidade, consideramos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Avaliação dos tipos de riscos a que o Grupo está exposto e validação da adequacidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos;
- Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez;
- Avaliação dos riscos de cobrabilidade e da adequação do reconhecimento de eventuais imparidades em contas a receber;
- Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das diferentes geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Acompanhamento das ações desenvolvidas em 2020 para a redução da exposição do Grupo em geografias de maior instabilidade e risco de negócio; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

2. Reconhecimento do rédito de contratos de construção

Conforme evidenciado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o rédito do Grupo provém de diversas áreas de negócio, sendo a construção o segmento com maior relevância, representando 55,5% do rédito (60,7% em 2019).

Conforme referido na Nota 2.21 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, os rendimentos e os gastos provenientes do segmento da construção são reconhecidos de acordo com a IFRS15 - "Rédito de contratos com clientes", a qual prevê que o rédito e as margens associados aos contratos de construção em curso sejam reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e complexidade dos julgamentos associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Descrição e avaliação dos procedimentos adotados e do ambiente de controlo interno relacionado com o reconhecimento do rédito de contratos de construção e teste da eficácia dos controlos existentes;
- Verificação da conformidade da política contabilística adotada com a IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes";
- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes dos registos contabilísticos;
- Identificação e análise de uma amostra de contratos que suportam os rendimentos globais dos projetos;
- Seleção por amostragem de autos de medição e de orçamentos que suportam o cálculo das percentagens de acabamento e análise dos gastos incorridos e das estimativas de gastos a incorrer para concluir a obra;
- Análise crítica dos julgamentos efetuados pela gestão relativamente às estimativas e ao reconhecimento das margens previsionais, por referência a informação histórica obtida;
- Revisão da razoabilidade e adequação de provisões necessárias para fazer face a eventuais perdas esperadas em contratos e ainda para garantias de obra; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

3. Valorização e reconhecimento de imparidades em clientes

Conforme divulgado na Nota 27 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as perdas por imparidade acumuladas em contas de clientes representam 63.291 milhares de euros, cerca de 27,8% do total (227.422 milhares de euros), tendo sido reforçadas, no período, em cerca de 8.326 milhares de euros

O Grupo reconhece as perdas por imparidades esperadas em contas a receber de clientes, em conformidade com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo a quantia de imparidades acumuladas atualizada em cada data de relato, por forma a refletir as alterações de risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos.

A estimativa das perdas por imparidade é efetuada com base numa matriz de incobrabilidade, baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo, ajustada por fatores específicos identificáveis tais como geografia, unidade de negócio, tipologia do devedor, nível de solvabilidade e outros, designadamente no que se refere ao impacto da pandemia COVID-19 no agravamento generalizado das condições operacionais e financeiras dos clientes das diferentes geografias.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa e as estimativas utilizadas pela gestão envolverem um elevado grau de julgamento.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controlo interno especificamente associado à valorização e ao reconhecimento de imparidades em clientes, tendo identificado os controlos chave e testado a sua efetividade, com vista à redução do risco de distorção material associado a esta rubrica das demonstrações financeiras.
- Análise da antiguidade de saldos de clientes e identificação do valor das respetivas imparidades acumuladas;
- Revisão específica de saldos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco, tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Avaliação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em clientes;
- Revisão do cálculo do valor descontado dos créditos e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão, nomeadamente o prazo estimado do recebimento e a taxa de desconto utilizada;
- Análise da matriz de incobrabilidade elaborada pela gestão para as várias entidades do Grupo, e validação dos seguintes parâmetros: i) identificação dos valores considerados por cada entidade no que respeita às imparidades reconhecidas nas contas; ii) avaliação da fiabilidade e da adequação da informação histórica utilizada; iii) aferição quanto à adequada segmentação das entidades do Grupo, tendo em consideração a sua geografia, segmento de negócio e tipologia de devedor; iv) avaliação dos pressupostos e da base de informação utilizados pela gestão para refletir o agravamento generalizado dos riscos de crédito provocados pela pandemia COVID-19;
- Realização de testes substantivos relativamente a recebimentos subsequentes ou ocorrência de eventos ou de negociações que reforçam as expetativas de recuperação dos créditos;
- Conclusão sobre a razoabilidade e adequação das quantias reconhecidas como imparidades acumuladas; e
- Validação das divulgações incluídas nas correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

4. Valorização de classes homogéneas de ativos fixos tangíveis

Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.5 e 20 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo continuou a adotar o modelo de revalorização como política contabilística adequada para a mensuração de classes homogéneas de ativos fixos tangíveis.

Os efeitos da revalorização representam em 2020 um aumento do valor dos ativos fixos tangíveis e dos capitais próprios de 74.657 milhares de euros e 55.814 milhares de euros, respetivamente, líquidos do efeito de imposto diferido passivo de 18.843 milhares de euros.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

As revalorizações foram efetuadas por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor no fim do período de relato.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, dada a relevância dos efeitos da revalorização destes ativos fixos tangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Apreciação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para identificar e reconhecer determinados ativos como integrantes das classes homogéneas identificadas;
- Identificação dos avaliadores externos e análise da sua credibilidade e independência;
- Análise das avaliações independentes efetuadas e dos efeitos da revalorização para cada elemento incluído nas classes homogéneas de ativos;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos;
- Validação do reconhecimento contabilístico das quantias apuradas e do seu impacto nas contas; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Valorização das propriedades de investimento

A posição financeira do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, apresenta um total de 234.235 milhares de euros referente a propriedades de investimento (208.478 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.8 e 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes.

As propriedades de investimento encontram-se substancialmente localizadas em Portugal e Angola, estando estas últimas sujeitas aos efeitos da variação cambial da moeda local.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido na determinação do justo valor, justifica que esta tenha sido tratada como matéria relevante da nossa auditoria.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Identificação dos imóveis que foram objeto de avaliação;
- Identificação dos avaliadores externos e análise da sua credibilidade e independência;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos;
- Validação dos valores reconhecidos nas contas, por referência aos valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial do justo valor das propriedades de investimento localizadas no estrangeiro; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

6. Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Conforme descrito na Nota 26 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica de ativos por impostos diferidos ascende a 145.766 milhares de euros e tem a seguinte composição:

- 106.577 milhares de euros relativos a perdas por imparidade de ativos financeiros;
- 12.180 milhares de euros decorrentes de prejuízos fiscais originados entre 2015 a 2020;
- 12.546 milhares de euros resultantes de crédito de imposto por dupla tributação internacional; e
- 14.463 milhares de euros relativos a outras situações.

Nos termos da IAS12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a recuperabilidade dos referidos ativos.

O Grupo preparou uma estimativa dos lucros tributáveis para os períodos futuros, tomando por base o seu Plano de negócios e demais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão.

Tendo em consideração a natureza, a extensão e o risco de recuperabilidade desta classe de ativos, entendemos que esta matéria se reveste de especial relevância para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Análise da aplicabilidade dos normativos legais que reconhecem o direito à dedução de prejuízos fiscais em lucros tributáveis futuros;
- Verificação de que o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos foi efetuado em conformidade como os normativos aplicáveis;
- Avaliação dos juízos e pressupostos adotados pelo órgão de gestão que servem de base às projeções efetuadas, que conduziram à determinação de lucros tributáveis futuros;
- Pesquisa de ocorrências ou situações que possam indiciar eventuais riscos na recuperação de ativos por impostos diferidos, designadamente por caducidade do direito à dedução; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022).
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 27 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2021

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por António Gonçalves Monteiro, ROC



Polo Operacional Teixeira Duarte
Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional
de Viana - Edificio Central

ARGÉLIA

Viana - Luanda

08 Route Ben Aknoun - El Biar 16030 Alger Tel.: +213 (0) 21 92 74 33

BÉLGICA

TDGI, S.A. Avenue Jean Monnet, 1 1348 LOUVAIN-LA-NEUVE Tel.: (+32) 2 318 38 04

BRASIL

Av. das Nações Unidas, 12.901, 2º andar, cj. 201, Torre Norte – CENU Brooklin Novo – São Paulo/SP CEP 04578-910 Tel.: (+55) 11 3585 0800

Rua Iguatemi, 448 - 10° Andar Itaim Bibi - São Paulo - SP CEP 01451 - 010 Tel.: (+55) 112 144 57 00

Av. Paulo Ferreira da Costa, 553 Vista Alegre, Lagoa Santa/MG CEP 33400-00 Tel.: (+55) 31 3268 0007

SHN, Quadra 02, Bloco F, Sala 1.022 Edificio Executive Office Tower Asa Norte – Brasília/DF CEP 70702-906 Tel.: (+55) 61 3224 5985

CABO VERDE

Travessa do Moinho de Vento, Nº 1, 2.º Andar do Prédio Amarelo, Encosta de Chã de Areia CP. 156-C - Cidade da Praia

CHINA (MACAU)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25 Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar Macau Tel.: (+853) 28 780 288

Fax: (+853) 28 780 188

COLÔMBIA

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201 Edifício Centro de Negócios Manhatan Bogotá Tel.: (+57) 1 6754530

EQUADOR

Avenida 12 de Octubre, nº 24-660 Calle Francisco Salazar, Edifício Concorde, Piso 11 Quito – Equador

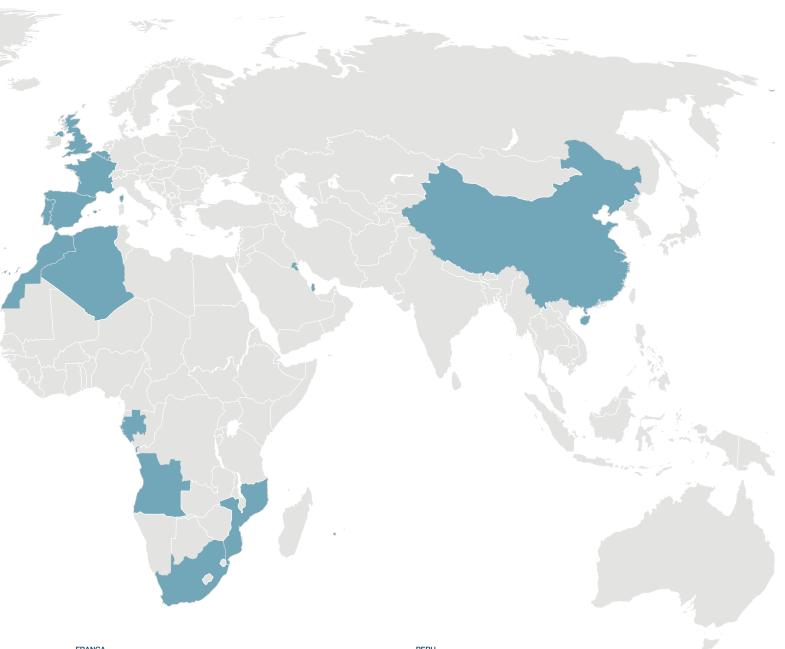
ESPANHA

Calle Caleruega, 76, 1.º piso, oficina 1 28033 Madrid Tel.: (+34) 915 550 903 Fax: (+34) 915 972 834

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1030 Salem Road Union, NJ 07083

TDRE Investments, LLC 16800 Dallas Pkwy., Ste. 240, Dallas, TX 75248-1991 Tel.: +1 (469) 655-5845



SOMAFEL, S.A (Sucursal) 11, Bis, Passage Dartois Bidot 94100 Saint-Maur des Fosses

GABÃO

SOMAFEL Gabon Z.I. OWENDO BP: 2198 Libreville Tel: (+241) 66 8 09 84

KUWAIT

Mazaya Towers, Tower 2, 8th Floor Khalid Ibn Al Waleed St., Block 3, Mirqab Kuwait City Tel.: (+965) 2228 2382

MARROCOS SOMAFEL, S.A (Sucursal) SOMAFEL, S.A (Sucursal)

Angle BD Anfa et Rue Clos de Province,

№ 2, 6ême Étage, № 6B

20040 Casablanca

Tel.: (+212) 223 62 890

Fax: (+212) 223 62 647

MOÇAMBIQUE Avenida Julius Nyerere, 4 - R/C Maputo Tel.: (+258) 214 914 01 Fax: (+258) 214 914 00

Avenida Javier Prado Este Nº 560 Oficina 1601 San Isidro - Lima

QATAR

TDGISERV Services WLL Al Mana Plaza, 1st Floor, Office 101 Qatari Bin Fujaah St., Bin Mahmoud PO Box 7098 Doha - Catar Tel.: (+974) 4498 9556

REINO UNIDO SOMAFEL - Railway Construction, S.A. Davidson House, Forbury Square Reading, RG1 3EU Tel.: (+44) 1189 001440

VENEZUELA

Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano, Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal 1060 Caracas Tel.: (+58) 212 951 2012 Fax: (+58) 212 953 7409

